



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 050 – SÁBADO, 03 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA

<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>
---	---

LIDERANÇAS

<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB - 3, PL 3)</p> <p>LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT</p> <p>LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL</p> <p>Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p>LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB</p> <p>Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior</p> <p>LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p>LÍDER Renan Calheiros - PMDB</p>	<p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p>Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p>LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM</p>	<p>Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT Romero Jucá - PMDB</p>
---	---	---

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 30ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE ABRIL DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 58, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que denomina “Sala Senador Apolônio Salles” a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal..... 09189

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 178, de 2004, em 31 de março de 2004 e publicada em 1º de abril do mesmo ano, que autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no artigo 1º-A da Lei nº 10336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria..... 09189

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 391, de 2004, de autoria do Senador Valmir Amaral, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2004..... 09190

Nº 392, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de louvor à equipe do Jornal da Globo, pela série de reportagens ‘Mapa do Emprego’ 09190

Nº 393, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso à iniciativa do Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, por defender a proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade junto à Unesco..... 09190

1.2.3 – Ofícios

Nºs 230 a 235/2004, de 29 de março último 2 do corrente, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 171, 170, 172, 173, 174 e 175, de 2004, respectivamente. 09191

1.2.4 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 365/2004, de 30 de março último, comunicando a rejeição das Emendas nºs 1 e 2, do Senado Federal, oferecidas ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2004, bem como, o envio da matéria à sanção naquela data. 09192

1.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 7, de 2004-CN (nº 340/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 270, de 2004 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a irregularidades na execução das obras de construção de ligação viária integrante do Anel Rodoviário de Fortaleza, constituída por uma ponte sobre o Rio Cocó e a via urbana, interligando os bairros Praia do Futuro e Praia Sabiaguaba (TC nº 018.723/2002-0)..... 09192

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Falta de ação governamental para promover o crescimento econômico. 09192

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Destinação de recursos para a restauração das estradas brasileiras. Apreensão diante das alterações promovidas na Câmara dos Deputados ao texto da “PEC paralela” à reforma da previdência..... 09195

SENADOR MÃO SANTA – Queda dos indicadores sociais. Falta de crescimento econômico. 09198

SENADORA IDELI SALVATTI – Responsabilidade de governos anteriores pelos problemas existentes em vários setores. Comentários à nota “Em busca da verdade”, da Executiva Nacional do PSDB..... 09201

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Protesto contra o uso do episódio Lunus, no qual foi vítima a Senadora Roseana Sarney, para defender o atual Governo no caso Waldomiro Diniz. 09202

SENADOR JOSÉ JORGE – Medidas do governo federal na área de educação. 09206

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Agenda resultante de reunião do PMDB ocorrida ontem, com propostas para fomentar a economia brasileira. Críticas à reunião realizada pelo Ministro Miguel Rosseto para tratar da questão indígena de Roraima sem a presença de representantes da Bancada Federal daquele Estado..... 09210

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Satisfação com a liberação de recursos para financiamento do setor industrial no País..... 09215

SENADOR MARCO MACIEL – Importância da inauguração do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça no Tribunal de Contas da União..... 09217

SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> , como Líder – Tentativa do Governo Federal de abafar o caso Waldomiro Diniz destinando atenção ao caso do Subprocurador-Geral da República José Roberto Santoro. Defesa da instalação da CPI do Sr. Waldomiro.....	09223
SENADOR <i>MOZARILDO CAVALCANTI</i> – Negligência da política indigenista do País.....	09225
SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Contrariedade diante das mudanças ocorridas na tramitação da “PEC paralela” na Câmara dos Deputados. Greve da Polícia Federal.....	09235
SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Expectativa de que o Presidente Lula assumira o comando do Governo. Confiança nas estruturas democráticas vigentes no País.	09238
SENADOR <i>AUGUSTO BOTELHO</i> – Dificuldades enfrentadas pelos brasileiros que tentam uma vida melhor no exterior. Necessidade da criação de empregos para a juventude.....	09241
1.2.7 – Leitura de requerimento	
Nº 394, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do Senado Federal do dia 20 de agosto do corrente ano, seja dedicado a homenagear o Dia do Maçom.....	09243
1.2.8 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR <i>LUIZ OTÁVIO</i> – Preocupação com notícias veiculadas na imprensa a respeito do rebaixamento da Gerência Executiva do Ibama em Santarém/PA, para escritório regional.	09243
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Lançamento do Programa Brasil Sorridente como parte integrante da política nacional de saúde bucal.....	09244
SENADOR <i>VALMIR AMARAL</i> – Comemoração, em 31 de março, do Dia da Integração Nacional.....	09245

1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – EMENDAS	
Nºs 1 a 60, oferecidas à Medida Provisória nº 177, de 2004.	09247
3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Ata Circunstanciada da 1ª Reunião, realizada em 24 de março de 2004.....	09319
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
CONGRESSO NACIONAL	
10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 30ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de Abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência da Sra. Serys Slhessarenko e dos Srs. Mão Santa,
Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Paulo Paim.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2003**, de autoria do Senador José Jorge, *que denomina “Sala Senador Apolônio Salles” a sala de reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senhor Presidente da República adotou em 31 de março de 2004, e publicou em 1º de abril do mesmo ano, a **Medida Provisória nº 178, de 2004**, que *autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica.*

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	Luiz Otávio
Hélio Costa	Ney Suassuna
Sérgio Cabra	Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	Duciomar Costa (PTB)
Magno Malta (PL)	Geraldo Mesquita Júnior (PSB)
João Capiberibe (PSB)	Marcelo Crivella (PL)

PDT

Jefferson Péres	Almeida Lima
-----------------	--------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti	vago
----------------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia	Fernando Ferro
Angela Guadagnin	Ivan Valente

PMDB

José Borba	André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	Gustavo Fruet

Bloco (PFL/PRONA)

José Carlos Aleluia	Rodrigo Maia
Enéas	Kátia Abreu

PP

Pedro Henry	1. Celso Russomanno
-------------	---------------------

PSDB

Custódio Mattos	Alberto Goldman
-----------------	-----------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel	Miguel de Souza
--------------	-----------------

PPS

Júlio Delgado Lupércio Ramos

PSB

Renato Casagrande Dr. Evilásio

(*) PDT

Dr. Hélio Pompeo de Mattos

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: 1º-4-2004;
- Designação da Comissão: 2-4-2004;
- Instalação da Comissão: 5-4-2004;
- Emendas: até 7-4-2004 (7º dia da publicação);
- Prazo final na Comissão: 1º-4-2004 a 14-4-2004 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 14-4-2004;
- Prazo na CD: de 15-4-2004 a 28-4-2004 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 28-4-2004;
- Prazo no SF: de 29-4-2004 a 12-5-2004 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 12-5-2004;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 13-5-2004 a 15-5-2004 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 16-5-2004 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 30-5-2004 (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Comum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 391, DE 2004

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requereiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2004, que “Denomina “Aeroporto de São Luís - Dona Kyola Sarney ao aeroporto da cidade de São Luís, Estado do Maranhão.”

Sala das Sessões, 2 de Abril de 2004. – Senador **Valmir Amaral**, PMPB-DF.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 392, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222. do Regimento Interno, voto de louvor à equipe do **Jornal da Globo**, jornal eletrônico levado ao ar pela Rede Globo de Televisão, pela série de reportagens “Mapa do Emprego”, citando, dentre outras, a mais recente reportagem feita em São Bento do Sul, em Santa Catarina, devido ao potencial de geração de emprego e renda por meio da indústria moveleira.

Reportagens como essas são de fundamental importância para apresentar perspectivas e informar a população sobre assuntos relevantes ao desenvolvimento econômico e social do nosso País. A equipe do Jornal da Globo cumpre, assim, a tarefa de bem informar, desempenhando o papel mais importante dos meios de comunicação, qual seja, sua função social.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2004. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

REQUERIMENTO Nº 393, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222. do Regimento Interno, voto de aplauso à iniciativa do Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, por defender a proposta de tornar o samba patrimônio cultural da humanidade junto à Unesco, órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Aproveito o ensejo para lembrar a homenagem feita no Senado ao Dia Nacional do Samba, em 2 de dezembro, solicitando, assim, anexar meu discurso, proferido na referida data, ao voto de louvor a ser encaminhado ao Ministro da Cultura.

Sala das Sessões, 2, de Abril de 2004. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os requerimentos lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

São lidos os seguintes

OF/GAB/I/Nº 230

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 171, de 05 de março de 2004, que “antecipa, em caráter excepcional, a transferência de recursos prevista no art. 1º - A da Lei nº 10.336, de 19/12/2001”, em substituição aos anteriormente indicados.

TitularesOlavo Calheiros
Zê Gerardo**Suplente**

Moraes Souza

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **Jose Borba**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 231

Brasília, 2 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 170, de 5 de março de 2004, que “dispõe sobre a criação do Mano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

TitularesAlceste Almeida
Saraiva Feupe**Suplente**

Confucio Moura

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **Jose Borba**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 232

Brasília, 2 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 172, de 11 de março de 2004, que dá nova redação ao caput do art. 7º da Lei 9.264, de 7-2-96, que “dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial do DF, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do DF – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratifi-

cação de Condição Especial de Função Militar - GCEF N em substituição aos anteriormente indicados.

TitularesJosias Quintal
Tadeu Fiuppelli**Suplente**

Mauro Lopes

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

OF/GABII/Nº 233

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 173, de 17 de março de 2004, que “institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei 9.424, de 24-1-1996, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

TITULARESJoão Matos
Marinha Raupp**SUPLENTE**

Gastão Vieira

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **José Borda**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 234

Brasília, 2 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 174, de 19 de março de 2004, que “altera o termo dos prazos previstos nos arts. 29, 30 e 32 da Lei nº 10.826, de 22-12-03”, em substituição aos anteriormente indicados.

TitularesGilberto Nascimento
Josias Quintal**Suplente**

Leandro Vilela

Outrossim informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

OF/GAB/II/Nº 235

Brasília, 29 de março de 2004

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência a relação dos nomes dos Deputados do PMDB que comporão a Comissão Mista destinada a apreciar e proferir parecer à Medida Provisória nº 175, de 22 de março de 2004, que “acresce parágrafo ao art. 2º da Lei nº 10.150, de 21/12/2000, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidade do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Max Rosenmann

Moreira Franco

Outrossim, informo que a vaga restante será preenchida oportunamente.

Atenciosamente, – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício do Sr. Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Maguito Vilela.

É lido o seguinte

PS – GSE nº 365

Brasília, 30 de março de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 23-3-04, foram rejeitadas as Emendas de nºs 1 e 2, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2004 (MPV nº 147/03, do Poder Executivo), o qual “Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O expediente lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso do Tribunal de Contas da União:

Aviso nº 7, de 2004-CN (nº 340-SGS-TCU/2004, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 270, de 2004-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a irregularidades na execução das obras de construção de ligação viária integrante do Anel Rodoviário de Fortaleza, constituída por uma ponte sobre o rio Cocó e a via urbana, interligando os bairros Praia do Futuro e Praia Sabiaguaba – (TC nº 018.723/2002-0).

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta manhã preguiçosa de sexta-feira, com plenário esvaziado, creio ser a oportunidade adequada para uma reflexão a mais sobre o drama vivido por este País diante da paralisia do Governo e da estagnação econômica e social.

Ainda ontem, mais uma vez, o Presidente Lula, na cidade de Araras, no interior de São Paulo, falava em crescimento. O discurso do Presidente, repetitivo em relação à alternativa de crescimento econômico com controle absoluto da inflação, mais parece uma oração, um clamor a Deus para que o crescimento econômico seja uma realidade no País, independentemente das ações de governo.

A impressão que fica é que o Presidente da República aguarda solução do sobrenatural, porque não há nenhuma iniciativa, nenhuma ação governamental que sinalize para a hipótese do crescimento econômico pelo menos razoável para atender as necessidades do País neste ano de 2004.

Nesta semana, passou por aqui o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que afirmou, convictamente, que o arrocho continua. Como compatibilizar o espetáculo do crescimento com o arrocho fiscal de força sem precedente, com a fixação da meta de superávit primário de 4,25%? Indagado sobre a possibilidade de alteração dessa meta, o Ministro repetiu que ainda por longos anos o Governo deverá manter a meta do superávit primário em 4,25%.

É evidente que o peso desse superávit primário no orçamento é gigantesco. É claro que isso esgota a capacidade de investimento do Estado brasileiro. Há influência direta sobre gastos e cortes que o Governo é obrigado a fazer. O corte de gastos, necessário para que se alcance a meta, diminui a capacidade do

Governo de fazer investimentos em setores fundamentais para o crescimento econômico com a geração de emprego.

Vamos repetir um dado que agora é oficial: a economia brasileira, segundo o IBGE, encolheu 0,2% em 2003, considerando a inflação de 12,8%. E a renda **per capita** do brasileiro caiu 1,5%. Já condenamos essa humilhação nacional: somos o país com uma das piores distribuições de renda do mundo e com uma renda **per capita** que nos envergonha. Sofremos queda, e o Brasil, que era a décima segunda economia, passa a ser a décima quinta economia. Houve retrocesso. Não podemos, de forma alguma, nos conformar. Quando a economia mundial viveu um bom momento, a economia nacional sofre as conseqüências da incompetência governamental.

A diferença entre o Brasil e a Argentina está exatamente na postura quanto ao que é bom para a população em matéria de política econômica. Na Argentina, o superávit primário tem que ser compatível com o crescimento econômico. No Brasil, está acima do crescimento econômico o superávit primário, para garantir o cumprimento de acordo celebrado com o Fundo Monetário Internacional.

Sem dúvida, o Governo não fará investimentos importantes nos próximos anos, já que essa é a opção, é uma decisão imutável do Governo, segundo o Ministro Palocci. Como o Governo poderá investir, para atender as necessidades fundamentais?

Vejamos o exemplo da área de transportes. Esse setor vive uma situação dramática. O Governo não tem capacidade de investir o que seria necessário para a recuperação e ampliação da malha rodoviária. Há muita incerteza em relação a investimentos primários. Apenas as rodovias com pedágio são razoavelmente conservadas, são bem conservadas. É bom que se frise: elas estão bem conservadas, evidentemente, devido a mais um esforço do cidadão brasileiro, que é obrigado a pagar altas taxas de pedágio para trafegar por elas. Na contrapartida, as demais rodovias estão abandonadas de forma absoluta. No meu Estado, o Paraná, o atual Governo não tapou sequer um dos buracos das nossas rodovias. Destroí-se um patrimônio extraordinário, conseguido pelo povo com investimentos significativos para dotar o Estado de uma malha rodoviária eficiente.

Quando tive a honra de governar o Estado, o Paraná investiu US\$1,1 bilhão em rodovias; o Governo Jaime Canet Júnior investiu US\$700 milhões; o Governo José Richa investiu US\$650 milhões. De lá para cá praticamente não houve investimento nas rodovias do Estado do Paraná. Daí a destruição desse patrimônio extraordinário obtido graças ao esforço do povo para-

naense. E com a meta de superávit primário de 4,25% a União não investirá – pelo menos o necessário – nas rodovias brasileiras.

O Brasil precisa investir US\$20 bilhões por ano em infra-estrutura. Senador Maguito Vilela, no ano passado não investimos US\$7 bilhões. Portanto, vamos levar o País, em matéria de infra-estrutura, a um estrangulamento, o que é um óbice ao crescimento econômico. Infra-estrutura não envolve apenas energia, asfalto, trilhos e portos. Para levar água potável e tratamento de esgoto a todos os brasileiros num prazo de 20 anos, o Governo terá que fazer um esforço e triplicar os investimentos atuais. O País aplica hoje 0,25% do PIB no setor e, para universalizar esses serviços nesse período, deveria elevar esse número para 0,63% a cada ano. Ao todo, seriam necessários R\$178 bilhões para alcançar essa meta de atendimento.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com satisfação, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Quero concordar e também discordar em parte do pronunciamento que faz V. Ex^a na manhã de hoje. Na realidade, o Brasil passa por dificuldades imensas, mas já evoluiu muito. O risco Brasil, que era altíssimo, caiu a níveis suportáveis, a inflação está totalmente sob controle – aliás, ultrapassou nossas expectativas –, os juros, principalmente da taxa Selic, que eram enormes, hoje também já estão bastante reduzidos, e a tendência é uma redução maior ainda. Em estradas, infelizmente, o Governo ainda não investiu o que é necessário, mas já está cuidando de muitas estradas brasileiras. No meu Estado, os buracos já foram tapados duas vezes. Como estamos no período chuvoso, é lógico que terão que recapeá-las, caso contrário não haverá alteração no trabalho de tapar buracos. Tapa-se hoje, e a chuva faz novos buracos logo em seguida. Porém, no campo, o País progrediu bastante. A produção e as exportações aumentaram, a quantidade de empregos no campo cresceu mais do que em todos os governos nos últimos 20 anos. Em apenas um ano, o Governo Lula conseguiu fazer a proeza de aumentar a oferta de emprego no campo e as exportações. Sou bem mais otimista do que V. Ex^a. O Governo iniciou-se há apenas um ano e pouquíssimos meses. Nesse tempo, não é possível consertar o que vinha se deteriorando ao longo dos últimos oito ou dez anos. V. Ex^a sabe que, no Governo do seu Partido, o PSDB, as rodovias estavam piores do que estão hoje. Foram oito anos de Governo e nada foi investido nas rodovias. O Presidente Lula não pode pagar hoje pelos desmandos e pelos desgovernos dos últimos oito anos. Hoje, tudo o que acontece no

Brasil é culpa, a meu ver, dos governos anteriores, e não de um governo que está há um ano e três meses comandando os destinos do Brasil. Temos motivo para ser otimistas. O Governo é seguro, honesto, correto, trabalhador, e está buscando, sem dúvida nenhuma, transformar os rumos do Brasil e melhorar a vida do nosso povo. Agradeço muito o aparte concedido por V. Ex^a. As críticas construtivas são importantes neste momento. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Maguito Vilela, com todo respeito a V. Ex^a, quando o Governo passado errava, eu, desta tribuna, o criticava e o condenava. Nunca aceitei passivamente avaliar erros de governo algum. A análise do Governo passado fizemos durante aquele Governo. Hoje, a nossa obrigação e o nosso dever é analisar o desempenho do atual Governo. Não vamos ficar olhando para trás. Já citamos, inúmeras vezes, que, desde Tutancamon, faraó egípcio da 18^a dinastia, condenavam-se os antecessores, como pretexto e justificativa para erros do presente. Não!

O controle de inflação devemos ao Plano Real, que custou enormes sacrifícios à população. Não foi o Governo Lula que o conquistou. Se houve uma retomada da inflação ao final da gestão Fernando Henrique Cardoso, isso ocorreu pelo receio que havia do fenômeno Lula. Tanto é que o próprio *marketing* político do PT sacou, inteligentemente, o mote: a esperança vence o medo.

Se houve uma elevação do risco Brasil ao final da gestão de Fernando Henrique Cardoso, deveu-se ela também ao receio, alimentado pelo mercado e pelo sistema financeiro internacional, a Lula, em razão do discurso de esquerda pronunciado pelo PT ao longo do tempo. Havia, especialmente nas hostes da direita, um receio incontido do que poderia ocorrer se as mudanças radicais prometidas durante muito tempo pelo PT fossem realizadas no País.

Depois que o mercado e o sistema financeiro perceberam que mudança alguma faria o Governo Lula, que nada mudava, o risco Brasil recuou. Mas ele teve uma retomada. Em janeiro, o risco Brasil atingia 8% a mais do que o dos países emergentes; em fevereiro, 22% a mais do que o dos outros países em desenvolvimento; e, em março, 30% a mais. Portanto, o risco Brasil volta a crescer na esteira da conflagração interna do Governo petista, da torre de Babel que se instalou e, sobretudo, na esteira do escândalo Waldomiro Diniz, que repercutiu também no exterior, fazendo com que o Governo perca credibilidade pelo seu desejo, pela sua estratégia de abafar as investigações para não revelar os fatos verdadeiros que ocorreram e ocorrem nos seus

bastidores. Os reflexos externos são, evidentemente, danosos à nossa economia.

Quando o Governo perde credibilidade, ele se fragiliza. E é óbvio que quando há repercussão externa – e está havendo – as conseqüências são nocivas aos interesses do crescimento econômico do nosso País.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço com satisfação o aparte da nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Alvaro Dias, reiteradas vezes Parlamentares representantes da Oposição têm insistido na tese de que o descontrole da economia no final de 2002, no final do Governo Fernando Henrique Cardoso, deveu-se ao efeito Lula, ao medo, à preocupação da população. Considero importante relembrar quem colocou na campanha a questão do medo. quem levou uma atriz de repercussão nacional à TV, na sua propaganda, para dizer que tinha medo, muito medo do que iria acontecer com este País, quem incentivou e, deliberadamente, colocou no cenário político nacional a questão do medo. Ou seja, se é verdade que o descontrole da economia se deu por conta do medo que a população tinha ou poderia ter de um governo do PT, quem incentivou isso? Quem colocou isso no cenário nacional? Quem inclusive deu ênfase a essa questão foi exatamente a campanha do Sr. José Serra. Foi ele quem trouxe uma atriz, uma personalidade da cultura brasileira, para incentivar o medo no cenário, de uma forma, do meu ponto de vista, absolutamente irresponsável. Quem está no comando do País não pode, obviamente, criar o clima da instabilidade, criar o clima do medo. Todos os indicadores apontam, de forma muito clara, que essa situação criada pela economia, adotando medidas duras, firmes e fortes no início do Governo Lula, deveu-se exatamente à necessidade de se aplacar todo o descontrole, todo o desmonte, relativamente à economia nacional, para que pudéssemos ter a tranqüilidade da retomada do crescimento. Considero muito importante destacar que todos os dados apresentados pela equipe econômica do Governo Lula, tanto na vinda do Presidente do Banco Central, quanto na vinda do Ministro Antonio Palocci, nesta semana, à Comissão de Assuntos Econômicos – e há indicadores feitos pelos principais analistas da economia, por aqueles que assessoram os grandes grupos econômicos do nosso País, os conglomerados financeiros –, indicam que a retomada do crescimento é absolutamente tranqüila, concreta, estando representada por todas as curvas ascendentes, seja de produção industrial, de venda a varejo, de comércio varejista. Todos os indicadores revelam essa curva ascendente. Dessa forma, no início do Governo, no

primeiro semestre do ano passado, foram adotadas medidas fortes, absolutamente necessárias para que o que aconteceu – e que foi, inclusive, incentivado pelo Governo Fernando Henrique no final e pela campanha de José Serra – não atrapalhasse, de forma substancial, a economia brasileira. Estamos participando deste momento, trabalhando para que, inclusive, o bom cenário internacional, a que V. Ex^a mesmo se refere, possa ser aproveitado pelo Governo atual e pelo povo brasileiro, mas o fazemos sem nenhuma aventura, sem plano mirabolante, sem desequilibrar a estabilidade econômica, que é prezada por todos aqueles que têm responsabilidade com o nosso País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Líder do PT me honrou com três minutos de aparte, e peço à Presidência condescendência para que eu possa responder por mais três minutos, pelo menos, à manifestação de S. Ex^a.

Se fosse verdadeiro o que afirma a Senadora Ideli Salvatti, José Serra teria ganhado a eleição.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Isso não aconteceu porque o que ele dizia não era verdade.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se o que foi dito na campanha fosse atendido pela população, no Brasil e no exterior, obviamente ele teria sido eleito Presidente da República.

A Senadora Ideli Salvatti superestima a potencialidade de um depoimento na televisão. S. Ex^a contrasta esse depoimento e coloca-o com mais poder de influência do que mais de 20 anos de discursos, de palestras, de documentos, de programas anunciados pelo PT, no País e no exterior, em congressos nacionais e internacionais.

O PT realmente desenhou um modelo econômico à esquerda, e isso, evidentemente, atemorizou o sistema financeiro internacional. Não estou dizendo que essas propostas estavam erradas. Eu até gostaria que o Partido mudasse e implementasse aquilo que pregou durante muito tempo. Afinal, um político se elege para cumprir compromissos assumidos durante a sua trajetória política. Lamentavelmente, o PT não os cumpriu.

Afora isso, sem dúvida, não foi o depoimento da atriz Regina Duarte que semeou medo no mercado e no sistema financeiro internacional, mas sim exatamente esse discurso, esse programa, esse compromisso, os dogmas sustentados, os postulados defendidos pelo PT durante mais de 20 anos neste País. Essa é a absoluta verdade.

Quanto à afirmativa de que todos os indicadores sinalizam para o crescimento econômico, não sei onde isso acontece. No Brasil, isso não ocorre. Os indicadores econômicos e sociais que conhecemos sinali-

zam o contrário. No mês de fevereiro, por exemplo, o desemprego cresceu 5,7%, a renda sofreu queda de 5,7%, houve 52% de aumento de falências e 81% de aumento de concordatas. Enfim, não conheço indicador econômico algum que revele estar a economia brasileira crescendo, para proporcionar a geração de empregos necessários, para atender à demanda, Senador Mão Santa, de mais de 1,5 milhão de novos empregos anualmente neste País. Estamos mal, lamentavelmente.

O Presidente da República diz que não faz milagres. Ninguém o elegeu para fazer milagres, ninguém lhe pede que faça milagres. O que se pede a Sua Excelência é que adote uma política econômica sobretudo em favor do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, por falar em milagres, considero que aconteceu hoje o mais belo pronunciamento, mas V. Ex^a também está fazendo o milagre de aumentar o tempo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como pedi três minutos, vou encerrar, Senadora Serys Slhessarenko e Senador Mão Santa, que ocupam a Presidência da Mesa do Senado Federal nesta manhã. Agradeço a V. Ex^{as}.

O nosso desejo é o de que o Presidente Lula acorde para a realidade vivida pelo povo brasileiro. Ninguém quer milagres, mas não bastam os discursos e as orações, não basta esse clamor diariamente dirigido aos céus. É preciso, com os pés no chão da realidade brasileira, construir o futuro do País com muita dedicação, ética, responsabilidade, competência e trabalho.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso, por cessão do Senador José Maranhão.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordarei hoje dois assuntos. No entanto, antes de tratar dos assuntos principais, quero falar por um minuto, mais uma vez, sobre uma questão a que atribuo a maior importância e em relação à qual precisamos tomar uma atitude, que é a regulamentação da Cide.

As nossas estradas não podem continuar como estão. A Cide foi criada com uma determinada função, que é a de construir, conservar e restaurar as estradas do nosso País. Bilhões de reais já foram arrecadados, e, agora, há “felizmente” uma medida provisória – digo felizmente, porque essa medida se faz necessária, mas coloco a expressão entre aspas porque não gosto desse instrumento – destinando 25% desses recursos aos Governos estaduais. No entanto, precisamos de muito mais. Precisamos que parte desse dinheiro seja injetada diretamente nos órgãos federais, como o Dnit, para que o Governo Federal trabalhe nas estradas federais. É impossível que as estradas continuem como estão, sem recursos. No Estado de Mato Grosso, a situação é precária e emergencial em vários trechos. Precisamos de recursos, sim, e já.

Na próxima semana, farei um pronunciamento específico sobre o assunto, trazendo dados a respeito dos recursos que já temos e sobre o potencial e a possibilidade de liberação, além dos 25% já encaminhados aos Governadores.

Rapidamente quero falar também sobre um documento que recebi, esta semana, sobre a questão do voto do Brasil relativo à Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, da Organização Mundial da Saúde. Trata-se de um voto que o Brasil terá que dar na ONU no dia 17 de maio. Esse é um assunto importantíssimo de que precisamos tratar para reforçar que esse voto aconteça da forma como se faz necessário.

O documento que recebi vem assinado pelos Presidentes da Associação Médica Brasileira, da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade, da Sociedade Brasileira de Cardiologia, da Sociedade Brasileira de Diabetes, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, da Sociedade Brasileira de Hipertensão, da Sociedade Brasileira de Nefrologia, da Sociedade Brasileira de Pediatria, da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

Precisamos levar adiante essa discussão para que reforçemos o pleito no Ministério da Saúde, no Ministério da Agricultura e fundamentalmente no Ministério das Relações Exteriores, para que esse voto na ONU, que se dará no dia 17 de maio de forma definitiva, ocorra como essas entidades estão buscando.

Vou dar início à minha fala principal desta manhã e, se tiver tempo, voltarei a esse assunto que considero da maior relevância. Tenho certeza de que o nosso Governo, por meio da nossa representação na ONU, dará o voto favorável a essa Estratégia Global para a Alimentação Saudável, Atividades Físicas e Saúde, da Organização Mundial de Saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou falar sobre um assunto que me está incomodando: a PEC paralela, a de nº 77. Essa matéria levou o Senado da República a um trabalho exaustivo. E fico muito feliz de ver presente o Senador Paulo Paim na sessão desta manhã, pois S. Ex^a foi um heróico desbravador nessa área, com todas as Senadoras e todos os Senadores. Se não houvesse a determinação e a vontade de todos, S. Ex^a não teria conseguido obter sucesso na sua luta. Buscamos juntos os avanços e os conseguimos. Votamos a PEC nº 67 com a expectativa de que a votação da PEC nº 77 ocorreria, e o Senado cumpriu o seu compromisso. Independentemente da coloração partidária, todas as Senadoras e todos os Senadores votaram a PEC nº 67, em que constam os avanços da reforma da previdência.

Não existe essa história de tempo, de prazo etc. O Senado teve determinação, o Senado discutiu a matéria em qualquer hora do dia ou da noite. Estivemos nesta Casa no mês de dezembro trabalhando com o maior afinco, discutindo a matéria. Houve dificuldades sim, mas nós as superamos. Votamos a PEC em tempo recorde, pois a matéria entrou na pauta, foi discutida, votada e aprovada.

Agora, a PEC paralela está na Câmara numa situação realmente difícil não para nós do Senado – pois votamos, fizemos a nossa parte –, mas para o povo brasileiro, para a população brasileira, para os trabalhadores e para as trabalhadoras. Por isso, trouxe por escrito um pronunciamento a esse respeito, porque quero que fique registrada desta tribuna a minha posição.

Antes disso, agradeço, mais uma vez, ao Senador José Maranhão, que me cedeu o espaço para falar neste momento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, quero registrar, já que atuamos juntos na PEC paralela, a sua indignação. Sei o quanto lhe doeu aquela votação da PEC que veio da Câmara. V. Ex^a é uma das Senadoras que chorou na tribuna, aquele choro verdadeiro mesmo, que sentimos que vem lá de dentro. Lamentamos o que esteja ocorrendo na Câmara dos Deputados. Quero, neste aparte de um minuto, dizer que também vou falar desse assunto referente à Câmara. Eu estava praticamente há uma semana e meia sem falar, esperando que a Câmara decidisse, mas me parece que o quadro naquela Casa é muito perigoso para a relação entre os Poderes. Quis dar este depoimento para cumprimentá-la pela

forma como V. Ex^a se conduziu nessa discussão. V. Ex^a ajudou muito tanto na questão da paridade, como na da transição. Foi conversando com V. Ex^a que fomos construindo essa idéia. Ainda não quero acreditar que o acordo será rompido. Isso, se ocorrer, será lamentável para todos. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Paulo Paim, também não acredito nisso e tenho certeza de que o nosso Governo vai atuar no sentido de que não seja rompido esse acordo, que não foi simplesmente feito em uma conversa nossa, mas que foi feito de forma muito mais ampla, com a participação de todas as forças políticas – não tenho dúvida – deste País e não só do nosso Governo.

Sr. Presidente, estou bastante preocupada com a tramitação da PEC paralela na Câmara. O relatório produzido desfaz algumas conquistas importantes implementadas por esta Casa. A possibilidade de quebra do acordo feito no ano passado em relação à chamada PEC paralela da previdência social é inaceitável. À época, conseguimos aprovar a emenda da previdência social sob a promessa de que se colocaria em votação posteriormente a PEC destinada a amenizar vários aspectos da matéria então em apreciação, o que levou, inclusive, muitos Parlamentares a darem seu voto “sim” à emenda da previdência.

Agora, sob o argumento de que não seria “coerente” aprovar hoje aquilo que rejeitou com veemência há menos de um ano, o Relator da PEC paralela na Câmara apresentou um substitutivo global que desfigura completamente o acordo firmado no Senado. Isso significa, na prática, que o “entendimento” em torno dos termos da PEC paralela estará nada mais, nada menos que subordinado à concepção geral que orientou a aprovação da PEC no seu primeiro momento, ou seja, nada mudará. O texto que resultar desse grande engodo não irá atender ao propósito do entendimento ocorrido à época no Senado Federal, destinado a reduzir os efeitos negativos da reforma da previdência.

Diz-se no Nordeste brasileiro que “homem que não cumpre acordo não honra as calças que veste”. Essa manobra vergonhosa, perpetrada agora pelo Relator do substitutivo na Câmara, significa, mais do que nunca, uma quebra de acordo. Tem o significado de uma traição sem precedentes, de uma enganação, que merece a nossa mais veemente repulsa. Eu não a aceito.

É bom recordar que o acordo político então firmado envolveu o nosso Presidente da República, os Ministros da Previdência e da Casa Civil, as Lideranças de todos os Partidos do Senado. Mediante esse acordo, viabilizou-se, em 2003, a aprovação e a promulgação, ainda em 2003, da reforma da previdência.

Ora, se o acordo era em torno de uma proposta alternativa, de novo conteúdo, a discussão, agora, jamais pode estar vinculada aos termos da PEC principal, visto que o objetivo era exatamente o de modificar-lhe o conteúdo, porém sem retardar a vigência de outros dispositivos nela inseridos. Se era para manter as coisas como estavam, não havia sentido fazer o acordo.

Vale lembrar também que, por ocasião da votação da matéria no Senado, várias foram as vozes que se levantaram em dúvida quanto à honradez do acordo que se estava costurando. Muitos foram os Parlamentares que lembraram na ocasião: se havia uma proposta alternativa, por que, então, não votá-la, no lugar da proposta original? Vários foram ainda os que alertaram para o fato de que, aprovada a reforma, estaria enterrada a PEC paralela, que seria prejudicada pela anterior aprovação de matéria correlata. Voltamos contra isso, dissemos que isso não iria ocorrer. Houve um compromisso do Senado da República, e esse compromisso, esse acordo não pode ser desonrado. Precisamos honrar nossas palavras e votos. Recusamo-nos, agora, a acreditar que esse golpe está sendo perpetrado sob um custo altíssimo – diga-se de passagem –, que seria o custo de se enterrar de vez por todas qualquer possibilidade de futuros acordos com ambas as Casas Legislativas do Congresso Nacional sobre qualquer matéria, em qualquer circunstância, em qualquer época. Estaríamos diante de um precedente gravíssimo, que significaria uma afronta ao componente mais natural das relações políticas, que é a possibilidade de se fazerem acordos em torno de matérias polêmicas.

Embora explícitas essas premissas, o texto do Relator nada mais significa que uma verdadeira afronta a esse acordo, quando muda a redação de alguns dispositivos da PEC paralela, tais como a paridade, a integralidade, a regra de transição, o subteto e a contribuição social com valor reduzido, ou quando suprime outros, como a unidade gestora colegiada e paritária do fundo de pensão, o recenseamento dos dois regimes previdenciários e a legislação específica para as funções de polícia, entre outros dispositivos.

Se o Relator não pode mudar de opinião, prisioneiro que estaria de uma suposta “coerência” acima do bem e do mal, então, que se mude o Relator ou se faça com que S. Ex^a tenha a honradez de cumprir o acordo, mudando os termos do seu parecer absurdo. Essas são as duas únicas alternativas que podem ser esperadas desse acordo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta hora, os servidores públicos, os reais prejudicados por essa quebra de acordo inaceitável, devem cobrar de suas entidades representativas que façam pressão no sen-

tido do cumprimento daquela negociação, enviando correspondência aos Parlamentares de modo a exortá-los a não aceitarem votar nenhuma outra emenda constitucional, nas duas Casas Legislativas, enquanto não for cumprido o acordo.

Faço essa proposta, e não sou radical. Tenho certeza de que não estou cometendo nenhum radicalismo. O nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, com todo o seu Ministério, especialmente os Ministros que participaram das discussões da reforma da previdência com afinco e profundidade, e o nosso Relator, Senador Tião Viana, que trabalhou centenas de horas – não tenho dúvidas –, fez reuniões com entidades, com Senadores e lideranças, trazendo para essa discussão Ministros e tantas personalidades ligadas a essa questão, e que chegou a dar essa grande contribuição ao conseguir reunir tantas idéias, sintetizá-las e chegar à PEC paralela, só conseguiram isso, com certeza, porque foi firmado o compromisso político de que PEC paralela oriunda do Senado seria votada com a rapidez necessária na Câmara Federal. Contudo, ela não só não é votada com a agilidade devida, como, infelizmente, está aí totalmente modificada, segundo informações da imprensa.

Faço estas considerações agora porque aguardarei até o momento que acreditei ser possível superarmos essa questão de outra forma. Mas, infelizmente, isso está posto, está na imprensa, e parece que de forma irreversível.

Mas não creio que seja irreversível. Essa situação tem que ser revertida, sim. Temos que exigir que a PEC paralela – e, quando digo nós, não me refiro ao Senado da República, mas ao povo brasileiro, o real atingido por esse rompimento do acordo feito – seja votada e aprovada segundo o que foi acordado.

Lembro-me perfeitamente, Senador Paulo Paim, quando eu, V. Ex^a e os Senadores Sérgio Zambiasi e Pedro Simon e 32 lideranças sindicais de nosso País estivemos reunidos com o Deputado João Paulo, Presidente da Câmara dos Deputados. Na ocasião, S. Ex^a assumiu o compromisso de discutir a PEC. Houve, então, a convocação extraordinária e, com ela, o compromisso de que a paralela seria tratada durante a convocação para valer. Mas, infelizmente, não ocorreu o compromisso firmado. Pelo meu ponto de vista, a Câmara deveria ter discutido e votado a PEC paralela, mas não só não votou durante a convocação, como não votou até hoje. E, o que é pior, houve uma deturpação total da PEC que saiu do Senado. A que vem está totalmente deturpada, contrária ao que foi acordada, o que é inaceitável.

Não podemos permitir, Sr^{as} e Srs. Senadores, o enxovalhamento e a desonra de todo esse trabalho,

que foi pesado e difícil. Quando digo nós, faço referência ao Senado da República, ao nosso Governo e às entidades organizadas que representam os trabalhadores. Exigimos que a PEC paralela seja aprovada com base no acordo feito. Não é a vontade das Sr^{as} e Srs. Senadores, não, de jeito nenhum. Não elaboramos a PEC paralela porque era meu desejo, ou do Senador Paim, ou porque as Senadoras e os Senadores eram favoráveis. Não foi por isso que nasceu a PEC paralela, mas pela necessidade da superação de problemas trazidos pela PEC nº 67. Não era aceitável que os trabalhadores do nosso País sofressem aquele tipo de punição. Assim, foi acordado que a PEC nº 67, a reforma da previdência, seria aprovada para que entrasse em vigor imediatamente. Ela tem pontos muito positivos, não tenho dúvida disso – não vou entrar nessa discussão porque só tenho mais um minuto –, por isso acabamos votando. Mas, como já citei, também traz pontos prejudiciais aos trabalhadores, muitos dos quais foram superados na PEC paralela.

É inaceitável que esse acordo seja quebrado e também que haja modificação. Portanto, pela aprovação já da PEC paralela da forma como foi acordada! Não vamos nem falar da forma como saiu do Senado – não vamos criar embate entre Senado e Câmara –, mas do estabelecido no acordo. E não venha ninguém aqui querer negar esse acordo. Ele é real, existe, todos nós nos comprometemos com a votação da PEC paralela que está na Câmara. A responsabilidade agora é da Câmara, e os trabalhadores deste País estão aguardando a aprovação daquilo que surgiu do acordo feito por todos nós.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador José Maranhão pela cessão deste espaço, senão não poderia falar no dia de hoje.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Serys Slesarenko, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PPS – RR) – Concedo a palavra ao próximo inscrito, Senador Mão Santa, do Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar todas as Senadoras do Brasil na pessoa da extraordinária aniversariante, Senadora Serys. Senadora Ideli, a Senadora Serys é tão extraordinária que o aniversário não é só de S. Ex^a, de sua família, de Mato Grosso, mas do meu Piauí, do Brasil,

de todas as mulheres e de todos os homens que entendem ser a mulher a maior obra de Deus.

Brasileiras e brasileiros, quis Deus que eu viesse a esta tribuna quando está presente uma estrela do PT, Senador Paulo Paim, que poderá levar esta nossa reflexão ao Presidente Lula, em quem votamos e acreditamos.

Presidente Lula, fui Prefeitinho e Governador do Estado do Piauí. Isso me trouxe sofrimento e glória, e fez com que eu estivesse hoje aqui.

Senador Mozarildo, votamos no Presidente Lula. Acreditamos em suas virtudes de homem bom, generoso, mas ocorre que Sua Excelência assumiu um poder pela primeira vez, e eu entendo o que é o poder. Aliás, o livro mais estudado na política é, sem dúvida nenhuma, *O Príncipe*, de Maquiavel. Senadora Ideli, sei que V. Ex^a gosta mais do *O Pequeno Príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry: “És eternamente responsável pelo que cativas”. *O Príncipe* é lido porque ensina como chegar ao poder e como lá se manter. O Presidente Lula chegou ao poder como a esperança de todos nós, com o meu voto, o meu trabalho e do nosso Piauí. Mas sei que Sua Excelência está encantado, com todo respeito, pelo Dr. Antonio Palocci.

Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti, somos filhos do mesmo pai de ideal, Hipócrates, por isso o considero como um irmão. Penso que a Medicina é a mais humana das ciências, e o médico, o grande benfeitor da humanidade. Todo respeito ao cidadão, ao ex-Prefeito e ao médico, nosso colega Antonio Palocci.

Mas quero dizer-lhe, Presidente Lula, que Sua Excelência está sendo enganado. Vou lhe ensinar, Presidente Lula. Resta essa esperança, essa crença que o povo tem no Partido. Senador Paulo Paim, leve esta história. Gosto do Lula. O País o elegeu. Mas Sua Excelência está sendo enganado.

Senador Heráclito Fortes, o Sr. Antonio Palocci vem aqui e todos os jornais dizem que Palocci agradeceu a todo o Senado, ao Presidente Sarney, ao Presidente da Câmara, às Senadoras, aos Senadores e ao Governo. Nada disso! É preciso saber as causas, a etiologia, Palocci.

A política, Senador Mozarildo Cavalcanti, tem Kautila, que foi o Maquiavel das Índias. Maquiavel viveu em 1500 e Kautila, 400 anos antes de Cristo, já pregava que governante nunca pode ceder a chave do cofre e os canhões. Está certo, ele colocou com uma pessoa amiga a chave do cofre, ninguém nega. Mas acontece que não é a pessoa talhada, o Palocci. Eu vou ensinar, Senador Paulo Paim. Conheço esse filme. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a irá identificar. Fui Deputado Estadual e Vice-Líder de um Governo

do Piauí, e o Secretário de Fazenda da época era extraordinário, maravilhoso e competente. Isso é natural. Todo seminarista quer ser papa. Todos que entram na política querem ser Presidente. Esse sonho é natural. Compreendo-o. O Secretário de Fazenda pensou em ser o próximo Governador do Piauí. Sei como é isso, Senador Paulo Paim. A chave do cofre estava com ele – ainda era na época em que o governador era indicado – e todos os Deputados – a maioria total – diziam que ele ia ser o próximo Governador, que estavam com um eficiente e competente Secretário de Fazenda. E os jornais, nem se fala. Quem paga? Quem libera a mídia? Quem libera as emendas do Deputado? Quem está com a chave do cofre. O Kautila, 400 anos antes de Cristo, sabia disso, Lula. O poder, a mídia, essa hosana ao meu colega Palocci só é por isso. Sempre foi assim e sempre vai ser. Palocci, no dia em que você sair, você verá. Pois bem, quando aquele extraordinário Secretário de Fazenda, Senador Paulo Paim, saiu para se candidatar, nem o seu substituto o cumprimentou. Eu o vi em um restaurante. Ele teve uma grande emoção, quase caiu em prantos. Nenhum daqueles Deputados – o Senador Heráclito Fortes os conhece – o indicou e o apoiou; só o apoiaram quando ele estava com a chave. A realidade é essa.

Esta economia não vai bem, não. Vai mal, Lula. E pode-se mudar quem está com a chave do cofre quando a economia vai mal. Sempre será assim. Quantos Ministros Juscelino teve? Quantos teve Getúlio Vargas? No Governo Sarney, havia inflação, mas havia emprego, leite, crescimento. O País chegou a crescer 8%. Essa é a verdade. Aquilo tudo é hipocrisia dos que precisam daquele que está com a chave do cofre para pagar as contas. Este País vai mal.

Presidente Lula, li nos jornais de hoje que o PMDB quer 22 cargos. Não quero nenhum cargo. Já fui testado e os recusei. E respondi, como Rui: não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério. Não estou entre os 22, mas estou a cobrar o meu voto; a cobrar por aqueles piauienses que liderei a votar no Lula. Estou a cobrar o dever do PMDB de Ulysses Guimarães, que é comprometido com o povo, que nos mandou ouvir a voz rouca das ruas. E eu ouço a voz rouca das ruas.

Então, a realidade é que a economia vai mal. O Palocci é um grande médico, foi um bom prefeito. A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que ele cursou, nos anos 60 era o sonho de todos nós, Senador Paulo Paim, porque para lá foram muitos professores dos Estados Unidos. Era a melhor faculdade, Senador Augusto Botelho.

Mas é preciso saber, Senador Mozarildo, um ensinamento. Existe um filósofo, Duclos, com quem

aprendi e guiou a minha vida. Senador Paulo Paim, leve ao Presidente Lula os ensinamentos de Duclos, que disse que há três maneiras de sermos ignorantes. Primeira, não saber nada. Aí estamos livres. Tem muita gente do PT nessa situação, não sabe nada. Segunda, saber mal aquilo que se deve saber. Era eu saber mal Anatomia e ser cirurgião. É eu saber, hoje, representar mal o povo do Piauí, porque sou Senador do povo do Piauí e do Brasil. Terceira, dedicar-se àquilo que você não tem que saber. Seria o caso, por exemplo, de eu saber o funcionamento de um satélite, o funcionamento interno da tecnologia de um computador.

Senador Heráclito Fortes, uma vez eu fui primeiro suplente de Deputado Federal e o Governador mandou me oferecer a Emater, que é um órgão de desenvolvimento. Ainda está aí o Gerson Mourão, o portador. Aí eu disse: “Emater? Mas eu não conheço nem um pé de feijão!” “Não, mas não deixe de pegar não. A Emater tem uns carros grandes, com duas cabines, e tem verba.” Eu não aceitei, Senador Paulo Paim. Depois, fui Governador e Senador do Piauí.

Então, terceiro item de Duclos: saber aquilo que você não deve saber. Os conhecimentos do Palocci sobre Economia são superficiais, tanto é que nem ouvi a palestra dele, porque não tinha nada a me ensinar. Eu sei o que ele sabe. E, na escala administrativa, quanto mais você sobe... Eu fui um cirurgião bom, mas, hoje, fui superado pelo tempo, pelos novos. Então, eu tenho obrigação de ser generalista. Ali, deve estar um especialista em Economia.

E nós vamos mal! Não adianta, não, Lula! Você está se enganando porque quer! O que interessa é o povo!

O diagnóstico está feito: o Brasil, que era a 12^a – outro dia era a 8^a, disputando a 7^a –, hoje é a 15^a economia mundial. Estamos caindo, mas isso não significa nada. O pior, entenda, Lula, é a má distribuição. Somos o 76^o na distribuição de renda. Manchete da **Folha de S.Paulo**: “2,4% das famílias detêm 33% da riqueza” Isso é uma vergonha! Boris Casoy! O culpado é o Palocci, que não fez nada pra mudar essa situação. Essa é uma vergonha. **Correio Braziliense**, esse extraordinário jornal Brasília: “Brasil encolhe e desce a ladeira” Não vou cansá-los. Para o bom entendedor meia palavra basta, Paulo Paim. Lula, aprenda. V. Ex^a quer que o Palocci aprenda economia com a pobreza, e o País crescendo como rabo de cavalo.

Gráficos. **Folha de S.Paulo**. Segundo o relatório global da Invest: o Brasil caiu da 12^a para a 15^a economia do mundo. Outro dia, quando comecei a governar o Piauí, era a oitava. Pensávamos, Mozarildo, que pelo trabalho do povo do Piauí e do Brasil iríamos avançar para o Primeiro Mundo, para a sétima posição.

É triste constatar que, em 1998, o PIB procurava a oitava posição. Em 2003 baixou, e a queda continua. A Rússia, caso mantenha o crescimento observado nos últimos anos, também ultrapassará o Brasil, já que dificilmente teremos neste ano um crescimento superior a 3%. Houve inflação no período Sarney, mas este Brasil chegou a crescer 8%. O Brasil é o País que tem mais perdido posição no *ranking* desde 1998. O País foi ultrapassado pelo Canadá, Espanha, México, Holanda, Índia, Austrália e Coreia do Sul. E o pior, num *ranking* de 171 maiores países, o Brasil ocupa a posição de número 160. Na distribuição de renda, estamos em 76^o lugar.

E a doença está aqui. Oh, Palocci, é o desemprego. “Desemprego apavora brasileiro. Medo do desemprego aumenta.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Paim, jornal **Zero Hora**, do bravo povo gaúcho. “Desemprego fecha mais de 9 mil vagas na região metropolitana”

Quero dar também outro ensinamento, Senador Heráclito Fortes. Nos anos 60, quando fazia as minhas declarações de imposto de renda com os médicos, chegamos à conclusão, Senador Heráclito, de que, em um ano, se trabalhava um mês para o Governo. E os médicos achavam muito. Rapaz, em um ano se trabalha um mês para o Governo. Agora, meus amigos, atentai bem, brasileiras e brasileiros, atentai Paim ao seu amor ao Rio Grande do Sul, é muito pior. Mas nem tudo está perdido, vamos mudar esse time, Lula, e vamos botar o Paim, que tem responsabilidade política e sensibilidade. Nos anos 60, Senador Heráclito, não sei se o Presidente trabalhava, mas eu trabalhava como médico na Santa Casa de Misericórdia em minha cidade. De um ano de trabalho, pagávamos um mês para o Governo. Atentai bem: **O Globo**: “Carga tributária subiu para 30...” Brasileiras e brasileiros, são todos irmãos assaltados a cada dia pelo Governo: trabalham quatro meses e quinze dias para pagar todos os impostos. Antes, repito, era um mês. Trabalha-se hoje, segundo **O Globo**, quatro meses e quinze dias por ano para este Governo. Então está ruim, e essa é a verdade.

Entretanto, o Brasil melhorou porque o nosso maior patrimônio é a democracia, uma conquista nossa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo o aparte ao Senador do Piauí, Senador Heráclito Fortes, que também foi prefeito, extraordinário prefeito da nossa capital Teresina do Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Em primeiro lugar, quero me associar a V. Ex^a, já não digo com relação a um apoio, mas à torcida de que o Senador Paulo Paim finalmente seja reconhecido e se torne Ministro deste Governo. Pelo menos vamos ver um político, um cidadão, um petista com sensibilidade para o diálogo, e tenho certeza, Senador Mão Santa, se esta sua profecia realmente se concretizar quem vai ganhar é o Brasil. Mas, enquanto V. Ex^a discursava, recebi da minha assessoria as manchetes de jornais da nossa terra. Vou ler apenas uma que se enquadra bem ao discurso de V. Ex^a: “Docentes decidiram entrar na justiça contra Governo Federal” São os funcionários da Universidade Federal do Piauí, Senador Mão Santa, que esperaram o cumprimento daquelas promessas feitas em palanque, bem recentes, no ano de 2002, quando se prometiam corrigir todas as injustiças que, segundo se pregava à época, teriam sido cometidas pelo Governo Fernando Henrique. Daí por que tivemos nesta semana, nas galerias, a presença de representantes da Polícia Federal; já tivemos os policiais rodoviários, enfim, toda a classe trabalhadora brasileira que votou no PT exatamente por aquelas promessas de solução imediata para seus problemas. E o que estamos vendo é isso. Quero me solidarizar com os funcionários da nossa universidade – tenho certeza de que é a mesma intenção de V. Ex^a – e colocar esta tribuna à disposição deles, para que possamos transmitir ao Brasil e ao Senado da República as suas justas reivindicações. Por outro lado, Senador Mão Santa, quero parabenizá-lo por mais este pronunciamento que faz à Nação neste dia de sexta-feira. Eu não podia deixar de registrar, com muita alegria, uma grande novidade nesta sexta-feira: a presença da Líder do PT Senadora Ideli Salvatti. Aquele apelo que fiz na sexta-feira passada, reclamando da presença de membros do Governo para defendê-lo, surtiu efeito. Santa Catarina está perdendo hoje a oportunidade de ter a Senadora percorrendo, com sua popularidade, as ruas de Florianópolis, abraçando os seus correligionários. Mas ela pelo menos está aqui cumprindo o seu dever de Líder do Governo; está aí atenta, para defender o Governo, quando acha que tem razão. Como vi que ela até agora está calada com seu discurso, como ficou calada com o discurso lúcido da Senadora Serys Slhessarenko – que aniversariaria hoje, Senador Mão Santa, vamos abraçá-la –, é sinal de que a Líder está concordando. De forma que esse é um bom caminho para o entendimento. Meus parabéns, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador pelo Piauí, Heráclito Fortes, pelo seu aparte e o incorporo ao meu discurso, e também a pressão que ele tem com a máquina.

Quis Deus estar presente aqui Pedro Simon, símbolo das virtudes da nossa política não do Rio Grande do Sul, mas do Brasil. Eu fui sacrificado porque defendia que o meu Partido deveria ter como Presidente ou Pedro Simon ou Itamar.

Quero lembrar, brasileiras e brasileiros, quatro meses e quinze dias do seu trabalho é para o Governo ter avião zero, carro zero e nota zero! Quatro meses de salário para o Governo. O povo é o poder, o povo é que paga, o povo é que é patrão. Quatro meses e quinze dias, brasileira e brasileiro que agora está trabalhando, para pagar a mídia, para sustentar Duda Goebbels Mendonça, para não termos a Polícia Federal na sua integridade caso haja necessidade de mantermos o lema positivista Ordem e Progresso, para não termos mais os professores – como denuncia a universidade que me formou e me faz aqui ter essa firmeza e esses conhecimentos – em greve.

Senador Paulo Paim, ainda há tempo. Não estamos contra o Governo, desejamos o melhor, mas somos comprometidos. Nós pedimos voto, votamos e trabalhamos, e quero dizer que o PMDB não está bem representado. O PMDB estaria bem representado no Governo se estivessem lá, melhorando a equipe, homens da estirpe de Pedro Simon.

Senador Paulo Paim, eu quisera que V. Ex^a estivesse em nossa convenção. Quando um orador lembra Ulysses Guimarães, todos aplaudiam. Faziam o mesmo quando alguém citava Pedro Simon. É esse time que nós queremos. Lembramos que ainda há tempo, mas só há uma saída: este País ter crescimento e trabalho. Como Rui Barbosa disse, é preciso haver entendimento, porque o trabalho e o trabalhador vêm antes. O trabalhador deve ter primazia, deve ter apoio, é preciso dar-lhe força, porque é ele que faz riqueza. Esse Governo, orientado por Palocci, perdido no labirinto da economia, colocou como deus o capital, o dinheiro. Como a brava mulher e líder deste País, He-loísa Helena, disse, este Governo está servindo “para encher a pança dos banqueiros” com a fome, a pobreza, a desgraça, o desespero e a perda de esperança do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a palavra com base no art. 14, VI, do Regimento Interno, porque fui citada várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti, para uma explicação pessoal. S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para explicação pessoal. Sem revisão a oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro quero deixar registrado que minha presença na tribuna nesta sexta-feira tem por objetivo participar dos debates, mas devo retirar-me logo porque tenho uma consulta, ao meio-dia, no Sarah Kubitschek não por conta das calúnias, mas da coluna, que infelizmente me inferniza.

Eu queria dizer aqui, de forma muito clara, que determinados pronunciamentos, determinadas falas fogem à racionalidade e ao bom-senso e afrontam a inteligência média da população, pois atribuem a quem governa há 15 meses todas as mazelas deste País: a concentração de renda, o fato de a nossa economia ter baixado da 8^a para a 15^a colocação, uma das distribuições de renda mais injustas do planeta e o desemprego que assola o País. Isso tudo é responsabilidade de quem governa o País há 15 meses? Quem imagina que as pessoas sejam tão idiotas a ponto de responsabilizar quem está há 15 meses no poder por todas essas mazelas? Principalmente porque pelo menos três quartos desse período foi usado para colocar, de novo, a Casa em ordem, para colocar, de novo, a economia nos trilhos, a fim de controlar a inflação, possibilitar a baixa do risco Brasil e do dólar, garantir a credibilidade externa e investimentos, assim como retomar o crescimento.

Eu diria que gastamos praticamente todo o ano de 2003, queimamos um quarto do nosso Governo, para fazer o País voltar à normalidade. Agora, vir a esta tribuna e dizer que o desemprego que está aí é fruto da incompetência do Governo Lula, que não cumpre as promessas feitas... Parem! Eu quero, aqui, responder, não invocando o bom-senso, mas aquilo que se afere, que se pergunta, que se investiga, que se pesquisa.

Foi divulgado, no dia 29 de março o **CNT/Sensus**: “Maioria aponta Governo FHC como causador do desemprego”, ou seja, a Pesquisa **CNT/Sensus**, divulgada na segunda-feira pela Confederação Nacional de Transporte, revela que “a maioria da população brasileira – 31,5% – atribui ao Governo anterior de Fernando Henrique Cardoso a responsabilidade pelo desemprego no Brasil”, ou seja, a média de inteligência do povo brasileiro identifica, sim, que as coisas têm responsáveis. O PT montou uma coligação ampla para chegar ao Poder para ganhar as eleições. O Governo não é do PT; é de uma coligação de vários Partidos que participaram do primeiro e do segundo turnos e, depois integraram o Governo, como é o caso do PMDB. Essa coligação pegou este País – para dar conta de

fazer os avanços e as mudanças de que o povo tanto precisa – numa situação que vem se arrastando há séculos. Volto a dizer: as elites governam este País há séculos, e a população sabe disso e entende o que acontece. Ao ser perguntada, as pessoas respondem dessa forma. Por isso acho que é de bom tom que nos responsabilizem por aquilo que é de nossa responsabilidade. Certo Parlamentar está lançando o adesivo “Governa Lula”. Esse mesmo Parlamentar fez parte do Governo anterior como Ministro. Foi responsável pelo apagão, pelo qual todos nós estamos pagando. Em nossas contas de energia está incluído o seguro apagão, fruto da irresponsabilidade de quem fez a privatização pela metade, reduziu à metade os investimentos e não investiu em geração de energia elétrica. Esse mesmo Parlamentar agora faz o adesivo “Governa Lula”, baixou o troféu não sei o quê.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho vontade, às vezes, de trazer a lamparina, a vela e a continha de luz para entregar-lhe, por que foi Ministro, foi o Ministro do apagão. Então, vamos fazer tudo com calma, com jeito. Vamos colocar os pingos nos is. Temos responsabilidades, temos problemas no Governo? Claro que sim. Temos reconhecido isso. Todavia, só nós não. Quinze meses contra quinhentos anos... Acho que tem de ser feita uma média ponderada. Vamos fazer uma média ponderada das responsabilidades.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Evidentemente, baseada no Regimento, a Senadora Ideli Salvatti pediu a palavra para defender-se, mas em vez de fazer sua defesa – daí a minha questão de ordem –, partiu para o ataque. Lamentavelmente, acusou um Governo do qual tive a honra de ser Líder no Congresso, que se mais não fez foi exatamente porque o Partido dela impediu, mediante as obstruções da votação das reformas. Queria que a Senadora Ideli Salvatti dissesse à Nação qual é o tempo de que o Governo atual precisa para arrumar a Casa, porque já trocou de vassoureira, de contínuo, demitiu gente, e a Casa continua desarrumada, o caos continua o mesmo. Se hoje cobramos determinadas atitudes do Governo foi porque ele prometeu, durante 20 anos, em praça pública. Se hoje a população está impaciente fazendo greve, é porque esperou durante 15 a 20 anos; o povo votou no atual o governo na es-

perança de que essas conquistas fossem realmente cumpridas e até agora nada aconteceu.

De forma que, quero lamentar que se use a explicação pessoal não para se defender de algum ataque, mas para atacar um governo que tem os seus pecados. Outra questão que gostaria de pedir à Senadora era a definição do que o governo passado fez de bom e de ruim, porque este Governo se vangloria da safra agrícola do Brasil, que é produto do governo passado; honra-se com a estabilidade econômica e com o sucesso do Ministro Palocci, que é trabalho de 8 anos do governo passado. Então, deveríamos fazer um tratado do que é bom e do que é certo para podermos definir. Agora, S. Ex^a tem o direito de escolher qual é o tempo que o Governo precisa para arrumar a Casa, lembrando que um terço desse tempo já foi queimado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a terá a palavra agora, pois está inscrita para falar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço a V. Ex^a que me deixe falar porque pedi regimentalmente o tempo, por ter sido citada no discurso do Senador anterior, e usei da palavra dentro do tempo para explicar o que entendia ter sido ataque, não só a minha pessoa mas ao governo que represento. Se errei defendendo o Governo, ao invés de me defender, o Senador Heráclito Fortes pediu a palavra para uma questão de ordem e não fez questão de ordem nenhuma. Fez novamente um monte de ataques com relação à minha pessoa e ao Governo que represento.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os dois não usaram da palavra para o fim que pediram. Gostaria que a V. Ex^a viesse a usar os vinte minutos a que tem direito para dar oportunidade aos outros de falarem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem foi o dia 1º de abril, popularmente conhecido como o Dia da Mentira. Nesse dia, quando costumamos pregar peças nos outros, pegadinhas, o PSDB lançou uma nota cujo título era “Em Busca da Verdade”. Coisa bem estranha, no Dia da Mentira, “Em Busca da Verdade”. Acho que queriam prestar esclarecimentos a respeito de algumas questões. Até fiquei surpresa ao ler a nota e poder explicitá-la da tribuna.

Em primeiro lugar, a nota começa dizendo que o Ministro da Justiça declarou que haveria uma conspiração para derrubar o Presidente da República. A nota “Em Busca da Verdade” põe na boca do Ministro da

Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, a declaração da conspiração, quando todos nós assistimos a fita em que aparece o Subprocurador-Geral, José Santoro, achando um bicheiro, tentando obter uma fita. Até agora ninguém entendeu por que ele a queria, já que esta havia sido entregue há 20 dias, conforme declarações desta tribuna, ao Ministério Público. A fita mostrava o Subprocurador-Geral, Dr. Santoro, dizendo em vários trechos que, se ele fosse pego pelo Dr. Fonteles, seria visto que ele queria ferrar o assessor do José Dirceu, seria interpretado como o “sacana do Santoro resolveu acabar com o Governo do PT”. Em outro trecho diz: o Fonteles vai me ver tomando um depoimento para ferrar o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o homem mais poderoso do Governo, ou seja, para derrubar o Governo Lula.

Então, como é que põem na boca do Ministro da Justiça uma declaração que foi repetida inúmeras vezes, diversas vezes, várias vezes, de que uma conspiração poderia ser enxergada, ser vista para derrubar o Governo Lula, para ferrar o José Dirceu, para derrubar o Governo do PT? Quem estava declarando isso em alto e bom som para toda a Nação ver naquela fita era o Dr. Santoro. A segunda nota...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me desculpe, Senador José Jorge, mas tenho uma longa fala e não queria interromper o meu raciocínio. Só um minuto.

O segundo item da nota do PSDB, a tal da “Em Busca da Verdade”, diz que se procura agora intimidar o Ministério Público. O Ministério Público não está **sub judice**, é uma instituição das mais respeitáveis e comprometidas com a defesa da cidadania, o direito do cidadão, o respeito à legislação ambiental, o combate à corrupção. O Ministério Público é uma instituição que, indiscutivelmente, é um dos principais pilares da democracia do nosso País. Portanto, não está **sub judice**; quem está **sub judice** são os três Procuradores.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Muito bem! O PT defendeu isso durante vinte anos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sempre defendemos e não vamos deixar de defender o Ministério Público. Os três Procuradores **sub judice** são o Dr. Santoro, o Dr. Serra Azul e o Dr. Avelar.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Mas V. Ex^a concedeu um aparte ao Senador Pedro Simon e não a mim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não concedi. S. Ex^a falou simplesmente, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a está me discriminando.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Como sempre, o Senador Pedro Simon tem um apreço por todos nós e faz assim. Nós respeitamos, porque temos um carinho imenso por S. Ex^a.

O Dr. Fonteles abriu sindicância, pediu pressa, urgência, deu uma semana para que o inquérito seja instalado e os responsáveis possam ser punidos. O Dr. Fonteles, que, felizmente, não tem o apelido de engavetador, muito pelo contrário, é uma personalidade ágil, responde prontamente, deu pressa. Quer realmente punir se culpa houve, se ficar devidamente comprovado que esses três Procuradores e não o Ministério Público agiram ao arrepio da lei, ao arrepio das normas de funcionamento do Ministério Público.

Na nota “Em Busca da Verdade” ainda aparece num outro trecho que, além de intimidar o Ministério Público, estaríamos querendo desorganizar a Polícia Federal, retirar a autoridade essencial às suas investigações. A Polícia Federal está em greve. Já registrei aqui e acho que é a quarta vez que vou registrar: a Polícia Federal está em greve para cumprir uma lei que dá direito aos técnicos poderem ganhar como nível superior. A lei é de 1996. Vou frisar de novo: 96, 97, 98, 99, 2000, 2001, 2002 e 2003. Agora é que eles estão fazendo a greve para exigir que seja cumprida a lei de 96. A Polícia Federal está em greve, mas o inquérito do Waldomiro continua a todo vapor. Aliás, tenho visto – e penso que todo mundo tem visto – a Polícia, inclusive em outras situações, prendendo gente com um colete “Polícia Federal em greve”, mas agindo, trabalhando.

Então, o inquérito do caso Waldomiro continua, estão sendo feitos os depoimentos. O tal do Waldomiro, que dizem não foi ouvido, foi ouvido, sim. Ele foi chamado no inquérito; ele não falou, utilizou uma prerrogativa constitucional, que todos nós temos, de só ser ouvido em juízo. Agora, vir aqui dizer que ele não foi ouvido, não. O inquérito que está aberto chamou o Waldomiro, está chamando o Buratti, ou seja, a tudo que tem aparecido, prontamente o inquérito tem dado celeridade.

Há uma questão que já citei e vou citá-la de novo: o inquérito aberto por determinação do Presidente da República, no dia 13 de fevereiro, pediu a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de diversas autoridades, inclusive do Waldomiro, também dos telefones que ele usava lá no gabinete da Casa Civil. Desde o dia 20 de fevereiro, o pedido feito à justiça para quebra dos sigilos telefônico, bancário e fiscal, infelizmente, até agora, não foi cumprido. Aí parece que é o Executivo, é a Polícia Federal, é o Ministério da Justiça que não estão investigando. Então, vamos dar responsabilidade a quem de direito. Não entendo. Quero dizer, Sr. Pre-

sidente, que não consigo entender por que, num caso desses, a Justiça não tem mais celeridade.

Pensei que a nota “Em busca da verdade” viesse esclarecer uma outra questão. Li desta tribuna diversos trechos de um discurso muito importante feito pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney, em março de 2002, onde S. Ex^a levantava inúmeras reportagens da época, que foi logo em seguida ao caso Lunus, nas quais aparecia uma conexão entre a atuação do Dr. Santoro e o Ministro da Saúde de então, José Serra.

Imaginei que a nota “Em busca da verdade”, da Executiva Nacional do PSDB viesse esclarecer essa questão. Mas não! Tive oportunidade de acessar, ontem, no dia 1º de abril, o *site* do PSDB, no qual há uma declaração do Sr. José Serra, nos seguintes termos:

Quero esclarecer que, ao contrário do que se procura difundir, o Procurador da República José Roberto Santoro nunca foi meu subordinado no Ministério da Saúde. Em setembro de 2000 ele foi indicado, junto com os outros dois procuradores, pelo então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, para fazer parte do Grupo de Acompanhamento de Responsabilização, com a finalidade de apurar reclamações, fraudes e outras irregularidades apontadas pelos usuários do SUS. Até então, eu não conhecia nenhum dos Procuradores indicados pelo Dr. Brindeiro.

Mais à frente, ainda nas declarações do Sr. José Serra:

O Grupo foi instituído através da Portaria conjunta do Ministério da Saúde e Procuradoria-Geral da República nº 1.112, em 29 de setembro de 2000, e publicada no Diário Oficial 190E do dia 2 de outubro de 2000.

Realmente encontrei a Portaria, na qual foi instituído, no Ministério da Saúde, o Grupo de Acompanhamento de Responsabilização decorrente das ações levadas a efeito pelo Controle Externo e Interno da Administração dos Reclamos dos Usuários do Sistema Único de Saúde. Está aqui a Portaria de 2000, assinada pelo Ministro José Serra e pelo Dr. Geraldo Brindeiro, Procurador-Geral da República à época. Na Portaria de 2000, realmente não aparece o nome do Dr. Santoro. Ela cria o Grupo, especifica quantos procuradores haverá, quantos membros de cada órgão haverá, mas não cita o Dr. Santoro.

O *site* do PSDB traz a declaração do Sr. José Serra. Mas é interessante que a nota “Em Busca da Verdade” esqueceu – não posso dizer que é mentira, porque talvez seja esquecimento – a Portaria nº 529, datada do dia 30 de abril de 1999; portanto, emitida

quase um ano antes daquela à que se refere na nota em que disse que não conhecia Santoro e que ele nunca tinha sido seu subordinado. Na Portaria nº 529, assinada novamente pelo Sr. José Serra e pelo Dr. Geraldo Brindeiro, aparece explicitamente a indicação: “designar equipe composta pelo Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto José Roberto Figueiredo Santoro, pela Procuradora Regional da República Raquel Elias” e seguem vários nomes.

Portanto, pode ter sido esquecimento, mas seria bom – já que o PSDB lançou “Em Busca da Verdade” e no *site* do PSDB, no Dia da Mentira, estava escrito que o Sr. José Serra nunca teve Dr. Santoro como seu subordinado e que nem o conhecia antes da Portaria de 2000 – que pudéssemos fazer as devidas correções porque quem está “Em Busca da Verdade” tem que deixar...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Líder, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a esperar eu terminar meu raciocínio, conceder-lhe-ei com prazer o aparte.

Temos que deixar essas questões muito claras e explícitas para a população.

Volto ao discurso do Presidente José Sarney. Li alguns trechos e pedi que ele fosse incluído na íntegra em meu pronunciamento da quarta-feira. Ele é uma peça, do meu ponto de vista, preciosa e que pode esclarecer as questões que estamos vivenciando hoje. Quando a história é resgatada na sua verdade, na sua plenitude, indiscutivelmente ilumina os dias atuais e permite o entendimento.

Volto ao discurso do Presidente Sarney porque, num dos trechos, S. Ex^a coloca algo que considero também importante.

No tempo do noticiário da revista **Carta Capital**, a Governadora do Maranhão não era o alvo. Eram os concorrentes internos: Pedro Malan, Tasso Jereissati, Paulo Renato. O primeiro explodiu pelo veto político – foi fácil. O dossiê foi feito contra Paulo Renato. Tasso Jereissati também foi objeto de outro dossiê para ser usado, caso insistisse em ser candidato. Disseminou-se o método e o medo.

E ele continua dizendo:

A serem verdades as aparências, montou-se um grupo estatal para ações políticas.

O Senador Sarney cita, de um artigo da jornalista Mônica Bergamo publicado na **Folha de S. Paulo**, um trecho referente à apreensão feita na Lunus, cujo teor é o seguinte:

Uma das primeiras atitudes do Procurador Mário Lúcio Avelar, do Tocantins, ao colocar as mãos na documentação apreendida, foi disparar telefonemas para o Procurador Santoro, considerado o mais próximo do candidato Serra.

Mais à frente, a Mônica Bergamo coloca a fala do Santoro:

Gente, querem dizer que isso é do Serra? Então escreve: sou o procurador do Serra.

Então, queria aqui deixar registrado mais esse trecho do discurso do Presidente Sarney do dia 21 de março de 2002, para que possamos reuni-lo à avaliação de tudo que está acontecendo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora, continuo aguardando “a conclusão do seu lúcido raciocínio” para que eu possa apartear-la.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – O “raciocínio” é muito longo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas ainda não terminei. É longo, porque as questões são graves. As insinuações e as acusações da nota emitida ontem pelo PSDB são realmente questões sobre as quais precisamos refletir aqui de forma muito clara.

Eu volto a dizer: nós temos um compromisso público com a investigação, com a apuração, com a punição de todos os envolvidos no caso gravado na fita Waldomiro “quero um por cento para mim”. E todas as medidas todas estão sendo tomadas: o inquérito está aberto e a investigação está andando apesar da greve. Há infelizmente muita demora na quebra dos sigilos por parte da Justiça, mas a sindicância na Casa Civil está encerrada.

Temos também todo o interesse em investigar que determinados procuradores estejam deixando o Ministério Público em situação delicada neste momento. As ações determinadas pelo Dr. Cláudio Fonteles, imediatas, duras, consistentes, nos tranquilizam, porque ele não tem fama de engavetador. O Dr. Cláudio Fonteles é um Procurador-Geral da República que tem agilizado de forma eficiente os procedimentos do Ministério Público.

As investigações do caso Waldomiro estão sendo conduzidas pela Polícia Federal e acompanhadas pelo Ministério Público. Então, as providências adotadas pelo Procurador-Geral da República no sentido de investigar a fita do caso Santoro para nós são absolutamente necessárias, eficientes e nós entendemos que é o procedimento adequado para esta situação.

Volto a reafirmar que, apesar da insistência de determinadas personalidades deste Plenário para que abandonemos a nossa prioridade de atividade legis-

lativa para nos dedicarmos às questões que têm outros responsáveis, ou seja, as questões policiais, não terá amparo na base governista, não terá amparo da base do PT, porque entendemos que a prioridade do Plenário do Senado é agilizar as votações, é nos dedicarmos às questões legislativas de importância. Quero registrar que, mesmo com toda a turbulência, esta semana, tivemos a capacidade de, se não terminar a votação dos destaques da reforma do Judiciário na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo menos avançar muito nessa questão, que é tida por nós como prioridade absoluta. Queremos limpar a pauta das medidas provisórias para podermos votar outros projetos importantíssimos que estão aqui e que têm tudo a ver com a retomada do crescimento do nosso País, que está assegurada por todos os indicadores, inclusive pelo cenário internacional. Deste embasamento legislativo fazem parte pelo menos duas questões que estão aqui, para apreciação do Senado: a Lei de Falências, que, se não me falha a memória, está há mais de 12 anos no Congresso Nacional, foi votada na Câmara e está aqui no Senado para que agilizemos a votação, e a Parceria Público-Privada. Esses dois projetos são fundamentais para que possamos ter o andamento, a consolidação do processo de crescimento do nosso País.

Nós não vamos mudar a nossa prioridade. A prioridade da base do Governo, da Bancada PT, do Bloco de apoio ao Governo, é dar continuidade às votações, porque é isso que a população espera. A população espera que, de uma vez por todas, o Congresso Nacional responda à altura das mudanças, das reformas, das modificações estruturantes que precisam ser feitas no nosso País...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Só faltam oito segundos, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ... para que possamos fazer com que essa retomada de crescimento tenha continuidade.

Sr. Presidente, eu queria dizer que não vamos entrar no canto da sereia de mudar a agenda, de mudar a pauta do Congresso Nacional, do Senado da República. Que fique com a Polícia o que é assunto de polícia, que fique com o Ministério Público o que é do Ministério Público, e que o Senado dê a resposta adequada àquilo que a população espera e anseia de todos nós.

Infelizmente, já estou com meu tempo esgotado e não queria ter sido indelicada não concedendo os apertados, mas quero dizer que estarei aqui até perto de meio-dia, pois, como já informei, terei uma consulta. Vários Senadores estão inscritos e poderão falar no tempo de que dispõem, como têm feito às sextas-feiras.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, fui citado pela Senadora Ideli Salvatti e gostaria de dispor do tempo regulamentar para me defender aqui.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do PMDB para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a quer falar para uma comunicação pessoal?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, para me defender, pois fui gravemente acusado aqui.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança da Minoria, após o Senador José Jorge se pronunciar, e transfiro meu tempo para o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pode falar, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Senadora Ideli Salvatti, no seu discurso – eu não estava presente na hora, pois estava ali dando entrevista –, citou meu nome, a pretexto de um *slogan* que estamos colocando agora na propaganda do nosso Partido e que diz: “Governa, Lula!” Antes, o *slogan* do PT era: “Fora FHC”. Esse *slogan* não era golpista, mas queria acabar com o governo após um ano, um governo democraticamente eleito. De vez em quando S. Ex^a diz que há setores da Oposição que estão querendo desestabilizar o Governo. Não me incluo nesses setores, ao contrário, estou querendo estabilizar o Governo. Trago uma matéria para que o Senado testemunhe que o que digo é verdade, inclusive com uma foto minha. Diz o seguinte a matéria: “Quadro próprio de pessoal beneficia agência reguladora”.

Ontem, estive aqui, defendi, discuti, inclusive com a Senadora Ideli Salvatti e com o Líder do Governo, combinamos e fizemos tudo da maneira como está sendo feito. Também estive na reunião da comissão que discute a reforma do Judiciário, da qual sou Relator. Tenho trabalhado em conjunto para essa reforma tão importante, que, como foi dito pelo Ministro José Dirceu, é uma das principais coisas que o Congresso está fazendo. Tenho trabalhado para que o Governo melhore a sua atuação.

A Senadora se referiu à questão do setor elétrico. Eu gostaria de dizer que trabalhei no setor elétrico no seu momento mais difícil. Trouxemos à Comissão, esta semana, a Ministra Dilma Rousseff, que me disse que

fui Ministro no momento mais difícil do setor elétrico. Naquele momento, algumas medidas foram tomadas, inclusive o seguro apagão, a que ela se referiu. Mas nada impede que o Governo, que já conta um ano e pouco, acabe com esse seguro, que foi criado porque era necessário. Porém, se o Governo realmente acha que não vale a pena, pode extingui-lo. Mas foi com esse seguro que conseguimos que o setor atravessasse seu momento mais difícil. Assumi e tive que fazer o raciocínio um mês após, pois era necessário.

Sr. Presidente, eu me senti atingido e vim aqui para me defender e dizer que o Governo pode, a qualquer momento, se acha que o seguro é exagerado, extingui-lo. Mas parece que a idéia da Ministra não é essa, mas prorrogar o seguro, a que sou contrário, por sinal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, pela Liderança do PFL.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

Há orador na tribuna, Senadora Ideli Salvatti. Espero que V. Ex^a apenas escute este seu modesto admirador.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – À vontade, Senador, sou toda ouvidos para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Nação toda é testemunha. Os que acompanham o dia-a-dia...

Eu queria pedir à Senadora Ideli, Líder, que me ouvisse, porque quero... Não vou responder a ela, apenas citá-la.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, tenho dois ouvidos e uma única boca. Portanto, posso ouvi-lo muito bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A Nação brasileira toda é testemunha, Senador Pedro Simon, de que não existe, na história recente, um aliado tão dedicado a um governo como o Senador Sarney tem sido ao Governo Lula. Igual comportamento vem tendo a sua filha, minha correligionária de Partido, Senadora Roseana Sarney, que defende o Governo, inclusive contrariando as diretrizes partidárias. Daí por que a minha grande interrogação. Sabendo que a Senadora Líder do PT é uma pessoa altamente articulada e que trabalha sintonizada com o núcleo duro, mole, frouxo, bom e ruim do Partido, por que esse prazer mórbido de, constantemente, trazer de volta um fato que todos

querem esquecer: o episódio de que foi vítima a Senadora Roseana Sarney? Só esta semana, a Senadora já falou nesse episódio mais de cinco vezes. A Senadora Roseana foi absolvida, teve a sua carreira brilhante interrompida pelo episódio, mas isso não dá o direito de um aliado permanentemente citar esse triste episódio, como se quisesse a ele agarrar-se para se salvar de uma enchente que vai tragando tudo que encontra rio afora. A Senadora Roseana merece o respeito da Nação, principalmente dos aliados; sofreu, tem uma saúde frágil e não deveria, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, principalmente encontrando-se ausente deste Senado, ter esse episódio citado sistematicamente. É preciso que as pessoas encontrem exemplos mais sólidos para justificar erros atuais. É preciso que o Governo entenda que não é batendo em aliados, citando exemplos como esse, que vai convencer a Nação. É bom que a Senadora, que à época morava em Santa Catarina, acompanhe pelos jornais de então qual foi o comportamento do seu Partido no episódio do Maranhão. Isto não lhe dá direito nem passaporte nem autoridade para citar constantemente esse caso.

Sei que dói na família, sei que dói na filha, até bem pouco tempo doía na avó. Será prestado um grande serviço se esse episódio não ficar sendo usado banalmente aqui. O discurso de um pai ferido que vem aqui defender a honra da filha não deve ser usado como argumento para governo nenhum se segurar quando argumentos mais fortes lhe faltam.

Faço aqui esse protesto indignado e mais uma vez registro a minha tristeza em relação a esse modelo novo que se implantou no Senado de se citar colegas, nunca de maneira elogiosa, quando ausentes estão do plenário. Esta é uma prática que não existia nesta Casa; sempre se respeitou a ausência.

Não tenho nenhuma procuração para defender a Senadora Roseana Sarney, embora seja do meu Partido. Só penso que o PT, pelos seus canais de liderança, deve procurar outros exemplos e não expor uma aliada, que tem sido fiel, que tem trabalhado no sentido de conciliar contrários e dar estabilidade ao Governo, algo que os que originaram a conquista deste Poder não conseguem fazer.

Perdoem-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha indignação, mas é de tristeza, porque acho que os argumentos para defesa dos erros do atual Governo têm que ser procurados em outros campos e não nesse. Tenho certeza de que a Senadora Líder do PT fará uma reflexão e verá que a Senadora Roseana não merece ser lembrada por esse episódio.

Eu gostaria que a Senadora e o seu Partido lembrassem o grande governo que ela fez no Maranhão – este é o testemunho de um vizinho seu –, um gover-

no respeitado pelos adversários por ter sido correto, sério e honesto.

Eu gostaria que fosse lembrado aqui o sacrifício que a ex-Governadora vem fazendo para dar rumo ao atual Governo e não este episódio que não constrói, muito pelo contrário, traz constrangimento para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra para uma comunicação inadiável ou para uma comunicação partidária, como Líder do PMDB, conforme V. Ex^a achar conveniente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Quero pedir a palavra pela Liderança do PT, em seguida ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge pela ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou aproveitar esta oportunidade para esfriar os ânimos deste Plenário. A fim de voltarmos a discutir efetivamente os temas nacionais, vou dar algumas palavras sobre o setor de educação.

A educação está sendo mal conduzida por este Governo, não está sendo conduzida de forma técnica. Não se estão considerando as pessoas que trabalham, ou trabalharam, anos e anos, no setor educacional. Gostaria de fazer algumas observações sobre o que penso estar acontecendo com a educação.

No Brasil, o setor é estruturado legalmente. Ao contrário, por exemplo, do setor de saneamento, que não tem um marco regulatório, no qual ninguém sabe qual a atribuição de A, de B ou de C. Isso não acontece com o setor educacional. Temos um capítulo na Constituição, aprovado por acordo de todos os Partidos na Constituinte. Temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1996, depois de tramitar nesta Casa por 10 anos, de que tive a honra de ser o Relator final da reforma na Câmara, e temos o Plano Nacional de Educação, que também tramitou no Senado, do qual também fui Relator. Então, há toda uma estrutura legal. Trata-se de um sistema que vem evoluindo, do ponto de vista quantitativo principalmente – há uma série de questões qualitativas -, mas que deve ser alterado com responsabilidade, levando-se em conta o que já está colocado em toda essa legislação que acabei de citar.

Ocorre, em primeiro lugar, que o Governo nomeou Ministro da Educação o nosso colega Senador

Cristovam Buarque, ligado ao setor, ex-Governador do Distrito Federal e ex-Reitor da Universidade de Brasília – UnB. S. Ex^a acompanha toda a questão social brasileira, escreve a respeito e tem sido sempre, sem sombra de dúvida, um defensor da melhoria da qualidade de vida da população mais pobre.

O Ministro Cristovam Buarque, em um ano no Ministério, iniciou uma série de programas. Creio que se existe uma crítica que se possa fazer ao Ministro é por excesso de programas diferenciados criados por S. Ex^a, porque faltou um pouco de foco em alguns programas fundamentais. Mas a verdade é que havia toda uma estrutura para atender aos problemas das áreas mais carentes, como o analfabetismo. Após um ano de Governo, Senador Heráclito Fortes, o nosso companheiro Cristovam Buarque foi demitido por telefone, quando representava o Brasil em Lisboa, Portugal. Foi um absurdo o que fizeram com o nosso companheiro Senador Cristovam Buarque, com a história que tem S. Ex^a.

Nomeou-se, então, o Ministro Tasso Genro para a educação. Na verdade, o Ministro Tasso Genro não é do setor educacional, mas era considerado um executivo importante no PT. Dizia-se até que se Lula não fosse candidato a Presidente ele seria em seu lugar. Mas, desde que chegou ao Ministério da Educação, S. Ex^a está cometendo uma série de trapalhadas – esse é o termo certo –, está desprezando toda a cultura técnica que possui o Ministério para cometer uma série de trapalhadas. Vou citar algumas aqui.

A primeira, que começou com o Ministro Cristovam Buarque, foi o fim do Provão. Eu trouxe uma edição da revista **Veja**, que traz na capa um desenho do Lula carregando o José Dirceu. Eu não queria mostrar isso, mas, infelizmente, tive que mostrar. Na realidade, o que quero mostrar é a manchete seguinte: “Os 260 melhores cursos do Provão”. Veja bem, Senador Romero Jucá, a **Veja**, uma das mais importantes revistas semanais, dedica-se a fazer uma matéria de dez, doze páginas sobre o ensino superior, levando em conta os resultados do Provão. Isso demonstra que o Provão é importante, e os jornais e revistas mais importantes do Brasil – **Folha de S. Paulo**, **O Globo**, **Estado de S. Paulo** – levavam em conta os seus resultados.

Questionam se o Provão era perfeito. Nada é perfeito, tudo merece ser melhorado. Mas o que fez o Governo? Acabou com o Provão. Então, no ano que vem, se a **Veja** quiser fazer essa matéria, informar sobre os melhores cursos do Brasil, não será possível porque o sistema que montaram é burocrático, ineficiente e sem credibilidade. Nenhum órgão de imprensa sério pode levá-lo em conta. Foi grave acabar com o Provão.

Hoje mesmo me admirei de uma manchete intitulada: “Lula quer Provão para o Ensino Fundamental”.

Ora, Sua Excelência quer acabar com o provão para o ensino superior e quer um provão para o ensino fundamental? O ensino fundamental tem um sistema de avaliação próprio, mas com outro nome. O Presidente Lula, que não entende nada disso – essa é a verdade – emite a opinião de que deve haver um provão, quando já existe um programa de avaliação.

Considero grave o fim do provão.

Segundo ponto: o Governo quer acabar com o Fies, que é um sistema de financiamento do ensino superior pelo qual os estudantes de escolas privadas recebem um financiamento a ser pago após terminarem o curso.

Tenho em mãos uma matéria do **Correio Brasileiro**, intitulada “Órfãos do Fies”. Uma série de estudantes precisava do Fies, que foi extinto, não receberá mais inscrições. Por quê? Porque o Ministro resolveu criar um programa de compra de vagas nas universidades privadas, as chamadas vagas ociosas.

Ora, trata-se de um programa para beneficiar não o estudante, mas o dono da faculdade que está com a vaga ociosa. Regra geral, as vagas ociosas, Senador Romero Jucá – não sei funciona assim em Roraima –, ocorrem quando a escola é ruim ou quando o curso é ruim. Em curso bom e em escola boa não existe vaga ociosa, Senador Pedro Simon. As minorias – negros, índios e estudantes provenientes de escolas públicas – terão reservadas para elas as vagas ociosas das escolas que não prestam, e vamos pagar para viabilizar essas escolas.

Portanto, esse programa beneficia muito mais os donos das escolas do que os alunos, que não querem ser beneficiados por vagas ociosas em escolas ruins, mas sim por vagas boas em escola pública, ou então com o financiamento, na escola que escolherem. Fora disso, serão beneficiados aqueles que exploram o ensino privado no Brasil.

E outro ponto: o Ministro também está mudando as regras para autorizar a abertura de faculdades. Atualmente qualquer pessoa pode propor a criação de uma faculdade em determinado lugar. O Conselho Nacional de Educação decide sobre o pleito, mas a iniciativa pode ser de qualquer empresário ou educador que queira abrir uma faculdade.

Conforme a nova regra que o Ministro pretende implantar, o Governo é que define onde a faculdade pode ser aberta. Com isso, quem se beneficia? Os atuais donos de faculdade, porque ganharão um monopólio. Sempre que se pretender abrir uma faculdade em um lugar em que já exista uma, o dono alegará a existência da sua para impedir que outra seja criada. Então, o Governo não poderá propor um local onde já exista uma faculdade.

Quando há monopólio, em qualquer setor da economia, o que acontece? Aumenta o preço e diminui a qualidade. Esse modelo que S. Ex^a pretende implantar já foi aplicado em diversos segmentos. Antigamente – acredito que todos devem se lembrar –, para se abrir um posto de gasolina, era preciso haver autorização de um burocrata qualquer. E o que isso gerava? Corrupção. A pessoa pagava a esse funcionário para ter a autorização. A corrupção, por sua vez, gerava o monopólio, pois onde havia um posto não poderia haver outro. Então, não havia concorrência.

Na realidade, o sistema que se pretende implantar gerará, em primeiro lugar, monopólio. Como consequência, haverá aumento de preço e piora da qualidade. Em segundo lugar, gerará corrupção, porque os donos das escolas atuais impedirão que se abram outras escolas.

Outro problema que considero gravíssimo são as cotas. Na realidade, Sr. Presidente, a sociedade brasileira, muito justamente, tem se mobilizado para que sejam implantadas cotas para minorias – negros, índios, pessoas provenientes de escolas públicas, deficientes físicos, etc. Aqui no Congresso mesmo, temos projetos de diversos Senadores e Deputados propondo cotas. Um propõe 30% para negros, outro propõe 20% para estudantes provenientes de escolas públicas. Existe até um projeto bastante radical da Senadora Ideli Salvatti segundo o qual as vagas nas escolas públicas seriam proporcionais à origem do aluno. Por exemplo, se, em um lugar, 80% dos estudantes vêm da escola pública, 80% das vagas nas universidades seriam para os estudantes da escola pública. Existem projetos de todo tipo, para todos os gostos. E a Comissão de Educação do Senado já está perto de aprovar a utilização de 100% das vagas. Daqui a pouco o estudante normal será minoria, Senador Romero Jucá.

Eu defendo, em primeiro lugar, que as universidades têm que ter autonomia. É o que está na Constituição. Temos de incentivar as universidades para que elas criem os seus sistemas próprios para receber esses alunos. E elas criarão, como algumas já fizeram. Antes mesmo da aprovação desse projeto, uma universidade do Rio de Janeiro já criou o seu sistema. Outra está criando agora. No entanto, cada uma tem suas regras, estabelecidas por pessoas que entendem muito mais do assunto do que nós, que apresentamos projetos.

Apresentei também um projeto, em que mencionei o art. 53, item XI, da LDB, que trata das universidades e de seus processos de seleção, nos seguintes termos:

Instituir, nos processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação, critérios que contemplem o acesso de

estudantes e segmentos da sociedade com menor renda e de grupos étnicos desprivilegiados, bem como dos que tenham cursado a educação básica na rede pública de ensino.

Portanto, definimos na lei que as universidades deverão, efetivamente, levar em conta determinados critérios, e cada universidade, dependendo do local onde esteja, definirá a forma como realizará esse trabalho. Com isso, não precisamos de mais nada. Mesmo assim, o Governo anunciou que editará mais uma medida provisória – deverá ser a centésima a chegar a esta Casa – para fazer que isso seja efetivado.

Creio que, na realidade, temos que defender a autonomia universitária. Temos que incluir na medida provisória que virá do Governo ou nesses projetos uma regra que obrigue a universidade a levar em conta esse critério. Mas que cada universidade resolva isso de acordo com seus princípios, de acordo com o pensamento de seu conselho universitário e com a sociedade que a cerca, que pressionará e discutirá a realização desse processo.

Em relação ao ensino de segundo grau, na verdade, não vemos nada. O ensino médio é, no Brasil, o que tem piores condições. O ensino fundamental, bem ou mal, tem o Fundef; o ensino superior tem o ensino privado, tem o Fies, tem as universidades públicas federais. O ensino médio, entretanto, não tem nada, e está cada vez mais pressionado e em situação mais difícil, porque o ensino fundamental está melhorando a qualidade e aumentando a quantidade de alunos que forma.

O PT, quando era Oposição, sempre alegou que o Fundef tinha um valor muito baixo: em torno de R\$500,00 por aluno. Realmente é baixíssimo, mas, na realidade, durante dois anos, o Governo não aumentou nada. O valor permaneceu o mesmo. O PT dizia que o valor deveria ser R\$750,00, mas ainda não promoveu esse aumento, e o Fundef está na mesma situação, nem pior, nem melhor. Mas não está como o PT dizia que devia estar.

Um projeto do Senador Chiquinho Escórcio – que inclusive é assessor do poderoso Ministro José Dirceu – foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Faço um apelo ao Presidente para que o coloque em pauta, porque ele aumentaria esses valores.

E há aquela idéia, constante de um projeto da Bancada do PT na Câmara, de criar o Fundeb, um fundo que incluiria todo o ensino básico, da educação infantil ao ensino médio. Considero polêmico esse sistema, porque o Fundef constitui-se de recursos estaduais, federais e municipais, enquanto o Fundeb tem uma parte do ensino médio, que é responsabilidade

só do Estado, e uma parte da educação infantil, que é responsabilidade só do Município. Quando se misturar tudo, e principalmente se não se aumentarem os recursos, corremos o risco de não melhorar a educação infantil, não melhorar o ensino médio e de piorar o ensino fundamental.

Na realidade, o Governo não se pronunciou até agora sobre o assunto. Dizem que esse é um programa prioritário do Presidente Lula, idéia de Sua Excelência.

Imagino que, antes de mandar esse projeto para o Congresso, o Ministério da Educação deverá fazer que ele seja tecnicamente discutido. A questão técnica, no Ministério da Educação, foi completamente desprezada, Senador Romero Jucá. Hoje em dia, cada Ministro chega com sua idéia, que, no outro dia, vira medida provisória, que é mandada para o Congresso. O sistema educacional, que não é bom e que precisa melhorar, está correndo sério risco de piorar devido a essa atuação atrapalhada, desastrada.

Sr. Presidente, terminarei meu discurso fazendo um apelo aos reitores das universidades federais e à comunidade universitária de uma maneira geral para que defendam a autonomia universitária. Não vejo declarações nem movimentos dos reitores nem dos conselhos universitários para que a autonomia universitária seja preservada. As universidades têm esse direito, e não poderá um governo, poderoso durante 15 ou 20 minutos, acabar com a autonomia universitária.

A questão das quotas é importante, mas tem de ser decidida por cada universidade, inserida no seu contexto, e não por medida provisória ou por um Ministro que ocupe o cargo por um ou dois meses e que, na realidade, não entende os princípios fundamentais que nortearam e que norteiam a educação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Considerando que o Senador Romero Jucá é o único presente da Liderança do PMDB, concedo nesses termos a palavra a S. Ex^ª, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, farei dois registros bastante rápidos porque sei que muitos oradores ainda querem fazer uso da palavra.

Primeiramente, informo sobre a reunião de ontem da Direção do PMDB com a Coordenação Política do Governo, em que o meu Partido, por intermédio do nosso Líder no Senado, Senador Renan Calheiros, apresentou ao Governo uma proposta para que efe-

tivamente possamos construir um pacto pelo desenvolvimento.

O PMDB está muito preocupado com o rumo que a discussão política está tomando – ataques e alegações que efetivamente não são construtivas – e com o que, paralelamente a essa discussão, está sendo apurado. O PMDB quer retomar o leito da construção de um País melhor, com ações concretas.

Para isso, na próxima semana, o PMDB apresentará ao Presidente Lula uma agenda com uma série de propostas efetivas, que balizarão esse pacto pelo desenvolvimento. As propostas tratarão da construção de soluções para investimentos microeconômicos, com repercussão direta na atividade produtiva, priorizando as pequenas e médias empresas, até o aumento do salário mínimo a percentuais maiores que os 10% propostos pela área econômica do Governo.

Queremos injetar recursos na economia. Temos de elevar o padrão de consumo da sociedade brasileira e ter crescimento econômico. Portanto, o PMDB entende que, neste momento, é fundamental construir esse pacto, com todos os Partidos, com todos os segmentos da sociedade, com todo o Governo inserido numa nova operação, numa nova ação administrativa, para que possamos efetivamente sair em direção ao País que queremos.

Assim, em meu primeiro comunicado, gostaria de registrar a satisfação em ver o PMDB apresentar essa proposta concreta. Na próxima semana, o documento será entregue ao Presidente Lula e à Coordenação Política do Governo, para lastrear esse entendimento.

A segunda observação, Sr. Presidente – apesar de ser de âmbito federal –, diz respeito ao nosso Estado, Roraima, representado também por V. Ex^a nesta Casa. Estranho a reunião realizada ontem no Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Ministro Miguel Rossetto, quando foram ouvidas lideranças indígenas para tratar das medidas compensatórias para o Estado de Roraima por conta da homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Pasmem V. Ex^{as} que os grupos étnicos, que os índios presentes a essa reunião eram lideranças macuxis – essas são lideranças do Estado de Roraima –, pataxós – não há no Estado de Roraima, mas na Bahia –, xucurus – há em Pernambuco –, krikatis, potiguaras, guajajaras e trukás. Não vimos wapixanas, taurepangs, wai-wais, enfim, não vimos segmentos indígenas que efetivamente existem em nosso Estado.

Essa reunião teve o objetivo de definir compensações para Roraima, o que não queremos, pois queremos respeito, solução pacífica, construtiva, que não esterilize nosso Estado. Temos dito isso para o Governo.

O pior é que, estranhamente, participaram da reunião o Deputado Eduardo Valverde, do PT de Rondônia, e a Deputada Perpétua Almeida, do PCdoB do Acre. Não participou nenhum parlamentar da Bancada Federal de Roraima, nem Senador, nem Deputado Federal.

O Ministro Miguel Rossetto está com a maior boa intenção de ajudar o Estado de Roraima – temos seis milhões de hectares que estão sendo titulados para o Governo do Estado –, sei que o Ministro tem a boa intenção de resolver o problema, mas é importante que ele não caia em armadilhas, não vá ouvir segmentos que, efetivamente, não têm relação com o Estado de Roraima.

A minha palavra é de alerta. Se o Ministério do Desenvolvimento Agrário quer, efetivamente, resolver as questões de terra em Roraima, deve chamar o Governador Flamarion Portela, do PT, os três Senadores do Estado e os oito Deputados Federais para conversar.

Não será por atalhos, com outros segmentos, que se vai chegar a uma posição, até porque, se isso ocorresse, estaria sendo ferida de morte a representação democrática do nosso Estado. Fomos eleitos para representar o Estado em todas as circunstâncias, inclusive nessa.

Deixo nesta Casa esta posição. Peço ao Ministro Miguel Rossetto que atente para esse detalhe, que, efetivamente, procure soluções para Roraima, mas que ouça a nossa Bancada, o Governador, e que trabalhe no sentido de não compensar o Estado, porque a compensação é para quem está perdendo e sendo prejudicando, mas de que haja uma solução justa. Que o Inkra e que o Ministério do Desenvolvimento Agrário cumpram os seus compromissos com as milhares de famílias assentadas no Estado, inclusive com a relocação de áreas indígenas já demarcadas que há mais de dez anos aguardam a sua relocação.

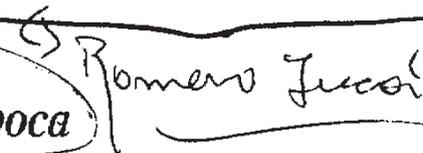
Peço a transcrição da matéria “Raposa/Serra do Sol. MDA propõe medidas para compensar Estado de Roraima após a homologação”, bem como das matérias do **Estado de S. Paulo**, “PMDB propõe pacto pelo desenvolvimento”, e do **Jornal do Brasil**, “Um pacto de desenvolvimento. PMDB quer ação conjunta para esvaziar crise”, no meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Maguito e Paes de Barros batem boca


PAULO DE TARSO LYRA

BRASÍLIA – Os senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Maguito Vilela (PMDB-GO) trocaram gritos e ameaças no plenário do Senado, num embate que deixou os senadores presentes em estado de tensão e respiração contida. O neogovernista Maguito defendeu uma apuração do envolvimento de Antero com as fitas gravadas do caso Waldomiro, após a divulgação de um vídeo no qual o subprocurador, José Roberto Santoro, pressiona o bicheiro Carlinhos Cachoeira. O contra-ataque veio certo: Antero declarou que Cachoeira foi padrinho de casamento de Maguito em Goiás.

– Quero ver ele provar que o Cachoeira é meu padrinho.

Se for encontrado algo de irregular nas minhas contas ou na minha conduta, renuncio ao meu mandato aqui na tribuna – desafiou Maguito.

O tucano não se comoveu com o desprendimento político do peemedebista. Pelo contrário. Subiu à tribuna e, rouco de raiva, cobrou do senador goiano a assinatura do pedido de CPI do caso Waldomiro Diniz.

– Não venham querer transformar o Santoro em golpista e o Waldomiro em santo. Diante do seu desaparego, assine a CPI. Vamos apurar todo esse iamaçal. Investigue-me, mas investigue também o chefe da Casa Civil, José Dirceu – esbravejou Antero.

O tempo passava e o clima de tensão não aliviava. Maguito voltou a pedir a palavra, alegando que, durante o

governo passado, assinou todos os pedidos de CPI que passaram por suas mãos, incluindo o destinado a apurar a privatização do sistema Telebrás e o da compra de votos para garantir a aprovação da emenda da reeleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Assinei todas as CPIs que foram enterradas no cemitério Fernando Henrique Cardoso. E assinarei essa, caso entenda que a Polícia Federal e o Ministério Público não estão investigando o episódio – rebateu Maguito.

A briga só acabou quando o presidente em exercício do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) lembrou que existiam matérias a serem votadas e que a ordem do dia precisava ser iniciada.

Um pacto de desenvolvimento

PMDB quer ação conjunta para esvaziar crise

BRASÍLIA – O comando nacional do PMDB cobrou ontem do Palácio do Planalto uma ação mais efetiva pela retomada do crescimento econômico e se dispôs a articular no Congresso o que está chamando de **um pacto pelo desenvolvimento**. Em café da manhã com o chefe da Casa Civil, José Dirceu, lideranças do partido defenderam ação conjunta da **coalizão governista** para esvaziar a crise política durante o feriado da Páscoa e abrir espaço para uma agenda positiva.

– É preciso virar esta página e governar – pregou o líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL).

O senador alagoano planeja

construir uma agenda com medidas que tenham forte impacto na chamada microeconomia e que levem à geração de empregos. A proposta, apresentada ao chefe da Casa Civil, é de costurar acordo com todos os partidos do Congresso para a aprovação dessas medidas antes do calendário eleitoral. As propostas serão alinhavadas nos próximos dias e apresentadas ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, possivelmente após o feriado.

O PMDB vai insistir na concessão de um aumento real para o salário mínimo, acima dos 10% cogitados pela equipe econômica. O partido também planeja retomar a defesa de algum abatimento no Imposto de Renda ao contribuinte que assinar a carteira de trabalho e oferecer outros benefícios – como recolhimento de contribuição à

Previdência – para empregadas domésticas.

Organizado pelo presidente do PT, José Genoíno, o encontro entre governo e PMDB teve como palco a residência do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Lá estiveram o presidente do PMDB, Michel

PMDB propõe pacto pelo desenvolvimento

BRASÍLIA – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou ontem o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, a marcar, para terça-feira, uma reunião com a cúpula do PMDB. O líder do partido no Senado, Renan Calheiros (AL), pretende apresentar um esboço da proposta de criação de um pacto político pelo desenvolvimento do País, que incluiria partidos aliados ao governo e também os de oposição.

Essa articulação com o comando do PMDB foi acertada ontem por Rebelo durante café da manhã, realizado na casa do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

A criação de um pacto político, com a discussão de propostas concretas para promover o crescimento da economia, seria, segundo Calheiros, uma for-

ma de superar as críticas de paralisia do governo e aliviar a crise política. A idéia dele é procurar, depois da Semana Santa, todos os líderes partidários para acertar uma agenda de trabalho, fazendo um levantamento das propostas, em tramitação no Congresso, para que as mais importantes sejam apreciadas com agilidade.

Cobrança – A cúpula do PMDB aproveitou a conversa Rebelo, que teve a participação dos líderes do PT e do presidente do partido, José Genoíno, para renovar as cobranças ao governo de maior participação do partido nas decisões do Executi-

vo. O presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), lembrou que, apesar de aliado, o partido ainda não está participando do núcleo político. “É preciso construir um governo

forte e de coalizão”, disse. Temer citou, por exemplo, o caso do próprio Aldo. Mesmo filiado ao PC do B, um partido pequeno, está à frente da Coordenação Política do governo.

Segundo o líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), o senador Sarney fez uma avaliação do quadro, sem poupar críticas à morosidade da máquina, enfatizando também a falta de unidade do PT. (C.F.)

CÚPULA DO PARTIDO SE REÚNE COM LULA NA 3.ª

PPA vai permitir revisão anual da meta de superávit

JAMES ALLEN

BRASÍLIA – O Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, aprovada ontem pela Comissão Mista de Orçamento, vai permitir a revisão anual das metas macroeconômicas do governo, como de superávit primário e de inflação. Dispositivo incluído pelo relator do projeto, senador Sibá Machado (PT-AC), prevê que, embora a meta de superávit definida para os próximos anos seja sempre de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ela poderá ser revista anualmente.

“Se o governo não cumprir o PPA, o Legislativo pode tomar a iniciativa de fazer a revisão anual das metas”, avaliou o coordenador do PT na comissão, deputado Virgílio Guimarães (MG). Para ele, o relatório de Machado é mais avançado que o do senador Saturnino Braga (PT-RJ), que previa redução gradual do superávit primário até 3,75%, redirecionando suas receitas para investi-

mentos públicos no período.

Machado prevê o critério do superávit anticíclico e a mudança do cálculo dos investimentos na conta do superávit. O conceito do superávit anticíclico prevê que parte dos recursos arrecadados num determinado ano seja utilizada como investimentos em anos de crise. A meta é retomada no momento em que a economia volte a acelerar.

Machado disse que as inovações foram acertadas com o governo. “Negociamos a desoneração dos investimentos das estatais e para a infra-estrutura e os ministros da Fazenda, Antônio Palocci, e do Planejamento, Guido Mantega, concordaram em adotar esses dispositivos para o próximo ano”, contou.

O governo conseguiu unir a base na comissão para aprovar o PPA, mas terá um teste mais duro para rejeitar os destaques a serem votados terça-feira. Favorável ao PPA, o deputado Pedro Novais (PMDB-MA), criticou os valores adotados para as receitas previstas para o governo no período do plano. A crítica foi apoiada pelo deputado Alberto Goldman (PSDB-SP).

RAPOSA/SERRA DO SOL MDA propõe medidas para compensar Estado de Roraima após homologação

O Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rosseto, recebeu ontem um grupo de lideranças Macuxi, Pataxó, Xukuru, Krikati, Potiguara, Gajajara e Truká para tratar sobre as medidas 'compensatórias' ao Estado de Roraima com a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Ele apresentou seis propostas e disse que até hoje o Estado não apresentou projeto de desenvolvimento envolvendo a requisição de terras. As informações foram repassadas à imprensa pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que também participou da reunião.

Os deputados Eduardo Valverde (PT/RO) e Perpétua Almeida (PCdoB/AC), também participaram da reunião. Esteve presente ainda o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart.

O ministro Miguel Rosseto apresentou seis ações a serem desenvolvidas pelo Incra com o apoio do governador de Roraima, Flamarion Portela (licenciado do PT), que decorrerão da assinatura do decreto de homologação. Ele se comprometeu a solicitar audiência entre o presidente da República Luis Inácio Lula da Silva (PT) e as lideranças indígenas para antes do dia 19 de abril.

Segundo o ministro, o Incra vai identificar e reassentar, de imediato, todas as famílias desentrosadas da terra indígena São Marcos e re-locar em projetos de assentamentos as famílias indenizadas da Raposa/Serra do Sol que se enquadrarem como clientes da Reforma Agrária.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário, por meio do Incra vai ainda, disponibilizar terras para criar este ano assentamentos para 2.800 famílias no Estado.

O Ministério deverá georeferenciar e regularizar um milhão de hectares via legitimação de posses com até mil hectares. Essa área é destinada a criação de um pólo de produção no Estado para atender aos arroteiros e outros produtores.

O Incra propôs a assinatura de um protocolo com a Funai (Fundação Nacional do Índio) para avaliar as benfeitorias de todas as terras indígenas e, em consonância com o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado e a Legislação Agrária, disponibilizar terras para projetos de desenvolvimento do governo estadual.

Segundo Rosseto, o governo de Roraima não apresentou projeto que requisite terras para desenvolvimento estadual. "Há quase um ano que aguardamos uma proposta", destacou o Ministro.

A União dispõe de um estoque de 5,2 milhões de hectares em Roraima para diversos tipos de ocupações, principalmente para agricultores e familiares com posses de até 100 hectares.

O presidente do Incra leu e explicou cada uma das propostas aos líderes indígenas e distribuiu cópias. As ações do Incra convergem para as sugestões feitas pela Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas do Congresso Nacional, que através de manifesto apresentou uma solução que pode encerrar o impasse sobre a terra indígena Raposa/Serra do Sol.

As lideranças avaliaram como positiva a reunião com o ministro Rosseto e o presidente do Incra, Rolf Harckbart. "A proposta é muito boa. Precisamos que os senhores nos ajudem a convencer os outros ministérios sobre a necessidade de resolver o problema do povo macuxi e a explicar o que pensamos ao presidente Lula", afirmou o representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Júlio de Souza Macuxi. (M.F)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a será atendido, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Informo à nobre Senadora Ideli Salvatti que há seis Senadores inscritos para falar ainda. Solicito a S. Ex^a que seja rápida.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição, em nome da Liderança da Minoria, para falar posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a está inscrito, Senador Marco Maciel, e falará logo após a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do Bloco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco /PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate fica acalorado, e esquecemos as coisas boas que precisam ser anunciadas.

Quero deixar aqui o registro de algo muito importante para a Nação, ocorrido ontem: o lançamento da política industrial, inclusive, com a destinação de recursos já neste ano da ordem R\$550 milhões, previstos no Orçamento, e com um volume de recursos para financiamento de R\$14,5 bilhões, proveniente de órgãos financiadores, como o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES.

O próprio Ministro Furlan, como membro da iniciativa privada por 39 anos, tem plena consciência dos anseios e da expectativa do setor produtivo. Portanto, o lançamento da política industrial vem exatamente para reforçar essa necessidade, para que tenhamos amparo, apoio e financiamento, principalmente para que os setores que necessitam de inovação da tecnologia sejam subsidiados, financiados, e para que, assim, possamos efetivamente desenvolver a indústria, o comércio, o setor de exportação do nosso País.

Temos uma meta a alcançar. Ficou claro na fala do Ministro que é meta do Governo Lula alcançar US\$100 bilhões em exportação até o final do seu mandato. Hoje estamos muito aquém disso. Para que a nossa meta bastante otimista seja alcançada, a política industrial tem papel fundamental.

Faço o registro dessa importante questão, porque há quem insista em falar em paralisia tanto do Congresso quanto do Governo. Embora estejamos, neste plenário, realizando debates acalorados em muitos momentos, as questões estão avançando.

Também devo dizer ao Senador Heráclito Fortes que, na quarta-feira passada, quando fiz referência a

trechos do discurso do Presidente José Sarney, a Senadora Roseana Sarney estava no plenário. Na ocasião, conversamos sobre os episódios na sala do cafezinho. Senador Heráclito Fortes, gostaria de ressaltar que o processo já foi concluído e que a Senadora Roseana Sarney foi absolvida de todas as questões apresentadas. Ficaram caracterizados, de forma muito clara, os procedimentos, ao arrepio da lei, efetivamente consagrados numa sociedade democrática, que conta com uma legislação que estabelece como devem ser procedidas todas as formas de investigação.

Devo dizer, Senador Heráclito Fortes, que não há problema nas citações. Inclusive, fui cumprimentada pela Senadora Roseana Sarney, porque apenas apresentei a coincidência dos atores e dos métodos – métodos estes ao arrepio da lei.

Senador Heráclito Fortes, talvez V. Ex^a não tenha tido a oportunidade de acompanhar o ocorrido na quarta-feira. Estive com o Presidente José Sarney, que não estava presente quando do meu registro, e comuniquei a S. Ex^a que eu havia citado o seu importante discurso de 21 de março de 2002.

Lembro esse episódio, para que resgatemos historicamente as coincidências de atores e de métodos que não contribuem, de forma alguma, com a democracia brasileira e com as investigações feitas de forma correta, lícita, legal, dentro dos preceitos que o Estado democrático estabelece.

Portanto, Senador Heráclito Fortes, não há nenhum ruído. Temos pleno conhecimento da contribuição do Presidente José Sarney na condução brilhante desta Casa, na normalidade das votações, no andar da carruagem do Senado. Volto a dizer que nunca produzimos tanto. Essa avaliação é unânime. Nunca o Congresso Nacional votou em tão pouco tempo matérias tão importantes. Isso se deve – no Senado, reconhecemos isso – ao comportamento do Presidente José Sarney e de setores da Oposição.

V. Ex^a aqui se referiu a isso, e quero reafirmar que setores da Oposição têm contribuído e participado efetivamente das votações, das negociações. Sem essa participação, não teríamos aprovado as reformas tributária e previdenciária e a regulamentação do setor elétrico, que contou, inclusive, com a participação de Senadores do PFL, como o Senador Rodolpho Tourinho. Portanto, há uma contribuição efetiva.

Fazemos críticas a setores da Oposição, pontuando quem tem trazido para este plenário o tumulto e a tentativa de desestabilizar e de mudar a nossa pauta.

Senador Heráclito Fortes, não lhe posso conceder aparte neste momento, porque, nos cinco minutos, isso não é possível.

Agradeço ao Sr. Presidente. Que fique clara a situação!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, invocando o art. 14, inciso VI, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Ideli Salvatti respondeu em parte ao discurso que fiz como Líder da Minoria.

Senadora Ideli Salvatti, é prática do Governo ou de quem está no Governo ser contaminado pela amnésia e não se lembrar de atos recentes. Daí por que tive o cuidado e a delicadeza de mandar para V. Ex^a um artigo escrito pelo atual Presidente da República, no ano de 2000, em que fala muito bem sobre medidas provisórias, sobre CPIs e outras coisas mais.

Mas queria lembrar a V. Ex^a que, há cerca de um mês, diante de um círculo grande de jornalistas, V. Ex^a chegou a pedir a reabertura do caso Lunus, criando uma crise.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não a pedi.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pediu a abertura do caso Lunus.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Não, Senador. Fui perguntada pela imprensa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Criou uma crise aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR. *Fazendo soar a campanha.*) – Atenção, Senadores! Não é permitido discussão paralela no plenário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Numa reunião partidária, V. Ex^a indagou por que não...

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito, não crie confusão onde não existe!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Peço a V. Ex^{as} que respeitem o Regimento e a Presidência.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estou fazendo uma explicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O Senador Heráclito Fortes está com a palavra, para uma explicação pessoal, pela terceira vez.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – É a terceira explicação pessoal hoje.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, é a primeira vez em que falo para dar uma explicação pessoal.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – É a terceira vez.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – E V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti, também falou mais de uma vez.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Explicação pessoal é a primeira, Sr. Presidente. Paciência! É a minha primeira explicação pessoal, por ter sido citado.

A Sra. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Mas é a terceira do dia, e só é permitido que sejam feitas duas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Levantei questão de ordem, e esta é a minha primeira explicação pessoal.

Mas, nobre Senadora, V. Ex^a tem citado esse episódio sistematicamente. A primeira vez em que o fez foi, salvo engano, em reunião do seu Partido, em São Paulo, quando disse: “Já que vão abrir caso tal, caso tal, por que não reabrem...”. E citou esse caso. Então, V. Ex^a tem esse episódio no subconsciente, e não sei o porquê desse gesto mórbido de trazê-lo permanentemente a esta Casa.

Embora, pessoalmente, seja um troféu para a ex-Governadora, que foi julgada e inocentada, isso traz seqüelas, Senadora Ideli Salvatti. Sou de um Estado vizinho e sei o que padeceram os empresários, os amigos, as pessoas que foram envolvidas. Não discuto qual foi o mais responsável ou o mais leviano nessas questões, se o Ministério Público de ontem ou o de hoje. Respondo como V. Ex^a: alguns setores.

V. Ex^a traz, neste mandato, nesta Legislatura, pela primeira vez a esta Casa esse triste episódio. Isso gerou uma crise na sua base. Soube pela imprensa que V. Ex^a andou levando uns puxões de orelha do Palácio do Planalto por conta disso.

Sr. Presidente, estou apresentando essa questão, baseado no art. 14, para que as coisas fiquem bem claras. Não estou falando do cochicho do cafezinho, mas de declarações dadas que tiveram grande repercussão na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, desculpe-me V. Ex^a, mas o art. 14 já foi esgotado. O Senador Heráclito Fortes o utilizou quando não podia fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a já falou quatro vezes.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – S. Ex^a também.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – S. Ex^a falou duas vezes.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas S. Ex^a usou o dispositivo do Regimento quando não podia mais fazê-lo. Quero apenas dizer, de forma muito clara, que o Senador Heráclito está faltando com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR. *Fazendo soar a campanha.*) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está desrespeitando a Mesa.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu queria entender como S. Ex^a tem informações do Palácio e de reuniões do PT. Nunca ocorreu nada do que disse S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a é Líder do PT e deveria respeitar o Regimento. Esta é uma Casa democrática e não aceita que só duas pessoas falem. Todos têm esse direito. Há seis Senadores inscritos. Esta é a sexta vez em que V. Ex^a fala. Aqui há democracia e todos têm que respeitar o Regimento. Portanto, peço a V. Ex^a, que é Líder do PT, que respeite o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em novembro do ano passado, foi inaugurado, nas dependências do Tribunal de Contas da União, o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça. Dois aspectos principais dessa iniciativa devem ser ressaltados: em primeiro lugar, a manifestação de um compromisso do Tribunal em participar da difusão da cultura no Distrito Federal, notadamente das artes plásticas; em segundo lugar, a justa homenagem prestada, na denominação do referido espaço, a um homem que, nas palavras do Presidente do Tribunal de Contas da União, gravadas no aço escovado da placa inaugural, “fez da vida uma oração à arte e, da arte, um ato de fé”.

A nossa Capital, Brasília, foi, por muito tempo e por muita gente, criticada pela escassez de atividade cultural. Mais do que nunca, essa crítica torna-se injusta: órgãos do Estado, como o próprio Tribunal de Contas da União, e também a iniciativa privada vêm multiplicando os espaços dedicados às manifestações artísticas de todo tipo, das artes cênicas às plásticas, passando também pela literatura. Uma atividade cultural múltipla e intensa tem ocupado todos esses espaços, freqüentemente com a própria produção artística local.

Com a inauguração do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça, o TCU vem juntar-se às outras instituições públicas, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para citar dois exemplos notáveis que promovem a cultura no Distrito Federal.

Na mostra inaugural, encerrada no início do mês passado, foram expostas esculturas, fotografias e pinturas, a maioria das quais pertencentes ao acervo lega-

do por Marcantonio a sua família. Em sua atividade de *marchand*, o grande esteta pernambucano promoveu inúmeros artistas brasileiros até então desconhecidos, que hoje têm renome internacional graças ao apoio e ao incentivo que receberam de Marcantonio no início de suas carreiras.

Em comemoração à abertura do Espaço Cultural do TCU, foi lançado um selo, criado por Marcello Augusto Cardoso dos Santos, conterrâneo de Marcantonio Vilaça e servidor do Tribunal. Destacamos o apoio do Ministério da Comunicações e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), sem cujo esforço e dedicação não teria sido possível a coincidência entre a inauguração do Espaço e o lançamento do selo alusivo à ocasião.

O Ministro Valmir Campelo, Presidente do Tribunal de Contas da União, e o Ministro Marcos Vilaça, pai do homenageado, pronunciaram densos discursos de elogio a Marcantonio, cuja transcrição dos Anais desta Casa venho solicitar a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Gostaria, antes de encerrar, de destacar por sua sinceridade e pungência a fala de pai do Ministro Vilaça, que, nitidamente emocionado, fez questão de agradecer o apoio do Colegiado à decisão de homenagear seu filho precocemente desaparecido do nosso convívio.

Presentes à cerimônia estavam o Vice-Presidente da República, José Alencar, o Presidente do Congresso Nacional e Presidente desta Casa, Senador José Sarney, além de vários Governadores de Estado, Senadores, Deputados, Ministros de Tribunais Superiores, Ministros de Estado, Diplomatas e outras autoridades dos três Poderes da República.

Com a inauguração do Espaço Cultural Marcantonio Vilaça, o Tribunal de Contas da União encontrou uma forma relevante de comemorar os 113 anos de sua criação: promovendo a cultura, que é o território do eterno. Que a existência de mais uma sala dedicada às artes e ao espírito inovador de Marcantonio, cuja fotografia de corpo inteiro em tamanho natural guarda a entrada desse salão que leva o seu nome, inspire doravante os artistas de Brasília e de todo o Brasil.

Estou certo, finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do almejado sucesso ao Espaço Cultural Marcantonio Vilaça. Que ali venham também expor todos quantos tenham contribuição a dar ao desenvolvimento cultural do nosso País.

Grato a V. Ex^a por conceder-me a palavra, quero, conseqüentemente, concluir a minha manifestação.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TCU assume compromisso com a difusão da cultura

“Esta Corte entrega à alma patricia um retalho da sua própria alma. Voltada à austeridade dos números, convivendo com exame de procedimentos administrativos, entendemos de singular importância revelar o nosso apreço e fidelidade às manifestações sedutoras da cultura e da arte. As galerias do talento, cultuadas pelo âmago de cada um de nós, magistrados, servidores e de todos aqueles que frequentam o universo do nosso cotidiano, hão de colocar neste Espaço a presença da beleza vestida de genialidade.

Ao decidir implantar em nossa Casa um recanto dedicado às fascinações da arte, esta Corte assume um compromisso com a difusão da cultura, acrescentando mais uma atração aprimoradora à modernidade da Capital do Século.

Após decisão, sobreveio a escolha da nomeação. Surgiu ela espontânea como as deliberações inspiradas na Justiça. Este Espaço haveria de receber um nome consagrado pela varanda Nacional, onde se vislumbram os missionários da arte, voltados inte-

gralmente ao sacerdócio da criação. Recairia em alguém credenciado por uma história de valor e louvado pelo fulgor de sua criatividade. Perfumando saudade, o título resplandeceu com luzes do óbvio: **Marcantonio Vilaça.**

Passou pela vida e a vida passou por ele. No seu trajeto brilhante, decorou os arraiais da arte com primorosa vocação impulsionada por uma inquietude construtiva. Escreveu na paleta, com *nuances* tropicais, a crônica de um percurso sofrido e silencioso, mas aplaudido pelas visitas compensado-

ras do êxito. Da sua tenacidade milagrosa surgiu uma obra edificante e o país, por todos os seus quadrantes, foi convocado a exaltar o jovem obreiro do reinado das tintas. As suas virtudes excelsas, todavia, não se acomodavam aos tugúrios da criação. Iam além. Cruzavam os terrenos da arte, animavam os iniciantes, empolgando-os com a magia dos sonhos e com as certezas da esperança. Marcantonio era comparado a um maestro regendo uma orquestra de debutantes das cores. Transformava o seu pincel em batuta, dirigindo uma sintonia de eventos, organizando mostras e angariando prosélitos. Brilhou com entusiasmo e discrição em tudo. Marcou, com audácia cívica, todo o tempo que lhe dava o tempo. Não agitou os centros especializados apenas no Brasil. Fez o Brasil e pelo Brasil quando, desconhecendo complexos, venceu rigorosos obstáculos, conseguindo o acolhi-

“ Ao decidir implantar em nossa Casa um recanto dedicado às fascinações da arte, esta Corte assume um compromisso com a difusão da cultura, acrescentando mais uma atração aprimoradora à modernidade da Capital do Século.”

mento dos mercados da Europa, Estados Unidos e América Central. Mercê de sua pertinácia, obras nacionais passaram a participar de acervos de importantes coleções e museus continentais.

Ao apresentar o projeto de resolução que instituiu o Espaço Cultural Marcantonio Vilaça, tive a oportunidade de referir-me às palavras dos seus genitores Maria do Carmo e Marcos Vilaça ao definir o saudoso filho:

“Dizer a verdade era o seu prazer... e agora Marcantonio está fazendo o que demais gosta. Visita as galerias do céu. É lá que está a beleza. A beleza é a verdade. E a verdade é a verdade. Viveu como desejou. Intensamente. Produtivamente. Não aceitava nada sem reflexão. Não buscou glórias disponíveis. Ao contrário, desafiou os comodismos. Na oração e no trabalho, temos ido buscar a força de resistir a ausência do seu riso malicioso ou acarinhador, do seu indisfarçável espírito de pernambucanidade, do brilho de quem era mestre no jogo das palavras, da impaciência para que as coisas acontecessem, do êxtase na defrontação de uma obra de arte, da arte

escrita ou falada ou cantada ou dançada, sobretudo da arte pintada.”

Em verdade, sobre Marcantonio os seus pais poderiam ter dito mais do que guardam no coração. Enriquece os merecimentos do seu estilo a garra e a coragem de como enfrentava percalços sem deplorá-los, driblando angústias e acreditando na própria fê. A formação de Marcantonio derivou, sem dúvida, de uma lapidação conseguida com os polimentos do amor construídos nas lições do lar. Razões inspiram, e vale destaque, a afeição exercida sobre o saudoso guerreiro

pelos seus devotados pais. O amor e a ternura moldam personalidades e quando se trata de acompanhar os triunfos de um filho, a participação paterna transparece com nitidez irrecusável. Creditemos, pois, à Maria do Carmo e a Marcos Vilaça o que lhes cabe na beleza desse instante.

Não poderia deixar de agradecer e enaltecer a atuação dos meus companheiros ministros deste Egrégio Tribunal, pois solidários dividimos o fulgor da claridade. Asseguramos, assim, a vizinhança com o império do belo, iluminando inteligências e as aproximando cada

vez mais, dos encantos divinos. Palavras de reconhecimento devem ser também endereçadas aos servidores desta Casa pela dedicação deferida e ao autor do projeto, arquiteto Edmilson Bareia, que conseguiu transformar o nosso sentimento na perpetuidade da gratidão.

Agradeço, igualmente, a presença de ilustres e destacadas autoridades e a todos que assistem a este ato solene e o faço guardando a certeza de que este apêndice de arte há de ser sempre um altar à cultura, assistido e abençoado pela bondade de Deus.”

“A escolha da nomeação surgiu espontânea, como as deliberações inspiradas na Justiça.

O Espaço haveria de receber um nome consagrado pela varanda nacional, onde se vislumbram os missionários da arte, voltados integralmente ao sacerdócio da criação.

Recairia em alguém credenciado por uma história de valor e louvado pelo fulgor de sua criatividade. Perfumando saudade, o título resplandeceu com luzes do óbvio:

Marcantonio Vilaça. 

Marcantonio foi expressão da ética e esbanjava domínio da estética

“A perda do filho não fez com que os pais diminuíssem o contacto com a superfície da realidade. Isto seria uma fuga. Não a praticaríamos.

No mais longínquo das nossas convicções está a esperança do que virá a ser o reencontro na Parússia. Nas leituras purgatoriais a que nos impusemos, Maria do Carmo e eu, assistidos pelos filhos, aprendemos nas lições vindas de muitos, de que partem cedo aqueles que Deus escolhe.

Tudo isto não retira do nosso coração o sangramento da sau-

dade. Nada cicatrizou. As lágrimas, que fisiologicamente ajudam a sarar, neste caso parecem arranhar mais ainda o que arranhado para sempre está.

Não descremos, entretanto, do Padre Antonio Vieira ao dizer que os olhos que choram na terra verão nos céus.

Aos nossos ouvidos Vinícius de Moraes é quem canta sem cessar:

‘Tristeza não tem fim. Felicidade, sim.’

Mas, hoje, é dia de lágrimas medidas e misturadas. Poucas, por não se poder evi-

tá-las de todo. Misturadas, pois também são de conforto.

Toda a família está honrada com o gesto da colegialidade no qual os ministros desta Corte, sob a inspiração determinada e determinante de Valmir Campelo, puseram Marcantonio aqui e para sempre.

O Espaço Cultural é, em si mesmo, uma obra-de-arte, naquele entendimento de Bergson de que na arte não há outro propósito senão descartar generalidades convencionais e socialmente aceitas.

Marcantonio que, certamente, con-

tinua por aí com os calcanhares de curioso a frequentar galerias de arte, estará feliz. Ainda mais, lendo a legenda que a ele dedicou o presidente Valmir Campelo, inserida no pórtico do Espaço Cultural: ‘Marcantonio fez da vida uma oração à arte e da arte um ato de fé. Desfez-se como uma estrela e nos deixou o clarão de seu talento imortal’.

O presidente do TCU, os ministros, o Ministério Público e os servidores, estes, por continuada manifestação de apoio que também tanto nos distingue, mostraram originalidade nos procedimentos e reafirmaram capacidade emotiva nos gestos.

O homenageado desta noite praticou a clareza no agir sem desembocar no simplismo complacente. Minimizou o que não escolheu e maximizou o que elegeu como preferência.

Nunca se satisfez em apenas ser li-

🌸 Toda a família está honrada com o gesto da colegialidade no qual os ministros desta Corte, sob a inspiração determinada e determinante de Valmir Campelo, puseram Marcantonio aqui e para sempre. 🌸

vre. Queria saber para que finalidade ele era livre.

O homem é do tamanho do seu sonho. Por isso, intensificou o quotidiano dos pais e dos amigos. Por isso, vivemos em busca da estrela *cintilante, sua magia perdida*. Temos dele 'saudade de idéias e saudade de coração'.

Marcantonio preferia, em vez de aceitar convocações, atender às suas convicções. Tinha a coragem da franqueza e um olhar de sementes abertas.

Temperamento forte, incomodou o silêncio da mesmice.

Acreditou na arte contemporânea, pois sabia que não avançar é conceder ao risco da permanência no epicentro do nada.

O modo e a forma óticas com que o artista encarou e replicou a realidade faziam a sua cabeça.

Foi um crente de que a arte não é só o material. É, sobretudo, a idéia do artista.

Desconhecer e desvalorizar a arte contemporânea, ele o provou, é pobreza de espírito dos inquilinos da anorexia intelectual.

Marcantonio encarou o novo como acréscimo, não como obstáculo, algo que, alterando trajetórias, oferece a possibilidade de

conhecer mais. Como ensinou Mario Pedrosa, a arte é o exercício experimental da liberdade.

Assim, o que vemos não é o que vemos, é o que somos. E tudo isto porque não é necessário enclausurar a tradição como fonte de *melancolia*. Antes, há que fazê-la fonte produtiva.

Na arte contemporânea são propostos jogos de percepção visual ou táctil em que peças se ajustam às dificuldades do espaço e sugerem investigação filosófica inserida na criação plástica.

A pintura, a instalação, o vídeo, a escultura são para dar prazer, para permitir o vôo da liberdade, deixando surgir nelas tudo que existe na concentração de emoções, inclusive, com a sua

materialidade a suprir, por exemplo, o abstrato de algum poema.

A esse propósito, Gao Xing-jan (*La Montagne de l'âme*) diz claramente que o papel desse tipo de arte é o de ocupar espaço onde a palavra não é adequada forma de expressão.

Senhoras, Senhores: uma Corte de Contas não poderia admitir que algo fosse criado sem cânones. Assim seria a anarquia e criar a partir do caos é tarefa reservada a Deus.

Por empenho pessoal do presidente Valmir Campelo e endosso dos seus Pares, buscou-se respeitar a teoria da qualidade na *res publica*, seja nos aspectos materiais do Espaço Cultural, seja na operação programática a cargo de Re-

g u l a -
mento
rígido,
seja na
compo-
sição de um Conselho
Curador de primeira
ordem, seja na consciên-
cia de que não devemos
fazer concessões à cul-
turocracia de culturo-
cratas.



Qualidade é dever ético da administração. Assim entendemos nós, que aqui cumprimos um serviço de Estado.

Nesta Casa é igualmente bem compreendida a lição de João Paulo II: "A Nação só existe através da Cultura e para a Cultura".

O Espaço Cultural deseja cultivar a aura sensível do visível que, afinal de contas, é o que deve emocionar-nos.

“O Espaço Cultural deseja cultivar a aura sensível do visível que, afinal de contas, é o que deve emocionar-nos.”



Caros Ministros do TCU, o pernambucano é forjado no sentimento de que só deve se curvar se for para agradecer. Pois os Vilaça, Maria do Carmo, Rodrigo Otaviano, Tacianna Cecília e eu à frente, estão curvados. Estão agradecendo.

Curvados e agradecidos também à Empresa dos Correios e Telégrafos pelo lançamento do selo comemorativo da data de hoje, oportunidade que se abre ao colecionismo e consagra as tantas internacionalidades do nome de Marcantonio, sem esquecer ter sido ele um filatelista, um seu tanto es-

pecializado nos temas de flora e fauna.

Senhoras, Senhores, Marcantonio foi expressão da ética e esbanjava domínio da estética. Não buscava a aventura como um entediado das horas. Vingava-se com mordacidade impiedosa, no humor refinado, diante do que fosse medíocre.

Deve estar feliz,

por seu nome enlaçar quem cuida da ética e quem sabe aproveitar a oportunidade para apoiar a estética.

O vento marinho da praia da Boa Viagem, no Recife, em fim de tarde, começo de noite, de 1º de janeiro de 2000, lançou-nos ondas de maresia como se fossem lágrimas oxidantes da vida de uma família. Mesmo assim, não estamos desesperados. A mãe dele não conjuga esse verbo nunca.

Vida que segue.

Sob a inspiração de um dos maiores poetas vivos da língua castelhana (Luís Izquierdo) repetimos todos os dias:

‘Seguir

Y nada más. Es este el don.

Es lo que queda.’

“ Marcantonio foi expressão da ética e esbanjava domínio da estética. Não buscava a aventura como um entediado das horas. Vingava-se com mordacidade impiedosa, no humor refinado, diante do que fosse medíocre. ”

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel, por ter cumprido o tempo.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a semana foi marcada por muitas discussões em torno do *affaire* Waldomiro Diniz. Foram divulgadas novas fitas. Dessa vez, há protagonistas antigos e novos: o bicheiro Carlinhos Cachoeira, que, antes foi gravado com o Sr. Waldomiro, agora, aparece em fita de vídeo, num diálogo com o Subprocurador-Geral da República.

A discussão, que deve ser mantida, é reacendida num azimute diferente. Os fatos da semana, como que orientados por setores da imprensa, deslocam o caso Waldomiro para o caso José Roberto Santoro. Isso é muito curioso.

Sr. Presidente, penso que já está na hora de, encerrada a semana, “passarmos a régua”. No meu Estado, essa expressão significa zerar o jogo, fazer a interpretação correta dos fatos. Penso que ninguém esqueceu a cena chula, gravada em fita de vídeo, com voz audível, de Waldomiro Diniz conversando com Carlinhos Cachoeira e pedindo dinheiro para a campanha eleitoral de candidatos do PT e do PMDB e para si próprio.

A Nação não está esquecida das denúncias do Sr. Luiz Eduardo Soares, ex-Secretário Nacional de Segurança. A Nação não está esquecida das ilações com o Sr. Rogério Buratti, ocorrida em Ribeirão Preto. A Nação não está esquecida do caso GTech, que é a origem de tudo, do envolvimento do Diretores da Caixa Econômica Federal, da não-vinda do Dr. Mário Haag, cuja presença foi objeto de requerimento, mas foi obstaculizada pela Maioria do Governo.

Parece que, nesta semana, a fita de áudio divulgada, dando conta de um diálogo de um jornalista com dois Subprocuradores da República e o Sr. Carlinhos Cachoeira, inocenta o Sr. Waldomiro e o coloca fora das investigações. Waldomiro não tem mais ilação com ninguém, e o réu, agora, é o Subprocurador da República, o Sr. José Roberto Santoro.

Vamos parar com essa farsa, Sr. Presidente! Vamos aos fatos. A Nação não é boba. A sociedade não é infantil. Não se vai tapar o sol com a peneira. As investigações se impõem. Penso que está na hora de debatermos, sim, as questões, mas precisamos ir fundo, pragmaticamente, nas providências.

Sr. Presidente, há dois fatos: um está em curso, pela metade, e o outro é objeto de tentativa que deve ir até o fim. O fato em curso é a sindicância, levada a

efeito por iniciativa do Governo, que já concluiu pela evidente culpa do Sr. Waldomiro. Isso é claro diante daquilo que a fita de vídeo e áudio mostrou. Se a sindicância – que, no meu entendimento, foi feita pela metade ou por um terço ou por um quarto ou por 10% – concluiu pela culpa do Sr. Waldomiro, evidentemente a culpa já estava colocada no que a fita de vídeo e áudio já mostrava. Não há fato novo. O que se pergunta é o seguinte: até onde vai o alcance da ação do Sr. Waldomiro? Por isso é que a sindicância foi feita pela metade, por 25%, por 10%.

O outro fato é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse sim, na voz geral da sociedade do Brasil, da mídia livre do Brasil, da opinião pública, daqueles que têm responsabilidade sobre o Brasil, é o instrumento eficaz de averiguação dos fatos. A CPI, sim, é o grande instrumento.

Sr. Presidente, quero ler trechos de um artigo, “Mãos limpas com CPI”, publicado em 31 de agosto de 2000, muito bem escrito, muito bem feito, que apresenta fatos que reproduzo para a reflexão do Plenário e do País. Lá pelas tantas, é dito:

Mãos limpas, sim, mas sem “operação abafa” e com CPI. O Governo parece acreditar que já se safou das investigações por causa dos resultados parciais favoráveis que obteve, na subcomissão do Senado, com o esquema montado para o depoimento do ex-secretário-geral da Presidência e caixa de campanha de FHC.

O artigo refere-se à pretendida comissão parlamentar de inquérito para investigar o Sr. Eduardo Jorge.

Parte da imprensa, subserviente ao Poder, fez de tudo para amplificá-los. Mas isso não tem impedido que, a cada dia, surjam fatos novos e novas revelações que desmentem as declarações de EJ e demonstram que ainda há muito a investigar e a descobrir. Como fazer isso, porém, sem ter poder para quebrar sigilos bancário, telefônico e fiscal, convocar testemunhas, requisitar documentos, exigir juramento dos depoentes e outras ações verdadeiramente eficazes?

Expressão da pura verdade! Expressão da pura verdade! Magnificamente colocado no artigo de 31 de agosto de 2000.

Prossegue o autor:

Eu sempre parto do princípio de que todos são inocentes até prova em contrário. Mas estou convicto de que somente as investigações de uma CPI podem esclarecer até que

ponto o governo está envolvido nesse mar de lama. E mais: estou convencido também de que somente a mobilização da sociedade vai levar o Congresso Nacional a instalar essa CPI de que o Brasil tanto precisa.

Repito: “Somente a mobilização da sociedade vai levar o Congresso Nacional a instalar essa CPI de que o Brasil tanto precisa”.

Prossegue:

Os ataques que a cúpula do Governo desferiu recentemente contra os procuradores do Estado e a nova tentativa de ressuscitar o projeto de Lei da Mordação dão bem a medida do medo que este Governo tem do aprofundamento das investigações. A verdade é que a atuação do Ministério Público tem dado cada vez mais visibilidade a crimes e criminosos que antes ficavam escondidos nas sombras do poder. É isso que está incomodando grande parte dos atuais governantes. A falta de credibilidade do Presidente FHC está chegando a tal ponto que até o ex-Presidente cassado, Fernando Collor, se sente em condições de declarar publicamente que o seu governo se distingue desse pelo fato de não ter procurado impedir as investigações de corrupção.

O artigo prossegue, mas eu gostaria apenas de citar o autor. O artigo, cujo título é “Mãos Limpas com CPI”, data de 31 de agosto de 2000, e o autor é o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, 54 anos, Presidente de Honra do PT (Partido dos Trabalhadores) e Conselheiro do Instituto Cidadania. Foi Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1975 a 1981), Deputado Federal pelo PT de São Paulo (1987 a 1991) e Presidente Nacional do Partido (1980 a 1989, de 1990 a 1994 e 1995).

Sr. Presidente, quem fala assim não é gago, quem escreve o que o autor escreveu não é gago. Não tenho nenhuma razão para duvidar da honorabilidade pessoal do Presidente da República. Só tenho razões para acreditar naquilo que ele escreveu e fez publicar em agosto de 2000. Todavia, calcado no que ele escreveu, nos seus pensamentos, nas suas convicções, penso que temos o dever, pela via do Congresso, de prosseguir fortemente nas nossas iniciativas.

No campo da CPI, o PFL vai às últimas consequências no Supremo Tribunal Federal, em que deposita enormes expectativas de que, no mérito, S. Ex^{as} os Ministros do Supremo vão entender que é obrigação, sim, do Presidente da Casa instalar a CPI, nomeando os membros que os Líderes não nomearam.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a me cedesse mais um ou dois minutos porque uma referência à sindicância se impõe, tem que ser feita. A sindicância que concluiu pela culpa clara do Sr. Waldomiro teve apenas começo. Ouviu 20 pessoas. Das 20, 19 eram subordinadas ao Sr. Waldomiro Diniz. Não ouviu ninguém do Palácio do Planalto. O Presidente Lula fez um discurso de estadista, fez um artigo de estadista. Não tenho nenhuma dúvida de que o Presidente da República não está enlameado com a corrupção que atinge o Sr. Waldomiro. Mas ninguém me assegura que, no âmbito do Governo, não possam haver outros cancros que devam ser removidos. E não é observando ou pegando depoimentos dos subordinados do Sr. Waldomiro que se vai descobrir.

Sr. Presidente, como é que se faz uma sindicância apenas com subordinados? Se se quer descobrir, se se tem a intenção de investigar, como o Presidente declarou que queria conclusões doessem em quem doessem, como é que se vai investigar somente entre os subalternos? Como não se vai investigar entre aqueles que conviviam no mesmo nível hierárquico do Sr. Waldomiro ou em nível hierárquico superior e que devem ter, segundo orientação do Presidente, todo o interesse em colaborar com as investigações para que se chegue às conclusões que a sociedade deseja, se o câncer tem metástase ou não tem? Ou tem ou não tem. É preciso que se investigue ouvindo outras pessoas.

E aqui vai a minha sugestão. Por exemplo, Sr. Luís Alberto dos Santos, Subchefe de Coordenação da Ação Governamental, não foi ouvido. Precisa ser ouvido. Creio que ele tem contribuições importantes para dar no sentido de inocentar ou no sentido de apontar a existência de vício e dolo em outros segmentos do Palácio, para que se investigue e para que se limpe o nome do Governo Lula. Quem escreve o que ele escreve, Sr. Presidente, merece fé; e fé se faz com atitudes, não com discurso e conversa da boca para fora.

Quero sugerir que se ouça o Sr. Swedenberger do Nascimento Barbosa, Secretário-Executivo da Chefia da Casa Civil; a Sr^a Daysy Barreta, Chefe de Gabinete do Ministro; o Sr. Lúcio da Silva Santos, Assessor Especial do Ministro; Rogério Sottilli, que contribuiu para a campanha do Ministro e é assessor especial de S. Ex^a; a Sr^a Sandra Rodrigues Cabral; a Sr^a Telma Feher. São pessoas que podem contribuir.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Outra coisa, Sr. Presidente, há pessoas que estão lá ou que estiveram e que são pessoas da confiança do Palácio do Planalto e podem dar, segundo artigo do Presidente, uma contribuição importante para que o Governo seja

visto de forma transparente, como um Governo limpo. O Sr. Marcelo Sereno, que é ex-Chefe de Gabinete do Ministro, responsável, na equipe de transição para o novo Governo, pelos assuntos da Casa Civil; o Sr. Ricardo Zarattini Filho, que trabalhava com o Waldomiro em suas atividades no Congresso Nacional, que era suplente e assumiu e que não atendeu à convocação da Comissão de Sindicância; ele precisa ser ouvido. Por que ele não atendeu à convocação? O Sr. Marcelo Barbiéri, da mesma forma, não atendeu à convocação da sindicância. Por quê? Não foram ouvidos o Sr. Jorge Mattoso, o Sr. Rogério Tadeu Buratti, o Sr. Ralf Barquete, o Sr. Juscelino Antônio Dourado, o Sr. Luiz Antônio Prado Garcia, ex-sócio de Buratti, o Sr. Paulo Bretas, Vice-Presidente de Logística da Caixa Econômica Federal, que afirmou ter-se reunido com Buratti. Tantas pessoas preciosas em matéria de depoimento para passar a limpo essa história, para passar a régua e se parar de conversar: é Santoro, é Waldomiro. Não, é prática de crime. Tem metástase ou o câncer é localizado?

Nas contas telefônicas – só para encerrar, Sr. Presidente, e vou encerrar –, o que se investigou foi apenas a listinha da secretária das ligações telefônicas do Sr. Waldomiro no Palácio do Planalto. Os caderninhos com as últimas ligações dos últimos dias desapareceram. Ninguém sabe com quem o Sr. Waldomiro andou falando nos últimos dias. Ninguém verificou o telefone celular do Gabinete Civil usado pelo Sr. Waldomiro, para quem ligou ou de quem recebeu ligações. As ligações feitas diretamente por ele do Palácio do Planalto também não foram investigadas, só a relaçãozinha dos telefonemas pedidos por ele à secretária. Falta muito, Sr. Presidente.

Se o Presidente da República tem interesse realmente em investigar e passar a limpo o seu Governo, se o Presidente da República não mudou o seu pensamento em relação ao que escreveu no dia 31 de agosto de 2000, tem que mandar reabrir a sindicância, porque, se forem ouvidas essas pessoas, teremos um bom início para subsidiar a comissão parlamentar de inquérito. Do contrário, a sindicância que foi feita é sindicância para inglês ver.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR.) – Por oportuno, registro que a transcrição solicitada pelo Senador Marco Maciel será feita na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que a política indigenista no País vem, há

muito tempo, sendo desvirtuada e malconduzida pelo Estado brasileiro, porque tem sido ditada, na prática, pelas organizações não-governamentais.

Aliás, eu que fui Constituinte – como vários Parlamentares – presenciei na Assembléia Nacional Constituinte uma pressão fortíssima dessas organizações não-governamentais. Lembro que o cantor Sting esteve aqui e mobilizou algumas lideranças indígenas para incluir na Constituição o art. 231, que trata dos direitos dos indígenas, especialmente quanto à terra. Lógico que nenhum Constituinte, que eu saiba, ficou contra a idéia de colocar efetivamente na Constituição um capítulo exclusivo sobre os nossos índios. E assim foi feto.

Da promulgação da Constituição de 1988 para cá, e principalmente no resto das décadas de 80 e de 90, as ONGs – organizações não-governamentais – comandadas por instituições estrangeiras, principalmente, proliferaram e passaram a ter um raio de ação muito grande, baseadas principalmente em denúncias mentirosas de como eram tratados os povos indígenas no Brasil. Essas ONGs aproveitaram o vácuo legislativo, já que não havia legislação regulamentando os direitos dos indígenas e a demarcação de suas terras. Em função desse vácuo, as interpretações passaram a ser as que a Funai adotou por meio dessas instituições.

No Brasil, ocupou esse espaço de maneira muito competente o Conselho Indigenista Missionário, que plantou em cada Estado um conselho indígena regional e passou a defender que só aquele conselho criado por ele tivesse legitimidade. Dessa forma, foi promovendo uma ação de guerrilha. Roraima é um exemplo típico. Lá houve incêndio de pontes, derrubada de posteamento de rede elétrica e uma série de ações sempre baseadas no pretexto de que, para defender os interesses dos indígenas, se podia fazer tudo ou quase tudo. O pior é que muitas vezes, como é o caso do Conselho Indígena de Roraima, esses conselhos não representam a maioria dos índios.

Em função desse acirramento, em Roraima foi demarcada a reserva ianomâmi, de 9 milhões de hectares, a reserva São Marcos, de quase 1 milhão de hectares, e várias outras reservas menores. A última das grandes reservas a ser demarcada é a que deveria ser chamada Reserva Indígena Serra do Sol e Raposa e que, justamente pelo uso de táticas mentirosas com vistas a enganar a opinião pública, ficou denominada Raposa Serra do Sol. Há uma inversão, porque a Serra do Sol está no norte de Roraima e a Raposa está mais ao sul, distando uma da outra cerca de cento e cinquenta quilômetros.

Essa confusão vem-se arrastando há algumas décadas sem que seja encontrada uma solução. Após

a posse do Presidente Lula, os ânimos ficaram acirrados entre os índios daquela região, que não querem a demarcação das terras da forma que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR) querem impor, cuja tese a Funai defende com unhas e dentes.

Como os índios não aceitaram a forma de demarcação, o Presidente Lula criou um grupo de trabalho interministerial, que começou a ouvir as partes a fim de encontrar soluções pacíficas para a questão das terras indígenas e das terras sob controle do In-cra, destinadas ao programa da pequena agricultura familiar. A balbúrdia estava tamanha que se criou esse grupo de trabalho para analisar toda as regiões envolvidas: as terras indígenas, as terras ecológicas e as terras subordinadas ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Entretanto, antes que terminasse o trabalho desse GTI, o Ministro Márcio Thomaz Bastos anunciou, em dezembro, que a área Raposa Serra do Sol seria demarcada como queria a Funai, portanto, retirando o Município que lá existia, as cidades que lá existiam e, inclusive, a unidade do Exército que lá estava, além de pecuaristas e agricultores que estavam na região, onde se localiza a área de maior produção agrícola do Estado, com plantação de arroz irrigado, que não só abastece o mercado interno, como é vendido para Manaus e até exportado para a Venezuela. A região é ocupada por um grupo de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul e do Paraná, as quais dispõem de tecnologia avançada.

Pois bem, quando o Ministro anunciou isso, houve uma rebelião no Estado: índios daquela região invadiram a sede da Funai, bloquearam a estrada de acesso à área dessa reserva, e os produtores, tanto os pecuaristas quanto os produtores agrícolas, bloquearam as estradas federais que davam acesso à capital do Estado, Boa Vista. E vivemos alguns dias de muita tensão.

Eu já tinha requerido uma comissão externa temporária do Senado para estudar essa questão. Fiz isso em julho, antes de haver qualquer conflito. Em dezembro, com essa questão, requeremos à Mesa do Senado que deliberasse a respeito de nosso pleito. Foi criada a comissão externa temporária do Senado, que foi a Roraima e ouvimos todos. Estivemos na Serra do Sol, na Raposa, na sede do Município de Uiramutã e ouvimos todos, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil e as entidades indígenas dos diversos matizes. Voltamos e, nesse momento, surgiu também um conflito em Mato Grosso do Sul, com a invasão de quatorze fazendas, com a expulsão dos proprietários, dos pequenos produtores e a depredação das propriedades. Várias moradias

foram incendiadas. Nós, da comissão, estivemos em Mato Grosso do Sul, verificamos **in loco** o que havia ocorrido e ouvimos todos os envolvidos. Em seguida, rebentou um conflito em Santa Catarina. Estivemos lá também e ouvimos todos os envolvidos.

O Senador Delcídio Amaral já apresentou o parecer sobre Roraima, contendo as diversas sugestões para solução imediata da questão Raposa Serra do Sol, o qual será votado no dia 14. Apontamos também as soluções para pacificar de vez a região e fazer a demarcação das terras, quer dizer, tratamos da política indigenista como um todo. Enfatizou-se a questão das terras, para pôr ordem na região sob o controle do Governo brasileiro, lembrando que a política indigenista deve ser conduzida por brasileiros.

Enquanto nosso trabalho avançava, inclusive conversamos com o Governo Lula, que está a par de todos os procedimentos, tanto da comissão do Senado quanto de idêntica comissão criada na Câmara dos Deputados, uma advogada do Conselho Indígena de Roraima foi à Organização dos Estados Americanos denunciar o Brasil por maus-tratos contra os índios. Ora, Sr. Presidente, como eu disse, no meu Estado, mais de 50% da área está demarcada para reservas indígenas. Essa é a última grande reserva que querem demarcar, a qual terá cerca de 1,7 milhão de hectares e que os próprios índios não querem seja demarcada dessa maneira. Aquela instituição, que é ligada ao CIMI, mandou aos Estados Unidos uma índia brasileira, formada na Universidade Federal de Roraima, que vai lá denunciar o Governo Brasileiro, deslocando a questão, que deve ser decidida pelo Governo do Brasil, para um fórum internacional, como medida de desnacionalização do nosso problema. Faz isso como se o Brasil não tivesse já demarcado 80% das terras destinadas aos índios, como se o Brasil não tivesse demarcado para 0,2% da população do Brasil, que é formada por índios, 12% do Território Nacional. Nenhum outro país no mundo tem essa correlação.

Lerei apenas uma parte da notícia, Sr. Presidente, para que se veja como há várias mentiras postas, em âmbito nacional, contra o nosso País. Primeiro, ela diz que está falando em nome das comunidades Wapichana, Macuxi, Patamona, Ingaricó e Taurepang, o que é uma mentira. Ela está falando basicamente em nome das etnias Macuxi e um pouco Wapichana. Os Ingaricós não querem essa demarcação, querem uma área própria para eles. Mas o que é pior é a notícia como está posta aqui:

A OEA não comenta o caso, mas um porta-voz da organização confirmou que a “denúncia” foi recebida e que será analisada pela sua Comissão de Direitos Humanos. A

“denúncia” foi apresentada em conjunto por Joênia Batista, que é a índia advogada do Conselho Indígena de Roraima, e pela ONG americana Rainforest Foundation, que trabalha com índios da Amazônia.

Ora, uma ONG americana que trabalha com índios da Amazônia está, portanto, subsidiando, patrocinando a presença dessa índia de Roraima nos Estados Unidos. Eu pergunto: quem pagou as passagens dessa índia? Quem está pagando a sua estada lá? Será que é essa ONG americana? Então, é uma ingerência sobre uma questão delicada da nossa soberania nacional, que é a questão das terras indígenas. Isso mostra realmente como precisamos corrigir os rumos da política indigenista no País. Precisamos, o Senado principalmente, assumir o comando dessa política indigenista, junto com o Poder Executivo. Não pode mais continuar como está: um órgão de segundo ou terceiro escalão, como é a Funai, baixa uma portaria, o Ministro da Justiça prepara um decreto, o Presidente da República assina e então já se cria uma reserva indígena.

O Brasil já demarcou 12% do seu território, repito, para 0,2% da população indígena. Em Roraima, a nossa população indígena é 8% da população, e já estão reservados mais de 50% da área do Estado. No Amazonas, é mais de 22% – e 22% do Amazonas, que é o maior Estado brasileiro, com 1 milhão e 600 mil hectares, corresponde a uma superfície maior do que o Estado de São Paulo. Então, é preciso que acordemos, olhemos o mapa dessas reservas.

Voltando à denúncia, a nossa índia diz que durante esses tempos, de 1981 para cá, quando está sendo mantida a demarcação da reserva, foram mortos 21 índios que estavam envolvidos na luta pela demarcação das terras. É uma mentira. Primeiro, num aspecto fático. Ela não diz se os 21 índios que morreram – se é que morreram 21 índios, estou até me louvando na informação dela – foram assassinados por outros índios porque não concordavam com essa tese. Ela não diz, por exemplo, que a morte desses índios se deveu a alguns fatos outros que não a questão das terras. Também não diz que o CIR, ao incendiar uma ponte, provocou a morte de várias pessoas que moram naquela região, e que até hoje não está respondendo. Nem sequer a indenização pela morte de uma dessas pessoas foi paga, porque a Funai fica apresentando recursos protelatórios.

Então, o que queremos é que haja uma pacificação e que brasileiros, índios e não-índios, possam viver em paz. Mas existem organizações que não querem isso. Querem mesmo é alimentar o conflito, querem mesmo é fazer confusão para que haja instabilidade, que o Brasil, então, seja denunciado em organismos

internacionais e as ONGs fiquem como salvadoras da pátria. Mas elas não querem que se aprove aqui um projeto, resultante das CPIs da ONGs, que regula a atuação dessas instituições e fiscaliza a sua atuação.

Sr. Presidente, não gostaria de ficar eu desmentido o que disse a índia. Está aqui uma matéria publicada no jornal **Folha de Boa Vista** do dia 31 de março, que diz:

Lideranças indígenas contestam declaração de advogada do CIR.

Lideranças indígenas contrárias à homologação em área contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol declararam ontem à **Folha** que não concordam com as afirmações da advogada do Conselho Indígena de Roraima, que iria denunciar o Brasil à Comissão Internacional e Direitos Humanos da Organização dos Estados Unidos (OEA).

Conforme o Presidente da Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas, Anísio Pedrosa Lima, a advogada não representa a maioria dos povos indígenas e os índios que vivem na área nunca foram consultados. ‘Nos causou surpresa as declarações da advogada Joênia, ao dizer que ia denunciar o Brasil por violar os direitos e garantias dos índios que habitam na Raposa/Serra do Sol’.

Peço que seja transcrita a matéria da Advogada do Conselho Indígena de Roraima, que está lá possivelmente custeada por esta ONG americana, a Rainforest Foundation. Gostaria de pedir à Polícia Federal e ao Ministério Público que investiguem como é que essa índia está lá com uma ONG americana, denunciando o Brasil, quer dizer, desservindo e manchando o nome do Brasil numa instituição internacional.

Sr. Presidente, quero também registrar a declaração de um Desembargador Federal que participou recentemente, em Roraima, do Congresso Internacional de Direito Amazônico:

Índio não pode ficar isolado e deve produzir para o País

(...) Ele disse que os índios aculturados não podem ser isolados e suas áreas devem ser compatíveis com a possibilidade de trabalho e desenvolvimento sócio-econômico.

A matéria é grande. Quero apenas ressaltar mais um trecho que, tipicamente, aborda a questão da Raposa/Serra do Sol:

É incompatível 1,7 milhão de hectares para a quantidade de índios [da Raposa/Serra do Sol] porque não é possível um índio cultivar 30 a 40 mil hectares de terra. Tem que ser compatível tal qual nas condições da reforma agrária”.

É bom que se diga para o Brasil, para as pessoas que moram fora da realidade da Amazônia, que esses índios que estão lá não andam de cocar, pintados, nus. São índios aculturados mesmo, são vice-Prefeitos. Aliás, o vice-Prefeito do Município de Uiramutã, que querem acabar, é um índio. Vários vereadores desses Municípios que querem acabar são índios. A maioria dos professores desses Municípios são índios, e eles não querem. No entanto, essas ONGs, que querem ser professoras de Deus, acham que eles têm que adotar o que elas acham que é correto. Quer dizer, elas pensam de acordo com essa ONG americana e tantas outras, como é o caso do Greenpeace e WWF, que têm uma visão que, espero, não seja a visão de servir aos interesses das grandes corporações financeiras internacionais.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de ler a Carta da Amazônia, resultante do encontro que a Maçonaria brasileira promoveu no Estado de Roraima, sob o título “A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável”. A carta é assinada pelo Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil, pelo Secretário-Geral da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, pelo Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado de Roraima e pelo Grão-Mestre das Grandes Lojas do Estado de Roraima.

Ao Encontro estavam presentes maçons de todo o Brasil. É bom lembrar que a Maçonaria, que já foi responsável pela independência do Brasil, pela libertação dos escravos, pela proclamação da República, agora está acordando para o fato de que tem que se preocupar com um tema tão importante como é a Amazônia.

Diz a Carta da Amazônia:

(...) Considerando :

A necessidade de se garantir a soberania nacional, principalmente nas áreas de fronteira;

A necessidade de convivência pacífica entre todas as células da sociedade brasileira, em especial as indígenas;

A necessidade de implementação de uma política de desenvolvimento sustentável para a região amazônica;

A necessidade de se garantir o controle e a boa gestão dos recursos públicos ou privados, aplicados por ONGs nacionais e estrangeiras;

A falta de controle, principalmente sobre a atuação de profissionais estrangeiros não autorizados a executarem trabalhos e pesquisas na região amazônica, acarretando a biopirataria;

O escasso orçamento das instituições públicas de pesquisa e universidades;

O bloqueio e o conseqüente impedimento da utilização de áreas do Estado de Roraima, que estão divididas em cerca de 47% como áreas indígenas; 17% como áreas do Ibama, do Exército e não aproveitáveis, restando aproximadamente 36% para serem utilizadas.

RECOMENDAR:

Que na decisão sobre a Reserva Raposa Serra do Sol sejam respeitadas as vozes das comunidades envolvidas, tanto indígenas quanto não indígenas, excluindo-se da área de reserva a cidade de Uiramutã, vilas, vias de acesso e também as propriedades produtivas de grãos;

Que Pacaraima seja preservado como município e que seja definida também sua área de expansão urbana, em respeito aos brasileiros que há anos têm vivificado as fronteiras do Brasil;

Que o Governo Federal defina, com urgência, a situação fundiária para Roraima, promovendo a titulação definitiva das propriedades produtivas do Estado;

A maior presença das Forças Armadas em todas as regiões de fronteira, inclusive nas áreas indígenas, incentivando-as e permitindo a implementação de infra-estrutura, tais como escolas e postos de saúde, cabendo ainda ao Ministério das Relações Exteriores a intensificação da não permissão de quaisquer posicionamentos, entendimentos e acordos que possam dar margem a alegações indevidas por entidades ou órgãos internacionais;

Que os órgãos governamentais combatam, por todos os meios, as ações de ONGs, grupos econômicos e religiosos que estejam voltados para o uso do índio como massa de manobra em assuntos que não sejam do seu legítimo interesse;

A implementação de uma política nacional que fomente o desenvolvimento sustentável e resguarde as riquezas naturais da Amazônia, tais como a água, a biodiversidade e os recursos minerais, estimulando os Estados a realizar o zoneamento ecológico-econômico;

Que as legislações que combatem a biopirataria sejam efetivadas através de fiscalização ostensiva, prioritariamente na Amazônia, identificando profissionais não autorizados a realizarem pesquisas;

Que as três esferas de Governo incrementem orçamentária e financeiramente as instituições de pesquisa e universidades, em especial as localizadas na Amazônia, criando um fundo regional de desenvolvimento científico e tecnológico, que promova a produção e transferência de tecnologias aos setores produtivos, principalmente às microempresas e pequenas empresas.

Sr. Presidente, ao pedir que transcreva esses documentos na íntegra, como parte do meu pronunciamento, quero ressaltar a importância da posição

tomada pelo Senado ao constituir Comissão Temporária Externa, que está aprofundando o estudo da questão nos diversos Estados do Brasil. Repito que já foi a Roraima, a Mato Grosso do Sul, a Santa Catarina e irá, após a Semana Santa, a Mato Grosso, por requerimento de Senadores, para que possamos ter, ao final, mudança na desordem institucional que se implantou na questão indígena e ambiental no País e para que o Brasil possa reassumir o comando desses setores, para o bem do País e para defender o nosso patrimônio e a nossa soberania.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Índia brasileira leva caso contra governo à OEA

De Washington

Pela primeira vez uma índia brasileira foi à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, para apresentar uma "denúncia" contra o governo brasileiro.

Joênia Batista Wapichana, assessora jurídica do Conselho Indígena de Roraima, quer que a OEA pressione o Brasil a concluir a demarcação de 1,7 milhão de hectares de terras indígenas na região conhecida como Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde vivem cerca de 15 mil índios divididos em 159 comunidades dos povos Wapichana, Macuxi, Patamona, Ingaricó e Taurepang.

"Em 1998, depois de 11 anos de luta, o Ministério da Justiça aprovou a criação da reserva e recomendou a demarcação. Mas, desde então, estamos esperando a homologação da Presidência da República, que é a última etapa, e até agora nada", disse Joênia Batista, do povo Wapichana, que se tornou em 1997 a primeira índia brasileira a se registrar como advogada.

A assessoria de imprensa da Presidência da República confirmou que o caso está na Casa Civil aguardando análise para ser então assinado (ou não) pelo presidente. Ainda não há prazo para a decisão.

Critérios

A OEA não comenta o caso, mas um porta-voz da organização confirmou que a "denúncia" foi recebida e que será analisada pela sua Comissão de Direitos Humanos. A "denúncia" foi apresentada em conjunto por Joênia Batista e pela ONG americana Rainforest Foundation, que trabalha com índios da Amazônia.

Para que ela seja aceita pela OEA, dois critérios têm de ser atendidos: o caso deve envolver alguma situação de desrespeito aos direitos humanos e o denunciante deve ter esgotado todos os recursos para defender seus direitos na Justiça do país envolvido.

Se a OEA concluir que a "denúncia" é válida, a primeira atitude da organização seria ajudar os índios a negociar com o governo. Se as negociações falharem, o Brasil pode acabar

tendo que responder a uma ação na Corte Interamericana de Justiça.

Joênia Batista está segura de que seu protesto atende aos critérios definidos pela OEA.

Direitos Humanos

"Não temos mais a quem apelar no Brasil, e nossa reivindicação de direito à terra é claramente uma questão de respeito aos direitos humanos", diz.

Segundo Joênia, desde 1981 já foram mortos 21 índios que estavam envolvidos na luta pela demarcação das terras indígenas.

"Se a posse da terra já estivesse formalizada há mais tempo, teríamos tido mais condições de defender a vida de nossos companheiros que foram mortos", afirma.

“ Não temos mais a quem apelar no Brasil e nossa reivindicação de direito à terra é claramente uma questão de respeito aos direitos humanos. ”

Joênia Batista Wapichana

Segundo Joênia, os índios da região de Raposa Serra do Sol temem que o governo acabe excluindo da reserva áreas onde se instalaram, nos anos 90, grandes fazendas de arroz.

"São fazendas que se instalaram na região depois que o processo de demarcação já estava em andamento. É impossível imaginar que tenha sido uma atitude de boa-fé", reclama.

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), relator da comissão externa da Câmara dos Deputados que investiga o assunto, levantou a possibilidade de recomendar a homologação parcial, excluindo duas fazendas de arroz e a sede de um município que estão dentro da área reivindicada pelos índios.

Lideranças indígenas contestam declaração de advogada do CIR

VANEZA TARGINO
Editoria de Cidade

Lideranças indígenas contrárias à homologação em área contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, declararam ontem à **Folha** que não concordam com as afirmações da advogada do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Joênia Batista de Carvalho, que iria denunciar o Brasil à Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Unidos (OEA).

Conforme o presidente da Alidicir (Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima), Anísio Pedrosa Lima, a advogada não representa a maioria dos povos indígenas e os índios que vivem na área nunca foram consultados.

“Nos causou surpresa as declarações da advogada Joênia, ao dizer que iria denunciar o Brasil por violar os direitos e garantias dos índios que habitam a área Raposa/Serra do Sol. Os índios e nossas organizações não foram consultados a respeito dessa encenação. Ela não tem poder para falar em nome de todos os índios”, protestou.

Para Anísio Pedrosa, o CIR deveria deixar de anunciar que representa os povos indígenas e permitir a igualdade respeitando o direito de todos que vivem na área Raposa/Serra do Sol. “Os índios ligados as nossas organizações são em número maior. Então, o CIR deveria respeitar o modo de pensar de cada um. Todos possuem o direito de indicar os rumos que devem seguir. Está claro e todo o Brasil sabe que os povos indígenas não concordam e não desejam que seja homologa a reserva em área contínua”, declarou.

O tuxaua disse também, que o CIR está difamando os indígenas que conseguiram se libertar do controle do Conselho. Segundo ele o CIR não tem legitimidade para anunciar que representa os índios daquela área.

“Ninguém está sendo aliciado e não é crime discordar do CIR. Queremos que as autoridades também nos escutem e respeitem o nosso posicionamento. Fazendeiro ou qualquer outra classe contra a homologação em área contínua, não alicia e nunca aliciou o nosso povo. Nos dias atuais o CIR é minoria e agora tenta comover os americanos, fazendo queixa a eles. Eles não podem nos representar e as questões brasileiras devem ser tratadas no Brasil”, criticou.

Além dessas afirmações o presidente da Alidicir declarou que atualmente a atuação do CIR é semear a discórdia entre os parentes indígenas e através dos constantes anúncios de ampliação das terras indígenas, prejudicam e inviabilizam as demarcações. “Eles não representam a verdade e criam as dificuldades que os indígenas estão enfrentando na demarcação das duas terras em Roraima, por defenderem a criação de um território, que ninguém poderá ter acesso”, justificou.

POSTO – Conforme Anísio Pedrosa, a atividade do Posto Fiscal localizado a cinco quilômetros da entrada da maloca do Contão, está suspensa provisoriamente, até ser decidido em assembléia no dia 17 de abril, o local definitivo. “Nesta reunião teremos representantes do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Funai e tuxauas das comunidades, para definirmos o local exato para continuarmos a fiscalização. A nossa proposta será permanecer com a fiscalização no mesmo local, que chamamos de Ponta da Serra”, justificou.

DESEMBARGADOR DECLARA 'Índio não pode ficar isolado e deve produzir para o país'

MARILENA FREITAS
Editoria de Cidade

Uma das palestras que mais despertou interesse do público local durante o Congresso Internacional de Direito Amazônico foi proferida ontem à tarde pelo desembargador federal Luís de Lima Stefanini. Ele disse que os índios aculturados não podem ser isolados e suas áreas devem ser compatíveis com a possibilidade de trabalho e desenvolvimento sócio-econômico.

Ao começar sua participação Stefanini disse que no Estado de São Paulo os índios foram dizimados pelos colonizadores. Ao destacar o assunto, lembrou que a região amazônica tem suas particularidades e que a questão indígena é também agrária. Ele defende a tese de que os índios não podem ficar num território isolado, numa reserva separada e o Estado os mantendo com alimentos, previdência social e salário mínimo.

No entendimento dele, os índios têm que ter terra para desenvolver, lavrar, cultivar e, principalmente, produzir para o país. A questão agrária, explicou, está envolvida com a indígena. "Com isso se pressupõe que a quantidade de terra da reserva deve ser compatível com o potencial de exploração dessa terra para que eles possam viver, manter a família e fazer a sua promoção social para integrar-se na sociedade brasileira. Não tem outro caminho", declarou.

Como o direito agrário promove a produtividade, Stefanini ressalta que os índios e as terras têm que estar sintonizados nesse propósito. "É incompatível 1,7 milhão de hectares para a quantidade de índios [da Raposa/Serra do Sol] porque não é possível um índio cultivar 30 a 40 mil hectares de terra. Tem que ser compatível tal qual nas condições da reforma agrária", reforçou.

Na opinião do desembargador, a reserva só se justifica quando a comunidade está no estado de primitividade que precisa da tutela do Estado. "O índio que já tem uma cultura, está civilizado não pode ficar mais na reserva", complementou.

ÊXITO – As 300 inscrições disponíveis no congresso foram todas adquiridas no primeiro dia do evento, superando a expectativa dos organizadores. No período da manhã de ontem ocorreram quatro conferências. Nelas foram abordados os temas Fundamentos do Direito Amazônico: Finalidade, Objeto e Conteúdo do Direito amazônico; Fontes do Direito Amazônico e Situação Metodológica e, Natureza Jurídica do Direito Amazônico.

"O professor José Braga deu um show de humanismo e o professor Lucas Barroso, apesar de muito novo, mostrou toda a linha de pensamento do pragmatismo jurídico", disse Gursen De Miranda, coordenador do evento.

Barroso mostrou durante a exposição que não se deve pensar, quando se aborda questões jurídicas, apenas no aspecto das normas, sem fazer uma reflexão do contexto social em que se vive.

"Temos que olhar mais a realidade social do que a lei", declarou, ao dizer que no período da manhã as pessoas puderam entender melhor que o Direito Amazônico tem como finalidade proteger os interesses da Amazônia em todos os aspectos, que nada é aleatório e que existem fundamentos científicos para o Direito Amazônico.

A. . G. . D. . G. . A. . D. . U. . CARTA DA AMAZÔNIA

A Maçonaria, que é uma instituição filosófica, filantrópica, educativa e progressista, possui como princípios a Liberdade a Igualdade e a Fraternidade.

Vem através de seus membros, os maçons do Grande Oriente do Brasil e das Grandes Lojas integrantes da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, reunidos na Conferência Nacional "AMAZÔNIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", realizada no período de 25 a 27 de março de 2004, no estado de Roraima,

CONSIDERANDO:

- A necessidade de se garantir a soberania nacional, principalmente nas áreas de fronteira;
- A necessidade da convivência pacífica entre todas as células da sociedade brasileira, em especial as indígenas;
- A necessidade de implementação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável para a região amazônica;
- A necessidade de se garantir o controle e a boa gestão dos recursos públicos ou privados, aplicações por ONG's nacionais e estrangeiras;
- A falta de controle, principalmente sobre a atuação de profissionais estrangeiros não autorizados a executarem trabalhos e pesquisas na região amazônica, acarretando a bio-pirataria;
- O escasso orçamento das instituições públicas de pesquisa e universidades;
- O bloqueio e o conseqüente impedimento da utilização de áreas do estado de Roraima, que estão divididas em cerca de 47% como áreas indígenas; 17% como áreas do IBAMA, do Exército, e não aproveitáveis, restando aproximadamente 36% para serem utilizadas.

RECOMENDAR:

· Que na decisão sobre a Reserva Raposa Serra do Sol, sejam respeitadas as vozes das comunidades envolvidas, tanto indígenas quanto não indígenas, excluindo-se da área de reserva, a cidade de Uiramutã, vias de acesso, e também as propriedades produtivas de grãos;

· Que Pacaraima seja preservado como município, e que seja definido também sua área de expansão urbana; em respeito aos brasileiros que há anos têm vivificado as fronteiras do Brasil;

· Que o Governo Federal defina, com urgência, a situação fundiária para Roraima, promovendo a titulação definitiva das propriedades produtivas do estado.

· A maior presença das Forças Armadas em todas as regiões de fronteira, inclusive nas áreas indígenas, incentivando-as e permitindo a implantação de infra-estruturas, tais como escolas e postos de saúde. Cabendo ainda ao Ministério das Relações Exteriores a intensificação da não permissão de quaisquer posicionamentos, entendimentos e acordos, que possam dar margem a alegações indevidas por entidades ou órgãos internacionais;

· Que os órgãos governamentais combatam, por todos os meios, as ações de ONGs, grupos econômicos e religiosos, que estejam voltados para o uso do índio como massa de manobra em assuntos que não sejam do seu legítimo interesse;

· A implementação de uma política nacional que fomente o desenvolvimento sustentável e resguarde as riquezas naturais da Amazônia, tais como a água, a biodiversidade e os recursos minerais, estimulando os estados a realizarem o zoneamento ecológico-econômico;

· Que as legislações que combatem a bio-pirataria sejam efetivadas através de fiscalização ostensiva, prioritariamente na Amazônia, identificando profissionais não autorizados a realizarem pesquisas;

· Que as esferas de governo incrementem orçamentária e financeiramente as instituições de pesquisa e universidades, em especial as localizadas na Amazônia, criando um fundo regional de desenvolvimento científico e tecnológico, que promova a produção e transferência de tecnologias aos setores produtivos, particularmente as MPes;

LAELSO RODRIGUES
Grão Mestre Geral do GOB

SAMIR DE CASTRO HATEM
Grão-Mestre GOERR

WILSON FILOMENO
Secretário Geral da CMSB

ADEMIR PINHEIRO VIANA
Grão-Mestre GLMERR

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Paulo Paim.

Em seguida, falará o Senador Pedro Simon.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por uma semana praticamente não usei da tribuna do Senado, fazendo um pacto de silêncio com outros Senadores do PT e do Bloco de apoio ao Governo, em consideração ao acordo aqui firmado, por unanimidade, envolvendo inclusive a Oposição, no que tange à reforma da Previdência, leia-se, PEC paralela.

Acreditávamos que, antes de 1º de abril, o dia nacional da mentira, da fraude, da enganação, a PEC paralela seria votada. Para surpresa nossa, ela só não foi votada, como foi totalmente modificada. Por exemplo, retirou-se da PEC a regra de transição. Nem a ditadura, nem o Governo anterior, fizeram redação semelhante àquela que está sendo discutida na Câmara dos Deputados. Nem me passa pela cabeça que o atual Governo tenha feito aquela redação.

O que diz a regra de transição, ora em debate na Câmara, alterando o que construímos nesta Casa? Diz que o servidor público, para ter direito à regra de transição, deve ter 35 anos efetivos no serviço público. Essa regra não contempla ninguém. É natural: as pessoas estudam, trabalham, fazem concurso e entram no serviço público.

Que regra de transição é essa?

Se a alteração for verdadeira, trata-se de um golpe no Senado, um golpe no processo democrático, um golpe contra aqueles que guardam uma relação civilizada de instituição para instituição. Eu não acredito que a proposta elaborada na Câmara seja viabilizada. Estou acreditando ainda no acordo firmado com o chamado Núcleo de Governo, com quem negociamos até o último minuto. Quando subi a esta tribuna naquele dia, recebi a ligação do Presidente da República. Conversei com o Ministro José Dirceu, com o Ministro Ricardo Berzoini, com o Senador Aloizio Mercadante, com o Senador Tião Viana, com a Senadora Ideli Salvatti. Quem quer seja lembrado como membro do famoso núcleo, com ele eu conversei. E o último item do acordo foi exatamente a regra de transição. Todos me disseram: “Podem votar que o acordo será firmado”.

Por isso eu digo, Sr. Presidente: se alguém anda a espalhar que o acordo era só para fazer tramitar, isso é brincadeira, é falta de seriedade. Acordo para fazer tramitar um projeto? Eu não preciso de aval de ninguém. Eu entro com o projeto e o projeto tramita.

Se não tinha nem urgência nem mérito, que acordo é esse? Isso é uma brincadeira de mal gosto, e quem está dizendo isso é mentiroso, está mentindo. O acordo foi de mérito, em cada vírgula. O Relator foi o Sr. Senador Tião Viana, Líder do Bloco de apoio ao Governo e Líder do PT, e foi s. Ex^a quem lavrou o acordo, porque foi o Relator. Não foi este Senador o Relator. Por isso, Sr. Presidente, estou na tribuna, ainda confiando em que o acordo será cumprido. Se o acordo não for cumprido, as conseqüências serão, eu diria, imprevisíveis, mas da maior gravidade.

Com satisfação, dou um aparte ao Senador Simon. Fiz questão de falar antes de S. Ex^a, porque queria receber esse aparte pelo compromisso que sei que V. Ex^a assumiu nesta tribuna junto conosco. Por isso, Senador Pedro Simon, um aparte a V. Ex^a, que é um dos homens em cuja palavra empenhada aprendi a confiar.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Concordo plenamente com V. Ex^a quando diz que não está fazendo um pronunciamento definitivo, mas que está fazendo um pronunciamento chamativo. Eu ainda não fui à tribuna porque estou na mesma expectativa de V. Ex^a. E há mais. Não concordo com aqueles que dizem que, pela maneira com que se conduziu a Câmara dos Deputados, pelo fato de terem apresentado uma série de emendas e as emendas terem sido aceitas pelo Relator, por isso, já esteja rompido o acordo. Quando apresentamos a Emenda paralela aqui no Plenário, também liberamos os Senadores para apresentarem suas emendas. Os Senadores diziam: tenho um compromisso; como dizer que não apresentei a minha emenda? E eles apresentaram suas emendas. Na hora, fizemos um entendimento, as emendas foram retiradas e votamos. Acho que isso pode acontecer e vai acontecer na Câmara dos Deputados. Lá, a Liderança do Governo vai conversar e dizer para os Deputados que podem até fazer uma segunda PEC paralela, juntar todas as emendas e constituir uma outra PEC e aprovar a que foi feita no Senado, que tem unanimidade. Penso que é isso que vai acontecer, e está demorando, mas acredito que por toda essa confusão. Mas confio que isso acontecerá, porque, na dúvida, não podemos fugir de uma realidade. É um compromisso do Presidente Lula, um compromisso dos Líderes do PT, um compromisso dos Líderes do PMDB, um compromisso dos Líderes do Governo. Não me lembro de descumprimento em matéria dessa natureza e desse significado. Não é o Senador Paulo Paim que será feito de bobo, mas a sociedade, os líderes sindicais, aqueles que votaram. Não vamos nos esquecer: se eles não tivessem feito o acordo com V. Ex^a, no seu gabinete, inclusive com

um telefonema do Presidente da República feito às Lideranças...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a estava lá, assim como os Senadores Sérgio Zambiasi e Flávio Arns.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não fosse esse acordo, a emenda não teria sido aprovada aqui, porque tínhamos os Senadores suficientes para impedir que a PEC principal fosse aprovada. Ela foi aprovada com meia dúzia de votos, não mais do que isso. Foram os nossos votos que permitiram que ela fosse aprovada, com o acordo que foi feito. Vi o Fernando Henrique, em seu governo, cometer os maiores erros e os maiores equívocos, mas sua palavra era cumprida. Foi assim com a Petrobrás. Ele assumiu o compromisso de honra de não privatizá-la. Toda a imprensa, todos diziam que ele iria privatizá-la, mas ele não o fez. V. Ex^a está certo em fazer o chamamento e acreditar que os fatos haverão de acontecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. É uma satisfação poder transitar na minha vida pública ao lado de homens como V. Ex^a.

Chego a dizer que a questão não é nem mais de mérito, mas de se compactuamos com uma farsa. Para quem está lá fora, tem-se a impressão de que o Paulo Paim, o Sérgio Zambiasi, o Ramez Tebet e o Magno Malta participaram de uma farsa para ficar bem com a sociedade, e nós não participamos de farsa. Nós acreditamos, acreditamos na palavra que nos foi dada pelo Governo e pelos Líderes do Bloco aqui no plenário. Não participamos de farsa alguma. Estamos muito tranquilos quanto a isso.

Alguém já me disse que somos muito inocentes, achando que na vida pública a palavra empenhada vale alguma coisa. Prefiro continuar inocente, prefiro pensar, ainda, que a palavra vale. Lembro-me de que me foi perguntado pelo Líder Aloizio Mercadante e pelo próprio Tião Viana se queríamos um documento escrito. Dissemos que não havia necessidade de um documento por escrito, que para nós valia a palavra empenhada pelo Presidente e por seus Ministros.

Por isso, estou exatamente na mesma linha de V. Ex^a. Acredito que o Governo vai cumprir o acordo e que essa matéria será votada. Mas sabemos que, se essa matéria não for votada até o mês de junho, ela não será votada nunca mais. Morreu! Todos sabem que este ano legislativo termina em junho; julho é recesso e todos vão para o champanhe. Com que moral nós vamos estar em algum palanque sem a aprovação desse acordo construído aqui com o Bloco de apoio ao Governo, com a Oposição e com o

Governo. Estou convicto de que antes de junho essa matéria será aprovada e o acordo será respeitado.

Não falei sobre o assunto até o dia 1º de abril, mas podem ter certeza de que falarei sobre ele todos os dias, nem que eu tenha que vir para cá ao meio-dia para falar nas comunicações inadiáveis. Vou falar todos os dias, até que essa PEC seja efetivamente aprovada.

Como disse a Senadora Serys Slhessarenko, e isso não é só dela, mas de outros Senadores também do PT e que, no meu entendimento, têm guarida no Bloco de apoio ao Governo, é difícil que alguma PEC seja aprovada aqui, até porque estou vendo que existem outras três PECs, que não vou nem citar, que foram apresentadas e encaminhadas para a Câmara depois da PEC da Previdência, a nossa PEC paralela, e que estão dizendo que vão votar em dois meses. Engraçado: disseram que os prazos não poderiam ser, em hipótese nenhuma, rompidos e agora estão dizendo que votam em dois meses. Não votam! Não votam! Quero vê-los votarem PEC aqui em dois meses se romperem o acordo firmado. Com certeza, o acordo será cumprido.

Eu tinha que fazer esse desabafo após uma semana e meia sem falar, para eu não sofrer um infarto, de desgosto, de tristeza,. Antes que eu morra, vou poder dizer o que penso.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que seja publicado, na íntegra, um pronunciamento que faço sobre as greves no País. De fato, estou muito, muito preocupado. Este pronunciamento aqui trata da Polícia Federal, que já está indo para a quarta semana em greve e ainda não há nenhuma negociação. Quem perde com isso são os policiais federais, o País, o Governo. É preciso que se construa um grande entendimento.

Quero aqui deixar registrada a minha solidariedade à Polícia Federal, tão cantada em verso e prosa por nós. E enquadro-me entre aqueles que dizem que a Polícia Federal deve investigar a fundo todas as questões, o Ministério, e, se houver algum homem público citado, seja quem for, comprovadamente envolvido, que se faça a CPI. Nós, que nos resguardamos no escudo da Polícia Federal, não poderíamos ter outra posição, a não ser de total apoio aos policiais federais, que são um orgulho para o nosso País. Que esse entendimento se faça rapidamente. É uma questão de justiça a construção desse acordo.

Eu também poderia citar aqui, Sr. Presidente, o caso dos advogados públicos federais gaúchos, que também estão em greve desde o 15 de março, poderia lembrar o movimento feito pela Receita Federal,

que, felizmente, por um acordo, voltou a trabalhar hoje, poderia lembrar a greve dos professores no Rio Grande do Sul, por tempo indeterminado, o movimento de operação padrão da Polícia Civil e da Polícia Militar em diversos Estados. Eu poderia lembrar aqui, Sr. Presidente, no mínimo, de uma dúzia de categorias vinculadas ao serviço público estadual e ao federal que estão em greve neste momento.

Sempre digo, Sr. Presidente, e vou repetir aqui que ninguém faz greve porque gosta, que ninguém entra num movimento paredista porque quer ser fotografado, iluminado ou por achar que fez um feito histórico. Eu participei, ao longo da minha vida, de dezenas de greves e sei que dói muito quando, numa assembleia, com 100, 200 ou 20 mil trabalhadores, como já participei, se tem que encaminhar pela greve. Naquele momento, está-se envolvendo não só os presentes, mas seus familiares, e a consequência da greve, como sabemos, pode ser a vitória ou a derrota. Então, é fundamental que ninguém seja derrotado nesse movimento, que se construa o entendimento para o bem dos servidores públicos municipais, estaduais e federais e para o bem do País.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Paulo Paim, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, principalmente no que diz respeito à PEC Paralela. Todos no Senado aprovamos a reforma da Previdência, a emenda principal, em função do acordo que foi construído em razão da chamada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero fazer justiça. V. Ex^a foi um dos que disseram: “Vou votar, mas estou confiando em vocês, Paim – o termo foi este –, porque vocês firmaram o acordo”. Quero dar este testemunho aqui.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Perfeitamente. Eu tinha até a disposição de votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como os Senadores Ramez Tebet, Magno Malta e tantos outros.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Para falar com meu raciocínio médico, demos uma atenuante. Na verdade, a PEC paralela foi uma atenuante diante da cirurgia que tivemos que fazer nos direitos dos trabalhadores. Lamentavelmente, na Convocação Extraordinária vimos o Presidente da Câmara se negar a colocar a PEC para tramitar. Agora temos a notícia de que ela está sendo mutilada, o que nos deixa enganados e preocupados com relação a isso. Que tipo de postura amanhã a Câmara dos Deputados vai querer defender quando construir um acordo lá e nós não o cumprirmos aqui. Devemos fazer um esforço

para encontrar um entendimento entre as Lideranças da Câmara e do Senado, para que sejam respeitados os acordos e para que possamos, portando, até junho, ver essa PEC aprovada lá, termos consumado esse problema e poderemos ir às campanhas pelo menos dando uma satisfação razoável aos nossos servidores públicos. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por uma questão de justiça, também quero dar aqui um depoimento em relação à posição dos Senadores Heráclito Fortes e Augusto Botelho. Ambos discordavam das duas, mas votaram a favor da PEC paralela, por isso foi à unanimidade e conseguimos que chegasse com força. S. Ex^{as} nos alertavam que estavam duvidando, mas votariam conosco em solidariedade, porque entendiam nossa posição, assim como outros Senadores, dando um voto de confiança, porque nunca viram romper um acordo semelhante a esse. Por isso estou acreditando ainda que o acordo será cumprido. Assim os servidores não terão o fim da paridade e da transição; será garantida a possibilidade de subteto nos Estados; os deficientes, inativos, aposentados por invalidez e os portadores de deficiência terão uma atenuante em relação ao que teriam de pagar até o limite de R\$ 4.800,00. Conforme os casos, não pagarão o percentual 11% até esse limite. Da mesma forma, haverá aposentadoria para a dona de casa, a possibilidade de o desempregado manter-se vinculado e o controle social, proposta de autoria do Senador João Capiberibe.

Sr. Presidente, encerrarei este discurso e deixarei para segunda-feira o outro pronunciamento que tenho aqui, que trata do salário mínimo. Não adianta dizerem por aí que abandonei a luta pelo salário mínimo. Não a abandonei. Tanto o é – repito para aqueles que não têm a informação – que foi aprovado projeto de minha autoria, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Sociais, que eleva o salário mínimo para R\$312,00 e não apenas para R\$270,00, R\$280,00, R\$290,00 ou R\$300,00. Chegou-se a esse valor com o cálculo dos últimos treze meses de inflação e adicionando um aumento real de R\$0,20 por hora, o que resulta em R\$44,00 ao mês. Conseqüentemente, o valor do salário mínimo ficaria em R\$312,00.

Na segunda-feira apresentarei mais argumentos para que o projeto seja aprovado. Mas eu diria que o valor está de acordo com o que temos visto no serviço público. Nesse caso, a classe que fica na base da pirâmide poderá ganhar até 30% de reajuste. Até por lei, o menor salário pago é o salário mínimo. Assim, 30% sobre R\$240,00 resulta em R\$312,00. Pode ser coincidência. Espero até que a definição do aumento do salário mínimo não venha por medida provisória.

Houve bons tempos no Congresso Nacional em que debatíamos a questão do salário mínimo com base em projetos de lei da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. O Senador Heráclito Fortes, com quem convivi durante muito tempo da Câmara dos Deputados, participou comigo de debates firmes e sempre nos acompanhou na questão do salário mínimo.

Ninguém venha me dizer que o reajuste do salário mínimo deve ser decidido por medida provisória. Pode ser, sim, via projeto de lei, em grande entendimento – como já houve diversas vezes no passado – entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, estendendo-se sempre o mesmo percentual para os 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Considero um absurdo pensar em dar um percentual ao servidor e 10% do que foi dado ao servidor para o aposentado. Isso representa o fim da paridade, que está assegurada na PEC que veio da Câmara, assim como na PEC Paralela. Penso que o percentual que for concedido aos servidores da ativa deve também ser concedido aos aposentados.

Acreditando que o Governo respeitará o acordo, aprofundarei essa questão na segunda-feira.

Sr. Presidente, obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS. Sem apinhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos entrando hoje no vigésimo terceiro dia da greve deflagrada na Polícia Federal, com sensíveis prejuízos para o governo, para a sociedade e para a própria instituição, que tem uma história de relevantes serviços prestados ao País.

O que motivou o movimento paredista dos policiais federais foi o não cumprimento das Leis 5.645, de 1970, e 9.266 de 1996, que consideram como sendo de nível superior todos os integrantes da Carreira de Policial Federal.

Apesar desse dispositivo legal de longa data, com reconhecimento do Tribunal de Contas da União, da Justiça Federal, da Procuradoria Geral da República e do próprio Departamento de Polícia Federal, os policiais federais que não são delegados continuam recebendo o vencimento básico como se de nível médio fossem.

O estranho é que, quando viajam a serviço, esses policiais recebem diárias como se fossem de nível superior.

Esse reconhecimento parcial do direito ao salário de nível superior também ocorre quando os policiais assumem a função de professor na Escola

Nacional de Polícia. Quando estão dando aulas, as gratificações são de nível superior.

Portanto, nada mais justo que estender o reconhecimento de nível superior para fins de salário à principal, mais nobre e mais arriscada atividade dos policiais federais, que é o combate ao crime.

A legalidade do movimento paredista dos policiais federais foi reconhecida pela Justiça. Trata-se de um movimento legal e tem por isso a nossa solidariedade.

A greve é um direito sagrado dos trabalhadores em todo o mundo. A paralisação é a única arma que os trabalhadores dispõem para fazer valer os seus direitos, quando os canais da negociação são interrompidos.

Minhas origens e minha experiência no movimento sindical ensinam que devemos negociar à exaustão, para que a greve seja a última alternativa.

Mas a paralisação, quando ocorrer, não deve se encerrar em si mesma. Devemos dela tirar lições, contar os prejuízos de parte a parte e reabrir o diálogo. É isso que defendo, para que a greve possa ser suspensa e a Polícia Federal retome as suas atividades.

A questão salarial não se restringe aos policiais federais. Outras categorias funcionais do serviço público federal também passam pelas mesmas aflições que representam as sucessivas perdas de rendimento.

É o caso dos Advogados Públicos Federais Gaúchos, onde se incluem advogados da União, defensores públicos da União, procuradores do Banco Central, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores federais.

Essa categoria, que iniciou no dia 15 de março último a primeira greve de sua história, teve as negociações interrompidas por parte do Advogado Geral da União, a quem apelamos que receba em audiência o Comando de Greve para com a retomada do diálogo se possa por fim também a este movimento.

A pronta negociação, como ocorreu ontem com os técnicos da Receita Federal que ameaçavam engrossar o movimento grevista, abortou um movimento que poderia ter conseqüências imprevisíveis.

O governo ofereceu uma gratificação de até 30% do salário, contra a reivindicação de equiparação salarial com os policiais federais que hoje recebem salário de nível médio, e eles voltaram ao trabalho sem que a paralisação tivesse completado 24 horas.

Mas além dos técnicos, o Governo terá de negociar com os auditores da Receita Federal que também anunciam uma greve a partir da próxima segunda-feira. Estes reivindicam isonomia com os delegados da Polícia Federal.

Diante de tantas ocorrências de greves pelo País afora, estou particularmente preocupado com a dos professores da rede pública do Rio Grande do Sul também paralisaram as suas atividades no decorrer desta semana.

A greve foi deflagrada, milhares de estudantes, exatamente aqueles que pertencem às camadas mais pobres da população, serão os grandes prejudicados.

A exemplo das reivindicações das outras categorias de servidores que já paralisaram suas atividades ou estão prestes a iniciar um movimento grevista, a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho dos professores gaúchos é igualmente justa.

Esse direito inalienável do trabalhador não pode ser negado. Ninguém faz greve pelo simples prazer de paralisar uma instituição como a Polícia Federal, uma fábrica ou uma escola.

A greve geralmente ocorre quando as negociações são interrompidas, quando o silêncio se sobrepõe ao diálogo. É preciso negociar à exaustão. Alguém tem que ceder, mas historicamente esse alguém tem sido o trabalhador. E essa regra precisa mudar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra o Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na ausência absoluta de qualquer outro representante que deseje falar, faço questão de reiterar hoje a proposta que fiz no início desta semana, desta tribuna, ao Presidente Lula.

Penso que o Presidente Lula tem todas as condições para tomar a iniciativa de deixar de lado esse debate que se está tramando no processo político e assumir o comando do seu Governo.

O quadro pode ser de crise política, com debates acirrados no Congresso Nacional. Mas não há como deixar de reconhecer que vivemos um ambiente da mais absoluta tranquilidade, estabilidade política, estabilidade das instituições.

Cordialmente, quero discordar do meu amigo Ministro Márcio Thomaz Bastos, que vê um clima de conspiração contra o Governo. S. Ex^a crê que comemoram agora 40 anos de um regime que foi de ditadura, violência, arbítrio, e que lá sabíamos

o que era conspirar contra o Governo. Meu amigo Thomaz Bastos, não vejo nada disso neste País. Pelo contrário, vejo um clima amplo de democracia. E esse é até um grande mérito do PT, porque diziam que assumiria o Governo, criaria uma controvérsia, abalaria as estruturas, o capital, fugiria, faria reformas radicais. Na verdade, nunca, nem no início do Governo Fernando Henrique, o ambiente foi de tanta tranquilidade no sentido da paz política.

A confusão da CPI tivemos também no Governo do Fernando Henrique. Fernando Henrique também não deixou assinar a CPI dos corruptos, de minha iniciativa, pedindo para mostrar e provar o que já se havia apurado na CPI do **impeachment** e na CPI dos Anões do Orçamento. Ele mandou que retirassem as assinaturas. O ambiente também existia lá. Mas nunca o Presidente Fernando Henrique nem o Ministro da Justiça falou em clima de conspiração, porque o clima lá e aqui é de tranquilidade. Tem mais valor aqui do que lá porque todos sabiam que o Fernando Henrique tinha substituído o Presidente Itamar, que o havia ajudado a eleger-se. E todos sabiam que o clima era de tranquilidade.

Diferentemente, com a vitória do PT, com a interrogação do que seria, do que não seria, havia uma interrogação no ar, que desapareceu. E na minha opinião o clima é até de exagerada tranquilidade porque o PT não fez as mudanças de estrutura que se imaginavam, mas também não fez quase nada. Creio que podia ter feito algumas. Pelo menos eu estava torcendo para que ele fizesse.

Embora tenhamos as garantias dos direitos políticos fundamentais, a nossa cidadania não está completa. Sejamos francos, nós que lutamos, durante os 21 anos da ditadura, para replantar uma democracia com liberdade, com justiça, não podemos estar contentes com a fome, com a miséria, com a concentração de renda, com a falta de moradia e com as mazelas que indicam o quanto estamos distantes de uma democracia real que implique direitos sociais e econômicos, alcançados já pela civilização, mas que continuam como artigos raros no Brasil.

É com isso que o meu amigo Ministro da Justiça deveria estar preocupado. Essa, sim, é uma tremenda interrogação, uma dúvida cruel, uma dificuldade imensa que temos no Brasil.

E não é o caso de se perguntar – como fez o meu amigo Heráclito e a Líder do Governo – de quem é a culpa, se do atual Governo ou do anterior. O atual Governo alega que não tem culpa, porque só tem um ano e meio. Isso não importa! A culpa é de nós todos, a responsabilidade é de nós todos.

Não vou dizer para o Presidente Lula que a culpa da fome, da miséria, da injustiça, dos erros, é dele, porque não é. O que posso dizer é que o que ele disse que ia fazer, o que ele fez até agora, é pouco para mudar a situação. Então, conclamo o Presidente da República, porque ele pode e deve fazer mais no sentido de começar as mudanças.

É impossível continuarmos a conviver com uma política econômica que privilegiou o setor financeiro nacional e internacional. Cá entre nós, nunca passou pela nossa cabeça que o PT chegaria ao Governo e continuaríamos a dizer isso que estamos dizendo. Cá entre nós, entre o último presidente do Banco Central do Governo Fernando Henrique e o atual... O anterior, pelo menos, era um empregado. O presidente do Banco Central do Sr. Fernando Henrique era um empregado de um mega-aplicador financeiro; recebia salário para isso. O atual foi o primeiro estrangeiro presidente mundial do Banco de Boston. E é com essa mentalidade que ele está lá no Banco Central.

Trata-se de uma política liberal-conservadora, que provoca desemprego, falências de empresas e queda do número de trabalhadores na ativa. Nenhum país, meu amigo Lula, poderá se desenvolver, enquanto continuar a pagar bilhões de dólares em juros para credores internacionais.

Compareceu a esta Casa o presidente do Banco Central, assim como o Ministro da Fazenda. Aliás, uma belíssima pessoa o Ministro da Fazenda. Tenho a melhor impressão dele, como homem de bem, homem sério, homem correto. Tenho a melhor impressão dele, mas não identifiquei, na sua longa palestra – aplaudida exageradamente, na minha opinião, pelo PSDB e pelo PFL –, o que estou vendo atualmente no mundo, ou seja, um sentimento de que se deve alterar essa posição internacional em termos de sistema financeiro. O ex-presidente do Banco Mundial, assim como o nosso querido presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, do Uruguai, e representantes de vários segmentos reconhecem que algo deve ser feito nesse sentido. O Brasil não pode pagar um mar de dinheiro na base de imposto externo à custa da fome e do suor dos nossos trabalhadores. Não pode ser considerado como fonte de pagamento de juros, impedindo-nos de aplicar esses recursos em estrada, em escola, em alimentação, no plano de combate à fome. O Fundo Monetário deveria permitir? Não. O Brasil pode. O País está pagando US\$150 bilhões! Nenhum país, em toda a história, pagou tanto imposto ao Banco Mundial como o Brasil no ano passado. Que nos dêem um terço disso, US\$50 bilhões! Com US\$50 bilhões, equacionamos o problema da fome

e o problema da infra-estrutura. Vejo o Papa falando nisso, vejo o ex-presidente do Banco Mundial falando nisso e também vejo Iglesias, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, falando nisso. Mas não vejo Lula insistindo nisso, falando, sim, mas não dando força a esta idéia, que deveria ser a principal bandeira do Governo. E essa bandeira o Presidente teria com autoridade, assim que chegou ao Governo: “Não vou pagar. Não quero pagar. Isso é uma barbaridade. Isso é um roubo. Não vou pagar; quero moratória”. Mas ele pagou até o último tostão! Pagou mais do que o Fernando Henrique, mais do que todos, e não levantou nenhuma dúvida, nenhuma interrogação! O Presidente tem autoridade para dizer: “Não dá para ser como está. Alguma coisa tem que ser feita no sentido de permitir que o Brasil respire”. E não só o Brasil; também a Argentina, a América Latina inteira. Essa política está reduzindo a América Latina a uma situação de ficar de joelhos. Parece até que querem que fiquemos de joelhos para não termos o Mercosul e termos que ingressar na Alca, como fonte de trabalho, como fórmula dos Estados Unidos para terem o que se chamava antigamente de quintal, para usarem quando bem entenderem.

Tancredo Neves, essa grandiosa figura, quando eleito Presidente, deu uma célebre entrevista coletiva às vésperas do dia de assumir, em que dizia com todas as letras: “Não vamos pagar a dívida com a fome do nosso povo”. Tancredo, um liberal, um conservador, fez essa afirmativa como Presidente da República eleito, não como candidato. Não foi uma afirmativa de candidato. Estava eleito Presidente da República. Aliás, uma das páginas mais lindas que vi na história política foi essa entrevista de Tancredo, na Câmara dos Deputados, para a imprensa internacional. Ele fez essa afirmativa com todas as letras. Acho até que deveríamos adotar essa afirmativa de Tancredo como expressão, como lema de uma caminhada rumo ao crescimento e ao desenvolvimento social.

Apesar de seguir a cartilha do FMI, a economia brasileira está encolhendo. Caímos para o 15º lugar, depois de termos chegado ao 9º. Concorde com a minha querida Líder do PT quando diz que a culpa não é do Lula, mas que Lula está com o pé frio, está! Fomos parar em 15º lugar. E isso ocorreu no Governo dele. Fernando Henrique fez, fez, fez, mas manteve o País em 9º lugar. De repente, estamos em 15º, como fruto dessa economia toda, cumprindo as metas do Fundo Monetário, que diz que o Brasil está indo além, está fazendo mais do que está pedindo. O Fundo Monetário está nos agradecendo, dando voto de louvor pela maneira com que estamos cumprindo

suas determinações. Décimo quinto lugar! O povo fica mais pobre, enquanto os ricos permanecem com seus privilégios. Votamos a reforma tributária, e qual foi a vírgula que se votou que ajudou o trabalhador? Qual foi a vírgula que se votou na reforma tributária que trouxe dificuldades para o empresário? Votamos a reforma da Previdência e, a não ser por meia dúzia de emendas à PEC paralela, o que se fez a favor do trabalhador, do aposentado, do necessitado? É importante analisar isso.

O Brasil não cresce, como não vem crescendo toda a América Latina. Fracassaram na região as políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional – processo de privatização acelerado, arrocho fiscal, redução dramática dos investimentos sociais!

Onde está o dinheiro que meu amigo Fernando Henrique pegou da Vale do Rio Doce, da privatização do nosso serviço de telefonia, de energia, dinheiro das empresas que foram privatizadas, dinheiro que seria utilizado para diminuir a dívida? Nenhum centavo desse dinheiro seria aplicado em investimento novo, mas para diminuir a dívida. Onde está esse dinheiro? Onde foi aplicado? Fui radicalmente contra a privatização da Vale do Rio Doce. O Brasil é um dos maiores, é o segundo produtor de minérios do mundo, e a Vale do Rio Doce permitia que o Brasil sentasse, em nível internacional, com todas as empresas do mundo para decidir os preços de minério. Hoje, privatizamos a Vale do Rio Doce. Onde está esse dinheiro? A dívida aumentou, triplicou no Governo Fernando Henrique. Onde foi parar o dinheiro das privatizações? Esse fato vai dar uma CPI muito séria. Vai ocorrer algo de muito profundo mais dia, menos dia.

Tudo isso produziu um quadro de agravamento da crise social e de aumento da violência reconhecido pelos próprios organismos financeiros e econômicos internacionais.

Eu, porém, vejo luz no horizonte. Essas mesmas instituições já admitem alguma flexibilização nas cartilhas que impõem aos países em desenvolvimento. É a primeira vez que essas entidades, Fundo Monetário, Banco Interamericano, Banco Mundial, reconhecem que é preciso fazer alguma coisa. Por isso, o Lula deve aproveitar para apresentar a proposta de alterações nesse sentido.

Duas teses voltam a circular com insistência: primeiro, a meta inflacionária do Brasil pode ser ampliada, permitindo uma expansão mínima de consumo e de produção com geração de empregos; segundo, investimentos em infra-estrutura poderão deixar de ser considerados gastos para fixação da meta de ajuste fiscal – agricultura, transporte, saúde, educação e fome poderão ser considerados gastos

fora da fixação da meta para ajuste fiscal. O BID, o Banco Mundial e o FMI já discutem essa possibilidade, conforme apoio manifestado à Carta de Lima. O documento foi divulgado após reunião anual do BID, realizada nesta semana em Lima, no Peru. Esse é um fato novo, da maior importância. Reuniram-se as instituições no Peru na semana que passou, e órgãos como o BID, Banco Mundial, FMI apoiaram a Carta de Lima.

São questões que devem ser debatidas e aprofundadas. Por esse caminho, poderemos encontrar uma saída sem rupturas ou bravatas que possam afugentar os investidores internacionais. Não estou pregando moratória, não estou pregando o rompimento com o Fundo Monetário Internacional. Não estou pregando uma mudança de rumo. Estou pregando que o Lula aproveite essa situação e, com a autoridade que tem, diga “esse ano que passou foi muito ruim. Este início de ano está muito ruim. Não terei condições de levar adiante esta política. Vou cair no desgaste e poderá haver condições imprevisíveis. Isso tem de mudar. Precisa mudar”.

O Brasil precisa de novas esperanças. Precisamos redefinir um novo rumo para a política econômica, que vem sendo aplicada com extremo rigor pelo atual Governo. Não apenas os partidos políticos, inclusive os da Oposição, mas diferentes setores da sociedade clamam pelo crescimento. O Presidente Lula pode liderar e garantir o ritmo de movimento de mudanças efetivas da política econômica.

Este é o meu apelo: Presidente Lula, reúna os partidos, reúna os governadores, reúna os setores sociais, busque o apoio da sociedade para uma mudança sem traumas que seja capaz de colocar novamente o Brasil no rumo do progresso e da justiça social. A palavra está com Vossa Excelência. Um terço do seu mandato já está cumprido. Que estes próximos dias sejam dias em que Vossa Excelência, vencendo essa crise que passa – tenho certeza de que passará sem que se fale em trauma e em dúvida com relação à estabilidade política –, possa levar adiante essas transformações no Brasil, que esperamos partam não apenas de um Líder do PT, mas do Presidente da República, com o apoio, tenho certeza, de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço, Senador Simon, por ter

se mantido no tempo previsto. É sempre um orgulho e uma satisfação ouvir V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho. De acordo com o Regimento, faltam dois minutos para o término da sessão, mas a Mesa será tolerante com V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. São muitas as preocupações, muitas as crises que hoje nos afligem, a todos nós, Governo e Oposição. Brasileiros de todas as classes sociais enfrentam dificuldades e incertezas e sofrem com o desemprego, com o baixo nível de renda e com as deficiências na moradia, na segurança pública, na assistência médica e hospitalar, na educação, no transporte, no saneamento básico e nas demais áreas relacionadas com infra-estrutura econômica. Mais de 40 milhões de brasileiros continuam excluídos socialmente, sem salário digno, sem trabalho estável, sem segurança previdenciária, sem renda suficiente para atender ao mínimo necessário para o sustento de suas famílias.

Continuamos com taxas de juros muito elevadas, das mais altas do mundo em termos reais, as quais contribuem diretamente para o aumento do déficit público, para o aumento exagerado da dívida pública e elevação da carga tributária, obrigando o governo a contingenciar o Orçamento da União e manter um elevado superávit primário.

Continuamos sem realizar os investimentos necessários em áreas estratégicas de nossa infra-estrutura para possibilitar o crescimento sustentável de nossa economia.

Nossas preocupações com o dia-a-dia do cidadão brasileiro nos levam a buscar soluções práticas para os problemas do cotidiano desses nossos irmãos que enfrentam problemas muito graves em decorrência dessas crises sociais e econômicas.

Estimativas realizadas por consulados e embaixadas do Brasil mostram que mais de 100 mil brasileiros estão deixando o País anualmente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Augusto Botelho, interrompo V. Ex^a apenas para prorrogar a sessão por mais 5 minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – ... em decorrência do desemprego, da violência urbana, das perspectivas econômicas desfavoráveis.

São pessoas que estão desalentadas, cansaram de esperar por um futuro melhor, e resolveram abandonar suas cidades, seus familiares, amigos, parentes, deixando tudo para trás a fim de tentar a

sobrevivência em outros países, correndo todos os riscos inerentes à condição de estrangeiros.

Muitos desses brasileiros são obrigados a viver na ilegalidade, na clandestinidade, a levar uma vida muito difícil, correndo risco de prisão, de deportação, de chantagens, de humilhações, aceitando trabalhos precários, insalubres e perigosos.

Essa é a pergunta que todos nós nos fazemos: por que o Brasil – um País tão rico, com tantas potencialidades, com tantos recursos minerais, vegetais, com um povo inteligente e criativo –, que já foi, em passado não muito distante, campeão mundial de crescimento econômico, não consegue dar oportunidade de trabalho a seus cidadãos, principalmente aos mais jovens?

Muitas são as explicações dadas por economistas e cientistas sociais, mas nenhuma delas consegue dar uma solução para esse grande mal de nossos dias, o desemprego.

Sr. Presidente Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, não pretendo realizar aqui exaustivas análises econômicas ou sociológicas sobre as diversas crises que nos atingem e cuja ponta do *iceberg* pode ser representada por esses contingentes de jovens brasileiros que são obrigados a deixar o Brasil, por falta de um futuro melhor e de condições dignas de sobrevivência.

Gostaria de trazer para reflexão desta Casa o debate da influência das dívidas interna e externa sobre o cotidiano, sobre o dia-a-dia do cidadão brasileiro, principalmente dos nossos jovens, que hoje não têm oportunidade de trabalho, não têm emprego, nem segurança em relação ao futuro.

Não há dúvida de que os pesados encargos da dívida consomem grande parte das receitas governamentais, reduzem o raio de manobra do Governo e praticamente impossibilitam a realização de investimentos necessários para que a economia brasileira possa sair da situação de crescimento negativo em que se encontra e romper o vergonhoso círculo vicioso da pobreza.

Todos nós gostaríamos de reduzir os juros, diminuir a dívida pública, reduzir a dívida externa, realizar investimentos nas áreas estratégicas necessárias ao nosso desenvolvimento econômico e social, aumentar a massa salarial e os salários reais, distribuir renda, melhorar as contas externas, reduzir o desemprego, equilibrar as contas públicas e controlar a inflação.

Nesse mundo ideal, certamente, nossos jovens não necessitariam fugir do Brasil para enfrentar, às vezes, dificuldades até maiores do que aquelas aqui existentes.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, precisamos ter como foco de nossas preocupações o cidadão brasileiro comum, o homem do povo, o trabalhador brasileiro – sei que V. Ex^a é um dos que mais se preocupam com essa situação nesta Casa –, principalmente nossos jovens, que sofrem diariamente com os problemas da pobreza, com a falta de oportunidades de trabalho, com as desigualdades sociais e econômicas, com a discriminação social que, muitas vezes, representa verdadeiro *apartheid* social.

Não podemos eleger como centro de nossas preocupações apenas variáveis macroeconômicas, desempenho de bolsas de valores, equilíbrio fiscal, política monetária, política cambial e creditícia, ou a trajetória adequada de queda das taxas de juros.

Sabemos que todas essas políticas e fatores são importantes para uma administração pública sábia. No entanto, a preocupação primordial, a primeira e mais importante de todas, é a preocupação com o próprio cidadão, com o seu bem-estar, com sua dignidade, com as suas condições de vida e com sua inclusão social.

Certamente, a economia existe para servir ao homem e não o homem para servir à economia. Não pretendemos enfrentar discussões intermináveis sobre problemas complexos dos campos social e econômico.

Precisamos de soluções práticas e imediatas, pois o cidadão brasileiro já vem sofrendo, durante muitos anos, os efeitos perversos das desigualdades sociais e econômicas, e não pode continuar esperando indefinidamente por um futuro que nunca chega.

Precisamos enfrentar o desafio do aumento exagerado da dívida interna, que cresce quase exponencialmente, impedindo o nosso crescimento, bloqueando os investimentos, criando dificuldades e restrições para a nossa economia.

Sugerimos a redução gradual de nossas dívidas, para sairmos do cipoal e da armadilha em que nos encontramos, desse círculo vicioso de juros elevados e dívidas em disparada.

Precisamos reduzir mais ainda a parcela da dívida pública vinculada às variações cambiais, para não correremos os riscos decorrentes de importação de crises externas que possam trazer mais dificuldades para a nossa economia.

Não há dúvida de que a saída correta, prudente e adequada para a solução de grande parte desses graves problemas se concentra na retomada do pro-

cesso de crescimento econômico, não apenas um crescimento numérico, mas um verdadeiro processo de desenvolvimento econômico e social, com melhoria dos salários reais, crescimento da massa salarial e melhoria dos níveis de produtividade da economia, para que possamos ingressar no círculo virtuoso do crescimento com estabilidade.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Mozarildo Cavalcanti, precisamos ampliar a oferta de crédito, principalmente para as pequenas empresas, aquelas que mais contribuem para gerar emprego e criar novas oportunidades econômicas.

Precisamos aumentar o investimento público, recuperando nossas rodovias, aumentando a oferta de energia elétrica, melhorando a saúde, a educação, o saneamento básico e a moradia.

Precisamos, antes de mais nada, melhorar a qualidade do gasto público, evitando o desperdício de recursos tão escassos e tão necessários em diversos projetos de desenvolvimento.

Precisamos combater com mais energia a corrupção.

Precisamos reduzir o desemprego, hoje o maior desafio do Brasil, e aumentar os salários reais, para que haja capacidade de consumo e para que o Produto Interno Bruto possa voltar a crescer em níveis compatíveis com as nossas necessidades.

Para que haja melhoria verdadeira no dia-a-dia do cidadão brasileiro, precisamos reduzir nossa dívida pública, que é hoje a causa de muitos dos males que enfrentamos.

Uma dívida pública que se encaminha para a cifra astronômica de R\$1 trilhão, certamente, não permite a melhoria da educação, do saneamento básico, das nossas rodovias, e impede todos os investimentos necessários ao nosso desenvolvimento econômico e social.

Tenho plena convicção de que o Senado Federal dará sua contribuição para que esses objetivos sejam alcançados, concorrendo para a melhoria do bem-estar do cidadão brasileiro, principalmente dos cidadãos mais pobres e necessitados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, por ter utilizado exatamente o tempo combinado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 394, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja destinado o horário do expediente da sessão do Senado Federal, no dia 20 de Agosto, para homenagear a maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2004. – Senador **Mozarildo Cavalcanti, Efraim Moraes, Alvaro Dias, Mão Santa, Valdir Bamp, Fernando Bezerra.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento lido será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Luiz Otávio, Romero Jucá e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

IBAMA – SANTARÉM

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, notícias veiculadas pela imprensa causaram muito mal-estar no interior do Estado que aqui tenho a honra de representar, o Estado do Pará. Tanto que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção do Pará, Subseção de Santarém, pelo seu presidente, Rodolfo Hans Geller, encaminhou ofício ao meu Gabinete, para expor a preocupação dos habitantes da região com a notícia de que o Conselho Gestor do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) estaria propondo o rebaixamento da Gerência Executiva de Santarém para escritório regional.

Essa proposta é totalmente descabida, Sr. Presidente!

Não sei que estudos ou necessidades teriam embasado a proposta do Conselho Gestor, mas, a meu ver, trata-se de um equívoco que pode vir a mostrar-se irreparável em suas conseqüências, em vista da extensão do território abrangida pela Gerência de Santarém, bem como da imprescindibilidade de uma estrutura responsável pelo meio ambiente que corresponda à importância de parte tão significativa de nosso maior patrimônio ecológico: a floresta amazônica.

A região subordinada ao órgão do IBAMA sediado em Santarém abrange 25 Municípios, cujos territórios são extensos. (Não podemos esquecer-nos de que a região amazônica é de baixíssima densidade populacional). Em vista da importância dessa região no que se

refere às questões ambientais, ela foi contemplada, na organização administrativa do IBAMA, com uma Gerência Executiva 2. (As Gerências Executivas 1 situam-se todas nas capitais dos Estados).

E a correspondência a mim endereçada pela OAB de Santarém considera “incompreensível a proposição de rebaixamento, por importar redução drástica das elevadas funções e competências ao encargo do IBAMA (análise, orientação, fiscalização, autuação e controle de projetos e atividades com potencial de danos e dos danosos ao meio ambiente)”. Ressalta, ainda, o ofício que “se do modo como está, já não responde adequadamente às exigências da região, reduzir o IBAMA será desastre anunciado. A idéia de concentrar em Belém boa parte das atribuições do órgão hoje feitas em Santarém decorre apenas de interesse financeiro – o que é socialmente injustificável”.

Qualquer proposta de enxugamento do órgão, para qualquer pessoa minimamente esclarecida que demonstre um pouco de bom senso, vai contra os interesses do País e coloca por terra a afirmação do Presidente Lula, no fim do mês de março, durante o lançamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia, quando defendeu o trabalho do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, dizendo que o Governo não adotará a política do “jeitinho”. Disse o Presidente: “Se tem lei, nós temos que cumprir. Se a lei está obsoleta, nós temos que mudá-la. O que não pode é ficar brincando de enganar um ou outro, quando se trata de investimentos de monta.” Certamente, o Presidente se referia a investimentos de grandes empresas que dependem da aprovação do IBAMA, devido às modificações que podem causar no meio ambiente onde vão ser realizados.

E não se pode aceitar a idéia de que o IBAMA atrapalha o desenvolvimento do País. O que tem de valer é a defesa dos interesses maiores do Estado e da sociedade.

Eu pergunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é que o Ibama de Santarém poderá cumprir suas atribuições, se não puder contar com recursos mínimos, como uma estrutura condizente com a área ambiental pela qual é responsável, e recursos humanos e materiais e equipamentos que lhe permitam zelar pelo imenso patrimônio ambiental sob seus cuidados?

A Correspondência da OAB, entre outras coisas, defende a elevação do nível hierárquico-administrativo do órgão sediado em Santarém para Gerência Executiva 1, com a conseqüente ampliação das competências, das funções e do número de servidores, considerando a amplitude das exigências e demandas de serviços da região. O crescimento das atividades agrícolas (cultivo de soja e arroz, principalmente) e extrativas, na região,

podem redundar em sérios e irreparáveis prejuízos ao meio ambiente, se não for devidamente controlado.

Nesse aspecto, a colocação do Presidente da OAB, Subseção de Santarém, é muito enfática: “Quando o Estado se afasta, os que se servem da força bruta, os que pensam unicamente nos seus particulares e privados interesses, os que não têm compromisso com um meio ambiente equilibrado, enfim, toda sorte de aproveitadores da fragilidade das instituições se apresentam e praticam incontáveis abusos, com conseqüências desastrosas, econômica, ambiental e socialmente. Onde a polícia se omite o bandido vira xerife. Ademais, registra-se que há muito se sabe ser a omissão o maior dos pecados.”

O desenvolvimento sustentável na região amazônica, todos sabemos, depende da capacidade dos órgãos de governo de coibir abusos que possam prejudicar o meio ambiente.

É fundamental que vislumbremos no horizonte a qualidade de vida que queremos legar às gerações vindouras. E uma vida num ambiente amigável e rico somente será possível com a atuação firme do órgão de governo, desde que desempenhe a contento a missão de zelar pelo patrimônio natural.

Sr. Presidente, preferiria não ter de discorrer sobre tal assunto nesta tribuna, mas, como o Governo já demonstrou que comete algumas precipitações, fruto de medidas que não amadureceu totalmente – o pior fato, sem dúvida, foi a suspensão do pagamento dos velinhos pelo Ministério da Previdência –, creio que nunca é demais mostrar as prováveis conseqüências de medidas que não foram suficientemente analisadas. Podemos evitar mais um desgaste político desnecessário, o que ocorrerá se adotada essa nova medida com potencial de se tornar desastrosa ao meio ambiente da região de Santarém.

Nada foi efetivado ainda, mas costume levar ao pé da letra o ditado que diz que “onde há fumaça há fogo”.

O jornal **O Estado do Tapajós** também se refere ao assunto em sua edição de 10 de março de 2004. A matéria informa que várias entidades – Associação Empresarial de Santarém, Sindicato Rural, Associação das Indústrias Madeireiras (ASSIMAS) e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Madeireiras de Santarém – entregaram manifesto ao gerente regional do IBAMA, Geraldo Pastana, para ser encaminhado ao Presidente do Ibama, Marcos Barros, à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e ao Procurador da República no Pará, Felício Pontes Júnior. Nesse manifesto, pedem providências contra a proposta do Conselho Gestor do IBAMA, que prevê a transformação das gerências interioranas do órgão em escritórios regionais, diminuindo sua capacidade de atuação.

Documento semelhante foi encaminhado ao Ministério Público Federal por outras entidades – Conselho Na-

cional dos Seringueiros, Associação Tapajoara, Acosper, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Para as entidades que lutam pela preservação do *status* hierárquico da Gerência de Santarém, “as vítimas desse projeto serão esta parte da Amazônia que possui a maior biodiversidade do planeta e os povos da floresta”. Estamos nos referindo a uma área que abrange mais de metade do território do Estado do Pará e cujo ponto de convergência, Santarém, se situa a mais de mil quilômetros da Capital, Belém.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, apelo, desta tribuna, às autoridades responsáveis pela organização administrativa do Governo, para que não ajam de forma atabalhoada e intempestiva. Que analisem cuidadosamente as necessidades da região de Santarém no que diz respeito ao meio ambiente, para que não haja o anunciado rebaixamento hierárquico-administrativo do órgão sediado nesse Município. Se tal vier a ocorrer, poderá ocasionar perda de capacidade no atendimento às demandas da região e de qualidade nos serviços prestados. Devo salientar que estamos tratando de um patrimônio natural de valor inestimável que atualmente desperta a cobiça de outras nações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste curto pronunciamento, gostaria de registrar o lançamento, pelo Governo Federal, do programa Brasil Sorridente, como parte integrante da Política Nacional de Saúde Bucal. Considerada a maior iniciativa em termos de saúde bucal na história do País, o programa tem a intenção de proporcionar atendimento especializado a milhões de pessoas em todo o território nacional.

Até o final de 2006, o Ministério da Saúde deverá destinar 1,27 bilhão de reais para ações de saúde bucal em todo o País, atendendo, entre outros, os 500 mil estudantes da rede pública de ensino, que receberão, anualmente, quatro kits para higiene bucal. O Brasil Sorridente vai beneficiar também os participantes do Programa Saúde da Família, que terão acesso aos kits e receberão aplicação tópica de flúor.

A Política Nacional de Saúde Bucal tem ainda como meta a construção de 400 centros odontológicos, dentro de municípios com localização geográfica estratégica, que deverão funcionar como referências regionais, garantindo atendimento odontológico básico e especializado em periodontia às populações em suas áreas de influência. Os centros terão ainda o papel de pólos para estágio qualificado de futuros profissionais, além de servirem de vetores na disseminação dos princípios básicos de higiene e cuidados com a boca.

A implantação dessas quatro centenas de centros de referência, ao custo final estimado de oito milhões

de reais, deverá proporcionar a geração de 25 mil novos empregos diretos, destinados a odontólogos, técnicos, auxiliares de higiene bucal e protéticos.

Essas ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, mais do que oportunas, são verdadeiramente imperiosas, consideradas as condições de saúde bucal da população brasileira. Ainda que não sejam uma ameaça direta à vida, as doenças bucais representam um sério problema de saúde pública, com reflexos pessoais e coletivos, colocando em risco os padrões mínimos de qualidade de vida.

A despeito de diversos indicadores que revelam melhorias no setor, em determinadas faixas de idade, a saúde bucal dos brasileiros ainda pode ser considerada muito precária. Estimativas indicam que atualmente cerca de 120 milhões de pessoas não tenham acesso regular às clínicas de tratamento coberto, o que limita a pouco mais de 30 por cento a cobertura efetiva da assistência odontológica em nosso País¹.

Cerca de 9,5 milhões de brasileiros com mais de 35 anos necessitam de prótese dentária total, enquanto que apenas 40 milhões têm água fluoretada. Dentro da Política Nacional de Saúde Bucal, a intenção é que, em pouco mais de dois anos, seja atendida metade da demanda por próteses dentárias e que outros 1.776 municípios passem a dispor de água com flúor.

Como vimos, a implementação do programa Brasil Sorridente não estará limitada a ações curativas. Serão propostos e executados procedimentos preventivos, superando, assim, uma tendência que não se verifica apenas nas práticas odontológicas do Brasil, mas de todo o mundo, de respostas unicamente curativas. O objetivo é criar novos hábitos individuais que assegurem melhor qualidade de saúde bucal.

Os especialistas reconhecem a impossibilidade de total prevenção das doenças bucais; contudo é perfeitamente viável reduzir o risco de contraí-las. Dentre tantos outros, esse é um dos principais méritos do programa Brasil Sorridente, que começa a ser executado pelo Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, parabéns ao Ministério da Saúde, desejando que todas as metas agora anunciadas sejam efetivamente cumpridas dentro do prazo projetado, isto é, o final de 2006. Será um significativo avanço para o País, em especial para os milhões de brasileiros beneficiários da ação efetiva do Poder Público em favor de sua saúde bucal.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemora-se, no dia 31 de março, o Dia da Integração Nacional. Nada mais natural, portanto, que

aproveitarmos a data para fazer uma reflexão sobre o processo de integração nacional em nosso País.

¹ Dados obtidos no site da Associação Brasileira de Odontologia (ABO).

Uma reflexão que pode ser empreendida sob, pelo menos, dois pontos de vista: um mais restrito, a considerar os aspectos físicos, geopolíticos e, até mesmo, culturais da questão, como a integridade territorial, a unidade de idioma, a preservação de certas crenças, valores e costumes...; e outro mais amplo, a exigir a observação de aspectos econômicos e, principalmente, sociais, como a inserção no processo de desenvolvimento nacional das regiões periféricas e das camadas menos favorecidas da população.

Quanto ao primeiro ponto de vista, Sr. Presidente, penso haver consenso de que somos um País modelar. Afinal, poucos povos do mundo souberam, como o do Brasil, preservar a base de seu território e de seu idioma; poucos povos do mundo têm mantido, como o nosso, os traços fundamentais de seu caráter: a generosidade, o trato cordial, a visão emotiva dos fatos, a religiosidade...

Já no que diz respeito ao segundo ponto de vista, Sr^{as} e Srs. Senadores, aquele que trata da efetiva, da verdadeira integração nacional, não creio que os resultados obtidos ao longo desses mais de quinhentos anos transcorridos desde o descobrimento possam cobrir-nos de orgulho.

Nosso País, sabemos todos, continua cruelmente desigual. A ponto de, poucos meses atrás, trabalho realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, ter chegado à conclusão de que exibimos a sexta pior distribuição de renda do mundo; e ter chegado, também, à facilmente previsível constatação de que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm índices de desenvolvimento humano e econômico notavelmente inferiores aos das regiões Sul e Sudeste.

O resultado de tamanha desigualdade não poderia ser mais lamentável: ainda hoje, em pleno século XXI, dezenas de milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza.

Por isso, Sr. Presidente, é com satisfação que observamos a importância e a prioridade que o atual Governo tem conferido ao tema da integração nacional.

Já em seu discurso de posse, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez questão de ressaltar, logo no quarto parágrafo:

O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos

ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento estratégico.

Desde então, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Governo Federal vem desenvolvendo ações da mais alta relevância no rumo da integração nacional.

Indignado com a brutal desigualdade de renda entre os diversos segmentos populacionais, elegeu o combate à fome como a urgência das urgências.

Preocupado com as diferenças regionais, optou pela recriação da Sudene e da Sudam, e deu ênfase a Programas de Desenvolvimento da Região Nordeste e da Amazônia Legal; além disso, tornou permanente a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, que antes atuava em caráter extraordinário.

Atento a bolsões de pobreza que, renitentes, insistem em se manter ao longo de décadas ou séculos, desenvolve Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável nas Mesorregiões do Alto Solimões, do Vale do Rio Acre, de Águas Emendadas, da Bacia do Itaba-

poana, da Metade Sul do Rio Grande do Sul, da Zona da Mata Canavieira Nordestina, do Xingó, da Chapada do Araripe, do Bico do Papagaio, do Vale do Jequetinhonha e do Mucuri, do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba, da Grande Fronteira do Mercosul e da Chapada das Mangabeiras.

É um conjunto de ações, Sr^{as} e Srs. Senadores, que por certo contribuirá para a integração social e econômica de nosso País; um conjunto de ações que – se me permitem repetir a imagem já utilizada pelo Presidente Lula – promoverá “a reconciliação possível do progresso com o meio ambiente e do ser humano com a Natureza”.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 13 horas e 10 minutos.*)

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, ADOTADA, EM 25 DE MARÇO DE 2004 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE O ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE – AFRMM E O FUNDO DA MARINHA MERCANTE – FMM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado Anivaldo Vale	001, 004, 006, 011, 013, 025, 030, 035, 045.
Deputado Carlos Eduardo Cadoca	003, 026.
Deputado Carlos Santana	037, 047, 054.
Deputado Darcísio Perondi	014, 019.
Deputado Edson Ezequiel	038, 043, 048, 053.
Deputado Eduardo Cunha	008, 039, 041, 049, 055.
Deputado Eduardo Paes	040, 044, 050, 056.
Deputado Eduardo Valverde	059 e 060.
Deputada Jandira Feghali	002, 031, 042, 051, 057.
Senador Jonas Pinheiro	015, 020.
Deputada Kátia Abreu	016, 021.
Deputado Leonardo Moura Vilela	017, 022.
Deputado Luiz Carlos Hauly	010, 012, 024, 027, 033, 034, 052, 058.
Senador Osmar Dias	018, 023.
Deputado Rodrigo Maia	005, 007, 009, 028, 029, 032, 036, 046.

**SACM
TOTAL DE EMENDAS: 060**

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	---

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso V	Alínea
--------	--------------	-----------	-------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 2º no Inciso V. o seguinte texto:

“Art.2º. (...)

V - granel líquido é aquele embarcado sem embalagem ou sem acondicionamento, diretamente nos compartimentos da embarcação ou em carretas ou contêineres sobre balsas fluviais.:

Justificativa

A inserção sugerida ao inciso V. do art. 2º da minuta de MP, apreende o conceito de granel líquido alusivo ao tipo de transporte realizado por excelência na Amazônia, afinando as normas da MP às características da circunscrição territorial em referência.

Esclarecendo, o transporte de granéis líquidos na região amazônica é feito em larga escala por meio de carretas ou contêineres sobre balsas *roll-on-roll-off*. E assim o é para permitir que os locais (vilas, cidades etc.) mais distantes dos centros de distribuição e/ou de baixo consumo de volume de petróleo e seus derivados sejam servidos sem limitações.

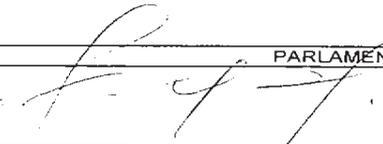
PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

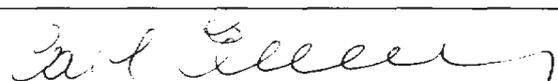
**MPV - 177
00002**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/04/04	proposição Medida Provisória nº 177/04			
autor Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao inciso V do art. 2º a seguinte redação:</p> <p>Art. 2º</p> <p>V – granel é a mercadoria embarcada, sem embalagem ou acondicionamento de qualquer espécie.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>Tecnicamente a utilização do termo "em seu estado natural" não é adequada. Como exemplo, pode-se citar o gás liquêfeito de petróleo que só pode ser transportado em condições viáveis economicamente quando liquêfeito, portanto, fora de seu estado natural. O que no entanto, não o descaracteriza como sendo granel.</p>				
 PARLAMENTAR				

**MPV - 177
00003**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 31 / 03 / 04	Proposição Medida Provisória nº 177 / 2004			
Autor Deputado Carlos Eduardo Cadoca			Nº Prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global				
Página	Artigo 5º	Parágrafo 1º	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao parágrafo 1º do artigo 5º da Medida Provisória nº 17, de 25 de março de 2004, a seguinte redação:</p> <p>Art. 5º</p> <p>§ 1º Para os fins desta Medida Provisória, entende-se por remuneração do transporte aquaviário apenas as despesas com a remuneração do transporte aquaviário de carga, constantes do conhecimento de embarque ou da declaração de que trata o § 2º do art. 6º, anteriores e posteriores a esse transporte, e outras despesas de quaisquer natureza a ele pertinentes.</p>				
JUSTIFICAÇÃO				
<p>A presente emenda visa retirar do cálculo de remuneração, todos os serviços portuários não relacionados ao frete. Dessa maneira, a fim de remunerar adequadamente o transporte aquaviário, julgo necessária a modificação ora proposta.</p>				
ASSINATURA 				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177
00004

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	---

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 6º	Parágrafo	Inciso III	Alínea
--------	--------------	-----------	---------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

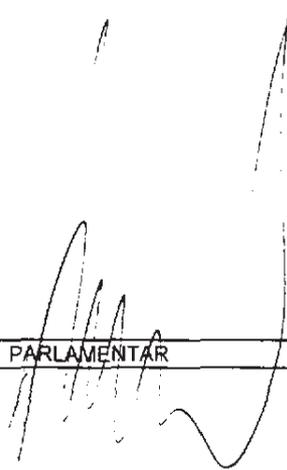
Acrescente-se ao art. 6º no Incisos III, o seguinte:

“Art.6. (...)

III – quarenta por cento na navegação fluvial e lacustre, quando do transporte de granéis líquidos e derivados de petróleo mas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Justificativa

O acréscimo sugerido ao art. 6º, inciso III, da minuta de medida provisória, visa atender ao processo de crescimento expressivo de dois segmentos da Marinha Mercante, na medida que, os acréscimos relativos ao inciso III, implica aporte de recursos para o desenvolvimento da navegação na Amazônia, instrumento indispensável para o crescimento sustentado dessa região.


 PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00005

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Deputado	Autor RODRIGO MAIA	nº do prontuário
----------	------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--------------	--	---	------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória o seguinte § 1º, renumerando os demais:

Art. 6º
 § 1º As alíquotas referidas nos incisos I a III do **caput** serão diminuídas em 50% no exercício de 2006.
 (NR)''

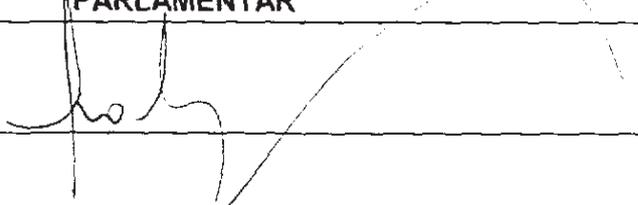
Justificativa

O AFRMM é mais uma taxa que onera o setor produtivo brasileiro. Sua imposição traz distorções sobre a alocação de recursos e desincentiva a utilização do transporte aquaviário no Brasil. Não obstante esses males, ele, da forma que traz a MP nº 177, já está comprometido com ações governamentais para o fomento do setor de transportes aquaviários e produção de embarcações no país.

Não acreditamos que a imposição de taxas, mesmo com o fim de fomentar setores econômicos produtivos, deva perpetuar-se. Sendo assim, a fim de não conflitar com as disposições orçamentárias para o ano em curso e para o próximo ano, estabelecemos uma diminuição de alíquotas em 50% a partir do exercício de 2006.

Uma diminuição das alíquotas nesse montante, como um compromisso do governo já assumido em lei, trará grandes incentivos ao setor de transportes e produção de embarcações no Brasil.

PARLAMENTAR


--

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	---

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 6º	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 6º os Incisos IV e V com a seguinte redação:

“Art.6. (...)

III - (...)

IV - vinte por cento na navegação fluvial e lacustre quando do transporte de contêineres e veículos de carga nas regiões Norte e Nordeste do Brasil;

V - vinte por cento sobre as atividades de *off shore* (apoio marítimo);

§ 1º As embarcações estrangeiras em operação no Brasil, na atividade de apoio marítimo, (*off shore*) contribuirão para o AFRMM com o valor correspondente a vinte por cento da sua receita de afretamento diário, efetivamente recebida;

§ 2º Aplica-se, também, às embarcações brasileiras a contribuição de vinte por cento estabelecida no inciso V, valor esse obrigatoriamente vinculado à conta do Armador;

§ 3º Os recursos provenientes da contribuição de vinte por cento a que se refere o inciso V deste artigo serão destinados à razão de:

- a) quinze por cento para o AFRMM e;
- b) cinco por cento para a constituição do Fundo de Preservação do Meio Ambiente nos Rios da Amazônia (FUPMARA).

§ 4º O Fundo de Preservação de que trata o § anterior:

- a) será gerido pelo Ministério do Meio Ambiente e contará com um Conselho de Administração a ser constituído por:
 1. um representante do Comando da Marinha;
 2. um representante do Ministério dos Transportes;
 3. um representante do Ministério do Meio Ambiente;
 4. um representante da Petrobrás;
 5. um representante da Associação Brasileira dos Armadores da Navegação Interior-ABANI.
- b) terá seus recursos utilizados prioritariamente:
 1. na preservação ambiental dos rios da Amazônia, mediante a implementação de estações flutuantes voltadas à prevenção e combate de vazamentos de óleo e derivados de petróleo alocados em pontos estratégicos cuja distância não poderá exceder a 300 km de pelo menos um deles;
 2. como fundamento de isenção às empresas da navegação de que tratam os incisos III e IV deste Artigo, quanto a encargos multas e taxas relativos às áreas de saúde e meio ambiente, inclusive quando envolvidas em sinistro ou acidente, no

exercício de suas atividades de transporte fluvial na Amazônia, desde que as embarcações estejam em situação regular frente às normas de órgãos competentes:

§ 5º As embarcações de casco simples, utilizadas no transporte de granéis líquidos e derivados de petróleo na região amazônica, serão adquiridas pelo Fundo de Preservação Ambiental, instituído nos termos do disposto neste Artigo e doadas às prefeituras dos municípios ribeirinhos da Amazônia para utilização como terminais de passageiros e cargas.

Justificativa

Os acréscimos sugeridos ao art. 6º da minuta de medida provisória, visam equalizar direitos e deveres das embarcações estrangeiras e brasileiras que militam na atividade de *off shore* na plataforma continental brasileira.

Por outro lado, na medida que se vincula uma parcela dos recursos gerados com a atividade *off shore* ao Fundo de Preservação do Meio Ambiente nos Rios da Amazônia, a alteração proposta eleva o AFRMM à condição de importante instrumento de defesa do ecossistema na região.

O que se acabou de dizer ganha materialidade, sobretudo, com a implantação de estações flutuantes alocadas estrategicamente no curso das águas, conforme determinação contida no § 4º, ora proposto, dotando-se a região de importante meio de combate a acidentes e de controle da poluição potencialmente gerados pela dinâmica do transporte pelos rios da Amazônia.

A título de ilustração, uma balsa que transporta 1.500 toneladas de hidrocarbonetos e seus derivados, na bacia amazônica, caso acometida por um acidente pode provocar uma mancha poluidora de cerca de 100 km², em torno do epicentro, em um tempo de aproximadamente 42 horas. Ressalte-se que um acidente desta magnitude pode colocar em risco todo o sistema ambiental que interage com o local do acidente.

Assim, limitar os efeitos de possíveis acidentes, embora seja de grande relevância, e vai incrementar a proteção ao meio ambiente da região.

Todavia, na medida em que se garante, que os municípios ribeirinhos da Amazônia vão receber, por doação, as embarcações de casco simples – a fim de que sejam utilizadas como terminais flutuantes de embarque e desembarque de passageiros – está-se, também, a proporcionar melhor e permanente capacidade de fiscalização e controle, por parte dos órgãos governamentais, dos pontos de embarque e desembarque de passageiros. A propósito, a preservação da vida humana nos rios da Amazônia vem, há décadas, sendo um grande desafio para autoridades brasileiras.

Ademais, a alteração aqui tratada vai, certamente, ensejar uma sensível melhoria da qualidade do transporte de passageiros e de carga na região, repercutindo em maior respeito aos direitos da população usuária desses serviços.

Resta, pois, evidente que o AFRMM, nos moldes das proposições comentadas neste item, se transforma, para além de um mecanismo de desenvolvimento da navegação, em utilíssimo instrumento de preservação da vida humana, do meio ambiente, etc., ou melhor dizendo, da defesa do ecossistemas na região Amazônica.

PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Autor Deputado RODRIGUES ALVES	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 8º	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 8º da Medida Provisória nº 177/2004 o seguinte parágrafo único:

“Art. 8º
Parágrafo único – A incompatibilidade referida no **caput** será constatada quando o preço praticado apresentar, no mínimo, diferença superior a 25% do preço médio praticado pelo mercado em condições similares.

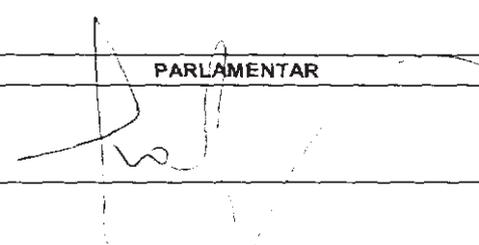
Justificativa

O art. 8º da Medida Provisória permite ao poder público constatar a incompatibilidade dos fretes informados pelos transportadores e aplicar penas e retificação do valor . O objetivo claro do dispositivo é impedir ações fraudulentas de transportadores que visem a diminuir o recolhimento do AFRMM, sendo a incompatibilidade aferida segundo critérios estabelecidos pelo Ministério dos Transportes.

A emenda ora apresentada objetiva estabelecer limites adequados para a ação do Ministério dos Transportes. É correto que o Poder Executivo tenha meios para coibir ações fraudulentas de parte dos transportadores. Contudo, deve-se estabelecer um patamar mínimo em que as variações no frete não configurem fraude, pois é natural que haja tais variações e, acima de tudo, seja possível aos agentes privados criarem novas condições de negócios na busca de menores preços e maior eficiência.

Como forma de sugestão, apresentamos a variação de 25% como aceitável. Não obstante, preocupa-nos, em essência, que a lei traga o limite para a ação do Ministério dos Transportes, e esse é o espírito da emenda que esperamos seja acolhida.

PARLAMENTAR


--

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

Data 01/04/2004	proposição Medida Provisória nº 177/2004
---------------------------	---

autor Deputado EDUARDO CUNHA	nº de prontuário 300
--	--------------------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
--	---	---	------------------------------------	--

Página 01/01	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICATIVA				

Suprimir a letra b, do inciso III, no Art. 14:

Art. 14 Ficam isentas do pagamento do AFRMM as cargas:

b) nas atividades de exploração e de apoio à exploração de hidrocarbonetos e outros minerais sob a água, desde que em zona econômica exclusiva brasileira.

Justificativa

As embarcações que fazem o apoio à exploração de hidrocarbonetos tem sua construção financiada pelo Fundo de Marinha Mercante sem contribuir para sua arrecadação.

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00009

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Autor Deputado RODRIGO MATA	nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso III	Alínea
--------	-----------	-----------	------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O inciso III do art. 14, da MP 177/04, passa a vigorar com a seguinte redação.
"Art. 14.

III- transportadas por embarcações, nacionais ou estrangeiras, quando não empregadas em viagem de caráter comercial;

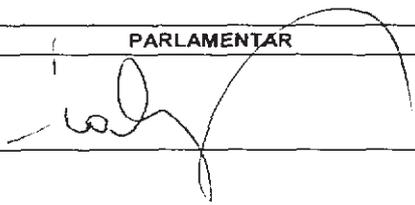
Justificativa

Ao suprimir a alínea "b", destinada a isentar o setor petrolífero do AFRMM, desejamos fazer com que essas empresas, tradicionalmente conhecidas por seus seguidos resultados comerciais superavitários, participem do esforço levado ao segmento de transporte aquaviário.

No cenário nacional, a Petrobrás destaca-se como o grande expoente do setor. Devido a sua enorme participação no mercado interno, aliada às recentes conquistas em mercados internacionais, a empresa monopoliza o preço dos combustíveis no País, sendo, de longe, a maior fonte de lucros do Estado, concorrendo de maneira desleal com as outras empresas do setor, o que contrasta com a situação da maioria das empresas ligadas à construção e à manutenção navais. Ademais, a grande utilização de suas embarcações ajuda a superlotar portos, rotas marítimas e, de maneira mais temerária, não são raras as ocasiões em que, por falha operacional ou por uso de embarcações antigas, produz grandes derramamentos de óleo, originando acidentes ambientais de conseqüências irreversíveis para a flora e fauna litorâneas.

Nesse sentido, a Petrobrás tende a ser uma das candidatas à utilização dos recursos auferidos pelo Fundo da Marinha Mercante – FMM. Nada mais justo, então, que contribua para as receitas voltadas à modernização da frota da marinha mercante brasileira.

PARLAMENTAR


--

MPV - 177**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00010**

2 DATA 30/3/2004	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.004
------------------------	---

4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR	5 N.º PRONTUÁRIO 454
--	----------------------------

6

<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	+	<input type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
------------------------------------	--	---	---	----------------------------------	---

0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---	--------	-----------	--------	--------

TEXTO**EMENDA MODIFICATIVA**

O art. 14, IV, b da MP 177, de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.....

IV -

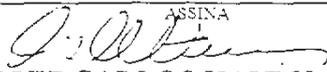
b) que ingressem no País especificamente para participar de eventos culturais ou artísticos, bem como exposições, mostras, feiras e congressos, promovidos por entidades que se dediquem com exclusividade ao desenvolvimento dessas atividades, sem objetivo comercial;

”

JUSTIFICAÇÃO

O texto da redação atual do art. 14, IV, b, pode inibir o benefício da isenção para as mercadorias destinadas a exposições, mostras, feiras e congressos, uma vez que a simples designação de eventos culturais e artísticos não é suficiente clara para esse enquadramento.

A presente emenda, então visa a aperfeiçoar a redação, permitindo que todo evento cultural bem como os promocionais sejam beneficiados com a medida preconizada no referido artigo.

ASSINA

 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00011**

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
-------------------------	--

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
------------------------------------	--------------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso V	Alínea h
---------------	----------------------	------------------	---------------------	---------------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimir a alínea "h", do inciso V, no art. 14;

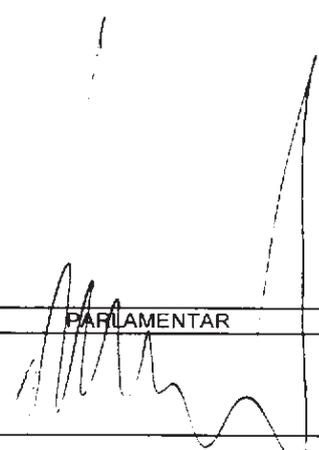
Art.14 (...)

V - (...)

h) que sejam destinadas ao consumo ou à industrialização na Zona Franca de Manaus, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes e automóveis de passageiros;

Justificativa

A supressão sugerida no disposto na alínea "h", do inciso V, do art. 14 da minuta de Medida Provisória, encontra-se plenamente justificada em virtude do disposto na alínea "g" já está compreendida a Zona Franca de Manaus sob a expressão Amazônia Ocidental.



PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00012

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
	30/3/2004		Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.004
4	AUTOR	5	N.º PRONTUÁRIO
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454
6	<input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3- <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA + <input type="checkbox"/> ADITIVA 9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO
			ALINEA

TEXTOS

EMENDA SUPRESSIVA

Fica suprimida a alínea "i", do inciso V do art. 14 da MP 177, de 2004:

JUSTIFICAÇÃO

A isenção do AFRMM sobre mercadorias destinadas a passageiros de viagens internacionais para produtos importados por permissionários autorizados pelo Ministério da Fazenda causam um privilégio injustificável, pois se trata, na essência, de isenção, em geral, sobre cosméticos, bebidas e tabacaria, produtos considerados supérfluos.

A presente emenda visa a corrigir essa distorção, pois enquanto as cargas desembarcadas nos portos brasileiros destinados ao desenvolvimento do setor produtivo são tributadas com o AFRMM, produtos supérfluos não o são.

ASSINA


 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177
00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	--

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
------------------------------------	--------------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 14	Parágrafo	Inciso	Alinea
---------------	----------------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICACÃO

Acrescentar ao Artigo 14. o Inciso VI, com a seguinte redação:

Art.14 (...)

VI – pelo prazo de vinte anos, contados da edição desta Medida Provisória, não incidirá o AFRMM sobre as mercadorias cuja origem e/ou destino final seja porto localizado na Região Amazônica.

Justificativa

A inclusão do Inciso VI. no Artigo 14. visa afastar o efeito limitador contido na versão originária, quanto à redução de um prazo que é absolutamente necessário (um período de 20 anos a partir da vigência da Medida Provisória) para que se preservem a redução do custo das mercadorias transportadas na região amazônica, e simultaneamente seja viabilizado o atendimento à demanda por novos recursos voltados à aquisição de meios mais modernos e seguros para o transporte de graneis líquidos na região.

A exemplo do que se disse, arrola-se o caso das embarcações de casco duplo cujo prazo proposto é absolutamente condizente com o tempo de liquidação de eventuais financiamentos contraídos com vistas a esse fim.

PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

MPV - 177
00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.			
DARCÍSIO PERONDI				nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o inciso VI ao artigo 14

VI - Que consistam em insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e material genético animal e vegetal.

JUSTIFICATIVA

As riquezas geradas pelo agronegócio brasileiro alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. Nos últimos anos a contribuição da agropecuária nacional para o equilíbrio das contas externas tem sido notável. Contudo, a competitividade da agricultura brasileira tem sido freqüentemente ameaçada por medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos. Para que seja assegurada a nossa competitividade torna-se necessário a redução de custos que comprometem as nossas exportações.

Diante da expressiva dependência da agricultura brasileira de fertilizantes e defensivos produzidos no exterior a cobrança de impostos e contribuições sobre insumos utilizados na agropecuária reduzem a competitividade do Brasil no seu esforço de aumentar as exportações.

Deve-se mencionar que a incidência das contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens e serviços já onera demasiadamente o custo de produção agropecuária. Como resultado da Medida Provisória 164, que trata da incidência do PIS/PASEP e da Cofins sobre a importação de bens e serviços, os preços dos insumos agropecuários tiveram reajustes acima de 10%. Apenas nas importações de fertilizantes e defensivos, o total da arrecadação dessas contribuições sociais serão superiores a R\$ 1 bilhão. Dessa forma, a incidência de mais uma taxa que incide sobre o valor do frete marítimo nas importações, aumentará ainda mais o preço dos insumos, encarecendo a produção e os alimentos do País.

A isenção de pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) aplicado nas importações de insumos agropecuários sem dúvida irá refletir positivamente na promoção do desenvolvimento econômico e social do País, com impactos positivos na redução do custo de produção, aumento da competitividade da produção agropecuária brasileira e reduzindo o custo dos alimentos para a população.

**MPV - 177
00015**

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 177, DE 29 DE MARÇO DE 2004

Insira-se no art. 14 da Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004, o seguinte Inciso:

"Art. 14 Ficam isentas do pagamento do AFRMM as cargas:

.....
VI - que consistam de insumos agropecuários ou de matérias-primas a serem utilizadas na produção desses insumos."

JUSTIFICAÇÃO

O agronegócio no Brasil já responde por cerca de 34% do PIB nacional; por 37 % dos empregos do país e por 44% das nossas exportações, sendo também responsável pela geração de crescentes superávits comerciais, que atingem mais de US \$ 25 bilhões, contribuindo, portanto, e muito, para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

O êxito do agronegócio no Brasil é devido ao crescente aumento da produção agropecuária, a qual tem sido possível graças aos ganhos de produtividade obtidos em decorrência de os produtores haverem adotado tecnologias mais avançadas e aperfeiçoado seus processos de gestão dos negócios agropecuários. Assim, o avanço tecnológico, a diversificação de culturas, a adoção de técnicas mais modernas de produção possibilitaram, nas últimas safras, uma elevação de 125% na produtividade agropecuária, que já atinge patamares bem superiores aos obtidos por outros países concorrentes.

Entretanto, a competitividade internacional da agropecuária brasileira tem sido comprometida pelas medidas protecionistas adotadas nos países desenvolvidos, pela deficiente infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização que o governo brasileiro oferece para o escoamento dos produtos e, mais ainda, pela nossa elevada carga tributária incidente sobre todos os produtos na hora de negociá-los. Esses fatores, que encarecem o chamado "custo Brasil", têm anulado, em muitos casos, os crescentes ganhos de produtividade obtidos pela agricultura, e têm provocado a perda de competitividade dos produtores brasileiros no mercado internacional.

No caso específico da agricultura, a sua elevada dependência de insumos e de matérias-primas importadas, sobretudo de fertilizantes e de defensivos produzidos no exterior, os quais não têm como ser fabricados no Brasil, contribui para reduzir a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros no mercado externo, em vista de encarecer o preço dos produtos, fato que se agrava mais ainda por eles estarem sujeitos à cobrança de impostos e contribuições fixados em alíquotas consideradas muito elevadas.

O Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto na Medida Provisória que ora examinamos e que deve ser cobrado, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, sobre a remuneração do transporte aquaviário, com alíquotas de 25 % na navegação de longo curso, de 10 % na navegação de cabotagem e de 40 % na navegação fluvial e lacustre, quando o transporte for de graneis líquidos, representa uma carga elevadíssima, a qual vai encarecer o custo do frete e o dos produtos, afetando, naturalmente, a competitividade dos produtos brasileiros, principalmente porque incidem também sobre os insumos e as matérias-primas.

É, por conseguinte, uma medida que se acha na "contramão" da modernidade, porque, sem dúvida nenhuma, compromete o desenvolvimento econômico e social do país, e, no caso específico da agropecuária, ao ser aplicado, sobretudo sobre os insumos e as matérias-primas, afetará sensivelmente a competitividade dos produtos brasileiros e elevará, mesmo para o mercado interno, o preço final dos produtos alimentícios, inclusive, os produtos que integram a "cesta básica" consumida pela população.

Essas são as razões que nos levam a propor que as importações de insumos agropecuários ou de matérias-primas a serem utilizadas na sua produção sejam isentos do pagamento desse Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Sala das Comissões, 1º de abril de 2004.



Senador JONAS PINHEIRO

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV - 177
00016**

DATA 01/04/2004		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.		
ALTOR DEP. KÁTIA ABREU		Nº PRONTUÁRIO		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUIVO GOBAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TENTO

Acrescente-se o inciso VI ao artigo 14

VI - Que consistam em insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e material genético animal e vegetal.

JUSTIFICATIVA

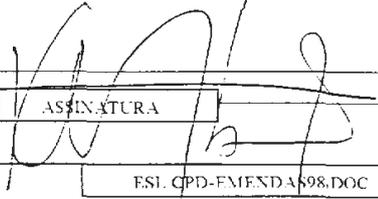
As riquezas geradas pelo agronegócio brasileiro alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. Nos últimos anos a contribuição da agropecuária nacional para o equilíbrio das contas externas tem sido notável. Contudo, a competitividade da agricultura brasileira tem sido freqüentemente ameaçada por medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos. Para que seja assegurada a nossa competitividade torna-se necessário a redução de custos que comprometem as nossas exportações.

Diante da expressiva dependência da agricultura brasileira de fertilizantes e defensivos produzidos no exterior a cobrança de impostos e contribuições sobre insumos utilizados na agropecuária reduzem a competitividade do Brasil no seu esforço de aumentar as exportações.

Deve-se mencionar que a incidência das contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens e serviços já onera demasiadamente o custo de produção agropecuária. Como resultado da Medida Provisória 164, que trata da incidência do PIS/PASEP e da Cofins sobre a importação de bens e serviços, os preços dos insumos agropecuários tiveram reajustes acima de 10%. Apenas nas importações de fertilizantes e defensivos, o total da arrecadação dessas contribuições sociais serão superiores a R\$ 1 bilhão. Dessa forma, a incidência de mais uma taxa que incide sobre o valor do frete marítimo nas importações, aumentará ainda mais o preço dos insumos, encarecendo a produção e os alimentos do País.

A isenção de pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) aplicado nas importações de insumos agropecuários sem dúvida irá refletir positivamente na promoção do

desenvolvimento econômico e social do País, com impactos positivos na redução do custo de produção, aumento da competitividade da produção agropecuária brasileira e reduzindo o custo dos alimentos para a população.

DATA / /	ASSINATURA 
ESI_CPD-EMENDAS98.DOC	

MPV - 177
00017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.			
Autor <i>Leonardo Moura Vilela</i>				nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o inciso VI ao artigo 14

VI - Que consistam em insumos agropecuários, máquinas e implementos agrícolas e material genético animal e vegetal.

JUSTIFICATIVA

As riquezas geradas pelo agronegócio brasileiro alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. Nos últimos anos a contribuição da agropecuária nacional para o equilíbrio das contas externas tem sido notável. Contudo, a competitividade da agricultura brasileira tem sido freqüentemente ameaçada por medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos. Para que seja assegurada a nossa competitividade torna-se necessário a redução de custos que comprometem as nossas exportações.

Diante da expressiva dependência da agricultura brasileira de fertilizantes e defensivos produzidos no exterior a cobrança de impostos e contribuições sobre insumos utilizados na agropecuária reduzem a competitividade do Brasil no seu esforço de aumentar as exportações.

Deve-se mencionar que a incidência das contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens e serviços já onera demasiadamente o custo de produção agropecuária. Como resultado da Medida Provisória 164, que trata da incidência do PIS/PASEP e da Cofins sobre a importação de bens e serviços, os preços dos insumos agropecuários tiveram reajustes acima de 10%. Apenas nas importações de fertilizantes e defensivos, o total da arrecadação dessas contribuições sociais serão superiores a R\$ 1 bilhão. Dessa forma, a incidência de mais uma taxa que incide sobre o valor do frete marítimo nas importações, aumentará ainda mais o preço dos insumos, encarecendo a produção e os alimentos do País.

A isenção de pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) aplicado nas importações de insumos agropecuários sem dúvida irá refletir positivamente na promoção do desenvolvimento econômico e social do País, com impactos positivos na redução do custo de produção, aumento da competitividade da produção agropecuária brasileira e reduzindo o custo dos alimentos para a população.



MPV - 177

00018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	Proposição Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.			
Autor Senador Osmar Dias			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o inciso VI ao artigo 14

VI - Que consistam em insumos agropecuários

JUSTIFICATIVA

Diante da expressiva dependência da agricultura brasileira de fertilizantes e defensivos produzidos no exterior a cobrança de impostos e contribuições sobre insumos utilizados na agropecuária reduzem a competitividade do Brasil no seu esforço de aumentar as exportações.

Deve-se mencionar que a incidência das contribuições sociais incidentes sobre a importação de bens e serviços já onera demasiadamente o custo de produção agropecuária. Como resultado da Medida Provisória 164, que trata da incidência do PIS/PASEP e da Cofins sobre a importação de bens e serviços, os preços dos insumos agropecuários tiveram reajustes acima de 10%. Apenas nas importações de fertilizantes e defensivos, o total da arrecadação dessas contribuições sociais serão superiores a R\$ 1 bilhão. Dessa forma, a incidência de mais uma taxa que incide sobre o valor do frete marítimo nas importações, aumentará ainda mais o preço dos insumos, encarecendo a produção e os alimentos do País.

A isenção de pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) aplicado nas importações de insumos agropecuários sem dúvida irá refletir positivamente na promoção do desenvolvimento econômico e social do País, com impactos positivos na redução do custo de produção, aumento da competitividade da produção agropecuária brasileira e reduzindo o custo dos alimentos para a população.



Senador Osmar Dias

MPV - 177
00020

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 177, DE 25 DE MARÇO DE 2004

Acrescente-se à Medida Provisória nº 177, de 25 de março de 2005 o seguinte art. 15, renumerando-se os demais:

“Art. 15 Ficam isentas de pagamento do AFRMM incidente sobre o frete, na navegação de cabotagem e na navegação fluvial, as cargas de insumos agropecuários e de matérias-primas utilizadas na produção desses insumos, bem como de produtos agropecuários e alimentícios.”

JUSTIFICAÇÃO

As deficiências de infra-estrutura do escoamento da produção brasileira, associadas à precariedade das rodovias e aos elevados custos portuários comprometem a competitividade da agricultura brasileira.

Esses elevados custos são repassados aos consumidores, o que encarece o preço final dos alimentos e ainda comprometem a competitividade frente ao mercado internacional.

A presente emenda visa a desonerar o custo dos insumos e dos produtos agropecuários e alimentícios e, assim, assegurar melhores condições de competitividade aos produtos nacionais e preços mais acessíveis para a população brasileira.

Sala das Comissões, 1º de abril de 2004.



Senador JONAS PINHEIRO

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177
00021

DATA		PROPOSIÇÃO		
01/04/2004		Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
DEP. KÁTIA ABREU				
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	<input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o Art. 15, enumerando-se os demais:

Art. 15 - Ficam isentas de pagamento do AFRMM, incidentes sobre o frete na navegação de cabotagem e navegação fluvial, as cargas de produtos agropecuários e alimentos.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, as deficiências de infra-estrutura do escoamento da produção, rodovias precárias e custos portuários elevados (Brasil custa US\$ 7,00/t e na Argentina US\$ 3,00/t) oneram o produtor rural e os consumidores, encarecendo o preço dos alimentos. Estima-se que 67% da soja brasileira é transportada por rodovia, 28% por ferrovia e apenas 5% por hidrovía. O percurso médio de transporte da soja brasileira até o porto é de 1.200 a 1.500 km, onerando o custo de transporte. Nos Estados Unidos, 70% da soja é transportada por barcaças, o que proporciona redução do custo do transporte. Na Argentina, 80% da soja é transportada por rodovias porém, a curta distância até o porto ou à indústria de processamento reduz a despesa com transporte do produto. Na média, o custo interno no Brasil para o transporte da soja é de US\$ 23,50/t, na Argentina é de US\$ 16,00/t e nos Estados Unidos é de US\$ 15,50/t.

As riquezas geradas pelo agronegócio brasileiro alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. Nos últimos anos a contribuição da agropecuária nacional para o equilíbrio das contas externas tem sido notável.

O esforço do governo brasileiro na erradicação da fome ainda tem sido muito tênue, ficando apenas na distribuição de cestas básicas. Uma política de cunho abrangente é desonerar o custo dos alimentos, tendo efeito significativo na política de distribuição de renda.

Neste sentido, o que se pretende com essa emenda é desonerar o custo dos produtos agropecuários e dos alimentos de forma a assegurar preços mais acessíveis para a população brasileira.

ASSINATURA

DATA / /

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00022

data	Proposição Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.			
Autor Leonardo Moura Vilela			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o Art. 15, enumerando-se os demais:

Art. 15 - Ficam isentas de pagamento do AFRMM, incidentes sobre o frete na navegação de cabotagem e navegação fluvial, as cargas de produtos agropecuários e alimentos.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, as deficiências de infra-estrutura do escoamento da produção, rodovias precárias e custos portuários elevados (Brasil custa US\$ 7,00/t e na Argentina US\$ 3,00/t) oneram o produtor rural e os consumidores, encarecendo o preço dos alimentos. Estima-se que 67% da soja brasileira é transportada por rodovia, 28% por ferrovia e apenas 5% por hidrovia. O percurso médio de transporte da soja brasileira até o porto é de 1.200 a 1.500 km, onerando o custo de transporte. Nos Estados Unidos, 70% da soja é transportada por barcaças, o que proporciona redução do custo do transporte. Na Argentina, 80% da soja é transportada por rodovias porém, a curta distância até o porto ou à indústria de processamento reduz a despesa com transporte do produto. Na média, o custo interno no Brasil para o transporte da soja é de US\$ 23,50/t, na Argentina é de US\$ 16,00/t e nos Estados Unidos é de US\$ 15,50/t.

As riquezas geradas pelo agronegócio brasileiro alimentam a economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras. Nos últimos anos a contribuição da agropecuária nacional para o equilíbrio das contas externas tem sido notável.

O esforço do governo brasileiro na erradicação da fome ainda tem sido muito tênue, ficando apenas na distribuição de cestas básicas. Uma política de cunho abrangente é desonerar o custo dos alimentos, tendo efeito significativo na política de distribuição de renda.

Neste sentido, o que se pretende com essa emenda é desonerar o custo dos produtos agropecuários e dos alimentos de forma a assegurar preços mais acessíveis para a população brasileira.



MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00023

data	Proposição Medida Provisória nº 177, de 29 de março de 2004.			
Autor Senador Osmar Dias			nº do prontuário	
<input type="radio"/> Supressiva <input type="radio"/> substitutiva <input type="radio"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="radio"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inclso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se um novo Art. 15, renumerando-se os demais:

Art. 15 Ficam isentas de pagamento do AFRMM, incidentes sobre o frete na navegação de cabotagem e navegação fluvial, as cargas de produtos agropecuários e alimentos.

JUSTIFICATIVA

São flagrantes as deficiências de infra-estrutura do escoamento da produção que associadas a precariedade das rodovias e aos elevados custos portuários comprometem a competitividade da agricultura brasileira. Os nossos custos portuários são US\$ 7,00/t contra US\$ 3,00/t, na Argentina, onerando o produtor rural os consumidores e encarecendo o preço dos alimentos. Estima-se que 67% da soja brasileira seja transportada por rodovia, 28% por ferrovia e apenas 5% por hidrovias. O percurso médio de transporte da soja brasileira até o porto é de 1.200 a 1.500 km. Nos Estados Unidos, 70% da soja é transportada por barcaças, o que proporciona redução do custo do transporte. Na Argentina, 80% da soja é transportada por rodovias porém, a curta distância até o porto ou à indústria de processamento reduz a despesa com transporte do produto. Na média, o custo interno no Brasil para o transporte da soja é de US\$ 23,50/t, na Argentina é de US\$ 16,00/t e nos Estados Unidos é de US\$ 15,50/t.

Osmar Dias
Osmar Dias
Senador

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00024

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
	30/3/2004		Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.004
4	AUTOR	5	N PRONTUÁRIO
	Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR		454
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA
			+ <input type="checkbox"/> ADITIVA
			9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 17, I da MP 177, de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17.

I -

- a) setenta por cento do AFRMM gerado por empresa estrangeira de navegação;
 b) sessenta por cento do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação afretada de registro estrangeiro;
 c) trinta por cento do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação própria ou afretada, de registro brasileiro, na navegação de longo curso, não inscrita no Registro Especial Brasileiro - REB de que trata a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; e
 d) cinco por cento do AFRMM gerado por empresa brasileira de navegação, operando embarcação, própria ou afretada, de registro brasileiro, na navegação de longo curso, inscrita no REB de que trata a Lei nº 9.432, de 1997;

”

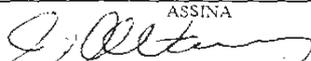
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda altera a destinação dos recursos arrecadados com o AFRMM para o Fundo da Marinha Mercante-FMM.

Existe, hoje, uma série de atividades que podem ser financiadas por essa contribuição de intervenção econômica, como a indústria de construção e reparação naval.

Assim, ao reduzir o aporte de recursos para o FMM, novos recursos ficam disponíveis para a recuperação de um setor vital da indústria naval brasileira, como aquela destinada a construção de embarcações.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00025

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	---

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
-----------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input type="checkbox"/> modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------------------------	---	--

Página	Artigo 17	Parágrafo	Inciso II	Alínea
--------	--------------	-----------	--------------	--------

TEXTO / JUSTIFICACÃO

Acrescentar ao Artigo 17, no Inciso II, o seguinte Parágrafo 8º:

Art.17 (...)

II - (...)

§ 8º - o FMM ressarcirá as empresas brasileiras de navegação que operam na navegação fluvial e lacustre das parcelas previstas no Art. 6º, Incisos III e IV, decorrente da não incidência de que trata o Art. 14, Inciso VI desta Medida Provisória.

Justificativa

A alteração sugerida, permite o ressarcimento de todas as atividades inerentes à navegação na Amazônia.

PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00026

Data 31 / 03 / 04	Proposição Medida Provisória nº 177 / 2004
----------------------	---

Autor Deputado Carlos Eduardo Cadoca	Nº Prontuário
---	---------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 17	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se ao artigo 17 da Medida Provisória nº 177, de 25 de março de 2004, os parágrafos 4º e 7º, renumerando-se os subsequentes:

Art. 5º

§ 3º

§ 4º Da parcela do produto da arrecadação do AFRMM que cabe ao FMM, será destinado, anualmente, o percentual de três por cento à Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS, do Ministério da Justiça, a título de contribuição para reembolso das despesas de instalação de equipamentos de comunicação e de vigilância eletrônica pelos portos e terminais portuários brasileiros sob administração pública, para atendimento às exigências do Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, da Organização Marítima Internacional – IMO, cujos recursos serão alocados em categoria de programação específica.

§ 5º

§ 6º

§ 7º A destinação de que trata o § 4º far-se-á em cumprimento de cronograma físico e financeiro apresentado pelo porto ou terminal portuário sob administração pública, consideradas as despesas efetivadas a partir de 25 de março de 2004, aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, do Ministério da Justiça.

§ 8º

§ 9º

JUSTIFICAÇÃO

Para a prevenção de ações terroristas em nossos portos, torna-se indispensável instalar equipamentos de comunicação e de vigilância eletrônica nos portos e terminais portuários brasileiros sob administração pública. Entretanto, para a execução dessa medida, que atende às exigências do Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, da Organização Marítima Internacional – IMO, torna-se necessário o aporte de recursos à CONPORTOS do Ministério da Justiça ora proposto.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00027

2 DATA 30/3/2004	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.004			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR			5 N.º PRONTUÁRIO 454	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	+	<input type="checkbox"/> ADITIVA
		9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 23 da MP 177, de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

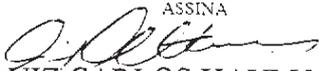
“Art. 23. Fica criado o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério dos Transportes, cuja competência e composição serão estabelecidas em ato do Poder Executivo, assegurada a participação da Marinha do Brasil e de empresários, trabalhadores dos setores de marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval e representantes dos municípios onde há estaleiros para a construção naval e lacustre.”

JUSTIFICAÇÃO

No processo de constituição do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante-CDFMM ficaram ausentes os representantes dos municípios onde estão situados estaleiros da construção naval e lacustre.

É de suma importância que no processo de decisão sobre o setor, o Poder Executivo municipal esteja representado, uma vez que cabe a este definir políticas de geração de emprego e renda, bem como a qualificação profissional do setor, podendo atuar em parcerias com as ações desenvolvidas pelo setor privado.

ASSINA


 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00028

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Autor Deputado RODRIGO MATA	nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 23	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O artigo 23, da MP 177/04, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 23. Fica criado o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério dos Transportes, cuja competência e composição serão estabelecidas em ato do Poder Executivo, assegurada a participação da Marinha do Brasil e de empresários e trabalhadores dos setores de marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval.

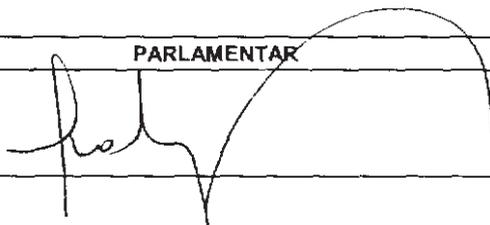
Parágrafo único. O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante deverá ter, em sua composição, participação paritária entre seus integrantes.”

Justificativa

Experiências vividas em vários conselhos da estrutura governamental, correlatos a vários setores da economia e da sociedade em geral, demonstram que a desproporcionalidade entre os membros envolvidos nas decisões destes colegiados inviabiliza decisões multilaterais que encontrem um ponto médio que agrade às partes interessadas.

Esta emenda visa a propiciar que a instituição do CDFMM seja efetiva e crie critérios ideais para a utilização adequada dos recursos arrecadados.

PARLAMENTAR



**MPV - 177
00029**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Autor Deputado RODRIGO MAIA	nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se o inciso V do art. 25 e o art. 37, da Medida Provisória nº 177, de 2004, e dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 11 da mesma MP.

“Art. 11
Parágrafo único. O pagamento do AFRMM será efetuado pelo contribuinte, antes da liberação da mercadoria pela Secretaria da Receita Federal. (NR)”

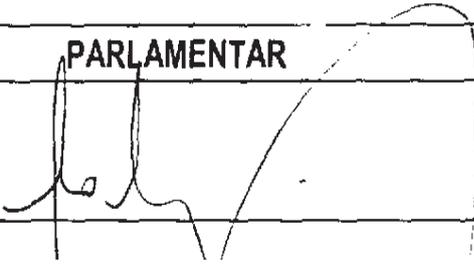
Justificativa

A Medida Provisória cria a Taxa de Utilização do MERCANTE, que terá o valor de R\$ 20,00 e onerará ainda mais o frete aquaviário no Brasil.

Muito embora o valor possa parecer, à primeira vista, módico, na verdade ele espelha uma atitude muito perniciososa à economia brasileira, a elevação de impostos, contribuições e taxas.

Somos contra a criação desta nova taxa, por princípio, e esperamos que se alinhem a nós todos aqueles que lutam por um Brasil mais produtivo e mais capaz de gerar riqueza para seus cidadãos.

PARLAMENTAR


--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00030

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	---

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
-----------------------------	-------------------------

1 Supressiva 2 substitutiva 3 modificativa 4 aditiva 5 Substitutivo global

Página	Artigo 25	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 25, o Inciso X:

Art. 25 (...)

X – O FMM terá como agente financeiro o Banco da Amazônia (BASA), e outras instituições financeiras, nas condições fixadas em regulamento.

Justificativa

A inclusão do Inciso “X” no que dispõe o art. 25, *caput*, da minuta de MP, consubstanciada na pronta inserção do Banco da Amazônia enquanto agentes financeiros do FMM, descentraliza o processo relativo a financiamentos – agilizado sua conclusão, face ao melhor conhecimento das realidades regionais e das empresas situadas no norte e nordeste do país, pelos novos agentes inseridos.

PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

**MPV - 177
00031**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/04/04	proposição Medida Provisória nº 177/04
autor Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	nº do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a alínea "b" do inciso I do art. 26. a seguinte redação:

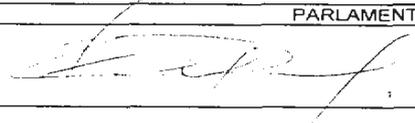
Art. 26.
I -

b. a empresa brasileira de navegação, a estaleiro e outras empresas ou entidades brasileiras, inclusive as representativas de classe, dos setores de marinha mercante e de construção naval, para projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e formação de recursos humanos voltados para os setores da marinha mercante, construção ou reparo naval, até noventa por cento do valor do projeto aprovado;

Justificativa

A não limitação das representações de classes passíveis de utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante poderia gerar a pretensão inadequada de representações de fora do setor, podendo fugir do objeto principal daquele Fundo.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

**MPV - 177
00032**

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
Autor Deputado RODRIGO MAIA	nº do prontuário
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	

Página	Artigo 23	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

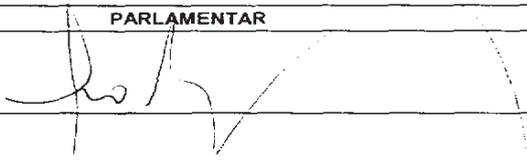
Suprimam-se as alíneas "i" e "j" do inciso I do art. 26, da MP 177/04, renumerando a seguinte.

Justificativa

Pretendemos, com esta emenda, excluir a possibilidade de financiamento integral para projetos privados na área da construção naval. Além de não transferir uma parte da obrigação financeira para a operação de investimento, devida pelo empreendedor, o termo "elevado interesse social" nos parece por demais subjetivo, dando possibilidades a facilidades que desvirtuem o real sentido que a medida possa objetivar.

Conforme os dizeres dos mais conceituados mestres da administração pública, todas as ações de governo têm a intenção de servir ao verdadeiro interesse social, ficando, para o discernimento do administrador, a escolha dos melhores caminhos a serem trilhados para a consecução desse fim. Parece-nos, portanto, desnecessária e cautelosa a retirada desses privilégios previstos no texto original desta MP.

PARLAMENTAR



MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00033

2 DATA 30/3/2004	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.004			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR			5 N.º PRONTUÁRIO 454	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4- <input type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 26, I, f da MP 177, de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

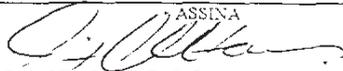
“Art. 26.....
I-.....”

f) às empresas brasileiras, até noventa e cinco por cento do valor do projeto aprovado, para construção, jumborização, conversão, modernização ou reparação, quando realizadas por estaleiro brasileiro, de qualquer tipo de embarcação própria, de aplicação comercial, industrial ou extrativista, de pesca e de transporte de passageiros, no interesse do desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval;

JUSTIFICAÇÃO

A modernização do setor é fundamental para que o mesmo afigure o mesmo patamar de desenvolvimento de algumas décadas atrás. Entretanto, é fundamental o aporte de recursos para financiamento da atividade, bem como a inclusão do setor pesqueiro.

Essa medida fortalecerá a indústria de construção e reparação naval e permitirá a geração de emprego e renda, beneficiando toda a cadeia de produção do setor, que hoje se encontra estagnada.

ASSINA

 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00034

2 DATA 30/3/2004		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.004			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR			5 N. PRONTUARIO 454		
6	<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	+ <input type="checkbox"/> ADITIVA	9- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA	

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 26, I, h da MP 177, de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

I.....

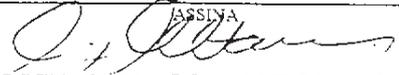
h) aos estaleiros brasileiros, para reativação, expansão e modernização de suas instalações ou para construção de novas instalações, até noventa e cinco por cento do valor do projeto aprovado, prioritariamente nos primeiros cinco anos a contar da promulgação da Lei, em estaleiros localizados no interior do Brasil e nas regiões norte e nordeste;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A modernização do setor é fundamental para que o mesmo afigure o mesmo patamar de desenvolvimento de algumas décadas atrás. Entretanto, é fundamental o aporte de recursos para financiamento da reativação de estaleiros hoje paralisados.

Essa medida fortalecerá a indústria de construção e reparação naval e permitirá a geração de emprego e renda, devendo os recursos serem destinados, prioritariamente, para aquelas regiões menos desenvolvidas, como aquelas no interior do país, com presença nas bacias hidrográficas mais importantes e nas regiões norte e nordeste.

Assina

 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177

00035

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004
------------------	---

autor Dep. Anivaldo Vale	nº do prontuário 019
-----------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 26	Parágrafo	Inciso VI	Alínea
--------	--------------	-----------	--------------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentar ao Artigo 26. do Inciso VI, os seguintes Parágrafos §2º e §3º, modificando assim, o "Parágrafo Único" para § 1º;

Art. 26 (..),

VI - (...),

§ 1º - As comissões de que trata a alínea "b" do inciso II deste artigo continuarão a ser reguladas pelas regras do Conselho Monetário Nacional vigentes na data da publicação desta Medida Provisória, e poderão ser pagas ao agente financeiro, mediante retenção nas prestações recebidas dos mutuários.

§ 2º A empresa que gozar de benefícios relacionados ao AFRMM e/ou que tenha embarcações registradas no Registro Especial Brasileiro (REB, Art. 11 da Lei 9.432 de 8 de janeiro de 1997 e efetuar reparos navais em suas embarcações em estaleiros não nacionais fica sujeita ao pagamento para o FMM do equivalente ao valor dos custos dos reparos executados.

§ 3º O pagamento de que trata o § anterior dar-se-á mediante recolhimento ao Tesouro Nacional à conta do Fundo de Marinha Mercante, no prazo máximo de quinze dias da conclusão dos serviços, sob pena de multa adicional de trezentos por cento do valor a ser recolhido.

Justificativa

Um dos mais graves problemas da política de estabilização econômica concebida pelo Governo Federal é implementar mecanismos que reduzam o nível de desemprego no país e de perda de diversas nacionais.

Esforços tem sido empreendidos com a adoção de vários programas como visam ao aquecimento da economia interna e melhoria das condições de geração de emprego e renda, não obstante ainda seja significativo o déficit de postos de trabalho e a massa de desempregados.

A indústria da construção naval, como também ocorre com a da construção civil, é um importante setor gerador de empregos, tanto para pessoal qualificado, como para os semi e não qualificados.

A exemplo menciona-se o importante desempenho da área de construção naval na década de 70, quando empregava dezenas de milhares de trabalhadores, mas que entrou em decadência por falta de um programa adequado para renovação da frota mercante nacional.

Estampa-se, ainda, a alteração ora comentada, como um relevante instrumento de proteção e fortalecimento do setor naval no Brasil.

PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale

PSDB / PA

MPV - 177

00036

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Autor Deputado RODRIGO ALAIA	nº do prontuário
--	------------------

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo 31	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	------------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 177, de 2004:

“Art. 31. Fica a União autorizada, nos limites da dotação orçamentária, a conceder subvenção econômica, em percentual **de até 70%**, sobre o prêmio do seguro garantia modalidade executante construtor, suportado por agente segurador, que obteve da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP autorização para operar, ou sobre os custos de carta de fiança, emitida por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nos termos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional, quando eventualmente exigidos durante a construção de embarcações financiadas.

Justificativa

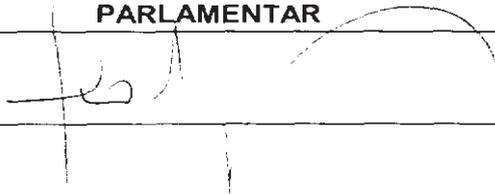
O dispositivo em tela, conforme traz a Medida Provisória, autoriza a União a conceder subvenção econômica em percentual – sem limitar tal valor – sobre o prêmio de seguro para garantia de construção de embarcações financiadas.

Preocupa-nos o fato de o dispositivo não trazer limitações à subvenção econômica, permitindo que a União possa pagar, na prática, a integralidade do prêmio dos seguros. Sabemos do aspecto meritório do dispositivo, qual seja, fomentar a produção de embarcações no Brasil. Contudo, se a União chegar a integralizar quase totalmente o prêmio de seguro, estará gerando incentivos perniciosos no setor privado.

Em seguros de grande porte, como é o caso, é fundamental que a empresa que contrata o seguro adote práticas e procedimentos, de todas as naturezas, para minorar os riscos da empresa seguradora (uma tentativa de minorar o risco moral). Ao reduzir os riscos de sinistro, ganha a empresa seguradora, que se depara com um menor risco, e a empresa contratante do seguro, que recebe desconto no prêmio. Ao assumir o pagamento integral do prêmio, a União extinguirá os incentivos para que o construtor de embarcações diminua os riscos do processo – o que manterá o prêmio em níveis superiores ao que poderiam ser atingidos por uma boa prática administrativa e, conseqüentemente, onerarão em demasia e desnecessariamente o Erário.

Assim, a fim de manter o mérito da proposta – fomentar a produção de embarcações no Brasil – mas também adotar as boas práticas econômicas, sugerimos que a União limite sua subvenção ao máximo de 70% do total do prêmio a ser pago, inserindo o agente privado construtor como interessado no barateamento do prêmio do seguro.

PARLAMENTAR


--

MPV - 177

00037

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31/03/2004

proposição Medida Provisória nº 177 de 25 de março 2004

autor DEPUTADO CARLOS SANTANA

nº do prontuário 290

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. (x) <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 3	Artigo	Parágrafo: único	Inciso	alínea
----------	--------	------------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

incluir os seguintes artigos após o art . 31 (Renumerando os artigos posteriores)

Art. 32 Fica criado o Fundo de Garantia para a Indústria Naval – FGIN, de natureza contábil, vinculado ao Ministério dos Transportes e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas com recursos do FMM pelo BNDES, ou outro agente financeiro, e o risco de performance da construção quando o objeto do financiamento for a construção ou conversão de embarcações e plataformas, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras repassadoras, destinadas a garantir operações realizadas por:

I - empresas brasileiras de navegação;

II- estaleiros navais brasileiros.

§ 1º O provimento de recursos de que trata o *caput* deste artigo será concedido para garantir o risco das operações de :

I – financiamento à implantação de novas unidades, expansão, modernização ou realocização de estaleiros de construção naval;

II – financiamento à produção destinada à exportação;

III – financiamento à construção de embarcações financiadas pelo FMM;

IV- construção ou conversão de embarcações e plataformas, no Brasil destinadas à produção, perfuração e exploração de hidrocarbonetos, financiadas por outras linhas de financiamento distintas do FMM, limitadas a 30% do FGIN;

V- complementação de garantias para empresas brasileiras de navegação em operações de financiamento para construção ou jumborização de embarcações;

VI – concessão de garantias de performance de construção ou conversão de embarcações e plataformas em estaleiros navais brasileiros.

Art. 33 O patrimônio inicial do FGIN será constituído mediante a transferência de RS 400 milhões, do FMM, pelo período de 15 anos, os quais deverão retornar ao Fundo acrescidos de juros no mesmo montante das operações garantidas.

Art. 34 Constituem recursos do FGIN:

I - as comissões cobradas por conta da garantia de provimento de seus recursos;

II - o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

III - a recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos;

IV - a reversão de saldos não aplicados;

V - outros recursos destinados pelo Poder Público.

§ 1º O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FGIN.

§ 2º As disponibilidades financeiras do FGIN serão aplicadas no BNDES, que garantirá a mesma taxa de remuneração de suas disponibilidades.

Art. 35 O BNDES, ou outro Agente financeiro do FMM, e as instituições financeiras repassadoras deverão participar do risco das operações para as quais está prevista a garantia de provimento de recursos pelo FGIN.

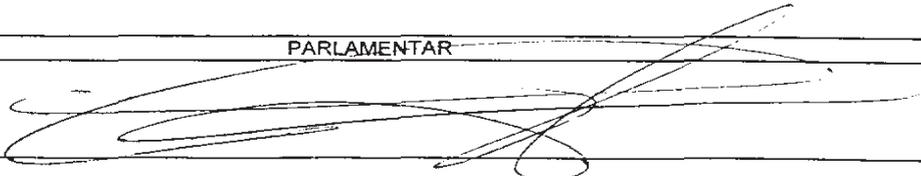
Parágrafo único. Será devida ao FGIN comissão a ser cobrada pelo gestor do Fundo, em cada uma das operações, para todo provimento de recursos, para garantir seu risco.

Art. 36 O Poder Executivo regulamentará o FGIN em 60 dias a partir da publicação desta lei:

Justificativa

- 1) Esta emenda fundamenta-se nas seguintes premissas:
 - (a) A MP 177 tem, entre seus objetivos primordiais, a reestruturação do setor naval.
 - (b) As garantias necessárias ao financiamento e à performance da indústria, bem como a caracterização das encomendas dos armadores nacionais, necessitam ser adequadamente equacionadas.
 - (c) O fundo específico proposto nesta emenda para atendimento às garantias é de natureza contábil, com recursos determinados e retornáveis ao FMM, com prazos definidos e um patrimônio inicial, de R\$ 400 milhões, baseado no Programa do Governo Federal para renovação e ampliação da frota nacional de petroleiros administrada pela TRANSPETRO, cujo montante é estimado em R\$ 4 bilhões.
 - (d) Está evidenciada a existência de um conjunto concreto de encomendas de embarcações e plataformas de exploração e produção de petróleo e gás, caracterizando uma demanda real, não induzida, proveniente da expansão da indústria petrolífera e da conseqüente necessidade de atendimento ao mencionado programa, anunciado pelo Governo Federal, de renovação da frota de petroleiros e construção de plataformas no País.
 - (e) A frota mercante brasileira necessita de renovação e ampliação de suas unidades, para aumentar a participação da bandeira nacional nos fretes gerados pelo Comércio Exterior brasileiro e reduzir o déficit hoje observado na balança de fretes.
 - (f) O termo plataformas presente nesta emenda, diz respeito à unidades flutuantes de produção, exploração e perfuração, utilizadas no processo de exploração de reservas de hidrocarbonetos.
 - (g) O termo estaleiro utilizado nesta emenda, caracteriza instalações industriais vocacionadas à construção de embarcações e que opcionalmente podem construir completamente ou parcialmente, plataformas destinadas à indústria do petróleo.
- 2) A estrutura desta emenda segue o modelo adotado pela Lei nº 9.531, de 10/12/1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.113, de 06/07/1999, que instituiu o Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade- FGPC, um fundo de aval hoje gerido pelo BNDES, tal como preconizado na emenda, cujo texto foi devidamente ajustado às peculiaridades do setor naval.
- 3) Para a inclusão, no texto da MP 177, dos novos artigos 32 a35, deverá ser providenciada a renumeração dos artigos 32 a 44 do texto original, para a sua necessária adequação.

PARLAMENTAR



MPV - 177**00038****EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, DE
2004****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, DE 2004**

“Dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMN e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.”

EMENDA ADITIVA Nº _____

Incluir os seguintes artigos após o art . 31 (Renumerando os artigos posteriores)

Art. 32 Fica criado o Fundo de Garantia para a Indústria Naval – FGIN, de natureza contábil, vinculado ao Ministério dos Transportes e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas com recursos do FMM pelo BNDES, ou outro agente financeiro, e o risco de performance da construção quando o objeto do financiamento for a construção ou conversão de embarcações e plataformas, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras repassadoras, destinadas a garantir operações realizadas por:

I - empresas brasileiras de navegação;

II- estaleiros navais brasileiros.

§ 1º O provimento de recursos de que trata o *caput* deste artigo será concedido para garantir o risco das operações de :

I – financiamento à implantação de novas unidades, expansão, modernização ou realocização de estaleiros de construção naval;

II – financiamento à produção destinada à exportação;

III – financiamento à construção de embarcações financiadas pelo FMM;

IV- construção ou conversão de embarcações e plataformas, no Brasil destinadas à produção, perfuração e exploração de hidrocarbonetos, financiadas por outras linhas de financiamento distintas do FMM, limitadas a 30% do FGIN;

V- complementação de garantias para empresas brasileiras de navegação em operações de financiamento para construção ou jumborização de embarcações;

VI – concessão de garantias de performance de construção ou conversão de embarcações e plataformas em estaleiros navais brasileiros.

Art. 33 O patrimônio inicial do FGIN será constituído mediante a transferência de R\$ 400 milhões, do FMM, pelo período de 15 anos, os quais deverão retornar ao Fundo acrescidos de juros no mesmo montante das operações garantidas.

Art. 34 Constituem recursos do FGIN:

I - as comissões cobradas por conta da garantia de provimento de seus recursos;

II - o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

III - a recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos;

IV - a reversão de saldos não aplicados;

V - outros recursos destinados pelo Poder Público.

§ 1º O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FGIN.

§ 2º As disponibilidades financeiras do FGIN serão aplicadas no BNDES, que garantirá a mesma taxa de remuneração de suas disponibilidades.

Art. 35 O BNDES, ou outro Agente financeiro do FMM, e as instituições financeiras repassadoras deverão participar do risco das operações para as quais está prevista a garantia de provimento de recursos pelo FGIN.

Parágrafo único. Será devida ao FGIN comissão a ser cobrada pelo gestor do Fundo, em cada uma das operações, para todo provimento de recursos, para garantir seu risco.

Art. 36 O Poder Executivo regulamentará o FGIN em 60 dias a partir da publicação desta lei.

JUSTIFICAÇÃO

1) Esta emenda fundamenta-se nas seguintes premissas:

(a) A MP 177 tem, entre seus objetivos primordiais, a reestruturação do setor naval.

(b) As garantias necessárias ao financiamento e à performance da indústria, bem como a caracterização das encomendas dos armadores nacionais, necessitam ser adequadamente equacionadas.

(c) O fundo específico proposto nesta emenda para atendimento às garantias é de natureza contábil, com recursos determinados e retornáveis ao FMM, com prazos definidos e um patrimônio inicial, de R\$ 400 milhões, baseado no Programa do Governo Federal para renovação e ampliação da frota nacional de petroleiros administrada pela TRANSPETRO, cujo montante é estimado em R\$ 4 bilhões.

(d) Está evidenciada a existência de um conjunto concreto de encomendas de embarcações e plataformas de exploração e produção de petróleo e gás, caracterizando uma demanda real, não induzida, proveniente da expansão da indústria petrolífera e da conseqüente necessidade de atendimento ao mencionado programa, anunciado pelo Governo Federal, de renovação da frota de petroleiros e construção de plataformas no País.

(e) A frota mercante brasileira necessita de renovação e ampliação de suas unidades, para aumentar a participação da bandeira

nacional nos fretes gerados pelo Comércio Exterior brasileiro e reduzir o déficit hoje observado na balança de fretes.

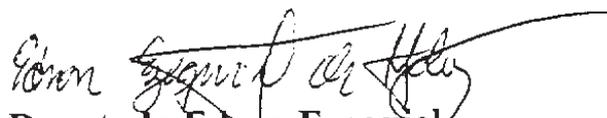
(f) O termo plataformas presente nesta emenda, diz respeito à unidades flutuantes de produção, exploração e perfuração, utilizadas no processo de exploração de reservas de hidrocarbonetos.

(g) O termo estaleiro utilizado nesta emenda, caracteriza instalações industriais vocacionadas à construção de embarcações e que opcionalmente podem construir completamente ou parcialmente, plataformas destinadas à indústria do petróleo.

2) A estrutura desta emenda segue o modelo adotado pela Lei nº 9.531, de 10/12/1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.113, de 06/07/1999, que instituiu o Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade- FGPC, um fundo de aval hoje gerido pelo BNDES, tal como preconizado na emenda, cujo texto foi devidamente ajustado às peculiaridades do setor naval.

3) Para a inclusão, no texto da MP 177, dos novos artigos 32 ao art.35, deverá ser providenciada a remuneração dos artigos 32 a 44 do texto original, para a sua necessária adequação.

Brasília, em 1º de abril de 2004.


Deputado Edson Ezequiel
PMDB-RJ

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00039

Data 31/03/2004

proposição Medida Provisória nº 177/2004

autor Deputado EDUARDO CUNHA

nº de prontuário 300

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	---	---	---	--

Página 01/02

Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Incluir os seguintes artigos após art.31, renumerando os artigos posteriores:

Art. 32 Fica criado o Fundo de Garantia para a Indústria Naval – FGIN, de natureza contábil, vinculado ao Ministério dos Transportes e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas com recursos do FMM pelo BNDES, ou outro agente financeiro, e o risco de performance da construção quando o objeto do financiamento for a construção ou conversão de embarcações e plataformas, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras repassadoras, destinadas a garantir operações realizadas por:

I - empresas brasileiras de navegação;

II- estaleiros navais brasileiros.

§ 1º O provimento de recursos de que trata o *caput* deste artigo será concedido para garantir o risco das operações de :

I – financiamento à implantação de novas unidades, expansão, modernização ou realocização de estaleiros de construção naval;

II – financiamento à produção destinada à exportação;

III – financiamento à construção de embarcações financiadas pelo FMM;

IV- construção ou conversão de embarcações e plataformas, no Brasil destinadas à produção, perfuração e exploração de hidrocarbonetos, financiadas por outras linhas de financiamento distintas do FMM, limitadas a 30% do FGIN;

V- complementação de garantias para empresas brasileiras de navegação em operações de financiamento para construção ou jumborização de embarcações;

VI – concessão de garantias de performance de construção ou conversão de embarcações e plataformas em estaleiros navais brasileiros.

Art. 33 O patrimônio inicial do FGIN será constituído mediante a transferência de R\$ 400 milhões, do FMM, pelo período de 15 anos, os quais deverão retornar ao Fundo acrescidos de juros no mesmo montante das operações garantidas.

Art. 34 Constituem recursos do FGIN:

I - as comissões cobradas por conta da garantia de provimento de seus recursos;

II - o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

III - a recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos;

IV - a reversão de saldos não aplicados;

V - outros recursos destinados pelo Poder Público.

§ 1º O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FGIN.

§ 2º As disponibilidades financeiras do FGIN serão aplicadas no BNDES, que garantirá a mesma taxa de remuneração de suas disponibilidades.

Art. 35 O BNDES, ou outro Agente financeiro do FMM, e as instituições financeiras repassadoras deverão participar do risco das operações para as quais está prevista a garantia de provimento de recursos pelo FGIN.

Parágrafo único. Será devida ao FGIN comissão a ser cobrada pelo gestor do Fundo, em cada uma das operações, para todo provimento de recursos, para garantir seu risco.

Art. 36 O Poder Executivo regulamentará o FGIN em 60 dias a partir da publicação desta lei:

Justificativa

- 1) Esta emenda fundamenta-se nas seguintes premissas:
 - (a) A MP 177 tem, entre seus objetivos primordiais, a reestruturação do setor naval.
 - (b) As garantias necessárias ao financiamento e à performance da indústria, bem como a caracterização das encomendas dos armadores nacionais, necessitam ser adequadamente equacionadas.
 - (c) O fundo específico proposto nesta emenda para atendimento às garantias é de natureza contábil, com recursos determinados e retornáveis ao FMM, com prazos definidos e um patrimônio inicial, de R\$ 400 milhões, baseado no Programa do Governo Federal para renovação e ampliação da frota nacional de petroleiros administrada pela TRANSPETRO, cujo montante é estimado em R\$ 4 bilhões.
 - (d) Está evidenciada a existência de um conjunto concreto de encomendas de embarcações e plataformas de exploração e produção de petróleo e gás, caracterizando uma demanda real, não induzida, proveniente da expansão da indústria petrolífera e da conseqüente necessidade de atendimento ao mencionado programa, anunciado pelo Governo Federal, de renovação da frota de petroleiros e construção de plataformas no País.
 - (e) A frota mercante brasileira necessita de renovação e ampliação de suas unidades, para aumentar a participação da bandeira nacional nos fretes gerados pelo Comércio Exterior brasileiro e reduzir o déficit hoje observado na balança de fretes.
 - (f) O termo plataformas presente nesta emenda, diz respeito à unidades flutuantes de produção, exploração e perfuração, utilizadas no processo de exploração de reservas de hidrocarbonetos.
 - (g) O termo estaleiro utilizado nesta emenda, caracteriza instalações industriais vocacionadas à construção de embarcações e que opcionalmente podem construir completamente ou parcialmente, plataformas destinadas à indústria do petróleo.
- 2) A estrutura desta emenda segue o modelo adotado pela Lei nº 9.531, de 10/12/1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.113, de 06/07/1999, que instituiu o Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade-FGPC, um fundo de aval hoje gerido pelo BNDES, tal como preconizado na emenda, cujo texto foi devidamente ajustado às peculiaridades do setor naval.
- 3) Para a inclusão, no texto da MP 177, dos novos artigos 32 a35, deverá ser providenciada a renumeração dos artigos 32 a 44 do texto original, para a sua necessária adequação.

PARLAMENTAR



MPV - 177

00040

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31/04/2004	proposição Medida Provisória nº 177 de 2004
--------------------	--

autor Deputado EDUARDO PAES	nº do prontuário
--------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 1/2	Artigo 32	Parágrafo	Inciso	alínea
------------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

incluir os seguintes artigos após o art . 31 (Renumerando os artigos posteriores)

Art. 32 Fica criado o Fundo de Garantia para a Indústria Naval – FGIN, de natureza contábil, vinculado ao Ministério dos Transportes e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas com recursos do FMM pelo BNDES, ou outro agente financeiro, e o risco de performance da construção quando o objeto do financiamento for a construção ou conversão de embarcações e plataformas, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras repassadoras, destinadas a garantir operações realizadas por:

I - empresas brasileiras de navegação;

II- estaleiros navais brasileiros.

§ 1º O provimento de recursos de que trata o *caput* deste artigo será concedido para garantir o risco das operações de :

I – financiamento à implantação de novas unidades, expansão, modernização ou realocização de estaleiros de construção naval;

II – financiamento à produção destinada à exportação;

III – financiamento à construção de embarcações financiadas pelo FMM;

IV- construção ou conversão de embarcações e plataformas, no Brasil destinadas à produção, perfuração e exploração de hidrocarbonetos, financiadas por outras linhas de financiamento distintas do FMM, limitadas a 30% do FGIN;

V- complementação de garantias para empresas brasileiras de navegação em operações de financiamento para construção ou jumborização de embarcações;

VI – concessão de garantias de performance de construção ou conversão de embarcações e plataformas em estaleiros navais brasileiros.

Art. 33 O patrimônio inicial do FGIN será constituído mediante a transferência de R\$ 400 milhões, do FMM, pelo período de 15 anos, os quais deverão retornar ao Fundo acrescidos de juros no mesmo montante das operações garantidas.

Art. 34 Constituem recursos do FGIN:

I - as comissões cobradas por conta da garantia de provimento de seus recursos;

II - o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

III - a recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos;

IV - a reversão de saldos não aplicados;

V - outros recursos destinados pelo Poder Público.

§ 1º O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FGIN.

§ 2º As disponibilidades financeiras do FGIN serão aplicadas no BNDES, que garantirá a mesma taxa de remuneração de suas disponibilidades.

Art. 35 O BNDES, ou outro Agente financeiro do FMM, e as instituições financeiras repassadoras deverão participar do risco das operações para as quais está prevista a garantia de provimento de recursos pelo FGIN.

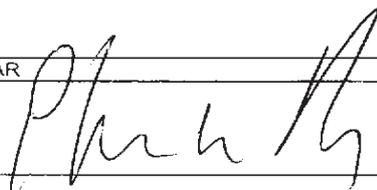
Parágrafo único. Será devida ao FGIN comissão a ser cobrada pelo gestor do Fundo, em cada uma das operações, para todo provimento de recursos, para garantir seu risco.

Art. 36 O Poder Executivo regulamentará o FGIN em 60 dias a partir da publicação desta lei:

Justificativa

- 1) Esta emenda fundamenta-se nas seguintes premissas:
 - (a) A MP 177 tem, entre seus objetivos primordiais, a reestruturação do setor naval.
 - (b) As garantias necessárias ao financiamento e à performance da indústria, bem como a caracterização das encomendas dos armadores nacionais, necessitam ser adequadamente equacionadas.
 - (c) O fundo específico proposto nesta emenda para atendimento às garantias é de natureza contábil, com recursos determinados e retornáveis ao FMM, com prazos definidos e um patrimônio inicial, de R\$ 400 milhões, baseado no Programa do Governo Federal para renovação e ampliação da frota nacional de petroleiros administrada pela TRANSPETRO, cujo montante é estimado em R\$ 4 bilhões.
 - (d) Está evidenciada a existência de um conjunto concreto de encomendas de embarcações e plataformas de exploração e produção de petróleo e gás, caracterizando uma demanda real, não induzida, proveniente da expansão da indústria petrolífera e da conseqüente necessidade de atendimento ao mencionado programa, anunciado pelo Governo Federal, de renovação da frota de petroleiros e construção de plataformas no País.
 - (e) A frota mercante brasileira necessita de renovação e ampliação de suas unidades, para aumentar a participação da bandeira nacional nos fretes gerados pelo Comércio Exterior brasileiro e reduzir o déficit hoje observado na balança de fretes.
 - (f) O termo plataformas presente nesta emenda, diz respeito à unidades flutuantes de produção, exploração e perfuração, utilizadas no processo de exploração de reservas de hidrocarbonetos.
 - (g) O termo estaleiro utilizado nesta emenda, caracteriza instalações industriais vocacionadas à construção de embarcações e que opcionalmente podem construir completamente ou parcialmente, plataformas destinadas à indústria do petróleo.
- 2) A estrutura desta emenda segue o modelo adotado pela Lei nº 9.531, de 10/12/1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.113, de 06/07/1999, que instituiu o Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade- FGPC, um fundo de aval hoje gerido pelo BNDES, tal como preconizado na emenda, cujo texto foi devidamente ajustado às peculiaridades do setor naval.
- 3) Para a inclusão, no texto da MP 177, dos novos artigos 32 a35, deverá ser providenciada a renumeração dos artigos 32 a 44 do texto original, para a sua necessária adequação.

PARLAMENTAR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00041

Data
31/03/2004proposição
Medida Provisória nº 177/2004autor
Deputado EDUARDO CUNHAnº de prontuário
3001 Supressiva 2 Substitutiva 3 Modificativa 4 Aditiva 5 Substitutivo Global

Página 01/01 Artigo 34 Parágrafo Inciso alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o texto da Medida Provisória nº 177 de 25 de março de 2004, no Art.34 dando-lhe a seguinte redação:

Art 34 - Os programas anuais de aplicação dos recursos do FMM serão aprovados pelo Ministro de Estado dos Transportes, sem prejuízo do disposto no artigo 4º, § 1º, do Decreto-lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979.

refiram:

§ Único - O orçamento anual do FMM poderá conter dotações para despesas que se

a) ao pagamento do serviço da dívida;

b) à infra-estrutura, serviços administrativos, pessoal, equipamentos e materiais apoio relativos à arrecadação, gestão e aplicação dos recursos do FMM;

c) à formação, qualificação, re-qualificação e treinamento de mão de obra destinada à atividade de marinha mercante e construção naval;

d) à representação em organismos internacionais no interesse da marinha mercante e construção naval, por indicação do Ministro de Estado dos Transportes;

e) à estudos e projetos no interesse da marinha mercante e construção naval.

Justificativa

O Setor de Construção Naval e de Marinha Mercante ficou 10 (dez) anos sem investimentos em obras bem como na formação de profissionais criando uma lacuna difícil de ser preenchida. A falta de marítimos e metalúrgicos no seu respectivo mercado de trabalho tem trazido dificuldades às empresas de atenderem seus compromissos. A especialização dos profissionais exige que os recursos para seu treinamento seja dirigido e sem interrupções a fim de que sejam cumpridas as metas de conteúdo local estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia para o programa de investimentos da Petrobrás e de outras empresas privadas.

A administração desses recursos acima citados será feita de acordo com os artigos 23 e 24 desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR



MPV - 177

00042

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/04/04	proposição Medida Provisória nº 177/04
------------------	---

autor Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se os seguintes arts. 32 a 36 renumerando-se os demais:

Art. 32. Fica criado o Fundo de Garantia para a Indústria Naval – FGIN, de natureza contábil, vinculado ao Ministério dos Transportes e gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a finalidade de prover recursos para garantir o risco das operações de financiamento realizadas com recursos do FMM pelo BNDES, ou outro agente financeiro, e o risco de performance da construção quando o objeto do financiamento for a construção ou conversão de embarcações diretamente ou por intermédio de instituições financeiras repassadoras, destinadas a garantir operações realizadas por :

I – empresas brasileiras de navegação;

II – estaleiros navais brasileiros;

§ 1º O provimento de recursos de que trata o *caput* deste artigo será concedido para garantir o risco das operações de:

I – financiamento à implantação de novas unidades, expansão, modernização ou realocação de estaleiros de construção naval;

II – financiamento à produção destinada à exportação;

III – financiamento à construção de embarcações financiadas pelo FMM;

IV – construção ou conversão de embarcações no Brasil destinadas à produção, perfuração e exploração de hidrocarbonetos, financiadas por outras linhas de financiamento distintas do FMM, limitadas a trinta por cento do FGIN;

V – complementação de garantias de performance de construção ou conversão ou jumborização de embarcações;

VI – concessão de garantias de performance de construção ou conversão de embarcações em estaleiros navais brasileiros.

Art. 33. O patrimônio inicial do FGIN será constituído mediante a transferência de R\$ 400 milhões, do FMM, pelo período de quinze anos, os quais deverão retornar ao Fundo acrescidos de juros no mesmo montante das operações garantidas.

Art. 34. Constituem recursos do FGIN:

I – as comissões cobradas por conta da garantia de provimento de seus recursos;

II – o resultado das aplicações financeiras dos recursos;

III – a recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos;

IV – a reversão de saldos não aplicados;

V – outros recursos destinados pelo Poder Público.

§ 1º O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do FGIN.

§ 2º As disponibilidades financeiras do FGIN serão aplicadas no BNDES, que garantirá a mesma taxa de remuneração de suas disponibilidades.

Art. 35. O BNDES, ou outro Agente financeiro do FMM, e as instituições financeiras repassadoras

deverão participar do risco das operações para as quais está prevista a garantia de provimento de recursos pelo FGIN.

Parágrafo Único. Será devida ao FGIN comissão a ser cobrada pelo gestor do Fundo, em cada uma das operações, para todo provimento de recursos, para garantir seu risco.

Art. 36. O Poder Executivo regulamentará o FGIN no prazo de sessenta dias a partir da publicação desta Lei.

Justificativa

Um dos principais motivos desta MP é reestruturar o setor naval, buscando dar garantias ao financiamento e à performance da indústria, bem como a caracterização das encomendas dos armadores nacionais que necessitam ser adequadamente equacionadas.

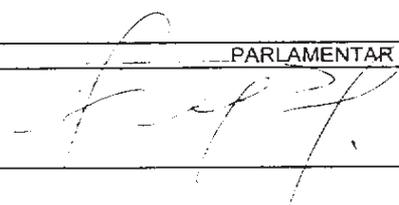
O Fundo específico proposto nesta emenda para atendimento às garantias é de natureza contábil, com recursos determinados e retornáveis ao FMM, com prazos definidos e um patrimônio inicial, de R\$ 400 milhões, baseado no Programa do Governo Federal para renovação e ampliação de frota nacional de petroleiros administrada pela TRANSPETRO, cujo montante é estimado em R\$ 4 bilhões.

Além disso, está evidenciada a existência de um conjunto concreto de encomendas de embarcações para transporte e apoio a exploração e produção de petróleo e gás, caracterizando uma demanda real, não induzida, proveniente da expansão da indústria petrolífera e da conseqüente necessidade de atendimento ao mencionado programa, anunciado pelo Governo Federal, de renovação da frota de petroleiros.

A frota mercante brasileira necessita de renovação e ampliação de suas unidades, para aumentar a participação da bandeira nacional nos fretes gerados pelo Comércio Exterior Brasileiro, reduzindo o déficit hoje observado na balança de fretes e promovendo equilíbrio da matriz interna de transportes do país.

Esta emenda adota a estrutura da Lei nº 9.531, de 10/12/1997, regulamentada pelo Decreto nº 3.113, de 06/07/1999, que instituiu o Fundo de Garantia para a Promoção de Competitividade – FGPC, um fundo de aval hoje gerido pelo BNDES, tal como preconizado na emenda, cujo texto foi devidamente ajustado às peculiaridades do setor naval.

PARLAMENTAR



MPV - 177**00043****EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº
177, DE 2004****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, DE 2004**

“Dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMN e o Fundo da Marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.”

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

Art. 34 - Os programas anuais de aplicação dos recursos do FMM serão aprovados pelo Ministro de Estado dos Transportes, sem prejuízo do disposto no artigo 4º, § 1º, do Decreto-lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979.

Parágrafo único - O orçamento anual do FMM poderá conter dotações para despesas que se refiram:

a) ao pagamento do serviço da dívida;

b) à infra-estrutura, serviços administrativos, pessoal, equipamentos e materiais apoio relativos à arrecadação, gestão e aplicação dos recursos do FMM;

c) à formação, qualificação, re-qualificação e treinamento de mão de obra destinada à atividade de marinha mercante e construção naval;

d) à representação em organismos internacionais no interesse da marinha mercante e construção naval, por indicação do Ministro de Estado dos Transportes;

e) à estudos e projetos no interesse da marinha mercante e construção naval.

JUSTIFICAÇÃO

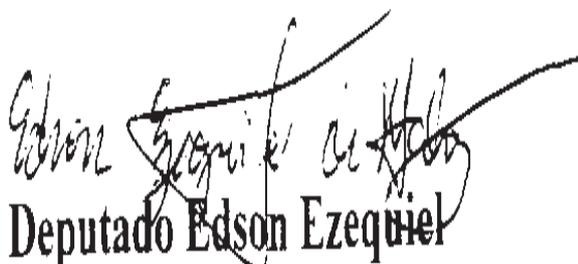
O Setor de Construção Naval e de Marinha Mercante ficou 10 (dez) anos sem investimentos em obras bem como na formação de profissionais criando uma lacuna difícil de ser preenchida.

A falta de marítimos e metalúrgicos no seu respectivo mercado de trabalho tem trazido dificuldades às empresas de atenderem seus compromissos. A especialização dos profissionais exige que os recursos para seu treinamento seja dirigido e sem interrupções a fim de que

sejam cumpridas as metas de conteúdo local estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia para o programa de investimentos da Petrobrás e de outras empresas privadas.

A administração desses recursos acima citados será feita de acordo com os artigos 23 e 24 desta Medida Provisória.

Brasília, em 1º de abril de 2004.


Deputado Edson Ezequiel
PMDB-RJ

MPV - 177

00044

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
31/04/2004proposição
Medida Provisória nº 177 de 2004autor
Deputado EDUARDO PAES

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página 1/1

Artigo 34

Parágrafo único

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Substituir o artigo por:

Art 34 - Os programas anuais de aplicação dos recursos do FMM serão aprovados pelo Ministro de Estado dos Transportes, sem prejuízo do disposto no artigo 4º, § 1º, do Decreto-lei nº 1.754, de 31 de dezembro de 1979.

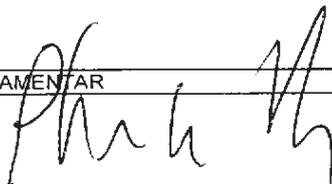
§ único - O orçamento anual do FMM poderá conter dotações para despesas que se refiram:

- a) ao pagamento do serviço da dívida;*
- b) à infra-estrutura, serviços administrativos, pessoal, equipamentos e materiais apoio relativos à arrecadação, gestão e aplicação dos recursos do FMM;*
- c) à formação, qualificação, re-qualificação e treinamento de mão de obra destinada à atividade de marinha mercante e construção naval;*
- d) à representação em organismos internacionais no interesse da marinha mercante e construção naval, por indicação do Ministro de Estado dos Transportes;*
- e) à estudos e projetos no interesse da marinha mercante e construção naval.*

Justificativa

O Setor de Construção Naval e de Marinha Mercante ficou 10 (dez) anos sem investimentos em obras bem como na formação de profissionais criando uma lacuna difícil de ser preenchida. A falta de marítimos e metalúrgicos no seu respectivo mercado de trabalho tem trazido dificuldades às empresas de atenderem seus compromissos. A especialização dos profissionais exige que os recursos para seu treinamento seja dirigido e sem interrupções a fim de que sejam cumpridas as metas de conteúdo local estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia para o programa de investimentos da Petrobras e de outras empresas privadas. A administração desses recursos acima citados será feita de acordo com os artigos 23 e 24 desta Medida Provisória.

PARLAMENTAR



MPV - 177

00045

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01-04-04	proposição Medida Provisória nº 177/2004			
autor Dep. Anivaldo Vale			nº do prontuário 019	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo 35	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Acrescentar ao Artigo 35. o Parágrafo 4º com a seguinte redação:

Art. 35 (..),

§ 4º Os efeitos deste artigo, relativamente à Região Amazônica, retroagem à data de 27 de novembro de 1998.

Justificativa

O acréscimo sugerido ao disposto no art. 35.. § 4º da minuta da Medida Provisória, justifica-se pelos seguintes motivos:

A Lei nº 9.365 de 16/12/96, que instituiu a taxa de juros de longo prazo TJLP e dispôs sobre a remuneração dos recursos de Fundos de Participação PIS-PASEP, FAT e FMM, estabelecia que:

“Art. 7º Os recursos do FMM destinados a financiamentos contratados, a partir de 1º de setembro de 1995, bem como os respectivos saldos devedores, serão referenciados pelo contra-valor em moeda nacional, da cotação do dólar dos EUA divulgado pelo Banco Central do Brasil.”

Estabelecia, ainda, o parágrafo único do referido artigo:

“Parágrafo único: os encargos e comissões, bem como os prazos, nas hipóteses que trata o *caput* deste artigo, serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional.”

Porém, o art. 9º do mesmo diploma legal admitia a aplicação, a partir de 1º de setembro de 1995, do critério previsto no art. 7º, desde que por opção dos beneficiários dos financiamentos (parágrafo único do art. 9º), nos prazos e condições regulamentadas pelo BNDES e que houvessem sido contratados até 31 de agosto de 1985.

Entretanto, para os novos financiamentos passou a vigorar o estabelecido no art. 7º da referida Lei, ou seja, os contratos com recursos do FMM passaram a ser referenciados na moeda americana, inclusive os saldos devedores deles decorrentes.

A Resolução nº. 00277 do BC, de 1º de novembro de 2000, dispõe sobre os recursos do FMM obedecendo-se ao que dispõe o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.365/96, sem, contudo, dispensar tratamento ao estabelecido no *caput* do citado artigo.

O acima mencionado deveu-se, por certo, ao fato de a MP nº 1693-42 de 17 de novembro de 1998, estabelecia:

“Art. 6º, o art. 7º da Lei 9.365, de 16 de dezembro de 1996, passa a vigorar, acrescido do parágrafo 2º, alterando-se o atual parágrafo único para parágrafo 1º:

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às operações de financiamento de

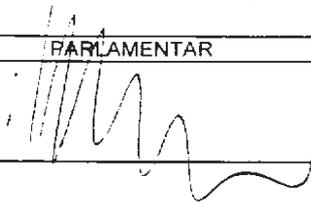
produção de embarcações na Amazônia Legal, com recursos do FMM que terão como remuneração nominal a TJLP”.

A referida Medida Provisória foi aprovada e transformada na Lei nº. 10.206 de 23 de março de 2001, que manteve em seu art. 5º o disposto na MP em questão.

Dessa forma, desde a edição da citada MP em 27/11/98, o BNDES deveria ter estabelecido mecanismos para equalizar os saldos devedores dos financiamentos obtidos, com recursos do FMM, pelos Armadores da região da Amazônia Legal.

PARLAMENTAR

Deputado Anivaldo Vale



PSDB / PA

MPV - 177

00046

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 177/04
------	--

Autor Deputado RODRIGO MAIA	nº do prontuário
---------------------------------------	------------------

1	Supressiva	2.	<input type="checkbox"/> substitutiva	3.	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4.	aditiva	5.	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	------------	----	---------------------------------------	----	--	----	---------	----	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

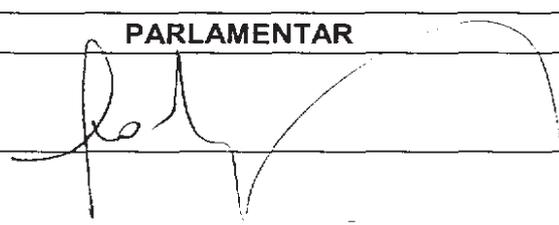
Suprima-se o § 2º do art. 37 da MP nº 177, de 2004.

Justificativa

O § 2º do art. 37 da MP 177 permite ao Ministro de Estado dos Transportes reajustar, anualmente, o valor da Taxa de Utilização do MERCANTE.

Propomos a supressão do dispositivo pois, segundo o Código Tributário Nacional, somente a lei pode estabelecer a majoração de tributos e a fixação de alíquota do tributo e de sua base de cálculo (art. 97). No caso em tela, permitir ao Ministro de Estado alterar o valor do tributo estaria ferindo frontalmente o dispositivo.

PARLAMENTAR



MPV - 177

00047

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data
31/03/2004proposição
Medida Provisória nº 177 de 25 de março 2004autor
DEPUTADO CARLOS SANTANAnº do prontuário
2901 Supressiva 2. substitutiva 3. (x) modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página 2

Artigo 38

Parágrafo: único

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Alterar a redação do artigo 38 da Medida Provisória nº 177 de 25 de março de 2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos na região Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro e entregues a partir da vigência desta Medida Provisória.

Parágrafo Único – Será destinado às empresas brasileiras de navegação que já possuam embarcações próprias inscritas no Registro Especial Brasileiro- REB o previsto no caput deste artigo.

Justificativa

A intenção contida no artigo é muito importante, traduzindo-se como incentivo real às empresas brasileiras de navegação.

Mas, se for mantido o crédito apenas para navios novos, estarão sendo criadas condições de competitividade diferentes, com privilégio para os navios novos em detrimento daqueles já existentes à época da publicação da Medida Provisória. Tal medida poderá ter como consequência a alienação das embarcações antigas, o que, por sua vez irá causar o desemprego de muitos profissionais do setor.

PARLAMENTAR

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº
177, DE 2004

MPV - 177

00048

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, DE 2004

*“Dispõe sobre o Adicional ao Frete para
Renovação da Marinha Mercante – AFRMN e o Fundo da Marinha
Mercante – FMM, e dá outras providências.”*

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____

Art. 38. O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos na região Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro e entregues a partir da vigência desta Medida Provisória.

Parágrafo Único – Será destinado às empresas brasileiras de navegação que já possuam embarcações próprias inscritas no Registro Especial Brasileiro- REB o previsto no caput deste artigo.

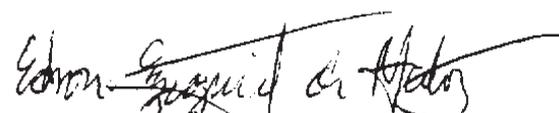
p. 2

JUSTIFICACÃO

A intenção contida no artigo é muito importante, traduzindo-se como incentivo real às empresas brasileiras de navegação.

Mas, se for mantido o crédito apenas para navios novos, estarão sendo criadas condições de competitividade diferentes, com privilégio para os navios novos em detrimento daqueles já existentes à época da publicação da Medida Provisória. Tal medida poderá ter como conseqüência a alienação das embarcações antigas, o que, por sua vez irá causar o desemprego de muitos profissionais do setor.

Brasília, em 1º de abril de 2004.


Deputado Edson EZEQUIEL
PMDB-RJ

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00049

Data
31/03/2004proposição
Medida Provisória nº 177/2004autor
Deputado EDUARDO CUNHAnº de prontuário
3001 Supressiva 2 Substitutiva 3 Modificativa 4 Aditiva 5 Substitutivo Global

Página 01/01

Artigo 34

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICACÃO

Modifique-se o texto da Medida Provisória nº 177 de 25 de março de 2004, no Art.38 dando-lhe a seguinte redação:

Art. 38. O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos na região Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro e entregues a partir da vigência desta Medida Provisória.

Parágrafo Único – Será destinado às empresas brasileiras de navegação que já possuam embarcações próprias inscritas no Registro Especial Brasileiro- REB o previsto no caput deste artigo.

Justificativa

A intenção contida no artigo é muito importante, traduzindo-se como incentivo real às empresas brasileiras de navegação.

Mas, se for mantido o crédito apenas para navios novos, estarão sendo criadas condições de competitividade diferentes, com privilégio para os navios novos em detrimento daqueles já existentes à época da publicação da Medida Provisória. Tal medida poderá ter como consequência a alienação das embarcações antigas, o que, por sua vez irá causar o desemprego de muitos profissionais do setor.

PARLAMENTAR



MPV - 177

00050

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31/04/2004	proposição Medida Provisória nº 177 de 2004
--------------------	--

autor Deputado EDUARDO PAES	nº do prontuário
--------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 1/1	Artigo 38	Parágrafo	Inciso	alínea
------------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Alterar a redação do artigo 38 da Medida Provisória nº 177 de 25 de março de 2004, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (um real) do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos na região Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro e entregues a partir da vigência desta Medida Provisória.

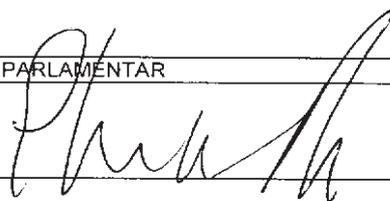
Parágrafo Único – Será destinado às empresas brasileiras de navegação que já possuam embarcações próprias inscritas no Registro Especial Brasileiro- REB o previsto no caput deste artigo.

Justificativa

A intenção contida no artigo é muito importante, traduzindo-se como incentivo real às empresas brasileiras de navegação.

Mas, se for mantido o crédito apenas para navios novos, estarão sendo criadas condições de competitividade diferentes, com privilégio para os navios novos em detrimento daqueles já existentes à época da publicação da Medida Provisória. Tal medida poderá ter como consequência a alienação das embarcações antigas, o que, por sua vez irá causar o desemprego de muitos profissionais do setor.

PARLAMENTAR



MPV - 177

00051

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/04/04	proposição Medida Provisória nº 177/04
------------------	---

autor Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 38. a seguinte redação:

Art. 38. O Fundo da Marinha Mercante destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, setenta e cinco centavos de real, para cada um real do AFRMM gerado na navegação de cabotagem ou no transporte de granéis na navegação de longo curso, bem como na navegação fluvial e lacustre no transporte de granéis líquidos na região Norte e Nordeste do Brasil, por embarcações construídas em estaleiro brasileiro com tripulação brasileira e entregues a partir da vigência desta Medida Provisória.

Parágrafo Único. Será destinado às empresas brasileiras de navegação que já possuam embarcações próprias com tripulação brasileira inscritas no Registro Especial Brasileiro – REB o previsto no caput deste artigo.

Justificativa

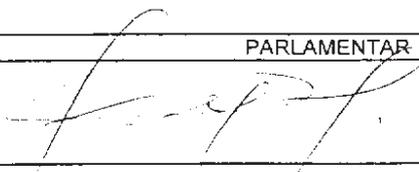
A intenção contida no artigo é muito importante, traduzindo-se como incentivo real às empresas brasileiras de navegação, aumentando o seu nível de competitividade, garantindo o emprego do marítimo brasileiro.

Mas, se for mantido o crédito apenas para navios novos, estarão sendo criadas condições de competitividade diferentes, com privilégio para os navios novos em detrimento daqueles já existentes à época da publicação da Medida Provisória. Tal medida poderá ter como consequência a alienação das embarcações antigas que reduzirá a capacidade de transportes da frota brasileira, além de causar o desemprego de muitos profissionais do setor.

Destaque-se os valores depositados na conta especial têm utilização restrita, conforme previsto no artigo 19, sendo sua principal utilização a amortização dos financiamentos com recursos do FMM. Além disso, o artigo 21 prevê que, se não utilizados no prazo máximo de 36 meses, esses recursos retornarão ao FMM.

Esse inteligente mecanismo, mesmo sendo um eficaz instrumento de incentivo à renovação da frota brasileira, não representa transferência de recursos da União nem alguma espécie de renúncia Fiscal, reciclando-se permanentemente através de projetos de novas embarcações.

PARLAMENTAR




APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ETIQUETA

MPV - 177**00052**2 DATA
30/3/20043 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.0044 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR5 N PRONTUÁRIO
4546
 SUPRESSIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- MODIFICATIVA 4- ADITIVA 9- SUBSTITUTIVO GLOBAL

0 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALINEA

TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA

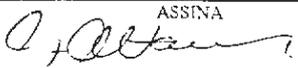
Ficam suprimidos o art. 39 e seu parágrafo único na MP 177, de 2004:

JUSTIFICAÇÃO

O art. 39 trata da equiparação dos armadores e seus prepostos às atribuições dos corretores de navios e despachantes aduaneiros. Essa medida, na prática, exclui o papel desses agentes que são regulamentados e fiscalizados por legislação própria, em favor de armadores, que muitas vezes desconhecem a legislação nacional sobre a matéria.

Nesse sentido, o objeto da presente emenda é resguardar que os despachantes aduaneiros e corretores de navios continuem a desempenhar, conforme prevê a legislação atualmente em vigor, essas atribuições.

ASSINA


 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177**00053****EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, DE 2004****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 177, DE 2004**

“Dispõe sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMN e o Fundo da marinha Mercante – FMM, e dá outras providências.”

EMENDA ADITIVA Nº _____

**Incluir o seguinte artigo após o art. 38
(Renumerando os artigos posteriores)**

Art. 39 O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito em conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM das parcelas de que tratam os incisos II e III do artigo 17, isentas do pagamento do AFRMM conforme previsto nas alíneas “b”, “c”, “d”, “g”, “h”, “i”, “l” e “m” do inciso V, do artigo 14.

JUSTIFICAÇÃO

Principal fonte de recursos do Fundo de Marinha Mercante, que não traz agravamento ao orçamento governamental, o AFRMM vem sofrendo crescente diminuição de arrecadação nos últimos anos, causada por isenções concedidas pelo governo.

Destaca-se entre os principais itens de isenções aquelas referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil, em constante crescimento. Outro item relevante são as isenções concedidas às cargas que entram no País no regime de *drawback*, ou seja, cargas destinadas a comporem produtos futuramente exportados.

O entendimento é de que embora sejam justificadas certas isenções, como medidas de fomento a determinado segmento da economia ou como fruto de negociações internacionais, não há porquê conceder tais vantagens em detrimento dos meios de incentivo à Marinha Mercante.

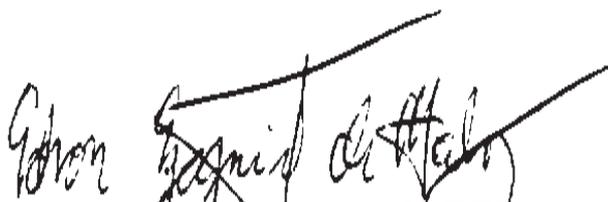
Ao promulgar a Lei 9.432/97, o Congresso Nacional teve um perfeito entendimento desta questão, promovendo a compensação da isenção que determinou às cargas destinadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Acreditamos que, de maneira idêntica, justifica-se compensar isenções da mesma espécie, como as referentes a acordos internacionais, cargas entradas no País no regime de *drawback* e cargas destinadas a Zona Franca de Manaus.

A redução da frota brasileira coincide com o aumento destas isenções. Dessa forma, é importante que as isenções sejam mantidas, mas que o FMM faça a compensação da atividade de

navegação, de forma a evitar a concessão de privilégios ou reservas de mercado.

A providência sugerida é que sejam ressarcidas as empresas de navegação, através do FMM, das isenções previstas no Art. 14 da MP 177, à semelhança da compensação feita para a isenção dada às cargas que tenham origem ou destino no Norte e Nordeste (Art. 17 da Lei nº 9.432/97).

Brasília, 1º de abril de 2004.


Deputado Edson EZEQUIEL
PMDB-RJ

MPV - 177

00054

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31/03/2004	proposição Medida Provisória nº 177 de 25 de março 2004
--------------------	--

autor DEPUTADO CARLOS SANTANA	nº do prontuário 290
----------------------------------	-------------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. (x) <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 1	Artigo novo	Parágrafo: único	Inciso	alínea
----------	-------------	------------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentar novo artigo com a seguinte redação:

Art. ... O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito em conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM das parcelas de que tratam os incisos II e III do artigo 17, isentas do pagamento do AFRMM conforme previsto nas alíneas "b", "c", "d", "g", "h", "i", "l" e "m" do inciso V, do artigo 14.

Justificativa

Principal fonte de recursos do Fundo de Marinha Mercante, que não traz agravamento ao orçamento governamental, o AFRMM vem sofrendo crescente diminuição de arrecadação nos últimos anos, causada por isenções concedidas pelo governo.

Destaca-se entre os principais itens de isenções aquelas referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil, em constante crescimento. Outro item relevante são as isenções concedidas às cargas que entram no País no regime de *drawback*, ou seja, cargas destinadas a comporem produtos futuramente exportados.

O entendimento é de que embora sejam justificadas certas isenções, como medidas de fomento a determinado segmento da economia ou como fruto de negociações internacionais, não há porquê conceder tais vantagens em detrimento dos meios de incentivo à Marinha Mercante.

Ao promulgar a Lei 9.432/97, o Congresso Nacional teve um perfeito entendimento desta questão, promovendo a compensação da isenção que determinou às cargas destinadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Acreditamos que, de maneira idêntica, justifica-se compensar isenções da mesma espécie, como as referentes a acordos internacionais, cargas entradas no País no regime de *drawback* e cargas destinadas a Zona Franca de Manaus.

A redução da frota brasileira coincide com o aumento destas isenções. Dessa forma, é importante que as isenções sejam mantidas, mas que o FMM faça a compensação da atividade de navegação, de forma a evitar a concessão de privilégios ou reservas de mercado.

A providência sugerida é que sejam ressarcidas as empresas de navegação, através do FMM, das isenções previstas no Art. 14 da MP 177, à semelhança da compensação feita para a isenção dada às cargas que tenham origem ou destino no Norte e Nordeste (Art. 17 da Lei nº 9.432/97)

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00055

Data
31/03/2004proposição
Medida Provisória nº 177/2004autor
Deputado EDUARDO CUNHAnº de prontuário
3001 Supressiva 2 Substitutiva 3 Modificativa 4 Aditiva 5 Substitutivo Global

Página 01/02

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescentar novo artigo com a seguinte redação:

Art. ... O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito em conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM das parcelas de que tratam os incisos II e III do artigo 17, isentas do pagamento do AFRMM conforme previsto nas alíneas "b", "c", "d", "g", "h", "j", "l" e "m" do inciso V, do artigo 14.

Justificativa

Principal fonte de recursos do Fundo de Marinha Mercante, que não traz agravamento ao orçamento governamental, o AFRMM vem sofrendo crescente diminuição de arrecadação nos últimos anos, causada por isenções concedidas pelo governo.

Destaca-se entre os principais itens de isenções aquelas referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil, em constante crescimento. Outro item relevante são as isenções concedidas às cargas que entram no País no regime de *drawback*, ou seja, cargas destinadas a comporem produtos futuramente exportados.

O entendimento é de que embora sejam justificadas certas isenções, como medidas de fomento a determinado segmento da economia ou como fruto de negociações internacionais, não há porquê conceder tais vantagens em detrimento dos meios de incentivo à Marinha Mercante.

Ao promulgar a Lei 9.432/97, o Congresso Nacional teve um perfeito entendimento desta questão, promovendo a compensação da isenção que determinou às cargas destinadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Acreditamos que, de maneira idêntica, justifica-se compensar isenções da mesma espécie, como as referentes a acordos internacionais, cargas entradas no País no regime de *drawback* e cargas destinadas a Zona Franca de Manaus.

A redução da frota brasileira coincide com o aumento destas isenções. Dessa forma, é importante que as isenções sejam mantidas, mas que o FMM faça a compensação da atividade de navegação, de forma a evitar a concessão de privilégios ou reservas de mercado.

A providência sugerida é que sejam ressarcidas as empresas de navegação, através do FMM, das isenções previstas no Art. 14 da MP 177, à semelhança da compensação feita para a isenção dada às cargas que tenham origem ou destino no Norte e Nordeste (Art. 17 da Lei nº 9.432/97)

PARLAMENTAR



MPV - 177

00056

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 31/04/2004	proposição Medida Provisória nº 177 de 2004
--------------------	--

autor Deputado EDUARDO PAES	nº do prontuário
--------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página 1/1	Artigo Novo	Parágrafo	Inciso	alínea
------------	-------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentar novo artigo com a seguinte redação:

Art. ... O FMM destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito em conta vinculada, (setenta e cinco centavos de real), para cada (hum real) do AFRMM das parcelas de que tratam os incisos II e III do artigo 17, isentas do pagamento do AFRMM conforme previsto nas alíneas "b", "c", "d", "g", "h", "i", "j" e "m" do inciso V, do artigo 14.

Justificativa

Principal fonte de recursos do Fundo de Marinha Mercante, que não traz agravamento ao orçamento governamental, o AFRMM vem sofrendo crescente diminuição de arrecadação nos últimos anos, causada por isenções concedidas pelo governo.

Destaca-se entre os principais itens de isenções aquelas referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil, em constante crescimento. Outro item relevante são as isenções concedidas às cargas que entram no País no regime de *drawback*, ou seja, cargas destinadas a comporem produtos futuramente exportados.

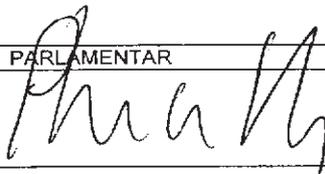
O entendimento é de que embora sejam justificadas certas isenções, como medidas de fomento a determinado segmento da economia ou como fruto de negociações internacionais, não há porquê conceder tais vantagens em detrimento dos meios de incentivo à Marinha Mercante.

Ao promulgar a Lei 9.432/97, o Congresso Nacional teve um perfeito entendimento desta questão, promovendo a compensação da isenção que determinou às cargas destinadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Acreditamos que, de maneira idêntica, justifica-se compensar isenções da mesma espécie, como as referentes a acordos internacionais, cargas entradas no País no regime de *drawback* e cargas destinadas a Zona Franca de Manaus.

A redução da frota brasileira coincide com o aumento destas isenções. Dessa forma, é importante que as isenções sejam mantidas, mas que o FMM faça a compensação da atividade de navegação, de forma a evitar a concessão de privilégios ou reservas de mercado.

A providência sugerida é que sejam ressarcidas as empresas de navegação, através do FMM, das isenções previstas no Art. 14 da MP 177, à semelhança da compensação feita para a isenção dada às cargas que tenham origem ou destino no Norte e Nordeste (Art. 17 da Lei nº 9.432/97)

PARLAMENTAR



MPV - 177

00057

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 01/04/04	proposição Medida Provisória nº 177/04
------------------	---

autor Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ)	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O Fundo da Marinha Mercante destinará, até 31 de dezembro de 2011, às empresas brasileiras de navegação, mediante crédito na conta vinculada, setenta e cinco centavos de real, para cada um real do AFRMM das parcelas de que tratam os incisos II e III do artigo 17, isentas do pagamento do AFRMM conforme previsto nas alíneas "b", "c", "d", "g", "h", "i", "l" e "m" do inciso V, do artigo 14.

Justificativa

Principal fonte de recursos do Fundo de Marinha Mercante, que não traz agravamento ao orçamento governamental, o AFRMM vem sofrendo crescente diminuição de arrecadação nos últimos anos, causada por isenções concedidas pelo governo.

Destaca-se entre os principais itens de isenções aquelas referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil, em constante crescimento. Outro item relevante são as isenções concedidas às cargas que entram no País no regime de *drawback*, ou seja, cargas destinadas a comporem produtos futuramente exportados.

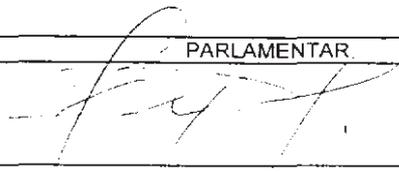
O entendimento é de que embora sejam justificadas certas isenções, como medidas de fomento a determinado segmento da economia ou como fruto de negociações internacionais, não há porquê conceder tais vantagens em detrimento dos meios incentivos à Marinho Mercante.

Ao promulgar a Lei 9.432/97, o Congresso Nacional teve um perfeito entendimento desta questão, promovendo a compensação da isenção que determinou às cargas destinadas às regiões Norte e Nordeste do Brasil. Acreditamos que, de maneira idêntica, justifica-se compensar isenções da mesma espécie, como as referentes a acordos internacionais, cargas entradas no país no regime de *drawback* e cargas destinadas a Zona Franca de Manaus.

A redução da frota brasileira coincide com o aumento destas isenções. Desta forma, é importante que as isenções sejam mantidas, mas que o FMM faça a compensação da atividade de navegação de forma a evitar a concessão de privilégios ou reservas de mercado.

A providência sugerida é que sejam ressarcidas as empresas de navegação, através do FMM, das isenções previstas no Art. 14 da MP 177, à semelhança da compensação feita para a isenção dada às cargas que tenham origem ou destino no Norte e Nordeste (Art. 17 da Lei nº 9.432/97)

PARLAMENTAR




APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 177

00058

2 DATA
30/3/20043 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória n.º 177, de 25 de março de 2.0044 AUTOR
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR5 N PRONTUÁRIO
4546
 SUPRESIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- MODIFICATIVA + ADITIVA 9- SUBSTITUTIVO GLOBAL0
ARTIGO PARAGRAFO INCISO ALNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA

A MP 177/04, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art... A arrecadação dos recursos do AFRMM prevista no art. 25 desta Media Provisória,, bem como a sua aplicação deverão ser disponibilizadas de acordo com a Lei n° 9.755, de 16 de dezembro de 1998.”

Justificação

Um dos pilares da Administração Pública é a transparência da gestão dos recursos públicos.

Nesse sentido, a presente alteração visa a assegurar que toda a arrecadação, execução orçamentária, bem como contratos realizados tenham ampla divulgação, de forma assegurar o controle dos social dos gastos realizados com recursos do AFRMM, sendo divulgados no site www.contaspublicas.gov.br, mantido pelo Tribunal de Contas da União, em observância à Lei n° 9.755, de 16 de dezembro de 1.998

ASSINA


 Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

MPV - 177

00059

Emenda à MP 177

(Do Sr. **EDUARDO VALVERDE**)

Adiciona ao texto da MP 177/2004
o parágrafo único no art. 23.

Adiciona ao texto da MP 177/2004 o parágrafo único.

§ Único: Será garantida a presença no CDFMM representação dos trabalhadores da indústria de construção naval e transporte aquaviário.

JUSTIFICATIVA

A composição parietária de interesses no Conselho, garantiria decisões isentas e democráticas para viabilizar melhor distribuição do FMM.

Sala de Sessões, 01 de abril de 2004.

Eduardo Valverde

Deputado Federal – PT/RO

MPV - 177**00060**

Emenda à MP 177
(Do Sr. **EDUARDO VALVERDE**)

Adiciona ao texto da MP 177/2004
o Inciso n.

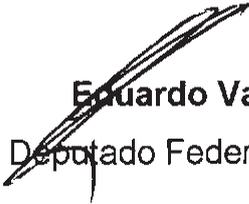
Adiciona ao texto da MP 177/2004 o inciso n. *do art 14.*

n) Que seja oriunda de produtos florestais produzidos por comunidades indígenas e ou populações tradicionais da Amazônia.

JUSTIFICATIVA

Em função da importância em estimular a produção local autosustentada e reduzir os custos, é necessário manter isenções para este tipo de produto.

Sala de Sessões, 01 de abril de 2004.


Eduardo Valverde
Deputado Federal – PT/RO

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2004**

Ata circunstanciada da 1ª reunião, realizada em 24 de março de 2004, quarta-feira, às 20h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a oitiva do Sr. ANTHONY GAROTINHO, nos autos da Representação nº 03, de 2003.

Estiveram presentes os Srs. Senadores titulares:

PMDB

João Alberto Souza (Presidente)
Ramez Tebet
Luiz Otávio

PFL

Demóstenes Torres (Vice-Presidente)
Rodolpho Tourinho

PT

Siba Machado
Eduardo Suplicy
(Sem Partido)
Heloísa Helena

PSDB

Sérgio Guerra
Antero Paes de Barros
Arthur Virgílio

PDT

Juvêncio da Fonseca
Augusto Botelho

PSB, PL e PPS

Magno Malta

CORREGEDOR

Romeu Tuma (PFL)

Estiveram presentes também os Senadores ALMEIDA LIMA, MÃO SANTA, e LEONEL PAVAN.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Sr^{as} e Srs. Senadores, havendo número legal, dou por aberta a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Submeto à aprovação do Plenário a Ata da 11ª reunião de 2003, realizada em 2 de dezembro do ano passado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Esta reunião destina-se a dar cumprimento ao deliberado na 10ª reunião de 2003, ao aprovar o re-

querimento com vista à oitiva do Sr. Anthony Garotinho, na Representação nº 3 de 2003, proposta pelo Partido Democrático Brasileiro, que requer abertura de processo de cassação de mandato do Senador Roberto Saturnino.

Estão sobre as bancadas cópia da Representação nº3 da defesa prévia do Senador Roberto Saturnino e o Requerimento aprovado com o respectivo cronograma.

Esclareço que foram aprovados os requerimentos para a remessa das notas taquigráficas da 11ª reunião de 2003 aos membros do Conselho, o envio de ofício ao Diretório do Partido Socialista Brasileiro, PSB, do Rio de Janeiro, solicitando cópias autênticas de atas de reuniões realizadas em junho e julho de 1988 e convite ao Sr. Anthony Garotinho para ser ouvido por este Conselho.

Informo que as notas taquigráficas da 11ª reunião de 2003 foram encaminhadas a todos os membros do Conselho, e as atas das reuniões do PSB foram solicitadas em 3 de dezembro de 2003 e em 9 de fevereiro último, respectivamente, conforme ofício expedido pela Secretaria do Conselho.

Em resposta, o 1º Secretário do PSB, Sr. Marcos Villaça, encaminhou ao Conselho, em 16 de fevereiro último, a correspondência que passo a ler.

Ao Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, Senador João Alberto Souza. Assunto: informação prestada.

Vimos pelo presente, em resposta ao Ofício nº41/2003, informar que, tendo em vista o pedido a que se referem as atas, as mesmas já se encontram arquivadas em nosso arquivo-morto. E, em conseqüência do grande número de livros, ainda não conseguimos localizar a referida ata.

Marcos Villaça, 1º Secretário do PSB do Rio de Janeiro.

É bom que o Conselho esclareça, esta Presidência esclareça, que já telefonamos para o PSB, no Rio de Janeiro, e verificamos que o Partido Socialista Brasileiro não nos quer remeter as atas. Essa solicitação foi em função de o 1º Suplente de Senador, Sr. Carlos Lupi, ter afirmado que havia, em reuniões do PSB, atas com registro do PSB, que era o partido do Senador Roberto Saturnino Braga, e que essas atas continham o acordo feito para que ele renunciasse no quarto ano de mandato.

Foi expedido convite ao Sr. Anthony Garotinho, Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, que aceitou o convite e nos honra com a sua presença

nesta reunião. Nosso convidado está assinando o termo de compromisso que se encontra sobre a mesa.

Vamos ouvir, agora, o Sr. Anthony Garotinho.

Vou transferir a Presidência dos trabalhos ao Senador Demóstenes Torres, Vice-Presidente deste Conselho. Sob a Presidência do Senador Juvêncio da Fonseca eu havia sido designado Relator do processo. Depois da minha eleição para Presidente do Conselho, achei por bem, para celeridade do trabalho, continuar como Relator.

Assim sendo, passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Convido o Sr. Anthony Garotinho para vir à Mesa e solicito aos Senadores Eduardo Suplicy e Rodolpho Tourinho que acompanhem o depoente até a Mesa.

O Sr. Anthony Garotinho já está devidamente compromissado.

Passamos a palavra a V. S^a, inicialmente, por 20 minutos.

Se houver necessidade prorrogaremos esse tempo, para que V. S^a possa esclarecer ou prestar quaisquer informações que entenda necessárias para aclarar esse procedimento acerca da representação formulada pelo PDT para que o Senador Roberto Saturnino Braga venha a perder o mandato – essa é a pretensão do PDT –, caso se comprove que S. Ex^a havia acordado que renunciaria no quarto ano de seu mandato, o que propiciaria que assumisse a condição de Senador o primeiro suplente, Sr. Carlos Lupi.

V. S^a pode ficar à vontade para prestar quaisquer esclarecimentos. Ao final, passaremos a palavra ao Sr. Relator, João Alberto, e a todos os Senadores que desejarem fazer perguntas.

Passo a palavra a V. S^a.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Quero agradecer, inicialmente, o convite para estar nesta reunião.

Vou relatar de uma forma bem sucinta, objetiva, os fatos dos quais participei.

Como candidato a Governador, em 1998, eu tinha como companheira de chapa a ex-Governadora do Estado Benedita da Silva, que concorria ao cargo de Vice-Governadora. Trabalhávamos por uma ampla aliança, que resultou na minha eleição para o Governo do Estado, composta pelo PDT, que indicaria o candidato a Governador, e pelo PT, que indicaria o candidato a Vice. Reproduziríamos assim, no Estado, inversamente, a posição da chapa federal. Naquele ano havia eleição também para a Presidência da República, e o ex-Governador Leonel Brizola seria vice, como foi, do então candidato, hoje Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

A chapa era uma aliança que ainda incluía o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Verde. Era uma frente ampla do Estado.

Pois bem! O Partido Socialista Brasileiro insistia que queria um dos seus integrantes postulando a vaga do Senado. Nessa condição indicava à época o nome do ex-Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e também ex-Senador Saturnino Braga.

Havia dentro da campanha um sentimento de que não era o nome mais adequado. Por quê? Dois anos antes, ele havia concorrido para vereador na Cidade do Rio de Janeiro e não havia sido eleito. Então, achava-se que era uma eleição muito disputada e que talvez fosse mais adequado a escolha de um nome com mais peso eleitoral, visto que o Senador Roberto Saturnino vinha de um desempenho eleitoral sem muito êxito. Todavia, o PSB insistiu muito para que ele integrasse a chapa para o Senado, embora houvesse uma resistência, principalmente do PDT, que julgava-se no direito de indicar o candidato ao Senado.

Por diversas vezes, o ex-Governador Leonel Brizola, que era o articulador desse entendimento, e foi quem me convenceu a renunciar ao meu mandato de quatro anos à Prefeitura de Campos, quando eu só havia cumprido um ano, para concorrer ao Governo do Estado, insistiu que o Senador Roberto Saturnino não era o nome mais adequado, mas o PSB fechou questão dizendo que se não houvesse o nome do Senador Roberto Saturnino, ou de um membro do PSB na chapa majoritária ficaria muito difícil o PSB participar desse entendimento e que lançaria candidatura própria. Embora o PSB tivesse pouco tempo de televisão e não tivesse muita expressão no Estado, naquele momento, seria ruim dividir a Frente de Oposição. Queríamos que o que havia acontecido a nível nacional se reproduzisse no Estado do Rio de Janeiro, uma frente com todos os partidos de oposição. Então, insisti com o Governador Leonel Brizola para que ele pudesse fazer uma revisão da sua posição e aceitar o nome do Senador Roberto Saturnino, mas ele estava muito intransigente com o seu posicionamento.

Dessa forma, após uma reunião realizada na residência do Sr. Leonel Brizola, onde participamos eu, o ex-Governador Leonel Brizola, o Senador Roberto Saturnino e o Sr. Carlos Lupi, que era quem participava mais diretamente da coordenação da campanha do Estado, visto que o Brizola estava na campanha nacional ao lado de Lula, ficou acertado que, vencidos os obstáculos, o Senador Roberto Saturnino seria o candidato, mas que o mandato seria compartilhado com o Sr. Carlos Lupi, que era quem o Brizola queria indicar como candidato ao Senado.

Eu estava presente a essa reunião e este é o testemunho que posso dar aqui. A reunião foi realizada na residência do ex-Governador Leonel Brizola, na Avenida Atlântica, no Rio de Janeiro. Posteriormente, numa reunião mais ampla, a reunião do Conselho Político, esse fato foi comunicado ao conselho político da campanha. Havia um número entre quinze e vinte pessoas que faziam parte da composição.

Vejo aqui o Deputado Federal Fernando Lopes, que também era membro desse conselho político à época, e que estava na reunião. O fato foi realmente este, houve um compromisso do Senador Roberto Saturnino de que ele ficaria quatro anos e, posteriormente, ele cederia a sua vaga no Senado para o Carlos Lupi.

É o que tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra para as perguntas que entender necessário ao nobre relator, Senador João Alberto Souza.

Comunico aos Srs. Senadores que desejarem inquirir o Sr. Antony Garotinho que as inscrições se encontram abertas.

Com a palavra o relator João Alberto Souza.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – A princípio, perguntaria ao Sr. Secretário, ex-Governador do Rio de Janeiro, Dr. Antony Garotinho, se o então Deputado Carlos Lupi era candidato a reeleição para o cargo de Deputado, na época, e se tinha densidade, ele que é um conhecedor profundo do eleitorado do Rio de Janeiro, para uma reeleição.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Apenas uma correção, o Sr. Carlos Lupi, na época, não era mais Deputado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Não era mais Deputado?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não era mais Deputado, ele seria candidato a Deputado, mas já tinha terminado o mandato dele.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sim.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Creio que ele, devido ao grau de participação que tinha dentro do PDT, que daria o candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, conforme deu... Tivemos 49,7% dos votos no primeiro turno contra o então candidato César Maia, foi uma vitória quase no primeiro turno. Acho que ele se elegeria, mas também não posso fazer aqui nenhum tipo de futurologia.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu perguntaria ao ex-Governador Anthony Garotinho se era de conhecimento público esse acordo feito entre o PDT e o PSB.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – De conhecimento público não, mas de conhecimento dos Partidos

que envolviam a base sim, porque isso foi comunicado na reunião do conselho político.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu também perguntaria a V. Ex^a ...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Havia especulações na imprensa, mas acho que não seria elegante numa campanha eleitoral tornar pública uma divisão de mandato.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Na propaganda eleitoral em nenhum momento esse assunto foi ventilado?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Eu perguntaria se V. Ex^a tinha conhecimento da carta assinada pelo Senador Roberto Saturnino em que se comprometia a renunciar após quatro anos de mandato.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não vi a carta, mas eu tinha conhecimento da existência desse documento. Inclusive quando eu soube da carta, eu perguntei-lhe se ela existia, e ele confirmou a sua existência.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Na sua defesa prévia, o Senador Roberto Saturnino alega o seguinte:

O texto subscrito pelo Sr. Leonel Brizola e dirigido ao digníssimo Sr. Presidente do Senado Federal encontra-se eivado de improbidade, a menor delas o menoscabo a regras elementares de ortografia.

Com relação à carta, S. Ex^a, adiante, afirma que – quero dar as palavras do Senador Roberto Saturnino –, “foi forçado, foi coagido a assinar essa carta”. V. Ex^a tem alguma notícia de que S. Ex^a tenha sido coagido? V. Ex^a acredita que S. Ex^a foi coagido?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador, V. Ex^a é um político e sabe que na política os entendimentos são feitos às vezes de forma muito tensa, ou seja, cada um marca a sua posição, cada um tenta, dentro de um entendimento, de uma frente, como estávamos estabelecendo, marcar a melhor posição para a sua legenda, mas coação, do ponto de vista de ser coagido, absolutamente.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Permita-me ler o texto da carta – essa é a defesa prévia do Senador Roberto Saturnino. Consta do texto:

...constrangido e coagido pelo Sr. Leonel Brizola, tive a infelicidade de subscrever. Nele afirmei que assumia aquele entendimento dentro do espírito de unidade que preside a nossa coligação.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, absolutamente. Todas as negociações foram feitas – lógico

– com as tensões normais de uma negociação para formação de frente, mas não houve coação, não presenciei nenhum ato de coação.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA)

– Ex-Governador Anthony Garotinho, V. Ex^a era Governador no primeiro quadriênio do mandato do Senador Roberto Saturnino. Evidentemente, havia uma boa convivência entre V. Ex^a e o Senador Roberto Saturnino. Durante esse período nunca se disse que S. Ex^a deixaria o mandato ou não para que o suplente assumisse?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA)

– Não. Nunca houve...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA)

– Na sua opinião, o Senador Roberto Saturnino deveria renunciar ao mandato para que o Lupi assumisse, conforme compromisso assinado?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Mesmo que não fosse assinado. O maior patrimônio do homem público é a sua palavra. Ele deu sua palavra ao ex-Governador Leonel Brizola e aos demais Partidos que compunham a Frente. Para um homem público, a palavra basta. Aqui, além da palavra, há um documento assinado. A minha opinião é que deve ser levado adiante o que está no documento. Quero deixar bem claro que não tenho nenhum tipo de relação política com o PDT já faz muito tempo, que não tenho nada pessoal com o Senador Roberto Saturnino, cujo filho, Bruno Saturnino Braga, foi Presidente, no meu Governo, da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, da Codin. V. Ex^a me faz uma pergunta de caráter pessoal, e eu digo: se eu tivesse assinado um documento me comprometendo a dividir um mandato com outra pessoa, eu cumpriria o que está estabelecido no documento.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – A mesma pergunta que fiz ao Governador Leonel Brizola farei a V. Ex^a. Qual o entendimento de V. Ex^a sobre a natureza política e ética de acordo dessa natureza?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Acho que, dentro do ambiente político, isso é normal e creio até que dispensaria qualquer tipo de documento. Acho que é normal um acordo. O mandato é de oito anos e havia uma divergência insanável. Qual era a divergência insanável? O PDT achava que, por ser um Partido mais forte no Estado, deveria indicar, além do Governador, um Senador. Mas o PSB insistia com a indicação do Senador. Então, foi feita uma composição normal num ambiente político. Seria até desnecessária a carta. Não posso fazer aqui qualquer julgamento subjetivo, mas talvez, por problemas no passado relacionados

ao Brizola e ao Saturnino, ele tenha desejado uma garantia a mais do que a simples palavra e exigido um documento. Mas considero que o entendimento político é válido.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA)

– Sr. Presidente, eram as perguntas que tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Eu indagaria do Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma, se S. Ex^a deseja fazer alguma pergunta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. Quero apenas cumprimentar o Governador Garotinho por ter atendido ao convite desta Comissão e dizer que o ex-Governador Brizola, quando aqui veio, disse que quem insistiu em oferecer a carta foi o Senador Saturnino. Disse que achou até desnecessária, mas que, por insistência... Foi a declaração dele.

Sobre o problema de ética, pergunto: um acordo desse tipo não engana o eleitor? O eleitor está votando em um candidato sem saber que ele vai ser substituído depois de quatro anos. Talvez o acordo político tenha validade. Mas, perante a sociedade, o que representaria esse acordo? Tenho que votar para fulano de tal sem saber que quatro anos depois ele vai passar para um terceiro... Com todo o respeito a V. Ex^a.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador, isso seria o mesmo, levando para o campo da ética, como, por exemplo, os eleitores votarem no José Dirceu para Deputado Federal e ele ser convocado pelo Presidente da República para uma missão, assumindo seu suplente. Seria o mesmo que considerar que alguém que fosse convocado para uma função estaria lesando...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpe. Acho o seguinte: se o Saturnino fosse convidado a ser Ministro, o seu suplente assumiria, mas ele não estaria abrindo mão de um mandato para dar para o primeiro suplente, e sim numa missão que é prevista constitucionalmente.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sim, mas acho que essa pergunta sobre ética deve ser feita ao Saturnino.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou colocando... É claro que em acordo político tem toda validade.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu vivi uma situação semelhante. Quero até aqui dizer que foi muito difícil para a população da minha cidade. No meu segundo mandato de Prefeito, conforme relatei aqui, fui eleito com um mandato de quatro anos. Quando estava com um ano e três meses, essa Frente me convocou para ser candidato a Governador. Então, tive que renunciar a praticamente três anos do meu mandato. E algumas pessoas me diziam: “Se você tivesse dito

isso na eleição, não votaria em você, porque votei em você e não no seu vice”. Bom, mas isso faz parte do processo político.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Em vez de dar o exemplo do José Dirceu, deveria dar do Meirelles.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Sem partido – AL) – Não fale nesse homem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que renunciou o mandato para ser presidente de banco.

Tenho todo o respeito pelo Senador Roberto Saturnino. S. Ex^a tem-se conduzido eticamente bem no Senado, apenas está-se apurando o comportamento diante da representação feita à Comissão de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr. Relator, Senador João Alberto Souza, Senador Romeu Tuma, Senador Corregedor do Senado, e Sr. Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Inicialmente, gostaria de, como ex-Governador, Secretário de Estado, mas morador do Rio de Janeiro, dar aqui um testemunho pessoal, pois, tendo sido e sendo colega do Senador Roberto Saturnino Braga, tenho a convicção de que S. Ex^a tem se portado muito bem, dignificando o seu mandato.

Independentemente da questão que agora estamos examinando, quero dar o meu testemunho da seriedade com que o Senador estuda as principais questões nacionais, dedicado que é, por exemplo, à Comissão de Assuntos Econômicos, economista dedicado aos assuntos, sobretudo de política econômica, V. S^a poderá, por exemplo, ver amanhã, às 10 horas, o Senador Roberto Saturnino arguindo o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. S. Ex^a sempre está presente a todas as arguições de autoridades econômicas.

Portanto, S. Ex^a vem exercendo bem o seu mandato de Senador do Estado do Rio de Janeiro e hoje participa do Partido dos Trabalhadores. Tendo S. Ex^a sido do Partido Socialista Brasileiro, por ocasião da eleição, como também V. S^a.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, eu era do PDT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. S^a era do PDT, mas entre ambos havia afinidade para apoiar o então candidato à Presidência – o hoje Presidente Lula. Hoje, V. S^a está no PMDB e o Senador no PT, e continuam a apoiar Sua Excelência.

Há divergência entre o PDT e o PT, o Presidente Lula, contudo, observamos que, nos propósitos maiores e principais, o PDT e o PT são partidos fraternos e certamente estarão muito mais juntos, ao longo da

história brasileira, como já estivemos, do que afastados. As eventuais críticas que aqui surgem, seja do Presidente Leonel Brizola, seja da bancada de Senadores, como a do Líder Jefferson Péres, do Senador Almeida Lima, têm sido feitas com o sentido democrático.

Muito embora o Senador João Alberto Souza já tenha expressado a justificativa do Senador Roberto Saturnino na sua defesa, gostaria de ler um parágrafo que considero mais significativo para que V. Ex^a possa comentá-lo. Diz S. Ex^a na sua defesa prévia:

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, todos, no Rio de Janeiro, sabem que, pouco após a posse dos eleitos, aquela coligação em torno da qual se fizeram os entendimentos se desfez. Destaque-se, por ser fundamental, os entendimentos políticos não são feitos entre coronéis, caudilhos ou chefetes. São traçados entre partidos políticos na medida e na circunstância em que esses partidos se unem por objetivos comuns. No momento, assim como ocorreu após as eleições, aquela coligação não mais existe. Hoje encontramos empenhados no sucesso do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, não nos orientamos no sentido da oposição, do boicote às iniciativas de um Governo que representa a oportunidade histórica única para o nosso povo, nem pretendemos abrir oportunidades para que outros assim procedam. Fazê-lo, isso sim, seria trair o meu compromisso político e ético com o povo fluminense e brasileiro.

Antes S. Ex^a havia afirmado:

Destacaria dois aspectos que entendo ser da maior relevância: o ponto de vista ético-político em face das imputações. O primeiro deles consta do próprio texto que, constrangido e coagido pelo Sr. Leonel Brizola, tive a infelicidade de subscrever. Nele, afirmei que assumi aquele entendimento dentro do espírito de unidade que preside a nossa coligação.

Depois, segue o comentário anterior a esse último.

Todos teremos que apreciar, avaliar o Parecer do Senador João Alberto Souza.

V. Ex^a observou, de um lado, que é importante a palavra dada, e todos que me antecederam abordaram esse aspecto.

Há aqui a circunstância de que a palavra dada, na concepção do Senador Roberto Saturnino, não foi de total, livre e espontânea vontade. Por outro lado, temos que considerar que – e isso poderia ter sido feito –, se ao longo da campanha para eleição do Senador Roberto Saturnino Braga, além de se informar quais os suplentes – é normal que se faça isso –, houvesse também o compromisso público e expresso na campanha eleitoral de divisão do mandato, ou seja, que, nos primeiros quatro anos, assumiria o Sr. Saturnino

Braga como Senador e, nos quatro anos seguintes, o Sr. Carlos Lupi. Certamente, do ponto de vista da transparência e da ética, esse compromisso seria realizado por toda a coligação e o povo do Rio de Janeiro teria aprovado tal compromisso e conferido seu voto de maneira clara. Entretanto, isso não se deu.

Como teremos que examinar essa questão à luz desses fatos, pediria a V. Ex^a que fizesse mais um breve comentário pessoal sobre essa questão, considerando toda sua experiência e vivência política, até mesmo para propor uma recomendação de como, daqui para frente, devem proceder as coligações ou partidos diante de uma situação como essa.

Aproveito a oportunidade para registrar que elaborei um projeto de lei, segundo o qual, quando da eleição do titular, cada partido ou coligação também deve inscrever o primeiro e o segundo suplente, podendo haver até – digamos – o máximo de quatro nomes. E os eleitores vão escolher quem será o primeiro e o segundo suplentes, para que ninguém chegue ao Senado senão por meio da votação direta. Então, apreciaria, já que estamos vivendo esse dilema, que também possa expressar a sua opinião relativamente aos suplentes de Senadores e se V. Ex^a tem alguma sugestão para que suplentes que aqui chegarem também sejam resultantes da vontade direta do eleitor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Na verdade, requeiro a V. Ex^a o indeferimento da pergunta, porque não tem nada que ver com a matéria em discussão a sugestão de um caso de lei ferenda, de lei a ser feita, ou qual a sugestão que o ex-governador pode dar para uma possível futura proposta de emenda à Constituição. Tal pergunta é impertinente, Sr. Presidente, pois não diz respeito à questão analisada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Como não diz respeito?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Senador Almeida Lima, como aqui é um tribunal...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Almeida Lima está querendo censurar a palavra livre de um Senador que quer saber a opinião de um dos políticos de maior relevância no País.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Vou decidir, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para prestar um esclarecimento. O que faço é um requerimento – pertinente – de indeferimento da pergunta. Se o Senador entende

como uma censura ao direito de S. Ex^a perguntar é um equívoco, mas é realmente censura ao mérito da pergunta, não tenha dúvida. Até pela minha formação de advogado e a de V. Ex^a, sabemos que fazer um questionamento, uma pergunta que não tem correlação com o fato que se está a investigar é impertinente.

Além de Senador, V. Ex^a é um procurador de justiça, um promotor público e sabe muito bem disso. É o requerimento que formulo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Senador Almeida Lima, se estivéssemos tratando apenas juridicamente da questão, eu daria ampla razão a V. Ex^a, mas estamos vivendo aqui num ambiente de cordialidade.

Deferirei a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, mas deixando ao alvedrio do Sr. Anthony Garotinho se a responderá ou não.

Defiro a palavra ao Sr. Anthony Garotinho.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador, antes de responder às três questões mencionadas por V. Ex^a, eu gostaria de fazer aqui uma observação do respeito que tenho por V. Ex^a, da admiração que já manifestei diversas vezes por V. Ex^a, pelo trabalho, pela seriedade, pela coerência na vida pública.

V. Ex^a mencionou três questões. A primeira questão é se houve realmente constrangimento. Reafirmo: não presenciei nenhum ato de constrangimento. Todas as tratativas foram feitas num ambiente político que todos aqui sabem existir. Às vezes, nas convenções, com ânimos acirrados, acordos são feitos. Esse é um ponto mencionado por V. Ex^a. Não presenciei, com toda a sinceridade, não vi em momento algum, a não ser uma disputa legítima para que alguém fosse indicado Senador. Essa é a primeira pergunta feita por V. Ex^a.

A segunda questão é que V. Ex^a me pede uma sugestão. O ambiente político brasileiro realmente requer uma reforma política ampla, que não apenas passe pela indicação do nome do suplente, mas também e muito mais pela fidelidade partidária, pela democracia interna dos partidos. Eu mesmo fui obrigado a deixar o PSB, contra a minha vontade, porque o partido, alegando fazer um recadastramento eleitoral, recadastrou todos os filiados do partido menos eu, no País inteiro. Falta, portanto, democracia interna nos partidos. Deve ainda haver o financiamento público de campanha, para acabar com essa história nebulosa que existe hoje no Brasil dos recursos de campanha.

Creio que respondo à segunda pergunta de V. Ex^a, fazendo esta observação: o Brasil necessita de uma reforma política ampla.

A terceira pergunta de V. Ex^a é a respeito do eleitor, no sentido de que ele seja previamente informado de tudo. Devolvo a pergunta que V. Ex^a me faz

com uma pergunta a V. Ex^a: Se o eleitor previamente soubesse que o Lula iria indicar o Henrique Meirelles para Presidente do Banco Central, ele teria votado no Lula? Isso também tem de ser levado em consideração. Se o eleitor soubesse com antecedência que o Lula iria manter a política econômica do Fernando Henrique Cardoso – V. Ex^a sempre condenou, aliás, eu também, com muita veemência – ele teria votado no Lula? (Pausa.)

Então, fazendo uma analogia, o eleitor também não sabia que o Senador Saturnino iria renunciar, conforme V. Ex^a colocou, e o eleitor poderia se sentir um pouco traído, se o Saturnino renunciasse. Mas também o eleitor não se sente traído, quando um candidato promete algo em uma campanha e, depois, faz outra completamente diferente, seja ele um Senador, um Deputado Federal ou o Presidente da República? Sei que esse não é o caso e que estamos desviando até um pouco a atenção da questão central, mas, como a sua pergunta foi ampla, também dei uma resposta ampla. Não cumprir com a palavra não significa somente não assinar ou não cumprir um documento que está assinado; significa negar a sua história. Temos assistido recentemente a uma espécie de negação da história que V. Ex^a sempre defendeu com tanto brilhantismo, o que me fez tornar um seu admirador profundo. Já manifestei isso não somente aqui, mas em outras oportunidades em que estivemos juntos no Rio de Janeiro. Mas V. Ex^a sabe que, muitas vezes, o passado político é apagado em um simples instante, como estamos assistindo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao nobre Senador Sérgio Guerra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Como ele formulou uma pergunta, posso respondê-la?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – No caso, indefiro a pergunta, porque V. Ex^a não está aqui para responder perguntas. Fica indeferida, então, a pergunta. Mas, em homenagem a V. Ex^a, vou abrir também essa exceção.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Governador Anthony Garotinho, V. Ex^a é brilhante e inteligente, mas gostaria de convidá-lo a participar, amanhã de manhã, às 10 horas, da Comissão de Assuntos Econômicos, porque, muito provavelmente, o Presidente Henrique Meirelles, ao estar respondendo às nossas indagações, quem sabe, possa mostrar a maneira que irá garantir, daqui para frente, não apenas o alcance do objetivo da estabilidade da moeda, mas, também, do maior crescimento da economia, das oportunidades de emprego, da melhoria da distribuição da renda, justificando inteiramente a escolha

que o Presidente Lula fez da sua pessoa para estar na presidência do Banco Central.

Sr. Presidente, tenho um compromisso, como Presidente da Comissão das Relações Exteriores, com o Embaixador da China, para o qual estou atrasado, por isso, preciso sair.

Muito obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Peço a palavra apenas para dizer ao meu nobre Senador Eduardo Suplicy que não estou julgando a capacidade ou a incapacidade do Sr. Henrique Meirelles. Estou apenas fazendo uma pergunta. Se o Lula tivesse dito, na campanha, portanto, no momento da escolha do eleitor, “Olha, o meu presidente do Banco Central será o ex-presidente do Banco de Boston, o Sr. Henrique Meirelles, V. Ex^a acredita que ele teria os votos que teve?”

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Defiro a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, apesar do caráter construtivo dessa discussão, aberta pelo Senador Eduardo Suplicy, sobre a conduta do presidente do BC, Henrique Meirelles, que amanhã avisará que os bancos continuarão a ganhar muito dinheiro no Brasil e que S. Ex^a vai cumprir as suas promessas, de muitos anos, de manter privilégios que conhecemos, a natureza deles, não é isso que nos interessa agora.

Registro, inicialmente, que tenho muita admiração pelo Governador Garotinho. Também fui do PSB, muitos anos, acompanho a vida pública de V. S^a e considero-o uma grande vocação da política brasileira.

Quanto a essa questão que examinávamos, creio que ela tem três componentes. Primeiro componente: o Senador Roberto Saturnino, como Senador. Conheço-o há um ano, aqui, como Senador, e S. Ex^a é impecável: um bom Senador, aplicado, responsável, articulado. Não há o que reclamar. Todo julgamento é positivo em relação à sua conduta.

Os outros dois componentes. Primeiro, a questão do acordo. A mim incomoda um acordo pelo qual alguém acerta que cumprirá metade do mandato e que a outra metade não será cumprida. Não se trata de fazer uma promessa e não cumprir depois, mas de não cumprir a própria natureza do processo eleitoral, que é a eleição de um candidato para promover o desempenho do seu mandato.

A população votou, seguramente, em S. Ex^a para Senador. Não sei se votou no Suplente, para que ele desenvolvesse os outros quatro anos de Senado. A população não foi... Não é um compromisso do tipo: “eu defendo uma política econômica e vou fazer outra”. É algo mais concreto: “Eu vou ser candidato a Senador,

mas vou ser Senador de mentirinha. Vou ser quatro anos Senador; nos outros quatro, não vou ser”.

A população não foi informada desse compromisso. Se isso saiu em um jornal, ou em outro, duvido que tenha sido uma questão de massa, ou seja, que a população, o eleitor tenha sido efetivamente informado de que estava votando em um Senador para os primeiros quatro anos e em um outro Senador para os outros quatro anos. Não me parece correto.

Quanto ao fato de não cumprir a palavra empenhada, não há o que discutir, com documento ou sem documento. Alegar constrangimentos? Dizer que foi constrangido? Melhor seria não alegar nada. “Não cumpri, porque não pude cumprir”, ou “porque não desejei cumprir”, ou “porque achei que não deveria cumprir”. Mas falar que “não cumpri, porque alguém estabeleceu uma situação em que fui obrigado, constrangido a assinar um documento”, sinceramente, não é uma boa resposta ou explicação.

Não vejo extrema gravidade nisso tudo, com toda sincera e tranqüila isenção que posso ter. No entanto, essas duas atitudes – primeiro, a de ser candidato com compromisso secreto, porque o povo não soube, quando votou, de que o mandato não era de oito anos, mas de quatro; e segundo, a atividade de afirmar um compromisso dessa natureza e não cumprir – são dois procedimentos que merecem reparos. Qual o reparo e qual a atitude a ser tomada, eu não me aventuraria a sugerir. Espero o relatório do relator, que é equilibrado, experiente, sensato e respeitado por todos nós.

Penso que não há muito para discutir nessa matéria. Ela é tão óbvia! No entanto, exige de todos nós o mínimo de tranqüilidade e de isenção. Não sou alguém que gosta de punir ninguém, de responsabilizar pessoas, estar julgando os outros. Estou acidentalmente nesse chamado Conselho de Ética, mas rigorosamente não tenho dúvida de que não se trata apenas de uma promessa não cumprida. Não é como o caso do Presidente Lula, que disse que iria fazer uma política e fez outra. Trata-se de alguém que pediu ao povo para se eleger Senador, e não estava sendo sincero, porque pediu para se eleger Senador por quatro anos, não por oito.

Depois, como V. S^a afirmou, não há o que polemizar sobre uma promessa de um homem público, em uma questão pública, que depois não é cumprida.

No mais, quero, como sempre, dizer que a palavra de V. S^a tem a sobriedade, a inteligência e a perspicácia, qualidades que todos reconhecemos no ex-Governador da Guanabara e homem público que ouvimos hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – V. S^a deseja fazer algum comentário?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador Sérgio Guerra, eu queria dizer o seguinte: entendo o inconformismo do ex-Governador Leonel Brizola, porque

realmente S. S^a não queria que o Senador Roberto Saturnino fosse o candidato, mas S. Ex^a foi o candidato. Talvez por isso e por coisas passadas nas relações dos dois ele tenha exigido esse documento por escrito, talvez prevendo essa situação de hoje. O ex-Governador Leonel Brizola é um homem muito experiente, conseguiu ser Governador três vezes, de dois Estados diferentes. É um político brilhante. Embora não seja mais do seu partido, é uma pessoa pela qual temos um respeito muito grande.

As palavras do ex-Governador Leonel Brizola, na época, na reunião, foram as seguintes: “O Saturnino não tem voto para ser Senador. Ele será eleito com os votos que serão dados pelo trabalho político que nós faremos”. E disse que S. Ex^a havia acabado de perder uma eleição para vereador, com 10 mil votos, na cidade do Rio de Janeiro. S. Ex^a teve uma votação para Senador – se não me recordo – de mais de um 1,5 milhão ou 2 milhões de votos. Não me recordo aqui exatamente qual foi.

Mais um detalhe: dois anos depois, aconteceu a eleição para prefeito e para vereador da cidade do Rio de Janeiro. O Senador Saturnino Braga lançou o seu filho, Bruno Saturnino, candidato a vereador. E ele teve apenas 2 mil votos. Portanto, compreendo o inconformismo. Não estou julgando o mérito da questão; não cabe a mim aqui nenhum tipo de julgamento. Não sou parte envolvida no assunto; não tenho preferência por A nem por B. Não estou dizendo que o Senador deve ser cassado ou preservado. Não é isso. Estou apenas relatando os fatos de que tenho conhecimento. E é minha obrigação chegar aqui e falar a verdade, conforme o que presenciei.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – De-firo a palavra ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, Sr. Relator, Sr. Corregedor – quero cumprimentar o ex-Governador Garotinho, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, meu amigo particular –, Srs. Senadores, algumas considerações que iria fazer já foram feitas muito brilhantemente pelo Senador Sérgio Guerra e também pelo Senador Eduardo Suplicy, quando se refere ao brilhantismo no exercício do mandato do Senador Roberto Saturnino, que é inquestionável, não resta dúvida. Mas acho que não estamos aqui para discutir isso.

Sr. Presidente, entendo que o nosso convidado não tem que responder questões éticas. Sobre isso, quem fez o acordo é que tem que responder. Ele diz que havia um Conselho de partidos que formaram uma frente de oposição e que essa decisão foi tomada em frente a 15 ou 20 pessoas. Pode-se constranger, por exemplo, um filho de três ou quatro anos, ou um adolescente. Um adulto pode ser constrangido com uma arma na cabeça. Mas, fora isso, não há constrangimento.

Minha mãe, Dona Dadá, analfabeta profissional, do alto da sua inteligência, dizia que o que é combi-

nado não é caro. Nesse caso, independe de assinar ou não.

Vamos ter que entender da maneira que quisermos. Com todo o respeito, seria ingenuidade de Senadores da República Brasileira engolir um argumento desses, de constrangimento, de um homem com mais de 50 anos de idade. Aliás, para ser Senador é necessário ter mais de 35 anos de idade.

Faço uma sugestão diante do impasse posto. Entendi bem a intenção do Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a é muito bem-intencionado, cordato, quando faz perguntas sobre as propostas que tem o ex-Governador. Mas não se trata disso aqui. Ora, é só lembrar quais foram os Partidos que participaram disso e convidar os seus representantes e a Comissão, para virem no mesmo dia. Assim, eles poderão dizer se impuseram constrangimentos – e com a presença do Senador. Essa é uma questão.

A segunda questão é porque há um papel assinado. Nesse ponto, discordo do Senador Sérgio Guerra. É verdade tudo o que S. Ex^a colocou. Tudo que é escondido e que menino e mulher não podem ouvir não pode ser coisa boa.

Isso não foi tornado claro à população brasileira; veio à luz e à tona depois do exercício do mandato. A imprensa sabe disso e está tudo aqui. Há um papel assinado. E apenas dessa forma essa dúvida será desfeita e o problema resolvido, Sr. Presidente.

Concordo que a população votou num candidato a Senador e não num segundo candidato para exercer mandato repartido, pois ela não foi informada disso. No entanto, isso não apaga o que foi acordado entre homens. Aliás, trata-se de uma questão para ser discutida com mais profundidade, porque um mandato não é para ser dividido. O Regimento desta Casa diz que o Senador pode se licenciar por doença ou para tratar de assuntos pessoais. Só por isso. O Senador não pode licenciar-se para chamar o seu suplente e fazer campanha eleitoral. Ninguém pode fazer isso. Como, também, não se pode fazer a combinação de divisão de mandato. Temos de nos aprofundar, a partir daqui, para fazer uma proposição legislativa para adiante.

O fato é que o Partido, o PDT, está cobrando uma fatura de direito. Se o Regimento Interno diz que está certo ou não; se a população foi avisada ou não, partes acordaram. Em havendo acordo de partes, o que é combinado não é caro. Então, creio que a tese não é forte. Se trabalharmos com a tese de que o mandato é excelente – e o é de fato, ninguém desconhece o trabalho do Senador Roberto Saturnino nesta Casa –, esta Comissão entenderá que S. Ex^a deve continuar o seu mandato até final. Mas, certamente, ao combinar e não cumprir, levará essa marca no rosto para o resto da vida.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Romeu Tuma, prezado amigo

Anthony Garotinho, na verdade, vejo uma questão eleitoral objetiva o fato de o Senador Saturnino Braga ter sido eleito num esquema de composição envolvendo alianças com V. Ex^a e com o Governador Leonel Brizola. Uma plêiade de homens públicos de peso no Estado do Rio de Janeiro, o suporte que funciona como efeito psicológico e, até mesmo, para garantir tempo de televisão. O suporte de diversos Partidos a lhe dar respaldo com militância na rua e tempo – repito – de televisão e de rádio elegeu S. Ex^a Senador da República. Na eleição anterior, havia perdido para vereador. Em eleição posterior, seu filho – e V. Ex^a acaba de lembrar bem – não se elegeu vereador. Esse é um dado que demonstra que o Senador Saturnino certamente precisou de apoio, de alianças de arrimos para completar os votos que o fariam Senador da República. Pelas suas próprias pernas, o jogo estatístico mostra que não chegaria ao Senado.

Outro dado que me chama a atenção, Sr. Governador, é o fato de o Senador alegar, na sua defesa prévia, que foi coagido a assinar documentos. O Senador Magno Malta, com a perspicácia que o caracteriza, a meu ver, desmonta esse raciocínio. Fico a imaginar: coagido por quem? Em que circunstância? Teria alguém chegado com um revólver e dito: “O senhor, agora, é obrigado a ser Senador da República”. Esta Casa não é tão paradisíaca assim, mas o Senador Nelson Carneiro falava que o Senado era melhor que o céu, porque não precisava morrer. Esse céu deveria existir anteriormente, porque hoje há um trabalho muito duro, muito árduo, com muito sacrifício e muita luta. De qualquer maneira, é um posto honroso na vida pública que engrandece a todos nós Senadores, como sei que V. Ex^a tem orgulho de ter sido Governador do Rio de Janeiro tão jovem e até candidato à Presidência da República.

Pergunto: Coagir como? Por acaso disseram: “O senhor será obrigado a ser Senador da República. Se não aceitar, morrerá”. Penso que não foi isso que ocorreu. Pergunto se não caberia uma resposta singela, como: “Não. Com coação, eu não sou candidato a nada. Recolho-me à vida particular. Com coação, saio desse esquema, porque não sou obrigado a ser Senador. Não sou obrigado a fazer algo que me violenta para ser Senador da República. Não quero ser Senador da República, se o preço é a coação”.

Senador Romeu Tuma, parece-me que, nesse ponto, há fragilidade na defesa do Senador Roberto Saturnino.

Da mesma maneira, conhecemos os termos da carta que foi lida quando esteve aqui o Governador Leonel Brizola. Os termos da carta referem-se ao admirável candidato, ao admirável companheiro Carlos Lupi. Cheguei a fazer um comentário semelhante e refleti sobre o assunto. Se alguém me coage e diz: “O senhor tem de ir ao caixa bancário comigo”. Eu não direi que o admirável bandido, o admirável seqüestrador, me levou ao caixa bancário. Enfim, não consigo me ver

vítima dessa síndrome de Estocolmo. Eu até poderia ceder à ameaça: “Aperte esse ponto, senão o senhor morrerá”. Eu apertaria o botão para não morrer, mas não o faria sorrindo. Estaria com raiva do bandido. Se ele guardasse o revólver, creio que faria uma bobagem com ele. Não estou disposto a chegar à minha casa orgulhoso, dizendo à minha mulher e aos meus filhos: “Hoje me obrigaram a ir ao caixa eletrônico. Era um bandido admirável. Um rapaz simpático”.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Senador Arthur Virgílio, desculpe-me interrompê-lo. V. Ex^a acredita que o Senador Roberto Saturnino, ao fazer essa afirmação, está mentindo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador João Alberto Souza, é duro dizer que o Senador Roberto Saturnino está mentindo. Apenas creio que S. Ex^a não expressou a realidade... Não, não quero ser eufemístico. Talvez S. Ex^a tenha confundido com coação algo que, no fundo,...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Isso é muito grave, Senador!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Primeiramente, S. Ex^a escreveu uma carta e assumiu um compromisso, que não cumpriu. Posteriormente, em razão dessa carta, S. Ex^a diz que foi coagido. Parece que V. Ex^as estão tendo uma interpretação generalizada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A interpretação de que não foi isso.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Se não é verdade, é uma mentira. Não se pode dizer que um Senador está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Pode ser erro de datilografia: em vez de “admirável”, seria “abominável”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente. A palavra terminava com “vel”.

Senador João Alberto Souza, insisto que o Senador Roberto Saturnino talvez tenha qualquer problema psicológico: seja por demais coagível. Talvez seja uma pessoa que, a qualquer por dá cá aquela palha, se sinta coagida.

Eu não queria dizer que S. Ex^a mentiu. Quero acreditar que S. Ex^a expressou o seu ângulo da verdade, de maneira a não me convencer de que isso estava em conformidade com a melhor ética, com o melhor comportamento político. Não estou sequer questionando se era mais justo, se era melhor existir ou não esse tipo de acordo. Concordo novamente com o Senador Magno Malta. O Senador Roberto Saturnino fez o acordo, sem o qual não se elegeria. Prometeu que dividiria o

mandato – e aí houve essa coisa meio chocante da carta. Isso tudo não engrandece esta Casa. Depois, na hora de cumprir o acordo, na virada do tempo, S. Ex^a diz que não é bem isso, que foi coagido, que o acordo não foi para valer.

Tenho uma PEC, que foi arquivada na Câmara e que estou reativando agora no Senado da República, transformando o suplente e o Vice-Presidente da República em substitutos, e não mais em sucessores. Ou seja, em caso de falecimento, **impeachment**, renúncia, cassação, o que for, do Presidente e do Senador, assume temporariamente o vice e nova eleição é convocada, a menos que falem menos de 15 meses para a conclusão do mandato, até por razões operacionais. Com isso, tenho a impressão de que as Assembléias seriam obrigadas a fazer a correlação com a Constituição Federal – aconteceria a mesma coisa em relação aos Vice-Governadores, aos Vice-Prefeitos e às Câmaras Municipais – e desapareceria o voto numa pessoa que é muito forte, carismática, assumindo, posteriormente, outra que não tem sequer intimidade com aquele eleitorado, com aquela comunidade.

Então, Senador João Alberto, prefiro não ser tão drástico. Sinto-me constrangido com esta história de estarmos aqui averiguando um fato que sequer casa com o perfil do Senador Roberto Saturnino, que sempre foi visto como um homem de bem, um homem honrado, que teve uma gestão que não pode ser considerada feliz no Rio de Janeiro. Segundo Millôr Fernandes, a gestão infeliz de Roberto Saturnino no Rio de Janeiro, como parece que foi, teria desmoralizado a honradez por não ter sido competente.

Prefiro não dizer que S. Ex^a mentiu. Sem emitir todo este juízo de valor, lendo os Anais, digo que não me convenço. Se o Senador dissesse qualquer coisa, que o acordo não foi válido, eu diria que S. Ex^a não cumpre acordo. Se dissesse que iria passar o cargo como comprometeu, mas que seu suplente se revelou, posteriormente, um homem indigno por tais e tais fatos e documentasse, mostrando a indignidade dele, talvez isso convencesse mais. Mas a peça é baseada na figura da coação. Fiquei-me perguntando quem o coagiu. O Sr. Leonel Brizola? V. Ex^a? Quem o coagiu? Pessoas de talho democrático? Não se tratava de nenhum menor de idade. Não se tratava de alguém cuja mãe tivesse de levar à escola, senão não chegaria ao destino. Então, estou acompanhando isso com a atenção que merecem o Presidente da Comissão, o Relator João Alberto, cada um dos meus Pares. É um imenso prazer passar aqui lhe para dar um abraço.

Reitero a minha estranheza, até porque temos um fato. Aqui na Comissão de Ética, sempre foi conhecida a atuação do Senador Roberto Saturnino: vigorosa, feroz, implacável. Ou seja, o que para alguns se afigurava como um deslize, para S. Ex^a era delito grave; o que para outros tantos se afigurava como falta não tão grave a ponto de merecer penas máximas, para S. Ex^a era algo que lhe tocava a sensibilidade de va-

rão de Plutarco; tocava-lhe aquele horror cívico; a sua saúde cívica se mostrava inquieta. Supomos que uma pessoa que age esse vigor esteja com a vida bastante aberta, à disposição de todos e de qualquer questionamento. Todavia, deparamo-nos com um episódio em que o suplente contesta a legitimidade dos quatro anos restantes porque teria um documento registrado em cartório e tudo o mais.

Outro dia um Senador colega nosso, o Ministro Amir Lando, figura admirável, pela qual temos o maior carinho, disse-nos que não se escolhe suplente e disse mais alguma coisa. Mas podemos escolher o suplente. Eu, por exemplo, escolhi meu suplente, sim, a dedo. Fulano não serve; Beltrano serve. Esse aqui não quero. Vou perder a eleição, mas com esse aqui eu não vou. Já concluo. Com esse aqui eu não vou. Com esse aqui, se ganhar, ganhei, mas não quero ganhar com esse aqui.

Escolhemos e não podemos deixar de escolher com cuidado a nossa mulher, os suplentes, os amigos e acho que temos que escolher até os inimigos. Tem gente que não serve para ser inimigo nosso e não temos que dar confiança para certas pessoas e tem gente que – trocamos a palavra inimigo por adversário – temos orgulho por ser nosso adversário. Dizemos: “esse adversário engrandece a minha luta, esse adversário faz eu me esmerar para enfrentá-lo”. Passamos a ter respeito por aquele adversário valoroso, mas para outros dizemos: “olha, a pessoa não está com comportamento para ser adversário”.

Ou seja, vejo que esta peça é frágil, ouvi muito bem a explicação de V. Ex.^a, Sr. Governador, mas vejo a peça como frágil. Se a defesa fosse passada para o advogado mais talentoso do mundo – encerro mesmo, Sr. Presidente – aquela história do advogado de Nova Iorque diz assim: “Fulano, matei a minha mulher”. O outro diz: “Procure o Dr. Fulano, que é o melhor advogado daqui, é meu amigo, diga que falou em meu nome”. Ele ligou e disse: “Sou amigo do John”. “Ah, amigo do John é meu amigo”. “Doutor, preciso falar com o senhor agora”. “Mas, agora, quatro da manhã”. “Sim, é urgente, matei a minha mulher”. Ele disse: “Bom, já que sou amigo do John também, vou aceitar ser seu advogado e vamos corrigir: dizem que o senhor matou a sua mulher”. Se ele entregasse para esse advogado essa peça, ele não contornaria, se a linha de defesa fosse, Senador Demóstenes Torres, a da coação, nem esse advogado conseguiria dar densidade a uma peça que está, a meu ver, frágil, leve, pequena na medida em que não é crível que se coaja um homem que tem tantos títulos, que tem tanto preparo, que foi Prefeito de uma megacidade como o Rio de Janeiro, já havia sido Senador com uma brilhante atuação na época do combate ao regime de força. Em outras palavras, isso empaca em mim. Não vejo que seja um delito tão mortal. Tenho pelo Senador apreço, mas esta peça aqui não me convence. Sr. Governador, é um prazer recebê-lo

aqui e muito obrigado por tudo. Essa é a opinião que eu gostaria de expender e o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Corregedor, ex-Governador Anthony Garotinho, se o nosso sistema eleitoral não presta, se tem defeitos, se não atende à realidade brasileira e entendo que não serve, que não atende, que chega até a não prestar, isso é uma coisa; mas esse é o sistema eleitoral vigente, e vigente por força do nosso direito positivo, da norma escrita, votada, sancionada, publicada e que deve ser observada por todos. Em nosso sistema eleitoral imprestável está dito que o voto dado ao Senador da República entende-se como também sendo dado ao primeiro e ao segundo suplente. Se isso é uma ficção, bom, é outra coisa, mas que a norma jurídica é essa, é.

O voto dado ao Presidente da República entende-se também que foi dado ao Vice-Presidente da República. Idem para o Governador e Vice e idem para o Prefeito e seu Vice. Se isso presta ou não presta, é outra estória. Acho que não presta e, até mesmo por entender que não presta, compete a todos nós propor as mudanças. Quero dizer que tramita nesta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Proposta de Emenda à Constituição por mim oferecida a esta Casa, com a assinatura de inúmeros dos senhores, a fim de garantir o número legal para a tramitação, em que proponha extinguir a figura do primeiro e do segundo suplente de Senador. E, como alternativa, sugiro que o primeiro suplente seja aquele mais votado entre os não eleitos. Essa é minha proposta. Porque o cidadão obteve voto diretamente nominal, embora a legislação eleitoral também exija que, durante a campanha, seja divulgada em toda propaganda eleitoral os nomes do primeiro e do segundo suplente. Se alguém votou no número 123 – que foi o meu número, o número 12 é PDT, entendi que o terceiro número seria o três para dar seqüência – votou em Almeida Lima. Mas votou também em meus dois suplentes, que eu escolhi, assim como o Senador Arthur Virgílio escolheu os dele. Escolhi um sindicalista da área empresarial para primeiro suplente, e outro sindicalista da área trabalhista para segundo suplente. Essa é a legislação. Mas podemos discordar. E observem que vice tem valor. Sabem por quê? Eu me recordo que durante a penúltima campanha eleitoral para Presidente da República não foi o candidato Luiz Inácio Lula da Silva que trocou de vice-presidente. E por que ele não continuou com aquele vice-presidente, que era o José Paulo Bisol, como candidato? É porque também se vota em vice. É porque também se vota em suplente. É um equívoco dizer o contrário.

Eu gostaria de dar essa explicação para não se pensar que o tema trazido pelo Senador Eduardo Suplicy não tem importância. Ao contrário. Trata-se de um tema importante. Mas, pela minha formação legalista, tenho certeza de que o nobre Senador Romeu Tuma,

dirigindo um inquérito policial, se juiz fosse, também não permitiria esse tipo de pergunta. E a legalidade impõe isso. Mas depois concordei com o deferimento do Presidente Demóstenes Torres, sobretudo pela justificativa que ofereceu. Não, vamos ser mais amplos. Não custa ouvir e debater a questão. Foi até bom, porque o Senador Eduardo Suplicy poderia não ter ouvido a resposta que o ex-Governador Anthony Garotinho deu. Levantei aquela questão, acredito, pela minha formação legalista, pela minha formação na área do trabalho, como advogado militante que fui durante muito tempo. E aquilo me surpreendeu: “Não estamos tratando dessa questão, essa aí é outra questão”.

Mas gostaria de dizer, fazendo justiça ao Senador Eduardo Suplicy, que não se encontra presente, que a matéria é de tamanha importância que me decidi a elaborar uma proposta de emenda à Constituição. Aproveito a oportunidade para dizer também que as declarações prestadas pelo ex-Governador Anthony Garotinho vêm exatamente corroborar o que foi dito na representação, nos depoimentos do Sr. Carlos Lupi e de nosso Líder Leonel Brizola. Mas ela, Sr. Presidente, estabelece não apenas as declarações do ex-Governador Anthony Garotinho, mas as dele, no dia de hoje, e as outras duas a que me referi estabelecem uma contradição; não entre si, mas nas declarações dos três em relação à defesa do nosso nobre e ilustre Senador Roberto Saturnino Braga, que aprendi a admirar, Senador Arthur Virgílio, ainda integrante da ala jovem do MDB, quando visitando o Congresso Nacional, nos idos de 1976... Ele, salvo engano, o Deputado Federal ao lado de Lisâneas Maciel, um homem que reputo da maior credibilidade, força para lutar contra o regime ditatorial. Naquele instante aprendi a admirar Roberto Saturnino Braga – S. Ex^a não sabe disso –, pelas suas teses, sobretudo na área econômica. Mas, como eu disse e volto a afirmar: há uma contradição, e essa contradição, V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, sabe perfeitamente que só pode tirar a limpo – sobretudo pela formação jurídica de V. Ex^a e pela prática, pelo labor diário que mantinha com as leis – com acareação, que requeri exatamente na sessão anterior e que neste instante venho renovar. Aliás, dito há poucos instantes aqui, salvo engano, pelo Senador Arthur Virgílio. Precisa colocar tudo aí, frente a frente. Acareação, cara a cara.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Vamos apreciá-lo no momento oportuno.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Pois é. Ou seja, acareação, cara a cara, um olhando para a fisionomia do outro, remontando, trazendo aqui para este plenário aquela reunião da qual não participei, mas que consubstanciou o acordo realizado. Então, aqueles senhores retornarão e aqui, cara a cara – daí a acareação –, poderemos tirar as dúvidas diante da contradição que se estabelece entre essas três declarações; não entre si, mas em conjunto, e a defesa do nobre e ilus-

tre Senador Roberto Saturnino Braga, que aprendi a admirar desde 1976, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – V. Ex^a deseja fazer algum comentário?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, apenas reforçando aqui o que já foi dito pela maioria dos oradores, não estamos fazendo o julgamento do Senador Saturnino Braga no seu mandato. Ninguém está julgando aqui o mandato de Senador do Sr. Saturnino Braga. O que está se julgando é um fato. Muitas vezes pessoas de bem, pessoas com uma reputação moral da maior estatura também erram. Mas, no caso em tese, há um documento assinado por ele. Não está se julgando a figura, está se julgando o fato. Eu não disse nenhuma palavra aqui contra o Sr. Saturnino Braga. Falei no meu depoimento algo que vi, quando ele realmente assumiu o compromisso de dividir o mandato com o Deputado Carlos Lupi. Não precisava nem colocar em papel. Isso foi dito. Mas, digo, pelos antepassados de disputas eleitorais em que outros compromissos foram assumidos e não foram cumpridos, o então Presidente da época do PDT, meu Partido, Leonel Brizola, exigiu que fosse feito um documento e o Saturnino assinou por livre e espontânea vontade. S. Ex^a podia, como bem disse o Senador Magno Malta, dizer: eu não sou obrigado a ser senador, não vou assinar.

Era só isso que queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – De-firo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, nobre Relator, Senador João Alberto, nosso Corregedor, Senador Romeu Tuma, nosso convidado, ex-governador e Secretário de Estado, Anthony Garotinho, Srs. Senadores, fiz questão de me inscrever, e, olhando atentamente, desde o momento em que esse assunto chegou a esta Casa, eu queria me ater ao fato e levantar também as minhas preocupações.

Primeiro dizer da minha admiração por V. Ex^a quando trata do Direito, porque cada vez que se reporta a este assunto é um motivo de muito aprendizado para mim. E este assunto me faz racionar da seguinte forma: se houve um fato, e o Senador Roberto Saturnino o transcreve em papel, é porque ele ocorreu. Se houvesse ficado em palavras duvidaria de que o fato ocorrera. Mas no momento em que está escrito em um papel é porque realmente ocorreu. Sendo assim, Sr. Presidente, não posso admitir que o Senador Saturnino, num dia, na frente de seu espelho, teria escrito nesse papel para S. Ex^a mesmo. Certamente S. Ex^a escreveu para alguém. Quem foi esse alguém?

Quando o Senador escreve nesses documentos que foi coagido, essa palavra pode ter muitos entendimentos,

os diversos já falados aqui, e deve haver outros, talvez a razão que queria demonstrar não tenha expressado. Mas vamos dizer que não seja coação. Pressão? Condição? Qual foi a outra?

Eu queria reportar ainda que todos nós que chegamos a esta Casa vimos até aqui por meio de um processo eleitoral, o qual é precedido por um amplo debate de alianças políticas, creio que todos os partidos que vêm aqui têm essa prática. Porque o período de bipartidarismo já passou. Então cabe aliança sim em todos os momentos. Aliás, desde de 1982, essa prática é normal em todas as eleições. Se há um debate de alianças políticas, a forma da escolha de candidatos se dá nos ambientes de trabalho. Há partidos que têm uma forma, alguns que têm outra e assim por diante, mas o espaço e a forma de cada partido para constituição das suas alianças e de suas candidaturas, respeito-as todas. Como respeito todas, vamos dizer que houve um deslize na construção da aliança naquele momento no Estado do Rio de Janeiro.

O ex-governador, Leonel Brizola, quero acreditar, não foi ele o interlocutor da conversa do Senador Saturnino para a assinatura de um papel, porque se assim fosse iria imaginar que, nesta Casa, estariam dois a serem analisados, e não seria ambiente para isso, mas iria dizer que o ex-governador Leonel Brizola poderia estar conivente com o fato. Quero acreditar que não foi S. S^a e dessa forma não tinha nem conhecimento, certamente tomou conhecimento **a posteriori** e por isso só agora que veio a esta Casa cobrar uma iniciativa deste Conselho.

Quero também acreditar que jamais o ex-governador e Secretário Anthony Garotinho participou dessa interlocução, tanto que está aqui hoje prestando um rico e esclarecedor depoimento para esta Casa. A minha pergunta é com quem foi essa conversa, em que nível se deu e em qual ambiente? Mas quero dizer que estou ciente de que, seja qual for a pessoa, o ambiente era de formação de uma aliança e uma chapa vencedora. Se foi para dizer que S. Ex^a tinha ou não votos, não me interessa, se foi para dizer que S. Ex^a estava no início, meio ou fim de carreira política, não me interessa. O que interessa é o fato de que havia partidos políticos no Rio de Janeiro naquele momento, discutindo uma estratégia para a formação de uma aliança para ser vitoriosa naquele momento, e exatamente aí talvez tenha havido um excesso de, digamos assim, de zelo para que a aliança fosse formatada, o qual, neste ambiente, possa ter sido entendido da forma a que estamos nos reportando.

Se foi isso o que aconteceu – quero acreditar que sim –, dado o comportamento das pessoas antes e depois desses fatos, sou levado a crer que este Conselho

de Ética já tem um resultado sobre esta matéria, ou seja, houve um excesso. E deve haver um alerta para que excessos desse tipo não voltem a ocorrer em ambiente algum.

Daí para frente, também julgar onde cabem os projetos... Sou Suplente, cheguei à Casa na forma de suplência. Estou dizendo isso porque esse foi o ambiente que me trouxe ao Senado Federal, ou seja, o ambiente da construção de uma aliança para ser vitoriosa, no qual os partidos escolheram as suplências, e fui indicado pelo meu Partido por unanimidade. Sendo assim, sinto-me aqui representando um acordo político.

Outro ponto, Sr. Presidente. Sou Presidente do Partido, no meu Estado. Estou à frente de alianças políticas, juntamente com os demais, desde 1992, quando começamos a participar, e, em muitos momentos, ouvimos pessoas dizerem que, se um acordo está fechado, precisa estar escrito, registrado em cartório, ou seja, que esse tipo de acordo não teria validade nenhuma, a não ser o cumprimento dele em si. No entanto, se não for cumprido o acordo, não é o papel que resolve. Alguns até ficaram com muita raiva de mim, porque dei uma explicação meio esdrúxula, na hora, de que o papel não serviria para limpar um sapato, se estivesse escrito. Então, neste caso, quero dizer que papéis dessa natureza não servem para limpar um sapato.

Quero acrescentar que, daqui para frente, a respeitabilidade dos ambientes em que trabalhamos para a construção de qualquer aliança política ocorre, sim, com o pensando em uma eleição, e com qualquer um dos seus membros, esteja ele em início, meio ou fim de carreira. Isso não interessa numa aliança política. No entanto, cabe ao Senado Federal dar vazão às discussões sobre todas essas matérias apresentadas.

Inclusive, também apresentei uma matéria, pois considero que a medida da participação do Suplente está tendo um limite frágil. O Suplente está chegando à Casa de uma maneira frágil. Da mesma forma, também entendo que é frágil o papel do Vice-Governador, do Vice-Prefeito, do Vice-Presidente. É frágil. Coloca-se como um mandato sem rumo, um mandato...

E ainda vi uma notícia sobre uma ambigüidade, referente a um caso que aconteceu no Estado do Tocantins, não me lembro em que época. Um Prefeito também foi eleito Vice-Governador, mas havia uma omissão na lei sobre se ele teria ou não que pedir renúncia do mandato de Prefeito para poder assumir como Vice. E teria havido duplicidade de representação durante um período.

Aproveitemos, então, essas lições, infelizmente ruins, do nosso dia-a-dia para construir algo melhor para o cenário político do nosso País.

Quero aproveitar para parabenizar o nosso convidado e dizer que nos ajudou muito na elucidação daqueles fatos. E continuo acreditando que tanto V. S^a quanto o ex-Governador Leonel Brizola e todas as pessoas reunidas no Rio de Janeiro para traçar uma aliança vitoriosa naquele Estado, naquele momento, tiveram sucesso, tiveram êxito. E qualquer excesso, digamos assim, de zelo para a construção dessa aliança deve ser simplesmente relevada por esta Comissão, que deve apenas apontar imediatamente a direção, para que o Senado Federal acelere os processos que tramitam aqui para a melhor condução da nossa política.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza) – Defiro a palavra a V. S^a.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sr. Senador, eu gostaria de dizer que, quando comecei a fazer a minha exposição, V. Ex^a ainda não havia chegado ao recinto. Relatei o seguinte: tomei conhecimento, sim. Não tomei conhecimento da carta, mas do acordo tomei conhecimento. O ex-Governador Leonel Brizola também tomou conhecimento.

Nesse dia, ficou definido que o Sr. Saturnino integraria a chapa, em uma reunião, em que eu estava presente, assim como o Senador Saturnino, o Sr. Carlos Lupi e o Sr. Leonel Brizola. Foi uma reunião feita na casa de S. Ex^a, na Avenida Atlântica. Posteriormente eu soube do documento. Naquele momento, não houve documento nenhum. Havia uma resistência por parte do ex-Governador Leonel Brizola, que considerava o Senador Roberto Saturnino com pouca viabilidade eleitoral a acrescentar à chapa, porque S. Ex^a havia saído derrotado de uma eleição para vereador e tínhamos um adversário forte a enfrentar, que era o ex-Prefeito do Rio de Janeiro, vitorioso, à época, César Maia. A chapa seria composta por Antony Garotinho, para Governador e Benedita da Silva para Vice, e ele defendia que deveríamos ter um nome de mais peso para o Senado. Mas havia o pacto com o PSB, que exigia um representante na chapa e estava intransigente com o nome do Senador Roberto Saturnino e, de outro lado, havia a intransigência do Brizola que queria um nome mais forte. Então, participei de um acordo político normal, natural, inclusive defendendo que o Senador Roberto Saturnino participasse da chapa, porque eu não queria, de forma alguma, que aquela aliança PDT, PT, PSB, Pcdob, PCB e PV fosse desmantelada no Estado, e o

PSB ameaçava que, se não houvesse um Senador na chapa, ele sairia e lançaria candidatura própria.

Então, eu participei, e não me escuso aqui de falar a verdade, tenho que falar a verdade. Eu estava na casa do Sr. Leonel Brizola, quando foi vencida a última barreira, no dia em que ele disse: Está bem, já que o Garotinho renunciou ao seu mandato de Prefeito de Campos, nós não podemos submetê-lo, agora, a uma campanha que, se não for vitoriosa, possa ser atribuída à intransigência.

Agora, depois de iniciado o mandato, quando o Senador Roberto Saturnino deixou o PSB para ingressar no PT, tomei conhecimento da carta. Quanto ao acordo, como disse, foi relatado depois na reunião do Conselho Político, que havia sido feito o acordo para que o Senador Roberto Saturnino ficasse quatro anos e o Carlos Lupi os outros quatro anos.

Isso foi acordado, primeiro na Casa do Sr. Leonel Brizola e depois foi relatado ao Conselho Político, quando havia quinze pessoas presentes, entre elas, o Deputado Federal Fernando Lopes que estava aqui há pouco. Foi um acordo político normal.

Não vejo nada de mais nisso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar toda a Mesa, especialmente o Governador Antony Garotinho, cuja presença honra o Senado.

Fico muito feliz de cumprimentar a V. Ex^a, a quem considero um homem público, sobretudo de coragem, destemido. Faço essa revelação em sua homenagem, porque é o meu pensamento.

Mas V. Ex^a veio aqui na qualidade de depoente.

Penso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que essa questão, independentemente do seu julgamento, é mais um serviço que o Senado da República presta ao País. Sem dúvida nenhuma, nunca se discutiu uma matéria como essa. Com toda certeza, o País está vendo agora, como as coisas são decididas politicamente.

Temos que levantar algumas questões, Senador. Por exemplo, pergunto a V. Ex^a se foi dado conhecimento dessa carta ao eleitorado do Rio de Janeiro, porque se a coligação, que tinha conhecimento dessa carta, não deu o conhecimento da mesma ao eleitorado do Rio de Janeiro, como ficaria o Senador? E não o estou defendendo; mas ética é uma questão que temos que analisar corretamente, e estamos no início dessa análise aqui. Em verdade, como é que se vai apresentar e dizer: Olha, em nome de uma coligação... E isso não foi afirmado ao eleitorado, principalmente no caso da suplência do Senador, o que me assusta

muito, porque quando se vota em um Senador, vota-se no suplente. E há vários projetos tramitando aqui que refletem a realidade brasileira de que ninguém sabe quem é suplente de Senador. Ninguém fez discurso na praça pública dizendo que o Rio de Janeiro teria dois Senadores, que um governaria por quatro anos e que, depois, no caso o Sr. Roberto Saturnino, renunciaria e o Dr. Carlos Lupi assumiria por mais quatro. Mas se é um acordo político intramuros, onde fica o eleitorado? Eis a grande questão. Trata-se de representação política, por isso levanto a questão. A verdadeira representação política faz-se entre o candidato, o eleito, e aqueles que votaram nele.

Há determinadas coisas na política que não estão sendo abertas à consideração do eleitorado. Infelizmente, o eleitor brasileiro – e não se aplica a ninguém que está aqui, mas a muitos – tem, ao contrário, afirmação de algumas coisas que não são cumpridas, sem motivo nenhum. É até motivo de piada, permitam-me, vou repetir, o caso daquele candidato que, em praça pública – estou contando esse caso para dizer o quanto temos evoluído, o quanto o Senado tem prestado bons serviços à Nação brasileira –, disse que iria construir uma ponte. Disseram-lhe que no lugar não havia rio, ao que ele respondeu: eu faço um rio também. Isso hoje seria impossível. A cidadania do Brasil melhorou. Nós, homens públicos, temos que contribuir para melhorar a representação política no País.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – O Senador me permite um aparte? Creio que não fui bem compreendido.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – V. Ex^a foi bem compreendido. Estou falando dos fatos.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – A carta não foi divulgada, mas o acordo foi amplamente divulgado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Para o eleitorado?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Para o eleitorado, nos jornais da época. Há jornais e tudo. A carta não. A carta foi uma garantia do cumprimento do acordo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Quero saber se a carta foi publicada.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – A carta não, mas o acordo foi. Se V. Ex^a pegar o **Jornal do Brasil**, o jornal **O Dia** e o jornal **O Globo** da época, vai ver. Lembro-me de uma manchete – não sei se está anexada ao processo – que dizia: “PSB e PDT dividem o mandato”. Não me lembro se foi em **O Globo**...

Jornal do Brasil do dia 02 de julho de 1998. É exatamente a manchete a que me refiro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – De qualquer forma, Governador, é importante que seja discutido e mostrado à população brasileira. Vim de casa

justamente para mostrar que estamos prestando um grande serviço ao País.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Da carta, Senador, só fiquei sabendo posteriormente. A carta só apareceu na época...

Diz a matéria:

Depois de dois dias de impasse, PDT e PSB fecharam um acordo e vão lançar o ex-Prefeito do Rio, Saturnino Braga, para o Senado. O acerto prevê, no entanto, que Saturnino, do PSB, tenha um suplente pedetista e divida com ele os oito anos de mandato. Se for eleito, Saturnino será Senador durante determinado tempo. A seguir, cederá a vaga ao suplente. Segundo Saturnino, o mandato não será necessariamente dividido com os primeiros quatro anos para o PSB e os últimos para o PDT. “Esta é uma forma de garantir a atuação também do suplente. Eu concordei, uma vez que o cargo efetivo será do PSB. Podemos ter tempos alternados”, afirmou Saturnino ao fim da reunião com o ex-Governador Leonel Brizola.

Desde a noite de segunda-feira, Brizola insistia que o PDT lançasse candidato ao Senado na chapa de Antony Garotinho para Governador, e Benedita da Silva, do PT, para Vice. O PSB ameaçou sair da aliança e lançar candidato ao Governo. Brizola estava insatisfeito por causa dos desentendimentos com o PSB em outros Estados.

E vai por aí afora. Então, o acordo foi de conhecimento público. O eleitor que votou em Roberto Saturnino sabia que o mandato....

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Todos nós fomos eleitos por um Partido político. É essa a minha indagação. Por isso esta reunião é importante. Pode uma Comissão de Ética julgar alguém que não honrou o compromisso com seu próprio Partido numa eleição proporcional? Eis a grande indagação.

O que quero dizer é que temos que analisar esse caso com cuidado. As nossas reuniões têm que ser – e estão sendo – observadas pela população. Estamos aqui também em nome de um partido político ou em nome de uma coligação, e depois saímos disso. O Conselho de Ética analisa isso ou é o eleitorado que vai analisar depois? Eis a grande questão. Quer dizer, elegemo-nos, e há pessoas que não têm voto, Governador! Dá a impressão de que estou contestando V. Ex^a. Não estou! Estou levantando questões que têm conteúdo ético, sim, e que precisam ser analisadas. E, no instante em que se fala numa reforma política no País, eminente Presidente, Srs. Senadores e Governador Garotinho, temos que pensar como fazer uma boa reforma política. Hoje, as pessoas são eleitas pelo consciente eleitoral, e esse consciente eleitoral é devido àquele partido. Houve casos de pessoas que têm 50, 60, 100 votos e que são

carregadas por outras que tiveram milhares de votos. Aí ele deixa aquele partido. Não acontece nada com ele? Quer mais engano do que isso? Não estou fazendo a defesa de ninguém. Estou aproveitando esta oportunidade para colhermos subsídios para um procedimento que deva ser adequado não só no julgamento de um colega nosso, que é o Senador Roberto Saturnino, mas também na preparação de projetos que virão..

São essas as considerações que ligeiramente faço, até mesmo porque as coligações também se desfazem como foram desfeitas. Então o caso requer toda a atenção possível. Estamos aqui para analisar isso. Quero, mais uma vez, cumprimentar V. Ex^a, deixando esses pontos aqui, que são importantes para a análise da matéria.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Concordo plenamente com todas as suas colocações. Creio que sejam pertinentes. Também aqui não vim fazer nem a defesa do Sr. Carlos Lupi nem a acusação do Sr. Roberto Saturnino.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – V. Ex^a já deixou claro isso.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Fui convidado para expor os fatos que presenciei. Não posso faltar com a verdade! Presenciei o acordo entre Saturnino, Leonel Brizola, Carlos Lupi, eu, como candidato a Governador, e vi o Senador Saturnino Braga se comprometer a dividir mandato. Se ele vai cumprir ou não vai cumprir e qual será a decisão da Comissão de Ética, isso não compete a mim. Aqui eu não estou sendo julgado; estou apenas colaborando; sou um colaborador para a busca da verdade. Mas dizer que o acordo não foi público! Isso não é verdade! O acordo foi público. O que não era público era a existência da carta, que é uma outra coisa que não invalida o acordo. Ao contrário, reforça o acordo.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Não há dúvida. Mas, veja bem, Governador, agora V. Ex^a vai permitir minha interferência, sem que isso represente uma contestação contra V. Ex^a.

Neste caso aqui existe uma carta. E ela, V. Ex^a mesmo afirma que o documento escrito não era do conhecimento da população. Quer dizer, V. Ex^a afirmou que a carta assinada pelo Senador Roberto Saturnino não era pública, mas que o acordo era. Então, estou com a razão também. É o caso dos acordos que se fazem e não são cumpridos, e das promessas que se fazem e não são cumpridas. Veja bem, estamos diante....

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Mas foi exatamente o que disse ao Senador Suplicy, quando ele disse aqui....

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Essa que é a verdade verdadeira. Compreendeu? De qualquer forma, na minha concepção, como na da maioria, vale o fio de bigode, eu sei disso. Mas, na verdade verdadeira, não estaríamos aqui discutindo isso, se não existisse a carta. E da existência dessa carta não foi dado conhecimento ao povo. É a mesma coisa de quando o sujeito vai à praça pública e promete, mas não promete por escrito.

É essa a consideração que desejo fazer, deixando claro, Governador Garotinho, que não vim aqui para contestar V. Ex^a. Estou levantando questões que devem ser analisadas por todos nós e sobre as quais devemos refletir, inclusive por causa de reforma política que temos pela frente.

Cumprimento V. Ex^a pela clareza e por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Não havendo mais Senadores inscritos, vou encerrar a presente reunião, convocando outra para o dia 31 de março, às 17 horas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite? Há um requerimento de acareação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres) – Esse requerimento será apreciado depois da oitava do Senador Roberto Saturnino, que será na quarta-feira, dia 31 de março.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h58min.)

Documentos pertinentes à 1^a Reunião de 2004 do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

1 – Lista de presença;

2 – Lista de Senadores não Membros;

3 – Termo de Compromisso assinado pelo Sr. Anthony Garotinho.

**SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
1ª REUNIÃO DE 2004**

Em 24 de março de 2004, quarta-feira, às 17h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

LISTA DE PRESENÇA

**Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
(Vago)	1. Ney Suassuna
João Alberto Souza	2. Pedro Simon
Ramez Tebet	3. Gerson Camata
Luiz Otávio	4. Alberto Silva
PFL	
Paulo Octávio	1. Jonas Pinheiro
Demóstenes Torres	2. César Borges
Rodolpho Tourinho	3. Maria do Carmo Alves
PT	
Heloísa Helena	1. Ana Julia Carepa
Sibá Machado	2. Fátima Cleide
(Vago)	3. Eduardo Suplicy
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Reginaldo Duarte
Antero Paes de Barros	2. Arthur Virgílio
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho
PTB	
(Vago)	1. Fernando Bezerra (PTB)
PSB, PL e PPS	
Magno Malta (PL)	1. (Vago)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: _____

Brasília, 24 de março de 2004

Em 24 de março de 2004, quarta-feira, às 17h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

LISTA DE SENADORES NÃO MEMBROS DO CONSELHO

Presidente: JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: DEMÓSTENES TORRES

Senador	Assinatura
MÃO SANTA	
ALMEIDA LIMA	
Mão Santa	
Leone Javan	

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REPRESENTAÇÃO Nº 3, DE 2003

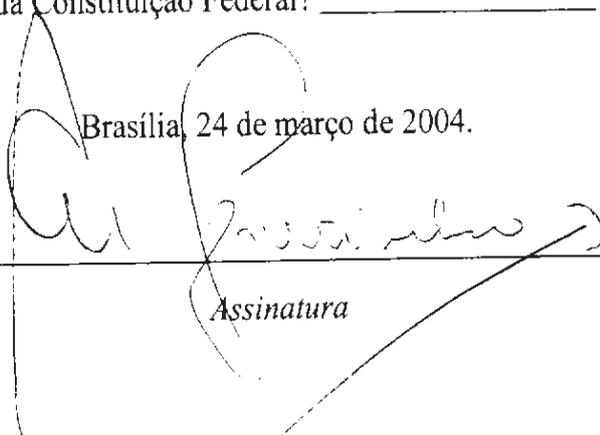
TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

Nome completo? ANTHONY WILLIAM GABO NUNO MOREIRA
 Identidade? _____
 Idade? 43 ANOS
 CPF? _____
 Estado Civil? CASADO
 Residência? _____
 Profissão? SEC. SEGURANÇA PÚBLICA
 Local onde exerce sua atividade atualmente? _____
 É parente, em algum grau, de parte envolvida? _____

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? _____

Brasília, 24 de março de 2004.



 Assinatura

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral: 19.04.1995 3ª Eleição Geral: 27.06.2001****2ª Eleição Geral: 30.06.1999 4ª Eleição Geral: 13.03.2003****Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³****Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	RÉGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPLICY ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).



EDIÇÃO DE HOJE: 184 PÁGINAS